



1ª REVISÃO DO
**PLANO DIRECTOR MUNICIPAL
DE CONSTÂNCIA**

ANÁLISE E DIAGNÓSTICO
Volume I
Março de 2009 (alterado em fevereiro de 2015)

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA



1ª REVISÃO DO
**PLANO DIRECTOR MUNICIPAL
DE CONSTÂNCIA**

ANÁLISE E DIAGNÓSTICO
Volume I

Março de 2009 (alterado em fevereiro de
2015)

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

Na capa: (1) Capela de Santa Ana; (2) Festa de N. Sra. da Boa Viagem;
(3) Ponte sobre o Zêzere; (4) Janela Tradicional; (5) Centro Histórico;
(6) Rua do Arco; (7) Decoração da Travessa do Arco nas Festas de N. Sra.
da Boa Viagem; (8) Casal do Montalvo; (9) Santa Margarida – Edifício com
Interesse (10) Portela – Conjunto com Interesse.



INDICE

1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO	1
1.1 APRESENTAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL	1
1.2 ENQUADRAMENTO LEGAL E ESTRUTURA DO PLANO	2
2. CONSTÂNCIA E O CONTEXTO REGIONAL	5
2.1 CONTEXTO TERRITORIAL	5
2.2 CONSTÂNCIA – CONSIDERAÇÕES GERAIS	10
3. CONDIÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS	16
3.1 ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO DO CONCELHO DE CONSTÂNCIA	16
3.1.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS	16
3.1.2 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO	17
3.1.3 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE	19
3.1.4 COMPONENTES DO CRESCIMENTO: CRESCIMENTO NATURAL E CRESCIMENTO MIGRATÓRIO	22
3.1.5 ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO: GRUPOS FUNCIONAIS E ÍNDICES-RESUMO	26
3.1.6 POPULAÇÃO RESIDENTE <i>VERSUS</i> POPULAÇÃO PRESENTE – A IMPORTÂNCIA DA POPULAÇÃO DO CAMPO MILITAR DE SANTA MARGARIDA	30
3.1.7 SÍNTESE CONCLUSIVA	34
3.2 ESTRUTURA ECONÓMICA	36
3.2.1 INTRODUÇÃO	36
3.2.2 CONDIÇÃO PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA, OCUPAÇÃO DOS ACTIVOS, EMPREGO E DESEMPREGO	38
3.2.3 MOBILIDADE E COMPLEMENTARIDADES INTER-CONCELHIAS	44
3.2.4 NÍVEL DE INSTRUÇÃO E OFERTA DE FORMAÇÃO	48
3.2.5 ESTRUTURA ECONÓMICA E EMPRESARIAL	50
3.2.5.1 TRAÇOS GERAIS	50
3.2.5.2 SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	56
3.2.6 EVOLUÇÃO RECENTE DO INVESTIMENTO PÚBLICO	66
4. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA	70
4.1 BREVE ENQUADRAMENTO BIOFÍSICO	70
4.1.1 GEOLOGIA E LITOLOGIA	70
4.1.1.1 RECURSOS GEOLÓGICOS SEGUNDO O PROT-OVT	72
4.1.2 RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS	72
4.1.3 ANÁLISE FISIAGRÁFICA	74
4.1.4 CLIMATOLOGIA	77
4.1.5 CAPACIDADE DE USO DO SOLO	84
4.2 OCUPAÇÃO DO SOLO	85
4.2.1 OCUPAÇÃO AGRÍCOLA	86
4.2.1.1 ZONA DE VULNERABILIDADE DO TEJO	87
4.2.2 OCUPAÇÃO FLORESTAL	89
4.2.2.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO FLORESTAL	89
4.2.2.2 DIRECTRIZES DO PROF	90
4.2.2.3 ZONAS DE CAÇA E PESCA	94
4.2.3 ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SEGUNDO O PROT-OVT	97
4.2.4 OCUPAÇÃO COM VEGETAÇÃO ARBUSTIVA-HERBÁCEA	99
4.2.5 PADRÕES DE OCUPAÇÃO DO SOLO SEGUNDO O PROT-OVT	99
4.3 VALORES NATURAIS	103
4.3.1 FLORA	103



4.3.2 OUTROS VALORES NATURAIS	108
4.3.3 VALORES NATURAIS SEGUNDO O PROT-OVT	111
4.4 UNIDADES DE PAISAGEM	113
4.5 POTENCIAIS DISFUNÇÕES AMBIENTAIS	114
5. HISTÓRIA E PATRIMÓNIO	118
5.1 INTRODUÇÃO	118
5.2 BREVE PANORÂMICA HISTÓRICA	118
5.3 PATRIMÓNIO	127
5.3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	127
5.3.2 IMÓVEIS CLASSIFICADOS	129
5.3.3 IMÓVEIS EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO	130
5.3.4 OUTROS IMÓVEIS COM INTERESSE	130
5.3.5 SÍTIOS E CONJUNTOS COM INTERESSE	138
5.3.6 PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO	141
5.3.7 OUTROS VALORES PATRIMONIAIS	145
5.4 SÍNTESE CONCLUSIVA	146
6. REDE URBANA	147
6.1 INTRODUÇÃO	147
6.2 SISTEMA URBANO	147
6.2.1 INTRODUÇÃO	147
6.2.2 METODOLOGIA	148
6.2.3 DIMENSÃO DEMOGRÁFICA	149
6.2.4 FUNÇÕES CENTRAIS DO SECTOR PRIVADO	151
6.2.5 FUNÇÕES CENTRAIS DO SECTOR PÚBLICO	153
6.2.6 DEFINIÇÃO DOS NÍVEIS HIERÁRQUICOS	155
6.3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS AGLOMERADOS DOS URBANOS	156
6.3.1 DINÂMICA CONSTRUTIVA E ESTADO DE CONSERVAÇÃO	158
6.3.2 EVOLUÇÃO URBANÍSTICA DOS AGLOMERADOS E TIPOLOGIAS ARQUITECTÓNICAS	161
7. PLANOS, COMPROMISSOS E INTENÇÕES	174
7.1 PLANOS E ESTUDOS EFICAZES OU EM ELABORAÇÃO NO CONCELHO DE CONSTÂNCIA	174
7.1.1 PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO TEJO	175
7.1.2 PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO RIBATEJO	175
7.1.3 PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA	178
7.1.4 PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE CONSTÂNCIA	180
7.1.5 PLANO DE PORMENOR DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE CONSTÂNCIA.	181
7.1.6 PLANO DE PORMENOR DE CHÃO DA FEIRA	181
7.1.7 PLANO DE PORMENOR DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL DE MONTALVO	181
7.2 ESTUDOS E PROJECTOS	181
7.3 COMPROMISSOS E INTENÇÕES	182
7.4 PRETENSÕES RESULTANTES DA CONSULTA PÚBLICA	182
7.5 SÍNTESE CONCLUSIVA	182
8. HABITAÇÃO	184
8.1 INTRODUÇÃO	184
8.2 O PARQUE HABITACIONAL: INDICADORES FUNDAMENTAIS DE DIAGNÓSTICO	186
8.2.1 POPULAÇÃO, ALOJAMENTOS, FAMÍLIAS, EDIFÍCIOS E INDICADORES MÉDIOS DE OCUPAÇÃO	186
8.2.2 ÉPOCAS DE CONSTRUÇÃO E DINÂMICAS DE CRESCIMENTO	190



8.2.3 TIPO DE ALOJAMENTOS, FORMAS DE OCUPAÇÃO E EDIFÍCIOS SEGUNDO O NÚMERO DE ALOJAMENTOS	192
8.2.4 CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	194
8.3 AVALIAÇÃO DAS CARÊNCIAS HABITACIONAIS	196
8.4 SÍNTESE CONCLUSIVA	200
9. EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	201
9.1 INTRODUÇÃO	201
9.1.1 ENQUADRAMENTO GERAL	201
9.1.2 METODOLOGIA	201
9.1.3 CONSIDERAÇÕES DE DESTAQUE	203
9.2 EQUIPAMENTO ESCOLAR	204
9.2.1 INTRODUÇÃO	204
9.2.2 ENSINO PRÉ-ESCOLAR	204
9.2.3 ENSINO BÁSICO INTEGRADO	206
9.2.3.1 INTRODUÇÃO	206
9.2.3.2 CICLO DO ENSINO BÁSICO	206
9.2.4 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO	207
9.3 EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA SOCIAL	208
9.3.1 INTRODUÇÃO	208
9.3.2 EQUIPAMENTOS DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS	208
9.3.3 EQUIPAMENTOS DE APOIO AOS IDOSOS	209
9.4 EQUIPAMENTO DE SAÚDE	211
9.4.1 INTRODUÇÃO	211
9.4.2 CENTROS DE SAÚDE E EXTENSÕES	211
9.4.3 FARMÁCIAS	212
9.5 EQUIPAMENTO DESPORTIVO	212
9.6 EQUIPAMENTO CULTURAL E RECREATIVO	214
9.7 PREVENÇÃO E SEGURANÇA	215
9.8 SÍNTESE CONCLUSIVA	216
10. REDE VIÁRIA E TRANSPORTES	219
10.1 INTRODUÇÃO	219
10.2 REDE VIÁRIA	220
10.2.1 INSERÇÃO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL	220
10.2.1.1 PRINCIPAIS LIGAÇÕES À REDE EXTERIOR	220
10.2.1.2 ANÁLISE DAS ACESSIBILIDADES EXTERNAS	222
10.2.2 REDE VIÁRIA CONCELHIA	223
10.2.2.1 ESTRUTURA E HIERARQUIZAÇÃO ACTUAL	223
10.2.2.2 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	229
10.2.2.3 ANÁLISE DAS ACESSIBILIDADES INTERNAS	235
10.2.3 PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO	236
10.3 TRÁFEGO RODOVIÁRIO	238
10.3.1 PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO	240
10.4 TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS	241
10.4.1 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	241
10.4.2 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	243
11. INFRAESTRUTURAS URBANAS	244
11.1 INTRODUÇÃO	244
11.2 INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	245



11.2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	245
11.2.2 SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	245
1.2.2.1 SISTEMA CASTELO DE BODE - CONSTÂNCIA	246
1.2.2.2 OUTROS SISTEMAS	248
11.2.3 INTERVENÇÕES PREVISTAS	249
11.3 DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	249
11.3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	249
11.3.2 SISTEMAS DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	250
11.3.3 INTERVENÇÕES PREVISTAS	252
11.4 RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	253
1.4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	253
1.4.2 SISTEMA DE RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	254
11.5 INFRAESTRUTURAS ELÉCTRICAS, DE COMUNICAÇÃO E GASISTAS	255
11.5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	255
11.5.2 INFRAESTRUTURAS ELÉCTRICAS	256
11.5.3 INFRAESTRUTURAS DE COMUNICAÇÃO	256
11.5.4 INFRAESTRUTURAS GASISTAS	257
ANEXO 1 – FICHAS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO CLASSIFICADO	259
ANEXO 2 – DESCRIÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	265
ANEXO 3 – PRETENSÕES PARTICULARES APRESENTADAS DURANTE O PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA	276

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: O concelho de Constância na Região Centro e na Sub-região do Médio Tejo	6
Figura 2: O concelho de Constância no distrito de Santarém	6
Figura 3: Freguesias do Concelho de Constância	11
Figura 4: Sectores de actividade económica na sub-região e no concelho de Constância (2001)	12
Figura 5: Movimentos Pendulares das saídas e entradas do concelho de Constância	13
Figura 6: Movimentos pendulares no concelho de Constância	14
Figura 7: Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN2000)	15
Figura 8: Evolução da população no concelho de Constância entre 1930 e 2001	20
Figura 9: Evolução da População por freguesias, no concelho de Constância, entre 1930 e 2001	21
Figura 10: Evolução da Estrutura Etária, do concelho de Constância, entre 1981 e 2001	27
Figura 11: Índices-resumo da estrutura etária do concelho de Constância em 2001	29
Figura 12: População Residente e População Presente no concelho de Constância, por freguesia, entre 1970 e 2001 (com destaque para a freguesia de Santa Margarida em 1981 e em 2001)	32
Figura 13: População segundo a sua condição perante a actividade económica, no concelho de Constância, em 2001	39
Figura 14: Evolução da população por sectores de actividade económica entre 1991 e 2001 em Constância e no Médio Tejo	41
Figura 15: Movimentos Pendulares de e para o Concelho de Constância, 2001	45
Figura 16: População Residente no concelho de Constância, segundo o nível de ensino atingido, em 2001	49
Figura 17: Estabelecimentos por Sectores de Actividade, segundo CAE-Rev.2, em 2005	53
Figura 18: Emprego no sector terciário, no concelho de Constância, em 2001	63
Figura 19: Carta Geológica nº 27D (Abrantes), impressa no Instituto Geográfico e Cadastral, escala original 1/50 000 (equidistância das curvas de nível de 25m)	71
Figura 20: Aquíferos presentes no concelho de Constância	73
Figura 21: Localização de Tancos	77
Figura 22: Comparação entre valores da precipitação média mensal e valores da temperatura média mensal, típicos de um clima mediterrâneo - Estação meteorológica de Tancos/Base Aérea, entre 1961 e 1990	78
Figura 23: Temperatura máxima e mínima - Estação meteorológica de Tancos/Base Aérea, entre 1961 e 1990	79
Figura 24: Precipitação total da estação meteorológica de Tancos/Base Aérea, entre 1961 e 1990	80
Figura 25: Velocidade média do vento – Estação meteorológica de Tancos/Base Aérea, entre 1961 e 1990	80
Figura 26: Frequência e velocidade média dos rumos do vento - Estação Meteorológica de Montijo/Base Aérea, entre 1961 e 1990	81



Figura 27: Número de dias de geada na Estação Meteorológica de Alvega, entre 1961 e 1990	81
Figura 28: Número de dias nevoeiro - Estação meteorológica de Tancos/Base Aérea, entre 1961 e 1990	82
Figura 29: Percentagem do número de horas de insolação - Estação meteorológica Tancos, entre 1961 e 1990	83
Figura 30: Percentagem de humidade - Estação meteorológica de Tancos/Base Aérea, entre 1961 e 1990	84
Figura 31: Uso actual do solo na sub-região Médio Tejo	86
Figura 32: Áreas ocupadas por culturas permanentes no concelho de Constância	86
Figura 33: Áreas ocupadas por culturas temporárias no concelho de Constância	87
Figura 34: Zona Vulnerável do Tejo	88
Figura 35: Distribuição das espécies florestais na sub-região do Médio Tejo	90
Figura 36: Sub-regiões homogêneas estipuladas pelo PROF-Ribatejo para o concelho de Constância	91
Figura 37: Corredores ecológicos e zonas sensíveis para a protecção do solo e água, segundo o PROF	94
Figura 38: Zonas de Pesca e Zonas de Caça	96
Figura 39: Padrões de ocupação do solo segundo o PROT-OVT	101
Figura 40 População Residente no Concelho de Constância, por Freguesias	127
Figura 27: Curva de Zipf - Escalonamento Urbano (Dimensão demográfica dos aglomerados urbanos do concelho de Constância, em 2001)	150
Figura 28: Hierarquia dos aglomerados do concelho de Constância de acordo com as Funções Centrais do Sector Privado, em de 2007	152
Figura 29: Hierarquia dos aglomerados do concelho de Constância de acordo com as Funções Centrais do Sector Público, em 2007	155
Figura 44: Ocupação no Concelho de Constância	157
Figura 45: Evolução das licenças emitidas pela Câmara Municipal, entre 2001 e 2006, por freguesia (concelho de Constância)	158
Figura 46: Licenças Emitidas pela Câmara Municipal, entre 2001 e 2007, por tipo de uso e freguesia (concelho de Constância)	159
Figura 47: Edifícios Concluídos segundo o tipo de obra, para habitação entre 1996 e 2001 (concelho de Constância)	160
Figura 34: Evolução da população e dos alojamentos, por freguesia, entre 1981 e 2001 (%)	187
Figura 35: Evolução do número de famílias segundo a sua dimensão, entre 1991 e 2001	189
Figura 36: Evolução do número de edifícios entre 1981 e 2001 (em %)	189
Figura 37: Edifícios segundo a época de construção, no concelho de Constância (em %) em 2001	191
Figura 38: Evolução das Formas de Ocupação dos Alojamentos no Concelho de Constância, entre 1991 e 2001	193
Figura 39: Alojamentos familiares ocupados como residência habitual por existência de infra-estruturas urbanas, em 2001	195
Figura 40: Carências habitacionais (em n.º de alojamentos), por freguesia, em 2001	199
Figura 41: Distribuição da população por grupos etários entre 1981 e 2001 no Concelho de Constância e no Médio Tejo	203
Figura 56: Rede Viária – Hierarquia Funcional	227
Figura 57: Estrutura Funcional da Rede Viária Concelhia	231
Figura 58: ETAR do Campo Militar de Santa Margarida	252
Figura 59: Concelhos integrados na Associação de Municípios do Médio-Tejo	254

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: “Marachas” do rio Tejo	70
Fotografia 2: Rio Tejo	77
Fotografia 3: Olival	87
Fotografia 4: Restolho de um campo de milho	87
Fotografia 5: Mancha de pinheiros bravos, a Norte do concelho	89
Fotografia 6: Mancha de montado, a Sul do concelho	89
Fotografia 7: Medronheiro, no Sul do concelho	103
Fotografia 8: Vale do Rio Zêzere	108
Fotografia 9: Parque ambiental de Santa Margarida	110
Fotografia 10: Casal de Montalvo	111
Fotografia 11: Quinta da Gorda	111
Fotografia 12:Fábrica de Celulose do Caima, Constância ao fundo	114
Fotografia 13: Capela de Santo António	131
Fotografia 14: Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Montalvo	131
Fotografia 15:Capela de Santa Ana	131
Fotografia 16: Igreja e o Cemitério de Santa Margarida da Coutada	131
Fotografia 17: Casa Montalvo	132
Fotografia 18 Casa do Tejo	132
Fotografia 19: Casa Museu Vasco de Lima Couto	132
Fotografia 20: Casa do Dr. Godinho	132
Fotografia 21: Casa de Preates	133
Fotografia 22: Vivenda Carolina	133



Fotografia 23: O Palácio	133
Fotografia 24: Casa do Relógio	133
Fotografia 25: Casa João Chagas	134
Fotografia 26: Quinta de Santa Bárbara	134
Fotografia 27 e 28: Casa Silva e Casa São João	134
Fotografia 29, 30 e 31: Edifícios com Interesse em Montalvo, em Portela e em Sta. Margarida da Coutada	135
Fotografia 32: Bar e Esplanada do Parque de Campismo	135
Fotografia 33: Moradia do Caima	135
Fotografia 34: Cruzeiro	136
Fotografia 35: Edifício Sede do Clube Estrela	136
Fotografia 36: Biblioteca Municipal	136
Fotografia 37: Ponte sobre o Rio Zêzere	137
Fotografia 38: Monumento a Camões	137
Fotografia 39: Centro de Saúde de Constância	137
Fotografia 40: Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada	137
Fotografia 41: Escola do 1º ciclo do EB de Montalvo	137
Fotografia 42: Alpendre em Constância	138
Fotografia 43, 44 e 45: Exemplos de Fontes existentes na Vila de Constância	138
Fotografia 46 : Miradouro em Constância	138
Fotografia 47: Centro Histórico de Constância	139
Fotografia 48: Quinta da Gorda	140
Fotografia 49: Palheiros	140
Fotografia 50: Casal do Montalvo	140
Fotografia 51: Quinta do Lombão	140
Fotografia 52: Casal da Igreja	140
Fotografia 53: Quinta do Carvalhal	140
Fotografia 54: Conjunto com Interesse em Montalvo	140
Fotografia 55: Conjuntos com Interesse na Portela	141
Fotografia 56: Logótipo do Museu dos Rios	145
Fotografia 57: Decoração das ruas para a Festa da Nossa Senhora da Boa Viagem	145
Fotografia 58: Exemplos de casas tradicionais, em Constância	162
Fotografia 59: Moradias unifamiliares em Constância	162
Fotografia 60: Exemplos de edifícios de habitação colectiva em Constância	163
Fotografia 61: Centro de saúde - Bairro Novo	165
Fotografia 62: Vista sobre a Fábrica Celulose do Caima	165
Fotografia 63: Vistas sobre a envolvente da Vila de Constância	166
Fotografia 64 e 65: Arruamento principal e habitação colectiva, em Montalvo	166
Fotografia 66 e 67: Marcas de grande ruralidade no aglomerado de Montalvo	167
Fotografia 68 e 69: Edifícios com interesse bastante degradados em Montalvo	167
Fotografia 70, 71 e 72: Vista da Estrada Municipal 592, edifícios que constituem o núcleo primitivo da Aldeia de Santa Margarida	168
Fotografia 73 e 74: Vista sobre o aglomerado urbano de Malpique e sobre o arruamento principal EM 598-1	169
Fotografia 75 e 76: Exemplo de novos edifícios existentes, em Malpique	170
Fotografia 77 e 78 e 79: Exemplos de edifícios dissonantes existentes no aglomerado	170
Fotografia 80 e 81: Parque Infantil e exemplo de edifícios de habitação social	171
Fotografia 82 e 83: Exemplo de uma moradia integrada no loteamento de iniciativa da C.M. de Constância e Parque ambiental de Santa Margarida	172
Fotografia 84 e 85: Aglomerado de Pereira	173
Fotografia 86: Albufeira de Castelo de Bode	246
Fotografia 87: Localização da ETAR do Caima	251
Fotografia 88: Ecoponto, Constância	255

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Evolução da densidade populacional nos concelhos da sub-região do Médio Tejo, entre 1981 e 2001	17
Quadro 2: Evolução da Densidade Populacional do concelho de Constância, por freguesias, entre 1930 e 2001	18
Quadro 3: Evolução da população residente por dimensão dos lugares, no concelho de Constância, entre 1981 e 2001	18
Quadro 4: Contribuição de cada freguesia para o total da população residente no concelho de Constância	19



Quadro 5: Evolução da população residente nos concelhos da sub-região Médio Tejo, entre 1981 e 2001	19
Quadro 6: Evolução do peso demográfico do concelho de Constância no Médio Tejo, entre 1981 e 2001	20
Quadro 7: Evolução da população residente no concelho de Constância, por freguesias, entre 1930 e 2001	21
Quadro 8: Variação do número e da dimensão média das famílias entre 1981 e 2001	22
Quadro 9: Indicadores demográficos no concelho de Constância e no Médio Tejo, entre 1981 e 2005	23
Quadro 10: População Residente e Componentes do Crescimento Demográfico, 1981-2001	25
Quadro 11: Variação da estrutura etária da população residente no Médio Tejo, entre 1981 e 2001 (%)	28
Quadro 12: Estrutura Etária da População do concelho de Constância, por freguesia, em 2001	28
Quadro 13: Índices de evolução da estrutura etária nos concelhos do Médio Tejo, 1981 a 2001	30
Quadro 14: Índices de evolução da estrutura etária por freguesias, em 2001	30
Quadro 15: População Residente e População Presente no concelho de Constância, por freguesia, entre 1970 e 2001	32
Quadro 16: População Residente e População Presente na freguesia de Santa Margarida da Coutada, por lugar entre 1981 e 2001	33
Quadro 17: População segundo a Condição perante a Actividade Económica, 1991 e 2001	39
Quadro 18: Evolução dos Indicadores do mercado de trabalho, no concelho de Constância e no Médio Tejo, entre 1991 e 2001	40
Quadro 19: Evolução da Ocupação dos Activos por sectores de actividade económica, em 1991 e 2001	41
Quadro 20: Evolução do Emprego (Pessoas ao serviço), no concelho, no período 1995-2005	42
Quadro 21: Distribuição da população activa <i>versus</i> estrutura do emprego, por sectores de actividade económica, no concelho de Constância, em 2001	43
Quadro 22: Características do Desemprego no concelho de Constância e no Médio Tejo, em Dezembro de 2001	43
Quadro 23: Movimentos pendulares de e para o concelho de Constância, por motivos de trabalho e de estudo, em 2001	45
Quadro 24: Entradas e Saídas diárias no concelho de Constância, por motivo de trabalho ou estudo e por principais origens e destinos, em 2001	46
Quadro 25: Movimentos diários de Entrada no concelho de Constância, por sectores de actividade, em 2001	48
Quadro 26: Variação da Taxa de Analfabetismo, no concelho de Constância entre 1991 e 2001	49
Quadro 27: Nível de ensino atingido em Constância e no Médio Tejo, em 2001	49
Quadro 28: Evolução do Emprego e dos Estabelecimentos, no concelho de Constância, no período 1995-2005	51
Quadro 29: Evolução do número de estabelecimentos e do emprego no concelho de Constância, no período 1995-2005, por Actividades (CAE-Rev.2)	52
Quadro 30: Empresas sedeadas em Constância, segundo CAE – Rev. 2, em 31.12.2005	54
Quadro 31: Pessoas segundo a dimensão do Estabelecimento, por actividade, em 2005	55
Quadro 32: Variação do número de Pessoas segundo a dimensão do Estabelecimento, no período 1995-2005	56
Quadro 33: Evolução do número de estabelecimentos e do emprego, segundo a CAE Rev. 2, entre 1995 e 2005 - Sector Secundário -	58
Quadro 34: Emprego (sector estruturado da economia) na Indústria Transformadora entre 1995 e 2005	58
Quadro 35: Emprego na Indústria Transformadora, no concelho de Constância, em 2001	59
Quadro 36: Empresas instaladas na Zona Industrial de Montalvo, no concelho de Constância, Outubro de 2007	60
Quadro 37: Evolução do número de Estabelecimentos e do Pessoal ao Serviço, segundo a CAE Rev.2, entre 1995 e 2005 – Sector Terciário	61
Quadro 38: Actividade H – Alojamento e Restauração, segundo CAE-Ver.2, no concelho de Constância entre 1995 e 2005	62
Quadro 39: Emprego no sector terciário no concelho de Constância, em 2001	63
Quadro 40: Projectos realizados no concelho de Constância no âmbito do QCA I - Projectos aprovados e apoiados pelo FEDER	67
Quadro 41: Projectos realizados no concelho de Constância, no âmbito do II QCA (1994/1999) - Projectos aprovados e apoiados pelo PORLVT	67
Quadro 42: Candidaturas do Município de Constância ao QREN (2007/2013)	69
Quadro 43: Caracterização das classes de Declives	76
Quadro 44: Sub-região homogénea do PROF Ribatejo, hierarquia de funções e respectiva justificação e objectivos	93
Quadro 45: Zonas de Caça	95
Quadro 46: Opções estratégicas para o desenvolvimento rural da região do Oeste e Vale do Tejo	97
Quadro 47: Padrões de Ocupação do solo	100
Quadro 48: População de Punhete Sécs. XVI – XIX	123
Quadro 49: Sítios Arqueológicos	142
Quadro 47: Evolução da População, por centro urbano, entre 1981 e 1991	150
Quadro 48: Número de ordem dos centros urbanos, de acordo com a sua dimensão demográfica, em 2001	150
Quadro 49: Número de unidades funcionais por função central do sector privado, por centro urbano, em 2007	151
Quadro 50: Número de ordem dos centros urbanos de acordo com as Funções Centrais do Sector Privado, em 2007	152
Quadro 51: Funções Centrais do Sector Público, por centro urbano, em 2007	153
Quadro 52: Número de ordem dos aglomerados de acordo com as Funções Centrais do Sector Público, em 2007	154
Quadro 56: Licenças emitidas, entre 1996 e 2001, por tipo de intervenção (concelho de Constância)	159
Quadro 57: Edifícios concluídos, entre 1996 e 2001, por tipo de intervenção (concelho de Constância)	160
Quadro 58: n.º de edifícios registados nos Censos de 1981, 1991 e 2001	161
Quadro 56: População e Alojamentos por freguesia, em 1981, 1991 e 2001	187



Quadro 57: Variação das Famílias e da sua dimensão média entre 1981 e 2001	188
Quadro 58: Evolução dos Edifícios entre 1981 e 2001	190
Quadro 59: Indicadores Médios de Ocupação, no concelho de Constância, em 2001	190
Quadro 60: Edifícios segundo a época de construção, no concelho de Constância, 2001 (em %)	191
Quadro 61: Tipo de Alojamentos, 1991 e 2001	192
Quadro 62 : Formas de Ocupação dos Alojamentos Clássicos, entre 1991 e 2001 (em %)	193
Quadro 63: Edifícios segundo o número de pisos, 2001	194
Quadro 64: Alojamentos Familiares de Residência Habitual sem Infraestruturas Urbanas, entre 1981 e 2001 (%)	195
Quadro 65: Alojamentos familiares ocupados como residência habitual segundo a dotação de condições de habitabilidade, por freguesia (%), em 2001	195
Quadro 66: Famílias que partilham o alojamento e famílias em fogos sobrelotados, 2001	196
Quadro 67: Carências habitacionais, por freguesia, no concelho de Constância, em 2001	199
Quadro 68: Evolução da População entre 1991 e 2001, por grupo etário, em função da tipologia do equipamento ou nível de ensino	204
Quadro 69: Ensino pré-escolar (Jardins de Infância) no ano lectivo 2006/2007	205
Quadro 70: 1º Ciclo do Ensino Básico no ano lectivo 2006/2007	207
Quadro 71: 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário (Ano lectivo 2006/2007)	208
Quadro 72: Lar e Centro de Dia no concelho de Constância, em 2007	210
Quadro 73: Equipamentos de Saúde, 2007	212
Quadro 74: Número e Dotação Funcional Útil (área em m ²) das instalações desportivas, por freguesia, em 2007	213
Quadro 75: Dotação Funcional Útil recomendada e existente no concelho de Constância em 2007, de acordo com tipologia	213
Quadro 76: Equipamento Cultural e de Recreio, em 2007	214
Quadro 77: Equipamento de Prevenção e Segurança, em 2007	216
Quadro 81: Principais Ligações à Rede Exterior	221
Quadro 82: Distâncias da Sede de Concelho aos Principais Pólos Geradores	222
Quadro 83: Extensões Viárias por Categoria Administrativa	230
Quadro 84: Características Geométricas e de Ocupação Marginal	234
Quadro 85: Distâncias Entre os Principais Pólos Geradores	235
Quadro 86: Evolução do Tráfego nas Vias Nacionais (período 1985/2005)	239
Quadro 87: Reservatórios do Sistema de adução Castelo de Bode – Constância (EPAL)	247
Quadro 88: Reservatórios Camarários	248
Quadro 89: Postos e acessos telefónicos em 2005, no concelho de Constância e em Portugal	257



1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

1.1 APRESENTAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

Na sequência da metodologia acordada nas condições do contracto celebrado entre a Câmara Municipal de Constância e a Plural, Lda., este relatório é elaborado no âmbito da 1ª Fase / Análise, Diagnóstico e Proposta Preliminar) da 1ª Revisão do Plano Director Municipal de Constância.

Decorridos, aproximadamente, nove anos após a entrada em vigor do actual Plano Director Municipal (ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/94, publicado em Diário da República n.º 5/94, I Série B, de 7 de Janeiro de 1994) torna-se necessário proceder à sua revisão. Essencialmente, este processo terá por finalidade a supressão de deficiências e o agilizar da gestão do Plano, de modo a garantir um ordenamento do território mais adequado à realidade actual do concelho, em observação do art.º 6º do Regulamento do PDM que prevê a revisão do Plano antes de decorridos 10 anos a contar da sua entrada em vigor, caso seja determinada a necessidade de se proceder à adequação das disposições nele contidas. Um outro factor de extrema importância consiste na necessidade de digitalização dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, em especial dos PDM.

A 1ª revisão do PDM de Constância terá, então, por objectivos:

- Ajustar o Plano à realidade do concelho, nomeadamente através da correcção de situações desadequadas às necessidades e anseios da população;
- Agilizar a gestão do Plano Director Municipal e proceder à sua articulação com outros Planos Municipais de Ordenamento do Território em elaboração, designadamente os Planos de Urbanização de Constância e Montalvo;
- Corrigir possíveis incongruências entre o Regulamento e as Peças Desenhadas;
- Suprimir as deficiências e as desactualizações, ao nível da representação, na Planta de Ordenamento e na Planta de Condicionantes (terão que ser consideradas novas condicionantes, tais como o traçado do IP6);
- Adequar a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional, à realidade do concelho e ao ordenamento em Solo Urbano, por forma a que não subsistam situações de aglomerados que, não tendo definido um perímetro, estão integrados em RAN ou REN;
- Proceder à Revisão do Regulamento;
- Verificar e actualizar a base cartográfica;



- Especificar um modelo estratégico de actuação que estabeleça acções distintas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado do concelho, tendo em atenção as mudanças operadas nos últimos anos;
- Definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos municipais e estatais, adequados ao desenvolvimento do concelho;
- Proceder à reestruturação da Rede Viária (PRN 2000) e considerar o traçado das novas infraestruturas viárias na definição de uma proposta de ordenamento;
- Promover a requalificação de alguns aglomerados, através da criação de espaços verdes e da implantação de equipamentos colectivos;
- Estabelecer um ordenamento adequado e equilibrado que seja articulado com os concelhos vizinhos evitando descontinuidades territoriais.

A 1ª Revisão do Plano Director Municipal de Constância deverá constituir, acima de tudo, uma oportunidade para pensar o concelho a longo prazo, de uma forma integrada e global face ao contexto regional. O processo de revisão deverá ser pautado por uma atitude participativa por parte dos intervenientes no processo de planeamento, permitindo que a procura de soluções, alicerçada em estudos de caracterização, seja, antes de mais, o estabelecimento de um compromisso entre as diversas visões sobre as *realidades-problema* do concelho.

Na elaboração da revisão do PDM foi utilizada cartografia oficial da SCN 10K e complementarmente foram utilizados os ortofotomapas da DGT, de acordo com a circular de orientação técnica disponibilizada pela DGT.

1.2 ENQUADRAMENTO LEGAL E ESTRUTURA DO PLANO

O enquadramento jurídico para elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's) é estabelecido no D.L. n.º 380/99 de 22 de Setembro, que veio introduzir alterações significativas ao regime anterior (estabelecido pelo D.L. n.º 69/90 de 2 de Março), nomeadamente em relação ao conteúdo dos PMOT's. Contudo, no artigo 86º do D.L. n.º 380/99 está prevista a publicação de uma portaria onde serão especificados os “demais elementos que acompanham o Plano Director Municipal”, o que, até ao momento, não se verificou. Neste contexto, e nos casos em que a legislação em vigor se revele inconclusiva, continuará a considerar-se o Decreto-Lei n.º 69/90 como quadro de referência para a revisão do PDM.

De acordo com a legislação que actualmente regulamenta os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's), o Plano Director Municipal “*estabelece o modelo de estrutura espacial do território municipal, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local prosseguida, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respectiva área de intervenção*” (artigo 84º do D.L. n.º 380/99 de 22 de Setembro).



Este Plano é de elaboração obrigatória e de acordo com o artigo 85º, “define um modelo de organização municipal do território nomeadamente estabelecendo:

- a) *A caracterização económica, social e biofísica, incluindo da estrutura fundiária da área de intervenção;*
- b) *A definição e caracterização da área de intervenção identificando as redes urbana, viária, de transportes e de equipamentos de educação, de saúde, de abastecimento público e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos;*
- c) *A definição dos sistemas de protecção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal;*
- d) *Os objectivos prosseguidos, os meios disponíveis e as acções propostas;*
- e) *A referenciação espacial dos usos e das actividades nomeadamente através da definição das classes e categorias de espaços;*
- f) *A identificação das áreas e a definição de estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento das actividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;*
- g) *A definição de estratégias para o espaço rural, identificando aptidões, potencialidades e referências aos usos múltiplos possíveis;*
- h) *A identificação e a delimitação dos perímetros urbanos, com a definição do sistema urbano municipal;*
- i) *A definição de programas na área habitacional;*
- j) *A especificação qualitativa e quantitativa dos índices, indicadores e parâmetros de referência, urbanísticos ou de ordenamento, a estabelecer em plano de urbanização e plano de pormenor, bem como os de natureza supletiva aplicáveis na ausência destes;*
- l) *A definição de unidades operativas de planeamento e gestão, para efeitos de programação da execução do plano, estabelecendo para cada uma das mesmas os respectivos objectivos, bem como os termos de referência para a necessária elaboração de planos de urbanização e de pormenor;*
- m) *A programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas;*
- n) *A identificação de condicionantes, designadamente reservas e zonas de protecção, bem como das necessárias à concretização dos planos de protecção civil de carácter permanente;*
- o) *As condições de actuação sobre áreas críticas, situações de emergência ou de excepção, bem como sobre áreas degradadas em geral;*



- p) *As condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal;*
- q) *A identificação das áreas de interesse público para efeitos de expropriação, bem como a definição das respectivas regras de gestão;*
- r) *Os critérios para a definição das áreas de cedência, bem como a definição das respectivas regras de gestão;*
- s) *Os critérios de perequação compensatória de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística a concretizar nos instrumentos de planeamento previstos nas unidades operativas de planeamento e gestão;*
- t) *A articulação do modelo de organização municipal do território com a disciplina consagrada nos demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis;*
- u) *O prazo de vigência e as condições de revisão.”*



2. CONSTÂNCIA E O CONTEXTO REGIONAL

2.1 CONTEXTO TERRITORIAL

A avaliação do grau de integração de determinada parcela do território no contexto nacional e regional é um exercício essencial para a avaliação das reais possibilidades de desenvolvimento, bem como para a identificação das condicionantes externas. Com efeito, o conhecimento destes dois factores é indispensável à aplicação de estratégias de gestão e de intervenção no território regional que permitam o aproveitamento integrado das especificidades de cada território concelhio.

Esta análise assume uma importância decisiva quando se pretende a coesão regional incrementando a capacidade competitiva das sub-unidades regionais, com o aproveitamento das potencialidades territoriais e de posicionamento, em articulação com a garantia de acesso a determinados serviços e padrões de qualidade de vida. Fomentar o desenvolvimento das funções singulares, e relevantes salvaguardando os valores patrimoniais e transformando o território numa fonte de novas oportunidades, é fundamental para a sua promoção.

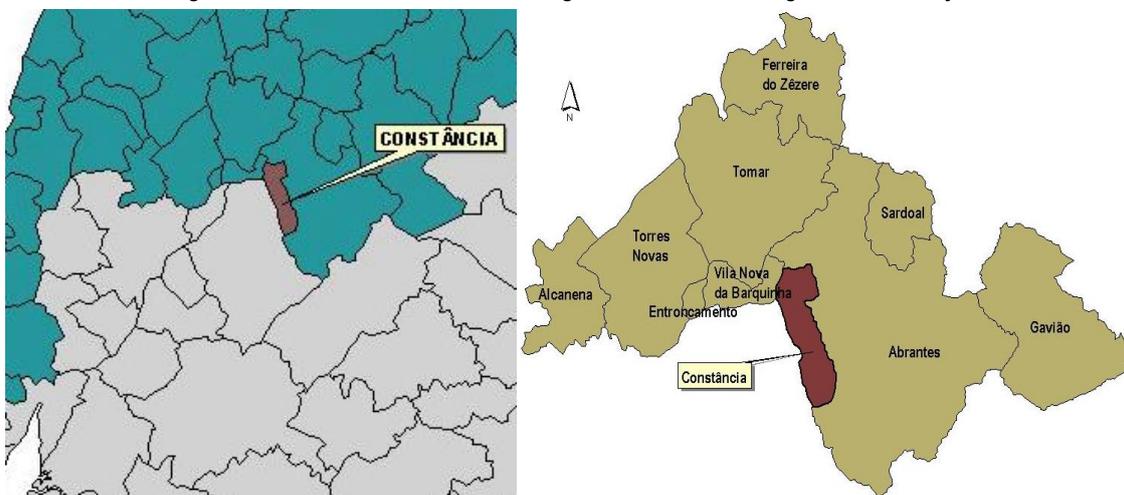
A localização geo-estratégica privilegiada do concelho de Constância e as infraestruturas de internacionalização existentes e em construção garantem-lhe as condições indispensáveis para uma inserção favorável. Este concelho está integrado na Região Centro (NUT II)¹ que, no total, integra 101 concelhos, com traços bastante distintos, que ocupam uma área de 28 172 Km². Esta região compreende 11 sub-regiões, sendo que Constância pertence à sub-região do Médio-Tejo (NUT III), conjuntamente com Abrantes, Alcanena, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Gavião, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha. Os 226 090 habitantes deste conjunto de concelhos distribuíam-se, em 2001, pelos 2306 km², conduzindo a um valor de densidade populacional bastante elevado (99 hab/Km²) quando comparado com a média nacional (75.3 hab/Km²), verificando-se os valores mais altos deste indicador nos concelhos do Entroncamento (1298 hab/Km²) e de Vila Nova da Barquinha (155.3 hab/Km²), sendo que os que concentram o maior quantitativo populacional do Médio Tejo são Ourém, Tomar e Abrantes com, designadamente 20.4%, 19% e 18.8% do total populacional desta sub-região.

De acordo com os Censos de 2001 a variação populacional nesta sub-região foi positiva (+2.1%) em resultado, em grande parte, dos aumentos populacionais verificados nos concelhos do Entroncamento (+27.8%) e de Ourém (+15%).

¹ Estas informações consideram já o novo enquadramento geográfico-administrativo que implicou a transferência das NUT III Oeste (excepto Mafra) e Médio Tejo para a região Centro. Todavia, e por forma a que as comparações efectuadas ao longo deste sub-capítulo incidem sobre as mesmas áreas geográficas, recorreu-se ainda aos valores e ao enquadramento geográfico das NUT 2001.



Figura 1: O concelho de Constância na Região Centro e na Sub-região do Médio Tejo



Fonte: Plural

O município de Constância pertence ao distrito de Santarém, juntamente com os concelhos de Abrantes, Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Ourém, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

Acresce referir que Constância pertence à Associação de Municípios do Médio Tejo, em conjunto com Abrantes, Alcanena, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Ourém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha, e à Região de Turismo do Ribatejo, juntamente com outros quinze municípios: Abrantes, Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Golegã, Salvaterra de Magos, Santarém e Vila Nova da Barquinha.

Figura 2: O concelho de Constância no distrito de Santarém



Fonte: Plural

No contexto regional, Constância não se afasta dos resultados registados para o Centro ou para o Médio Tejo, não chamando, por isso, a atenção a não ser no caso da diminuição da taxa de desemprego bastante expressiva. Destaque ainda para o excelente progresso que o Concelho efectuou entre 2000 e 2004 no que respeita ao Poder de Compra Concelhio, já que no início deste período Constância partia atrás quer da Região



Centro quer no Médio Tejo sendo que em 2004 a situação se modificou radicalmente, apresentando o Concelho agora condições particularmente melhores que qualquer das restantes escalas de análise.

Com a construção da A23/IP6, Constância adquiriu grande potencial de desenvolvimento económico e urbano, tanto pela relativa proximidade às principais áreas metropolitanas e às ligações com Espanha. Actualmente, as consequências são já visíveis, tanto pelo crescimento efectivo registado como pela integração de equipamentos de cariz regional.

No âmbito da estratégia nacional (**PNPOT**) para o Ribatejo e Oeste, onde Constância se integra, estão definidas várias orientações estratégicas (e integradas no PROT OVT), das quais se destacam as seguintes pela sua implicação com o território de Constância: (...) *estruturar o sistema urbano regional, articulando e dando consistência a quatro sub-sistemas, entre os quais o Polígono Tomar-Torres Novas- Entroncamento-Abrantes, onde Constância se integra; Definir um modelo sustentável de desenvolvimento turístico tirando partido das singulares condições naturais do Oeste, do Tejo requalificado e da rede urbana valorizada e criar condições, sobretudo antecipando os instrumentos de ordenamento do território, para a viabilização das iniciativas privadas neste domínio; Implementar as infra-estruturas ambientais que minimizem as agressões das actividades económicas, em particular sobre os recursos hídricos; Promover a valorização as paisagens e dos enquadramentos cénicos enquanto traço de identidade e de qualificação de cada uma das sub-regiões, em particular protegendo-a das agressões da urbanização e da edificação dispersa e da deposição incontrolada de detritos e entulhos; Reforçar a protecção do património natural - água, floresta, espaços naturais protegidos; Estimular o surgimento de redes de valorização do património histórico, cultural (material e imaterial) e natural.*

O posicionamento de Constância no âmbito da Região Oeste e Vale do Tejo (**PROT**) é referenciado nas várias temáticas e sistemas, destacando-se os seguintes domínios:

- No sistema urbano regional, Constância integra o terceiro nível da hierarquia de centros (Centros Urbanos Complementares), esperando-se destes centros que prestem “*um leque de funções urbanas pouco diversificadas, mas fundamentais na sustentação da coesão territorial e na consolidação de redes de proximidade.*” No plano das relações urbanas de proximidade, Constância integra o subsistema Urbano do Médio Tejo que está ancorado em cinco pólos estruturantes - Fátima/Ourém-Tomar-Torres Novas- Entroncamento-Abrantes, para o qual se espera um papel de charneira inter-regional e de potencial localização de actividades logísticas, articulando-se com Leiria, com a beira Interior e com o Alto Alentejo. No âmbito da articulação inter-regional, a região do Oeste e Vale do Tejo integra o terceiro anel envolvente da metrópole, conjuntamente com os centros urbanos de Marinha Grande-Leiria, Évora e Santiago do Cacém-Sines.



- Relativamente ao desenvolvimento do Turismo, Constância surge como uma Centralidade Urbano-Turística de apoio ao turismo e lazer de nível local. Aliás, no Modelo Territorial, o concelho de Constância surge como um dos Núcleos Turísticos e de Lazer (NTL), estes justificados pela concentração de funções turísticas, residenciais e de lazer e pela indispensável aposta forte na respectiva requalificação, a par, designadamente de Vila Nova da Barquinha, Tancos, Ferreira do Zêzere, Arripiado e Benfica do Ribatejo.
- A inclusão de Constância nas Unidades Territoriais é feita em dois casos: no “eixo Ribeirinho Barquinha Abrantes”, donde se salienta que “este constitui uma área com potencialidade para o lazer e recreio, através de actividades ligadas à pesca ou aos desportos náuticos”; ii) na “Charneca Ribatejana” e na sub-unidade “Charneca Ribatejana Norte”.

Do ponto de vista estritamente turístico, a integração de Constância no Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) encontra-se menos especificada, embora não menos apropriável. Com efeito, embora o concelho de Constância pertença à Área Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, o PENT utilizou como referência espacial as unidades territoriais em conformidade com o DL 244/2002, de 5 de Novembro, sendo que, neste âmbito, o concelho de Constância se encontra integrado na Região Centro.

Os objectivos para a Região Centro são naturalmente vastos e o facto do concelho de Constância não integrar nenhum dos seis pólos de desenvolvimento turístico, não permite extrair objectivos muito específicos para Constância ou para o Médio Tejo.

O grande objectivo para a Região Centro é o crescimento em número de turistas e em valor. A estratégia prevê o *cross selling* com a Região de Lisboa e Norte. A atracção de turistas estrangeiros deverá ser feita através dos produtos *Touring* e Turismo de Natureza. Para o conjunto da região estes produtos base deverão ser complementados por outros produtos, nomeadamente pela “Saúde e Bem-estar” e “Gastronomia e Vinhos”. Neste contexto regional é forçoso destacar os pólos de desenvolvimento turístico do Oeste, Serra da Estrela e Leiria Fátima, assim como o *cross selling* com Lisboa e com o Porto para o incremento percentual de turistas estrangeiros e para o desenvolvimento do turismo, de uma forma geral, na região, pelas oportunidades que aqueles induzem.

Para a melhoria do desempenho da Região Centro considera-se também necessário criar um conjunto de iniciativas ao nível do desenvolvimento de produtos, assim como acções transversais a todos os produtos que complementem e diversifiquem a oferta turística, nomeadamente. i) qualificação da oferta hoteleira; ii) reforçar a qualidade do serviço, ordenamento do território e protecção do ambiente; iii) melhorar as acessibilidades rodoviárias. À sua escala, o concelho de Constância irá, certamente, contribuir para a prossecução dos objectivos apontados no PENT, bem patentes na estratégia de desenvolvimento do município.



A especificidade do concelho de Constância passa obrigatoriamente pela valorização do rio Tejo, essencialmente alicerçada na criação de condições de sustentabilidade enquanto espaço turístico, associando-se-lhe dinâmicas económicas e de bem estar social numa visão global e integrada, assente nas redes de infra-estruturas e equipamentos estabelecendo, inclusivamente rotas com critérios de selectividade e complementaridade. A identidade local, as tradições culturais e a qualidade de vida, devêm traduzir-se no produto de referências.

Neste sentido a primazia recai na minimização de constrangimentos também, decorrentes da insuficiente valorização da Inovação e Tecnologia, contrariando o peso excessivo de microempresas, a fraca qualificação dos recursos humanos, a baixa escolaridade e escassez de quadros técnicos.

Fomentar uma Região internacionalizada e bem ligada Interna e externamente, constitui-se de extrema importância para o desenvolvimento pretendido. Nos últimos anos foram introduzidas inúmeras melhorias aos mais diversos níveis. Ao nível das Infraestruturas Viárias, por exemplo, são de destacar as intervenções previstas no Plano Rodoviário Nacional 2000, tanto ao nível nacional como regional, salientando, pela sua importância, (i) a conclusão dos lanços em construção do IP2/A23, integrados na concessão SCUT da Beira Interior, que pretende beneficiar as ligações ao Interior Centro e Norte e à fronteira de Vilar Formoso; (ii) a implementação do IC3, ligado ao IP6 junto ao Entroncamento que serve actualmente as principais ligações a Tomar, pretendendo-se que se venha a assumir como uma alternativa ao IP1/A1; (iii) a conclusão dos lanços do IC9 – Batalha/Tomar e Abrantes/Ponte de Sor, servindo as acessibilidades regionais alternativas a Leiria a Portalegre, respectivamente. Com incidência específica no território do concelho, salientam-se duas intervenções previstas, pela importância que assumem no âmbito da sua estrutura viária actual: o estudo de uma ligação entre o IP6/A23 a EN 118, integrada na rede Nacional e incluindo uma nova travessia do Tejo nesta zona, constituindo um elemento essencial para o ordenamento equilibrado do território municipal, com influencia ao nível das suas acessibilidades externas e da eficaz articulação entre os dois principais eixos rodoviários que o servem, a requalificação e o ordenamento do traçado viário de algumas vias estruturantes dos principais aglomerados.

No que se refere às Infraestruturas urbanas, foram introduzidas, no concelho de Constância, significativas melhorias, destacando-se, as seguintes: a nível do abastecimento de água, a captação de água passou a ser feita na Albufeira de Castelo de Bode, tendo-se eliminado a necessidade de recorrer a furos para abastecimento dos aglomerados concelhios; a nível do saneamento, o tratamento dos efluentes domésticos da vila de Constância passou a ser feito na ETAR da fábrica de pasta de papel do CAIMA; a nível da recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, procedeu-se à desactivação, selagem, vedação, requalificação paisagística e recolha e tratamento de lixiviados em todas as lixeiras do concelho.

Nos últimos anos foram também construídos novos equipamentos, sendo de destacar a construção das novas instalações do Centro de Saúde de Constância, a ampliação da Santa Casa da Misericórdia e a implementação



das Piscinas. Está prevista a construção de uma nova Escola Básica Integrada, e está também em discussão a ampliação ou construção de um novo cemitério.

Ao nível da protecção da natureza e educação ambiental, foi criado o Parque Ambiental de Santa Margarida em Vale do Mestre, que é parte de um projecto que envolve as autarquias de Constância, Chamusca e Vila Nova da Barquinha. Abrange uma área de 6 hectares, envolvendo uma acção de reflorestação de diversas espécies e, a construção de uma ecoteca, que visa a divulgação e protecção dos ecossistemas florestal e fluvial, e do observatório da natureza e do ambiente urbano. É um espaço de cultura viva que integra um jardim de ervas aromáticas, um campo de jogos, um parque infantil, um circuito de manutenção, uma torre de observação, percursos de natureza, e um parque de merendas, entre outros equipamentos.

No âmbito da requalificação e do ordenamento, foi elaborado o Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e do Zêzere (POMTEZE), para zona ribeirinha da vila de Constância. Este Plano teve como objectivo a estabilização e consolidação das margens dos rios, a consolidação e recuperação da Muralha da antiga torre medieval, a construção de um cais fluvial e a construção de um cais galgável no rio Zêzere, para a criação de uma praia fluvial estável e de condições para a realização de actividades aquáticas. A componente hidráulica do Plano foi definida com vista a consolidar e a recuperar as margens dos Rios de modo a minimizar o efeito das cheias permitindo o seu aproveitamento turístico.

2.2 CONSTÂNCIA – CONSIDERAÇÕES GERAIS

O concelho de Constância ocupa uma área de 80.1 Km², o que equivale a cerca de 3,47% da área total da sub-região do Médio Tejo. Situa-se na confluência dos rios Tejo e Zêzere, e é limitado a Norte e a Nascente pelo concelho de Abrantes, a Sul pelo concelho da Chamusca e a Poente por este último e por Vila Nova da Barquinha.

É constituído por 3 freguesias, Constância, Montalvo e Santa Margarida da Coutada, sendo que, tendo em consideração o quantitativo populacional, a freguesia de Santa Margarida da Coutada concentra quase metade da população concelhia (49%), seguida da freguesia de Montalvo (28%) e, por último, da freguesia de Constância (23%).

Da análise da estrutura do povoamento concelhio verifica-se que a população concentra-se, assim, maioritariamente (49,7%) nos aglomerados situados a Norte do rio Tejo, sendo Montalvo o aglomerado que reúne o maior número de habitantes (1048). A restante população residente, habita em lugares com uma população entre 500 e 999 habitantes. Com efeito, embora a freguesia de Santa Margarida seja a que concentra a maior parte da população concelhia, é constituída por conjuntos de aglomerados de pequena dimensão. Nota-se que a vila de Constância, apesar de ser a sede de concelho e reúna os principais serviços e equipamentos, não é o principal centro aglutinador de população do concelho.

Figura 3: Freguesias do Concelho de Constância



Fonte: Plural

Neste concelho a densidade populacional verificada situa-se entre os 100,5 hab/Km² na freguesia de Constância, e os 31,5 hab/Km² na freguesia de Santa Margarida da Coutada, Montalvo registava uma densidade de 86,4 hab/Km², o que permite constatar que as freguesias localizadas a Norte do rio Tejo, junto aos principais eixos de acessibilidade, assumem valores mais altos de densidade populacional, facto que se deve em parte ao facto da freguesia de Santa Margarida da Coutada ser ocupada pelo Campo Militar de Santa Margarida.

Nas últimas décadas, 81/91 e 91/2001, o concelho apresentou uma variação populacional com alterações significativas, tendo na década de 80 apresentado um aumento populacional na ordem dos 5,6% e na última acção censitária (91/2001) registado uma diminuição da capacidade atractiva e de fixação de população (-8,5%) em benefício de outros concelhos, nomeadamente, Ourém e Entroncamento. Esta perda assumiu maior relevância na freguesia na Santa Margarida, que como referido anteriormente integra o Campo Militar de Santa Margarida, que ocupa grande parte da sua área.

A evolução populacional é também resultado do comportamento das componentes de crescimento demográfico. Com efeito, não obstante o crescimento efectivo ter sido negativo na década de 90, ele deveu-se, em grande parte, ao crescimento migratório negativo (saíram do concelho cerca 6,4%) e ao crescimento natural que foi também negativo (os óbitos foram superiores aos nascimentos em 2,1%). Assim sendo, em 2001, o concelho de Constância possuía uma **taxa de natalidade** na ordem dos 9,4 ‰ e uma **taxa de mortalidade** na ordem dos 8,7‰.

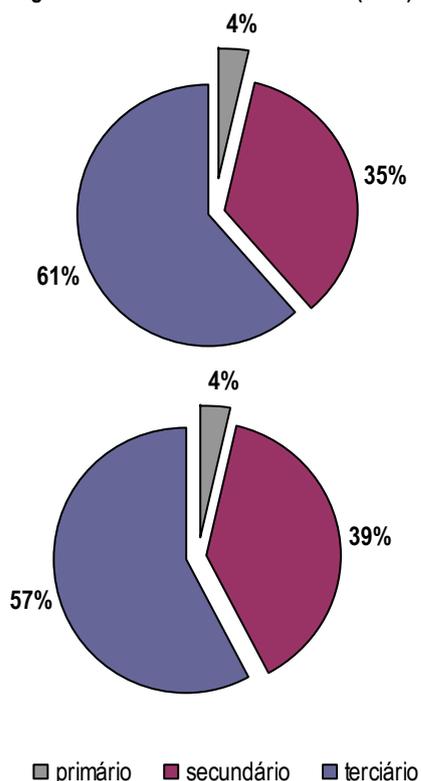
Constância é um concelho rural, de reduzida dimensão, e muito embora reúna especificidades cada vez mais relevantes na envolvente regional, encontra-se inserido num contexto geográfico onde existem concelhos fortemente polarizadores não só em termos demográficos, como económicos. Com efeito, e como se terá



oportunidade de verificar os concelhos de Constância e Entroncamento são os de menor dimensão territorial e empresarial.

Analisando a distribuição da população activa do concelho de Constância pelos três sectores de actividade

Figura 4: Sectores de actividade económica na sub-região e no concelho de Constância (2001)



Fonte: INE- Portugal

constata-se uma afectação maioritária ao sector secundário no concelho (57%), face ao sector terciário (35%) e primário (4%).

Em traços gerais, do ponto de vista económico, Constância caracteriza-se, por possuir um sector agrícola incipiente, com deficiências associadas à reduzida dimensão das explorações agrícolas, e ao seu carácter familiar de subsistência, um sector industrial com reconhecido dinamismo, embora fortemente dependente de duas unidades industriais (Caima e Tupperware) e um sector terciário com um forte peso da administração pública.

O concelho de Constância possui um potencial de exploração turística, que no contexto nacional, se pode considerar invejável, não só pelos recursos que possui mas pela forma como o executivo camarário os tem potenciado. Constância é detentora de um vasto conjunto de infraestruturas e equipamentos nos domínios ambiental e cultural, de grande relevância para a dinamização do turismo cultural, científico e de natureza.

O grau de qualificação e as habilitações literárias são um factor importantíssimo no arranque e na sustentação de processos de desenvolvimento. Entre 1991 e 2001, o Concelho de Constância assistiu à diminuição da sua taxa de analfabetismo, que passou de 12,5% para os 10,4%. Em 2001, 14,2% da população não tinha qualquer nível de ensino, 54% não possuía mais do que o 1º ciclo do ensino básico, 16% possuía ensino secundário e 6,5% tinha ensino superior.

No concelho de Constância é o sistema formal de ensino que desempenha o protagonismo na oferta de recursos de competências. É sobretudo a reduzida dimensão demográfica que tem justificado a também diminuta oferta de ensino existente, bem como a proximidade e acessibilidade a concelhos vizinhos com redes escolares sólidas.

A avaliação do grau de integração económica de um concelho no quadro regional, assim como as interdependências territoriais, passa pelo fluxo de pessoas, bens e capitais que se estabelecem entre o

concelho e o exterior. De acordo com os Censos de 2001, o concelho de Constância **gerou um total de 2175 deslocações**, sendo 557 (25,7%) relacionadas com o estudo e 1615 (74,4%) por motivos de trabalho. Do total destas, 89,5% tiveram como destino a sub-região do Médio Tejo e 66% como destino o concelho de Constância (Trabalho - 1065 e 362 - Estudo). No que diz respeito aos movimentos pendulares **com destino ao concelho de Constância** foram contabilizadas um total de **3425 deslocações**: 87,4% por razões profissionais e as restantes 12,6% relacionadas com a actividade escolar. Do total, 28,5% tiveram como origem concelhos da sub-região e 41,7% tiveram origem no concelho de Constância. Veja-se o esquema representativo dos principais fluxos pendulares, com destino a Constância.

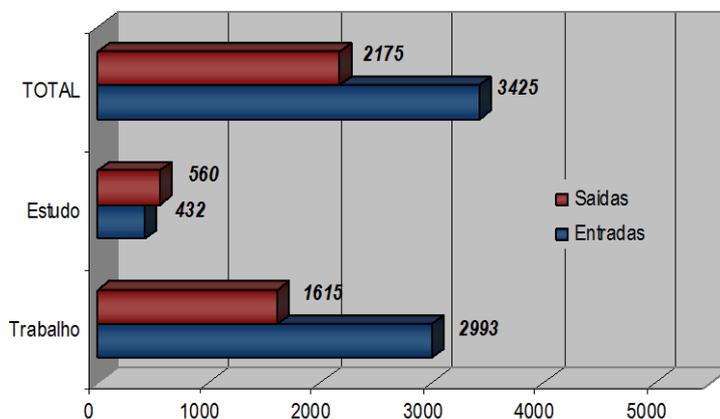
Figura 5: Movimentos Pendulares das saídas e entradas do concelho de Constância



Os movimentos no interior do concelho são, muito expressivos. O concelho de Constância, manifesta alguma capacidade em atrair população na sua envolvente territorial, polarizando, sobretudo o concelho de Abrantes. Concluindo, em 2001, o Concelho de Constância possuía um saldo pendular positivo em 1250 postos de trabalho.



Figura 6: Movimentos pendulares no concelho de Constância



Fonte: INE – Portugal, Censos 2001

A questão das acessibilidades e transportes é fundamental para a integração do concelho ao nível supra local, já que constitui um factor que, tantas vezes, condiciona ou fomenta afinidades e complementaridades entre regiões, facilitando a sua afirmação regional. Esta só pode ser concretizada através do estabelecimento de uma rede de transportes e acessibilidades realmente eficaz, em que se proceda à articulação dos níveis regional e nacional.

O concelho de Constância dispõe de boas acessibilidades externas, sendo de salientar os seguintes aspectos:

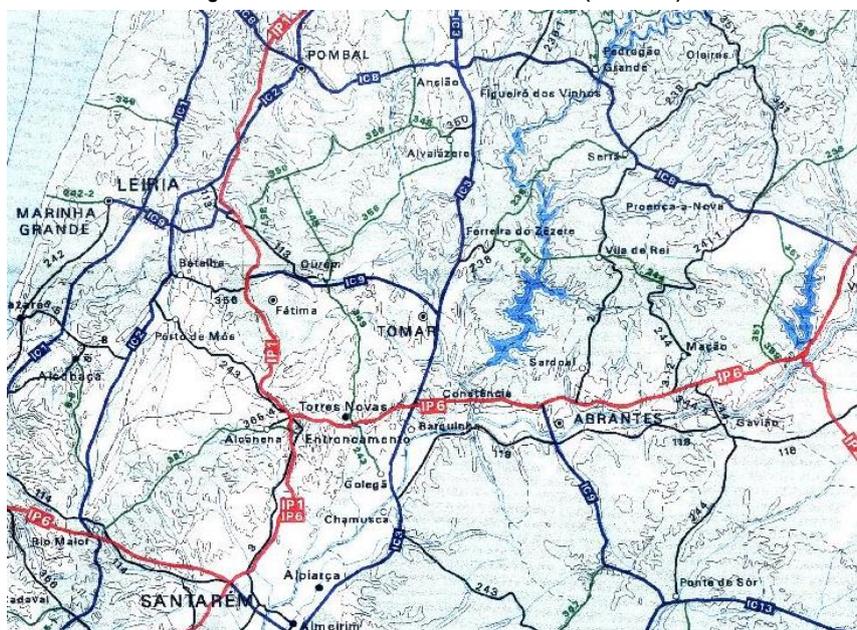
- Proximidade ao **IP1/A1** e o facto de ser servido directamente pelo **IP6/A23** (ligação transversal entre os dois eixos longitudinais mais importantes da rede nacional – IP1 e o IP2), conferindo-lhe excelentes condições de acessibilidade rodoviária, sobretudo, e no que diz respeito à ligações ao interior centro;
- A **EN 118**, que atravessa transversalmente o território situado a Sul do Tejo com uma orientação aproximadamente paralela à do IP6/A23, estabelece algumas ligações semelhantes a esta via, embora de âmbito limitado, sobretudo no sentido Poente.

A ligação entre as duas margens do Tejo, estabelecida através da ponte rodo-ferroviária da Praia do Ribatejo, constitui igualmente uma ligação bastante relevante, assegurando acessibilidades locais entre as duas margens de importância fulcral a nível interno e, pela sua articulação com a antiga EN3 e com o IP6/A23, um conjunto de ligações de nível superior à zona Sul do Concelho.

Em termos ferroviários o concelho é servido por um troço da linha da Beira Baixa que se desenvolve ao longo da margem Sul do Rio Tejo, no qual existe uma única infra-estrutura de acesso, a estação de Sta. Margarida,

situada junto à EN118. De salientar a proximidade relativamente ao grande centro ferroviário do Entroncamento.

Figura 7: Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN2000)



Fonte: Instituto de Estradas de Portugal

O serviço de transporte público colectivo é assegurado por um único operador, a Rodoviária do Tejo, sendo constituído por um conjunto de seis carreiras regulares interurbanas e regionais, uma carreira local e por duas do tipo Expresso.



3. CONDIÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS

3.1 ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO DO CONCELHO DE CONSTÂNCIA

3.1.1 Notas Introdutórias

Sendo o Plano Director Municipal um instrumento capaz de ajudar a desenhar futuros possíveis para os territórios e para as sociedades, vencendo a incerteza e as dificuldades de comunicação entre actores locais, exige o estabelecimento de um quadro de partida actualizado e com uma clara identificação das dinâmicas mais recentes.

A demografia surge neste âmbito como um instrumento indispensável para a definição de políticas urbanas, espaciais, sociais e económicas, sendo também um campo de intervenção ao sugerir a adopção de políticas demográficas de raiz local. As fragilidades sentidas quer na composição etária quer nos volumes disponíveis, terão reflexos na atracção de iniciativas com capacidade de mobilização territorial.

Por outro lado, a compreensão de que os fenómenos demográficos têm uma inércia (i.e., um arrastamento no tempo) que ultrapassa o período aceitável para a materialização das propostas em planeamento, transforma estas matérias num desafio a vencer onde a criatividade e a inovação passam a deter um papel central no contornar das dificuldades.

A caracterização demográfica no âmbito de um Plano Municipal de Ordenamento do Território é, assim, um contributo indispensável para o desenvolvimento de estratégias orientadas para uma melhor e mais ajustada intervenção territorial.

Sendo importante conhecer os quantitativos demográficos, bem como as densidades populacionais ou, ainda, efectuar retrospectivas históricas recuadas, interessa sobretudo sublinhar a qualidade da estrutura do conjunto dos indivíduos residentes no concelho, a respectiva distribuição por grupos etários e pelos índices resumo, bem como a construção de cenários possíveis para estimar a população e as suas características para o horizonte de vigência do Plano Director Municipal.

A presente revisão do PDM de Constância conta já com os Resultados Definitivos do XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, embora ainda não permitam dar a conhecer a totalidade dos domínios da abordagem demográfica. Assim, ressalva-se que as componentes do crescimento demográfico conhecidas (crescimentos natural e migratório) reportam aos Resultados Preliminares do mesmo Recenseamento, Todavia, no caso do concelho de Constância, aqueles dados estão em conformidade com os resultados definitivos.



A metodologia adoptada privilegiou as componentes comparativa, quantitativa e qualitativa. Sempre que se justificou, as comparações foram feitas com a sub-região Médio Tejo (NUT III), a qual é composta, para além de Constância, por mais nove municípios.

3.1.2 Ocupação do Território – Distribuição Geográfica da População

O concelho de Constância, detentor de uma superfície de 80 Km² (3,5% do total da superfície do Médio Tejo), e 3815 habitantes (1,7% da população da sub-região), quando inserido na sub-região que integra, é o terceiro concelho mais pequeno em termos de extensão territorial e o mais pequeno em termos de dimensão demográfica.

A evolução demográfica mais recente (últimos 30 anos) da sub-região que integra o concelho de Constância tem registado oscilações significativas, tendendo, no entanto, e no espaço de tempo referido, para a estabilização demográfica. Efectivamente, na década de 80 registou-se uma significativa diminuição dos efectivos do Médio Tejo (-2,7%), tendo conseguido, contudo, na década seguinte, recuperar grande parte desses efectivos (cf. Quadro).

Acompanhando esta evolução, as densidades populacionais, situam-se actualmente nos 48 hab./Km², no concelho de Constância e nos 99 hab./km² no Médio Tejo (cf. Quadro). Com uma densidade de ocupação reduzida, esta só é superior à do concelho de Sardoal (45 hab./km²). Em lugar oposto, nesta sub-região, encontra-se o concelho de Entroncamento, com 1298 hab./ km².

Quadro 1 Evolução da densidade populacional nos concelhos da sub-região do Médio Tejo, entre 1981 e 2001

Unidade Territorial	População Residente			Área (Km ²)	Densidade Populacional		
	1981	1991	2001		1981	1991	2001
Abrantes	48653	45697	42235	700	70	65	60
Alcanena	14287	14373	14600	127	113	113	115
Constância	3949	4170	3815	80	49	52	48
Entroncamento	11976	14226	18174	14	855	1016	1298
Ferreira do Zêzere	11099	9954	9422	184	60	54	51
Ourém	41376	40185	46216	417	99	96	111
Sardoal	5022	4430	4104	92	55	48	45
Tomar	45672	43139	43006	350	131	123	123
Torres Novas	37399	37692	36908	270	139	140	137
V. Nova Barquinha	8167	7553	7610	49	167	154	155
Médio Tejo	227600	221419	226090	2283	100	97	99

Fonte: INE-Portugal, Censos 1981, 1991 e 2001

Internamente verificam-se assinaláveis discrepâncias na ocupação do espaço concelhio, destacando-se, segundo os Censos 2001, a freguesia de Santa Margarida da Coutada, que devido à marcada presença



territorial do Campo Militar de Santa Margarida, é detentora de uma densidade habitacional de 32 hab./km², bastante inferior às densidades da freguesia de Constância (101 hab/km²) e de Montalvo (86 hab./km²).

Quadro 2: Evolução da Densidade Populacional do concelho de Constância, por freguesias, entre 1930 e 2001

Freguesias	Área (Km ²)	Densidade Populacional (Hab./Km ²)							
		1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Constância	8,76	103	107	98	110	112	103	101	101
Montalvo	12,51	55	60	65	69	67	82	88	86
Sta. Margarida	58,77	28	30	31	38	31	34	37	32
Concelho	80,04	41	43	44	51	45	49	52	48

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População

A análise da estrutura do povoamento do concelho revela uma população predominantemente concentrada em sete aglomerados, existindo apenas 204 pessoas a residir isoladamente, ou seja, fora destes aglomerados (em cerca de 75 habitações).

A exiguidade populacional e territorial do concelho não permite a existência de aglomerados de grandes dimensões. Assim, existe um lugar com menos de 100 habitantes (Pereira), dois lugares com entre 200 e 499 habitantes (Aldeia de Santa Margarida e Vale de Mestre), três lugares com entre 500 e 999 habitantes (Constância, Malpique e Portela) e um lugar com 1048 habitantes (Montalvo).

Quadro 3: Evolução da população residente por dimensão dos lugares, no concelho de Constância, entre 1981 e 2001

Escalões de Dimensão	1981			1991			2001		
	Número de Lugares	População Residente	%	Número de Lugares	População Residente	%	Número de Lugares	População Residente	%
Menos de 100 hab.	3	218	5,5	1	74	1,8	1	58	1,5
De 200 a 499 hab.	2	593	15,0	2	590	14,1	2	622	16,3
De 500 a 999 hab.	3	1870	47,4	3	1970	47,2	3	1883	49,4
De 1000 a 1999 hab.	1	1022	25,9	1	1043	25,0	1	1048	27,5
Pop. Isolada/residual	-	246	6,2	-	493	11,8	-	204	5,3
Total. Concelho	9	3949	100	7	4170	100	7	3815	100

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População

Não obstante se ter registado uma diminuição da população concelhia na década de 90, a estrutura de povoamento manteve-se inalterável relativamente a 1991.

A contribuição populacional de cada uma das três freguesias do concelho é a que se apresenta no quadro seguinte, em que a freguesia de Santa Margarida da Coutada representa quase metade da população concelhia (49%), sendo seguida pela freguesia de Montalvo (28%) e por último, pela freguesia de Constância (23%).



Quadro 4: Contribuição de cada freguesia para o total da população residente no concelho de Constância

Freguesias	1981		1991		2001	
	Total	%	Total	%	Total	%
Constância	909	23,0	889	21,3	880	23,1
Montalvo	1022	25,9	1095	26,3	1081	28,3
Santa Margarida	2018	51,1	2186	52,4	1854	48,6
Concelho Constância	3949	100	4170	100,0	3815	100

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População 1981, 1991, 2001

3.1.3 Evolução da População Residente

Entre 1981 e 2001 o concelho de Constância não acompanhou, globalmente, a evolução do Médio Tejo, na medida em que na década de 80, enquanto a população da sub-região diminuía (-2,7%), no concelho de Constância, a população aumentava 5,6%. Por outro lado, na década de 90, sucedeu o inverso, ou seja, enquanto o concelho de Constância registava uma diminuição de 8,5%, o Médio Tejo recuperava 2,1% de população.

Quadro 5: Evolução da população residente nos concelhos da sub-região Médio Tejo, entre 1981 e 2001

Unidade Territorial	População Residente			Taxa de Variação	
	1981	1991	2001	1981/91	91/2001
Abrantes	48653	45697	42235	-6,1	-7,6
Alcanena	14287	14373	14600	0,6	1,6
Constância	3949	4170	3815	5,6	-8,5
Entroncamento	11976	14226	18174	18,8	27,8
Ferreira do Zêzere	11099	9954	9422	-10,3	-5,3
Ourém	41376	40185	46216	-2,9	15,0
Sardoal	5022	4430	4104	-11,8	-7,4
Tomar	45672	43139	43006	-5,5	-0,3
Torres Novas	37399	37692	36908	0,8	-2,1
V. Nova Barquinha	8167	7553	7610	-7,5	0,8
Médio Tejo	227600	221419	226090	-2,7	2,1

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991 e 2001

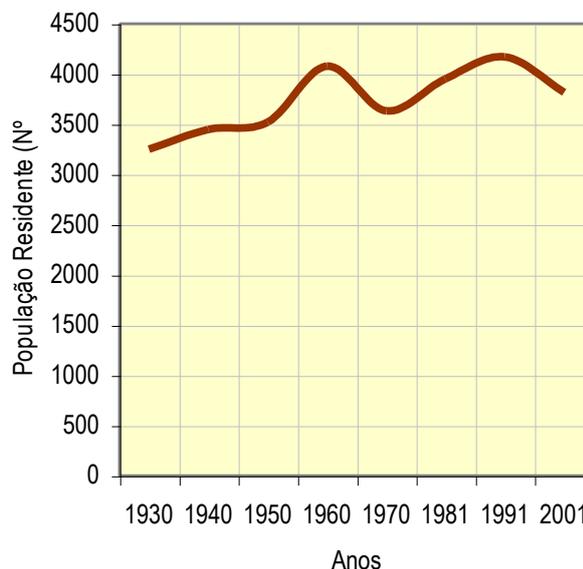
Considerando individualmente o percurso demográfico de Constância desde 1930, salienta-se a tendência geral para o crescimento ligeiro e progressivo, não obstante as duas inflexões significativas, registadas na década de 60 e na década de 90. Se a primeira encontra óbvia justificação no contexto socio-económico nacional da época, onde se registou uma grande mobilização de emigrantes, não só para os países do centro da Europa, mas também para as áreas metropolitanas de Porto e Lisboa, a segunda inflexão terá mais a ver com migrações intra-concelhias e regionais. Efectivamente, na década de 90 é evidente a diminuição da capacidade atractiva e de fixação de população do concelho (saíram do concelho de Constância, entre 1991 e 2001, cerca de 300 pessoas), provavelmente em benefício de outro concelho da sub-região que tem apresentado uma grande capacidade atractiva, nomeadamente, o Entroncamento.



Em 2001, o concelho de Constância possuía 3815 habitantes, tendo sido 1991 o ano em que o concelho alcançou o maior volume populacional (4170 habitantes) e 1930 o que teve recenseado o menor número de residentes (3248). O saldo obtido entre 1930 e 2001, resultou num ganho de 567 pessoas.

Em termos relativos e apesar da reduzida importância demográfica no conjunto sub-regional em que se insere, o concelho de Constância vê o seu peso diminuído, no total sub-regional entre 1991 e 2001; enquanto que em 1991, cerca de 1,9% da população total do Médio Tejo residia no concelho de Constância, em 2001, esse valor desce para 1,7%, verificando um peso igual ao registado duas décadas antes (1981).

Figura 8: Evolução da população no concelho de Constância entre 1930 e 2001



Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1930 a 2001

Quadro 6: Evolução do peso demográfico do concelho de Constância no Médio Tejo, entre 1981 e 2001

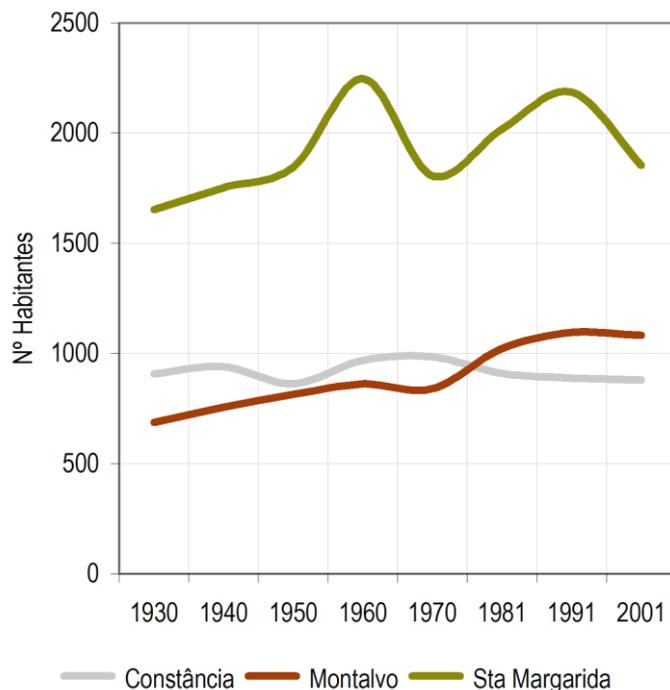
Unidade Territorial	1981		1991		2001	
	População Residente	Peso (%)	População Residente	Peso (%)	População Residente	Peso (%)
Médio Tejo	227600	-	221419	-	226070	-
Constância	3949	1,7	4170	1,9	3815	1,7

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991, 2001

Internamente e ao longo dos últimos tempos, as freguesias do concelho têm registado distintos comportamentos demográficos, sendo certo que de 1970 a 1991, enquanto Montalvo e Santa Margarida, apresentaram crescimentos positivos, a freguesia de Constância tem vindo a perder progressivamente população. Também na década de 90, as três freguesias do concelho diminuíram os seus efectivos, sendo que essa perda foi mais significativa na freguesia de Santa Margarida da Coutada (menos 332 pessoas).



Figura 9: Evolução da População por freguesias, no concelho de Constância, entre 1930 e 2001



Fonte: INE- Portugal, Recenseamentos gerais da População, 1930 a 2001

Quadro 7: Evolução da população residente no concelho de Constância, por freguesias, entre 1930 e 2001

Freguesias	População Residente								Taxas de Variação						
	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	30/40	40/50	50/60	60/70	70/81	81/91	91/01
Constância	908	940	863	968	985	909	889	880	3,5	-8,2	12,2	1,8	-7,7	-2,2	-1,0
Montalvo	688	755	813	862	840	1022	1095	1081	9,7	7,7	6,0	-2,6	21,7	7,1	-1,3
Sta.Margarida	1652	1751	1845	2247	1805	2018	2186	1854	6,0	5,4	21,8	-19,7	11,8	8,3	-15,2
Concelho	3248	3446	3521	4077	3630	3949	4170	3815	6,1	2,2	15,8	-11,0	8,8	5,6	-8,5

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1930 a 2001

Interessando a análise da evolução dos indivíduos, interessa também perceber a evolução e as transformações ocorridas no número e na dimensão das famílias. O número de famílias residentes em Constância aumentou apenas 0,3% no espaço de uma década, verificando-se, apenas, um acréscimo de 4 famílias, entre 1991 e 2001, a um ritmo bastante distinto do registado pelo Médio Tejo que, no mesmo período, verificou um incremento de 10%.

Tendo em conta que a população decresceu a um ritmo superior de -8,5%, facilmente se depreende que a dimensão média das famílias neste concelho também diminuiu. De uma dimensão média de 3,0 em 1991, passa-se para uma dimensão média de 2,7 pessoas/família, em 2001, significando que embora havendo um



número aproximado de famílias, estas são constituídas por menos indivíduos (cf. Quadro). Nesta matéria, o concelho de Constância apresenta as mesmas 2,7 pessoas/família que o Médio Tejo.

Quadro 8: Variação do número e da dimensão média das famílias entre 1981 e 2001

Freguesias	Número de Famílias (*)			Taxa de Variação (%)		Pessoas/Família		
	1981	1991	2001	81/91	91/2001	1981	1991	2001
Constância	289	301	327	4,2	8,6	3,1	3,0	2,7
Montalvo	299	361	387	20,7	7,2	3,4	3,0	2,8
Santa Margarida	662	734	686	10,9	-6,5	3,0	3,0	2,7
Concelho	1250	1396	1400	11,7	0,3	3,2	3,0	2,7
Médio Tejo	-	75990	83636	-	10,1	-	2,9	2,7

(*) Famílias Clássicas + Famílias Institucionais

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1981, 1991 e 2001

A referência à evolução do número de famílias é muito importante do ponto de vista, não só do seu significado puramente demográfico, mas também é essencial no âmbito da programação do parque habitacional, na medida em que esta evolução, no sentido da diminuição da dimensão das famílias, produzirá uma certa pressão na produção habitacional e, conseqüentemente, na própria definição dos perímetros urbanos.

3.1.4 Componentes do Crescimento: Crescimento Natural e Crescimento Migratório

A evolução dos movimentos natural e migratório determina o crescimento de uma população (crescimento efectivo) e provoca modificações nas respectivas estruturas etárias. A maior ou menor intensidade de actuação de cada uma das componentes do crescimento determina diferentes níveis de crescimento e, conseqüentemente, diferentes alterações na estrutura etária.

Se o crescimento natural mede a diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos, o saldo migratório mede a diferença entre o número de entradas e o número de saídas e indica até que ponto determinado concelho é ou não atractivo ou repulsivo, do ponto de vista demográfico.

Entre os momentos censitários de 1981 e 2001, verificou-se um declínio da taxa de natalidade (passou de 11,9‰, em 1981 para 8,8‰, em 1999) e uma relativa estabilização taxa de mortalidade, factos que explicam que o crescimento natural, como um dos elementos responsáveis pela variação demográfica, não tem exercido uma influência de assinalar na evolução populacional de Constância, sendo, pois, sobretudo a componente migratória que a tem justificado.



Quadro 9: Indicadores demográficos no concelho de Constância e no Médio Tejo, entre 1981 e 2005

Indicador	1981	1995	1999	2003	2005
TAXA DE NATALIDADE (‰)					
Constância	11,9	-	8,8	9,2	13,4
Médio Tejo		8,7	10,1	8,9	8,8
TAXA DE MORTALIDADE (‰)					
Constância	11,9	-	8,1	12,4	11,9
Médio Tejo		12,2	13,2	12,6	12,4

Fonte: PDM em vigor; INE-Portugal, Anuário Estatístico da Região Centro, 2000 e 2006.

Interessando conhecer a evolução mais recente dos factores que têm justificado a evolução demográfica, o Quadro seguinte tem sistematizado o crescimento efectivo e as componentes desse crescimento nas décadas de 80 e 90, no concelho de Constância, enquadrados pela evolução ocorrida a nível sub-regional, sendo de destacar, grosso modo, os seguintes aspectos:

a nível concelhio

- na década de 80, o crescimento efectivo, na ordem dos 5,6%, teve como suporte, sobretudo o crescimento migratório (entraram no concelho, entre 1981 e 1991, cerca de 217 pessoas), enquanto que o crescimento natural foi de apenas 0,1%, ou seja, a diferença entre os nascimentos e os óbitos foi de apenas 4;
- de acordo com os Resultados Preliminares dos Censos 2001, na década de 90, registou-se uma muito significativa alteração no comportamento das componentes de crescimento demográfico, relativamente à década anterior. Com efeito, não obstante o crescimento efectivo ter sido negativo na década de 90 (-8,5%), ele deveu-se, em grande parte, ao crescimento migratório negativo (saíram do concelho cerca de três centenas de pessoas) e o crescimento natural foi também negativo (os óbitos foram superiores as nascimentos em cerca de uma centena de casos). O comportamento do crescimento migratório, entre 1991 e 2001, tem implícita a efectiva perda de capacidade de captação e de fixação de população do concelho de Constância, possivelmente a favor de concelhos mais atractivos da sub-região, como Ourém e Entroncamento.

a nível sub-regional

- na década de 80 o Médio Tejo perdeu cerca de 2,7% dos seus habitantes. No entanto, o concelho de Constância registou, neste período, o segundo maior crescimento relativo, sendo evidente, e de uma forma generalizada, com excepção do concelho de Entroncamento, um êxodo populacional para o exterior desta sub-região;
- na década de 90, o Médio Tejo recupera população e ganha cerca de 4600 novos indivíduos (2,1%), embora predominantemente justificados pelo crescimento migratório de Ourém e pelas



dinâmicas natural e migratória do concelho do Entroncamento. Constância, neste contexto geográfico, é o concelho que se apresenta, proporcionalmente, mais repulsivo, na medida em que apresenta o maior crescimento migratório negativo (-6,4%).

Não obstante os cenários decenais descritos, parecem revelar-se mais recentemente, no período pós censitário de 2001, sinais de revitalização demográfica observáveis a partir da taxa bruta de natalidade em 2005. Efectivamente, neste ano, de acordo com o Anuário estatístico da Região Centro (INE), o concelho de Constância foi o que registou a maior taxa de natalidade (13,4‰) no conjunto dos concelhos que constituem a sub-região do Médio Tejo e cujo valor se distancia ainda significativamente da segunda melhor taxa de natalidade (município de Entroncamento, com uma taxa de natalidade de 10,6‰). A média da sub-região, situou-se naquele ano nos 8,8‰. Por outro lado, a mortalidade em Constância aproxima-se mais do padrão regional (embora mais favorável), sendo que em 2005 a taxa bruta de mortalidade de Constância era de 11,9‰ e a do Médio Tejo de 12,4‰.

O próximo Recenseamento Geral da População, a realizar em 2011, encarregar-se-á de confirmar estes indícios de rejuvenescimento e revitalização demográfica do concelho de Constância.



Quadro 10: População Residente e Componentes do Crescimento Demográfico, 1981-2001

Unidade Territorial	POPULAÇÃO RESIDENTE						1981-1991						1991-2001					
	1981		1991		2001		Crescimento Efectivo		Crescimento Natural		Crescimento Migratório		Crescimento Efectivo		Crescimento Natural		Crescimento Migratório	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Abrantes	48653	21,4	45697	20,6	42235	18,7	-2956	-6,1	-271	-0,6	-2685	-5,5	-3300	-7,1	-2100	-4,6	-1200	-2,5
Alcanena	14287	6,3	14373	6,5	14600	6,5	86	0,6	158	1,1	-72	-0,5	200	1,6	-400	-3,1	700	4,7
Constância	3949	1,7	4170	1,9	3815	1,7	221	5,6	4	0,1	217	5,5	-400	-8,5	-100	-2,1	-300	-6,4
Entroncamento	11976	5,3	14226	6,4	18173	8,0	2250	18,8	253	2,1	1997	16,7	3900	27,4	400	3	3500	24,4
Ferreira do Zêzere	11099	4,9	9954	4,5	9422	4,2	-1145	-10,3	-647	-5,8	-498	-4,5	-500	-5,4	-900	-8,6	300	3,2
Ourém	41376	18,2	40185	18,1	46196	20,4	-1191	-2,9	901	2,2	-2092	-5,1	6000	14,9	-100	-0,3	6100	15,2
Sardoal	5022	2,2	4430	2,0	4104	1,8	-592	-11,8	-234	-4,7	-358	-7,1	-300	-7,5	-400	-8,4	0	0,9
Tomar	45672	20,1	43139	19,5	43007	19,0	-2533	-5,5	-213	-0,5	-2320	-5,1	-200	0,5	-1500	-3,5	1300	3
Torres Novas	37399	16,4	37692	17,0	36908	16,3	293	0,8	346	0,9	-53	-0,1	-900	-2,3	-1300	-3,5	400	1,2
V.N. da Barquinha	8167	3,6	7553	3,4	7610	3,4	-614	-7,5	-117	-1,4	-497	-6,1	0	0,5	-200	-3,3	300	3,7
MÉDIO TEJO	227600	100	221419	100	226070	100	-6181	-2,7	180	0,1	-6361	-2,8	4600	2,1	-6600	-3	11200	5,1

Fonte: Alterações Demográficas nas Regiões Portuguesas, entre 1981 e 1991, INE, 1993 - Censos 2001 (Resultados Preliminares e Provisórios), INE, 2001



3.1.5 Estrutura Etária da População: Grupos Funcionais e Índices-resumo

A análise da distribuição da população por grupos etários, normalmente representada através de pirâmides etárias, permite conhecer a história de cada concelho (região ou país), na medida em que as diferentes saliências ou reentrâncias reflectem o comportamento da fecundidade, o esquema da mortalidade e os sentidos dos fluxos migratórios ao longo do tempo.

Na análise da população, por idades, definem-se, geralmente três grandes grupos, designados por grupos funcionais: 0-14 anos (população jovem); 15-64 anos (população em idade activa) e 65 e mais anos (população idosa). Esta repartição prende-se, sobretudo, com os limites mais habituais de entrada e saída na vida activa.

O envelhecimento demográfico, progressivamente patente no evoluir da demografia portuguesa, traduz-se num duplo envelhecimento: diminuição da proporção de jovens e aumento da proporção de idosos. Estas tendências são directamente induzidas pela queda da fecundidade e pelo aumento da esperança de vida.

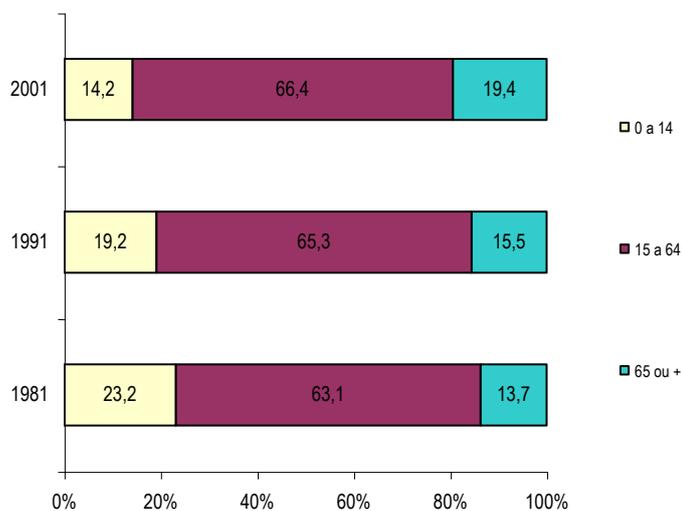
A queda da fecundidade está, cada vez mais, identificada com o contexto socio-económico da sociedade portuguesa e menos explicada por factores puramente demográficos. Está, pois, em causa, uma crescente aceitação de novos parâmetros de qualidade de vida. Por outro lado, o aumento da esperança de vida é uma consequência inevitável da evolução da ciência e da tecnologia.

Estas tendências começam lentamente a repercutir-se no concelho de Constância. Efectivamente, começam a manifestar-se sinais de envelhecimento estrutural da população, nomeadamente com a diminuição da proporção de jovens (dos 0 aos 14 anos) e com o aumento dos idosos (idades superiores a 65 anos), reflectindo-se numa estrutura etária em fase de envelhecimento.

Apesar de Constância ter, ainda hoje, uma importante percentagem de jovens, muito próxima da registada pela sub-região de Médio Tejo, não é, contudo, alheio ao processo de envelhecimento da população que caracteriza a área em que se insere, pois verifica-se que, desde os anos 80, os grupos mais idosos estão a aumentar e os mais jovens a registar decréscimos dos respectivos pesos relativos. A figura seguinte permite visualizar com clareza essa evolução.

A tendência desta evolução é especialmente importante quando se estão a prever equipamentos a médio prazo. Neste sentido, as tendências de evolução desenhadas são importantes alertas, por um lado, para o sistema de protecção social, pois é, significativamente, crescente o número de cidadãos "não produtivos" ou a atingir a idade da reforma e a reclamar pensões, lares de terceira idade, assistência domiciliária, hospitais, medicamentos; e, por outro lado, o abrandamento da pressão dos jovens apresenta-se como uma oportunidade estratégica para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem.

Figura 10: Evolução da Estrutura Etária, do concelho de Constância, entre 1981 e 2001



Fonte: INE, Alterações demográficas nas regiões portuguesas entre 1981-1991; Censos 2001

Em traços gerais, a evolução mais recente (últimas duas décadas) da distribuição da população por grupos etários é a seguinte:

- diminuição muito significativa da população jovem (0-14 anos) passando de 23,2% do total da população, em 1981, para 19,2%, em 1991 e, para 14,2%, em 2001;.
- ligeiro aumento da população em idade activa (14-65 anos), passando de 63,1%, em 1981, para 66,4%, em 2001;
- aumento mais acentuado do grupo dos idosos (65 e mais anos) que, de 13,7%, em 1981, passa para 15,5%, em 1991, e para 19,5%, em 2001.

Esta evolução põe em evidência a diminuição tendencial da capacidade de rejuvenescimento da população do concelho de Constância, situação que, a manter-se, afectará o potencial demográfico do concelho. Todavia, a diminuição da população jovem corresponde a um padrão regional.

A evolução da distribuição e a própria distribuição da população por grupos etários no concelho de Constância acompanham estruturalmente a região em que o concelho se insere embora, em termos gerais, o concelho seja ligeiramente mais jovem do que a sub-região do Médio Tejo (cf. Quadro). Com efeito, Constância, nas duas últimas décadas, tem apresentado uma proporção de jovens aproximadamente idêntica, mas uma menor proporção de idosos.

A observação destas variáveis numa perspectiva dinâmica permite ajustar equipamentos e serviços às necessidades actuais e previstas.



Quadro 11: Variação da estrutura etária da população residente no Médio Tejo, entre 1981 e 2001 (%)

Unidade Territorial	1981			1991			2001		
	0 -14	15-64	>65	0 -14	15-64	>65	0 -14	15-64	>65
Abrantes	21,7	63,0	15,2	16,2	64,8	19,1	12,9	63,4	23,7
Alcanena	22,0	63,8	14,3	19,0	64,3	16,7	14,3	65,4	20,3
Constância	23,2	63,1	13,7	19,2	65,3	15,5	14,2	66,4	19,4
Entroncamento	21,8	67,1	11,1	17,8	70,2	12,0	16,4	69,3	14,4
Ferreira do Zêzere	20,0	58,6	21,4	17,4	58,5	24,1	13,7	58,8	27,5
Ourém	24,9	62,1	12,9	20,1	63,7	16,1	16,9	64,5	18,6
Sardoal	20,0	59,3	20,6	16,9	58,4	24,7	13,8	58,5	27,7
Tomar	22,6	62,9	14,5	17,7	64,7	17,5	14,5	63,9	21,6
Torres Novas	22,2	63,9	13,9	18,0	65,0	17,0	13,8	65,3	20,9
V. Nova Barquinha	23,9	63,8	12,3	17,0	68,0	15,0	13,6	66,0	20,4
Médio Tejo	22,4	62,9	14,8	17,8	64,4	17,8	14,6	64,5	20,9

Fonte: INE-Portugal, Alterações demográficas nas regiões portuguesas entre 1981-1991, 1993.

Quadro 12: Estrutura Etária da População do concelho de Constância, por freguesia, em 2001

Freguesias	0 –14 anos	15-64 anos	> 65 anos
Constância	12,7	65,8	21,5
Montalvo	15,6	67,6	16,7
Santa Margarida	14,0	66,0	20,0
Concelho de Constância	14,2	66,4	19,4
Médio Tejo	14,6	64,5	20,9

Fonte: INE-Portugal, Censos 2001

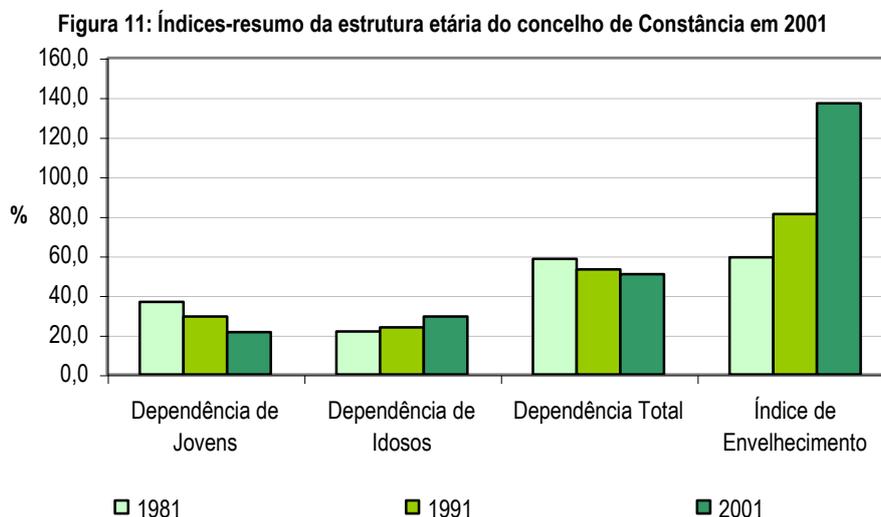
Internamente, numa análise ao conjunto das freguesias do concelho, destaca-se Constância como a freguesia duplamente mais envelhecida por apresentar a menor proporção de jovens e a maior proporção de idosos.

As modificações ocorridas na estrutura etária fixam a relação existente entre os diferentes grupos etários, que se expressa em índices resumo das estruturas populacionais. Estes índices são normalmente apresentados para medir a dependência e o envelhecimento da população.

Os **índices de dependência** são utilizados para medir a relação existente entre a população nas idades não activas e a população em idade activa. O índice de dependência de jovens mede os efectivos dos 0 aos 14 anos a cargo de cada 100 indivíduos dos 15 aos 64 anos; da mesma forma, o índice de dependência de idosos mede o número de pessoas com 65 e mais anos cujo encargo recai em cada 100 indivíduos em idade activa. O índice de dependência total é a soma dos dois anteriores, ou seja, cada 100 indivíduos em idade activa tem a cargo determinado número de jovens e de idosos.

O **índice de envelhecimento** é um dos indicadores mais utilizados para medir o estado de envelhecimento ou rejuvenescimento da população em determinado momento, e representa o número de idosos (65 e mais anos) por cada 100 jovens (0 aos 14 anos).

Os índices resumo, como o próprio nome sugere, sintetizam o “estado” da população de determinado território e pretendem medir, os já referidos níveis de dependência e envelhecimento.



Fonte: INE - Portugal, Censos 2001

Em Constância, entre 1981 e 2001, a evolução pode traduzir-se, genericamente, da seguinte forma:

- significativa diminuição do número de dependentes jovens por cada 100 activos (passa de 37, em 1981, para 21, em 2001);
- ligeiro aumento do número de idosos a cargo de cada 100 activos (passa de 22 para 29);
- em consequência dos dois índices anteriores, um muito representativo aumento do índice de envelhecimento (número de idosos por cada 100 jovens), passando de 59, em 1981, para 137, em 2001.



Quadro 13: Índices de evolução da estrutura etária nos concelhos do Médio Tejo, 1981 a 2001

Unidade Territorial	Dependência de Jovens			Dependência de Idosos			Dependência Total			Índice de Envelhecimento		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Abrantes	34,5	25,0	20,3	24,2	29,5	37,4	58,7	54,5	57,7	70,1	117,7	183,9
Alcanena	34,4	29,6	21,9	22,4	26,0	31,0	56,8	55,6	52,9	65,0	88,0	141,5
Constância	36,7	29,3	21,4	21,7	23,8	29,3	58,4	53,1	50,6	59,1	81,1	137,0
Entroncamento	32,4	25,3	23,6	16,6	17,0	20,8	49,0	42,4	44,4	51,0	67,3	87,9
Ferreira do Zêzere	34,2	29,8	23,4	36,5	41,2	46,8	70,7	71,0	70,2	106,8	138,6	200,1
Ourém	40,0	31,5	26,2	20,8	25,3	28,9	60,9	56,8	55,1	52,0	80,3	110,0
Sardoal	33,8	29,0	23,7	34,8	42,3	47,3	68,6	71,3	71,0	103,1	146,2	200,0
Tomar	35,9	27,4	22,7	23,0	27,0	33,9	59,0	54,4	56,5	64,1	98,9	149,4
Torres Novas	34,7	27,8	21,1	21,7	26,1	31,9	56,4	53,8	53,0	62,6	94,0	151,5
V. Nova Barquinha	37,4	25,0	20,6	19,2	22,0	31,0	56,7	46,9	51,6	51,3	88,1	150,4
Médio Tejo	35,6	27,6	22,7	23,5	27,6	32,4	59,0	55,2	55,1	66,0	100,0	142,8

Fonte: Alterações Demográficas nas Regiões Portuguesas entre 1981-1991, INE, 1993; INE, Censos 2001

Não sendo muito favorável o “estado” da estrutura etária do concelho de Constância, ele é, no entanto, mais favorável do que o registado pela sub-região que o integra. De facto, Constância destaca-se do conjunto do Médio Tejo por possuir menores índices de dependência e de envelhecimento.

Na sequência do que atrás já foi salientado, a freguesia de Constância é a que apresenta o maior índice de envelhecimento (cerca de 170 velhos por cada 100 jovens).

Quadro 14: Índices de evolução da estrutura etária por freguesias, em 2001

Freguesias	Dependência de Jovens	Dependência de Idosos	Dependência Total	Índice de Envelhecimento
Constância	19,3	32,6	52,0	168,8
Montalvo	23,1	24,8	47,9	107,1
Santa Margarida	21,3	30,5	51,8	143,5
Concelho de Constância	21,4	29,4	50,7	137,3
Médio Tejo	22,8	32,5	55,2	143,0

Fonte: Valores obtidos a partir de cálculos próprios, com base nos Resultados Definitivos do XIV Recenseamento Geral da População, 2001, INE

O envelhecimento tendencial da população faz prever a degradação contínua destes índices e, de modo mais significativo, do índice de envelhecimento.

3.1.6 População Residente *versus* População Presente – a importância da População do Campo Militar de Santa Margarida

Nos Recenseamentos Gerais da População do INE (decenais) faz-se sempre uma distinção entre População Residente e População Presente, sendo que no caso concreto de Constância esta diferenciação é fundamental já que reflecte uma característica essencial da população e do território de Constância, que tem implicações de



vária ordem na vida do município e que se refere à população do Campo Militar de Santa Margarida.

De acordo com as definições do INE, a **população presente** é aquela que à data do Censo (12 de Março de 2001) se encontrava numa unidade de alojamento, mesmo que ali não residisse ou que, mesmo não estando presente às zero horas daquele dia, lá chegaria até às doze horas, e a **população residente** é constituída pelos indivíduos que independentemente de no momento censitário estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitavam a maior parte do ano com a família ou detinham a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

A população presente é, assim, aquela que comumente se designa de “flutuante”, que regista oscilações ao longo do tempo, enquanto que a população residente é a população real, efectiva de determinado território.

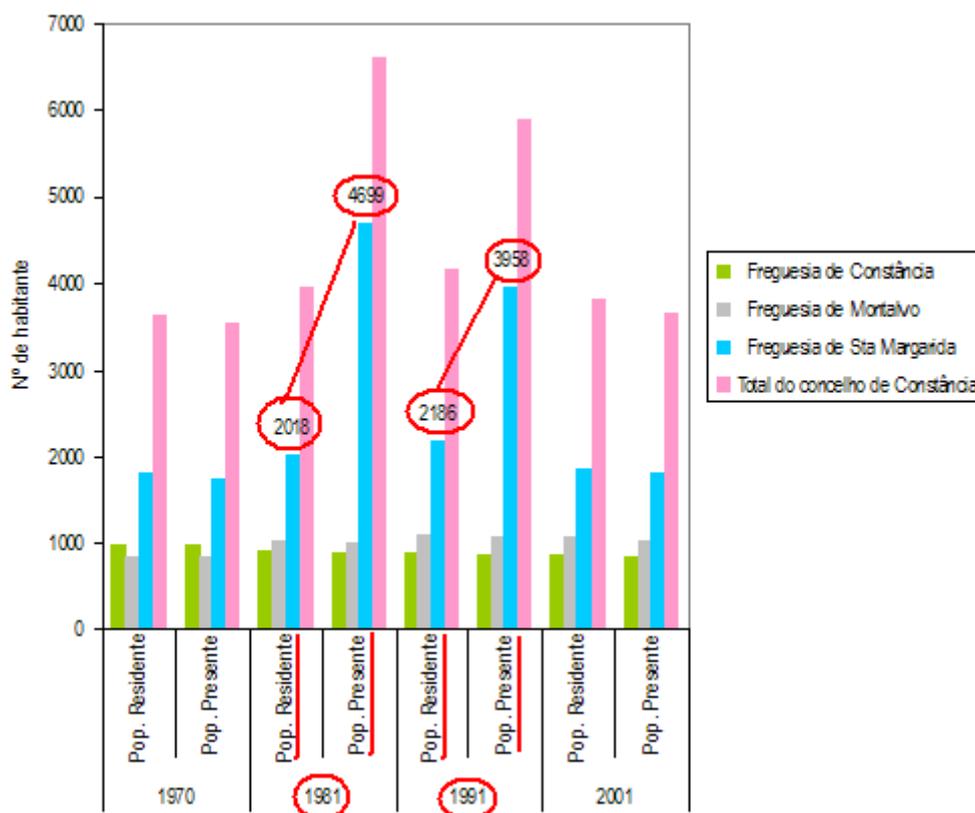
Esta diferenciação tem colocado ao município de Constância algumas questões de especial importância na medida em que a população militar (população presente) tem um volume muito expressivo quando comparado com a população total concelhia, para além do papel preponderante nas dinâmicas sociais e económicas do município mas não é recenseada como população residente no concelho de Constância, sendo que “teoricamente” a população de Constância está, neste contexto, subcontada. Para além deste facto, também os próprios Recenseamentos da População, do Instituto Nacional de Estatística tem divergido nos critérios do recenseamento, conduzindo a contagens de população irregulares, nomeadamente existindo anos em que a população militar é contabilizada como população presente e noutros anos em que isso não acontece. Considerando apenas os Recenseamentos posteriores a 1960, constata-se o seguinte:

- **Censos 1970:** Não foi contabilizada a população militar pois a população residente é muito aproximada da população presente;
- **Censos 1981:** A população militar foi contabilizada como presente e inserida na designada “população isolada”, onde se verifica que a diferença entre a população residente e presente é de 2681 indivíduos;
- **Censos 1991:** A população militar foi novamente contabilizada, sendo que a diferença entre a população residente e presente foi de 1772 (previsivelmente o número aproximado de militares a cumprir o serviço militar obrigatório);
- **Censos 2001:** Aparentemente, a população militar não foi novamente contabilizada, pois também neste ano o diferencial entre população residente e presente é reduzido.

O gráfico seguinte traduz com clareza essas diferenças, cuja materialização traduz um diferencial de aproximadamente dois milhares de indivíduos, nos anos de 1981 e 1991.



Figura 12: População Residente e População Presente no concelho de Constância, por freguesia, entre 1970 e 2001 (com destaque para a freguesia de Santa Margarida em 1981 e em 2001)



Quadro 15: População Residente e População Presente no concelho de Constância, por freguesia, entre 1970 e 2001

Freguesias	1970		1981		1991		2001	
	População Residente	População Presente						
Constância	985	980	909	895	889	874	880	823
Montalvo	840	830	1022	1002	1095	1070	1081	1028
Santa Margarida	1805	1750	2018	4699	2186	3958	1854	1802
Total	3630	3560	3949	6596	4170	5902	3815	3653

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População 1981, 1991, 2001

De acordo com informações recolhidas junto da Secção de Logística do Comando/Brigada Mecanizada do CMSM, a população total militar era, no primeiro trimestre de 2007, de aproximadamente 3100 indivíduos. Destes, cerca de 200 a 300 pessoas são população residente, já que a sua habitação permanente é no Campo Militar (militares e famílias). Os restantes quase três milhares de pessoas, residem 5 dias da semana no CMSM (trabalham e dormem de 2^a a 6^a-feira) e vão no fim-de-semana para as suas habitações, maioritariamente em



concelhos vizinhos de Constância, sendo que a sua habitação considerada permanente (local de residência) é o local onde passam o fim-de-semana e onde se encontram/residem as respectivas famílias.

A população residente no Campo Militar de Santa Margarida é constituída maioritariamente por pessoas que integram os escalões etários entre os 15 e os 65 anos, sendo que destes, mais de quatro quintos tem idade inferior a 28 anos e apenas 16% tem mais de 29 anos. As crianças (até aos 14 anos) são em número reduzido, rondando as três dezenas.

À data do Recenseamento Geral da População de 2001, a população militar, de acordo com a mesma fonte, rondaria os 4200 indivíduos, sendo que a fonte oficial, como já se referiu, não o traduz nos quantitativos apresentados. Se em 1981 e 1991 a população militar foi incluída nos “isolados”, em 2001, não obstante, o valor acima apresentado, os isolados apenas totalizavam aproximadamente os 130/140 indivíduos.

Quadro 16: População Residente e População Presente na freguesia de Santa Margarida da Coutada, por lugar entre 1981 e 2001

Lugares	1981		1991		2001	
	Pop.Residente	Pop.Presente	Pop.Residente	Pop.Presente	Pop.Residente	Pop.Presente
Aldeia Sta Marg.	380	360	384	369	383	373
Malpique	521	511	529	518	519	508
Pereira	96	94	74	73	58	58
Portela	591	574	574	557	515	499
Vale de Mestre	213	212	206	196	239	232
Isolados	217	2948	419	2245	140	131
Total	2018	4699	2186	3958	1854	1801

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População 1981, 1991, 2001

O volume total dos militares (residentes+presentes) é variável ao longo dos anos, embora o quantitativo dos que residem no CMSM seja mais estável. A variação do volume total de militares tem a ver com diversos factores, nomeadamente orçamentais, políticos, da obrigatoriedade, ou não, da prestação do serviços militar obrigatório, entre outros. Julga-se que, aproximadamente, no último decénio, o ano de 2004 terá sido o que verificou o menor volume de militares no CMSM, tendo atingido um total de 2200 indivíduos.

Assim, num cenário minimalista (dos 2200 militares), a população militar representava ainda um enorme volume na população total do município.

No ano 2001, de acordo com as informações fornecidas pela instituição militar em causa, a população militar (aproximadamente 4200 pessoas) era substancialmente superior à população (civil) do concelho de Constância, que naquela data era de 3815 habitantes. Apesar daquela população não ser residente no concelho, nem consumidora directa de todos os serviços, comércio e equipamentos colectivos do concelho, é indiscutível o seu papel enquanto agentes dinamizadores da economia concelhia, sobretudo ao nível do período pós laboral e nocturno e dos consumos mais associados a estes períodos (algum pequeno comércio, cafés, restauração,...).



Um outro indicador do contributo da população militar para a vida económica e social do município é a crescente fixação de residência de militares no concelho; crê-se que, a partir do ano 2000, se terão fixado no concelho de Constância entre 80 a 100 militares e respectivas famílias.

Dentro dos limites do Campo Militar existem algumas funções de prestação de serviços, nomeadamente duas instalações bancárias (CGD e Banco SantanderTotta) e um posto de abastecimento da Galp. Dentro do CM já existiram equipamentos sociais e de educação, nomeadamente Creche, Jardim de Infância e Escola Básica do 1º Ciclo, no entanto, no presente ano lectivo (2007/2008) foi encerrada a EB1, sendo que a creche e o JI já o tinham sido há mais tempo, por manifesta falta de alunos (no ano lectivo 2006/2007 frequentaram a EB1 Militar apenas 8 alunos). Os alunos existentes foram encaminhados maioritariamente para a escola mais próxima, nomeadamente em Malpique.

Estes fenómenos mais recentes da fixação de militares (e famílias) no concelho, bem como o encerramento das instalações escolares militares, obrigando ao recurso das escolas do município, são claros sinais de abertura e contribuição da população militar à comunidade civil de Constância.

3.1.7 Síntese Conclusiva

Do percurso demográfico de Constância desde 1930, salienta-se a tendência geral para o crescimento ligeiro e progressivo, não obstante as duas inflexões significativas, registadas na década de 60 e na década de 90. Se a primeira encontra óbvia justificação no contexto socio-económico nacional da época e nas migrações internacionais e para as áreas metropolitanas de Porto e Lisboa, a segunda inflexão terá mais a ver com migrações intra-concelhias e regionais. Efectivamente, na década de 90 é evidente a diminuição da capacidade atractiva e de fixação de população do concelho (saíram do concelho de Constância, entre 1991 e 2001, cerca de 300 pessoas), julga-se que, em benefício de outros concelhos da sub-região, que têm apresentado uma grande capacidade atractiva, nomeadamente o Entroncamento.

Nas décadas mais recentes (80 e 90), o concelho de Constância não acompanhou a evolução do Médio Tejo na medida em que na década de 80, enquanto a população da sub-região diminuía (-2,7%), no concelho de Constância, a população aumentava 5,6%. Por outro lado, na década de 90, sucedeu o inverso, ou seja, enquanto o concelho de Constância registava uma diminuição de 8,5%, o Médio Tejo recuperava 2,1% de população.

E se na década de 80 o crescimento efectivo na ordem dos 5,6% teve como suporte, sobretudo, o crescimento migratório (entraram no concelho, entre 1981 e 1991, cerca de 217 pessoas), enquanto que o crescimento natural foi de apenas 0,1%, na década de 90, registou-se uma muito significativa alteração do comportamento das componentes de crescimento demográfico, relativamente à década anterior. Com efeito, não obstante o crescimento efectivo ser, na década de 90, negativo (-8,5%), ele deveu-se em grande parte ao crescimento



migratório negativo (saíram do concelho cerca de três centenas de pessoas) e o crescimento natural foi também negativo (os óbitos foram superiores as nascimentos em cerca de uma centena de casos). O comportamento do crescimento migratório, entre 1991 e 2001, tem implícito a efectiva perda de capacidade de captação e fixação de população no concelho de Constância, possivelmente a favor de concelhos mais atractivos da sub-região.

Em termos relativos, e apesar da reduzida importância demográfica no conjunto sub-regional em que se insere, o concelho de Constância vê o seu peso diminuído, entre 1991 e 2001, no total sub-regional: enquanto que, em 1991, cerca de 1,9% da população total do Médio Tejo residia no concelho de Constância, em 2001, esse valor desce para 1,7%, verificando um peso igual ao registado duas décadas antes (1981).

Internamente e ao longo dos últimos tempos, as freguesias do concelho têm registado comportamentos distintos demográficos, sendo certo, que, de 1970 a 1991, enquanto Montalvo e Santa Margarida, apresentaram crescimentos positivos, a freguesia de Constância tem vindo a perder progressivamente população, como também na década de 90, as três freguesias do concelho diminuíram os seus efectivos, tendo essa perda sido mais significativa na freguesia de Santa Margarida da Coutada (menos 332 pessoas).

O número de famílias residentes em Constância aumentou apenas 0,3% no espaço de uma década, verificando-se um acréscimo de 4 famílias, entre 1991 e 2001, a um ritmo bastante distinto do registado pelo Médio Tejo que, no mesmo período, verificou um incremento de 10%. Tendo em conta que a população decresceu a um ritmo superior de -8,5%, facilmente se depreende que a dimensão média das famílias neste concelho também diminuiu. De uma dimensão média de 3.0, em 1991, passa-se para uma dimensão média de 2,7 pessoas/família, em 2001, significando que embora havendo um número aproximado de famílias, estas são constituídas por menos indivíduos.

O envelhecimento demográfico, progressivamente patente no evoluir da demografia portuguesa, traduz-se num duplo envelhecimento: diminuição da proporção de jovens e aumento da proporção de idosos. Estas tendências são directamente induzidas pela queda da fecundidade e pelo aumento da esperança de vida, e começam, lentamente, a repercutir-se no concelho de Constância. Efectivamente, e apesar de Constância ter, ainda hoje, uma importante percentagem de jovens, muito próxima da registada pela sub-região de Médio Tejo, não é, contudo, alheio ao processo de envelhecimento da população que caracteriza a área em que se insere, pois verifica-se que, desde os anos 80, os grupos mais idosos estão a aumentar e os mais jovens a registar decréscimos dos respectivos pesos relativos.

Em traços gerais, a evolução mais recente (últimas duas décadas) da distribuição da população por grupos etários é a seguinte: diminuição muito significativa da população jovem (0-14 anos) passando de 23,2% do total da população, em 1981, para 19,2%, em 1991, e, para 14,2%, em 2001; ligeiro aumento da população em idade activa (14-65 anos), passando de 63,1%, em 1981, para 66,3%, em 2001; aumento mais acentuado do grupo dos idosos (65 e mais anos) que, de 13,7%, em 1981, passa para 15,5%, em 1991, e para 19,5%, em 2001. Esta



evolução tem patente a quebra do potencial de rejuvenescimento do concelho, que, embora correspondendo a um padrão regional, é um importante condicionante ao desenvolvimento.

A evolução da distribuição e a própria distribuição da população por grupos etários no concelho de Constância acompanham estruturalmente a região em que o concelho se insere embora, em termos gerais, o concelho seja ligeiramente mais jovem do que a sub-região do Médio Tejo. Com efeito, Constância, nas duas últimas décadas, tem apresentado uma proporção de jovens aproximadamente idêntica, mas uma menor proporção de idosos.

As modificações ocorridas na estrutura etária fixam a relação existente entre os diferentes grupos etários, que se expressa nos designados índices-resumo das estruturas populacionais. Estes índices, como o próprio nome sugere, sintetizando o “estado” da população de determinado território e medindo os níveis de dependência e envelhecimento, podem traduzir-se genericamente, entre 1981 e 2001, da seguinte forma: significativa diminuição do número de dependentes jovens por cada 100 activos (passa de 37, em 1981, para 21, em 2001); ligeiro aumento do número de idosos a cargo de cada 100 activos (passa de 22 para 29); em consequência dos dois índices anteriores, um muito representativo aumento do índice de envelhecimento (número de idosos por cada 100 jovens), passando de 59, em 1981, para 137, em 2001.

Dados mais recentes (2005, INE), nomeadamente a taxa de natalidade do município de Constância (a melhor, e significativamente alta, da sub-região do Médio Tejo), a par da fixação de algumas dezenas de militares e respectivas famílias neste município, são fenómenos que parecem indiciar uma fase de revitalização demográfica do município de Constância.

3.2 ESTRUTURA ECONÓMICA

3.2.1 Introdução

A abordagem deste sub-capítulo assenta, basicamente, numa caracterização sintética e dinâmica da evolução ocorrida na década de 90 ao nível dos principais indicadores sociais e económicos do concelho de Constância. Faz-se a actualização possível dos elementos estatísticos que permitem identificar os aspectos mais relevantes da evolução recente, posterior à abordagem realizada no PDM em vigor (1993) e na Carta Estratégica de Constância, sendo certo que estruturalmente não se verificaram alterações significativas relativamente ao cenário, então, traçado, apenas sendo de referir a não prevista regressão demográfica ocorrida nesta década.

Com base nesta abordagem, apresentar-se-á, na próxima fase do Plano, em consonância com o Plano Estratégico de Constância, uma eventual actualização da sistematização das debilidades e potencialidades do concelho, bem como dos vectores estratégicos de desenvolvimento concelhio, já definidos naquele documento,



e amplamente discutidos e enriquecidos pelos vários agentes locais.

As fontes de informação utilizadas foram várias, tendo em conta que não existe um sistema estatístico que agregue toda a informação necessária a uma abordagem como esta. Deste facto, decorre a utilização e referência a datas distintas, o que nem sempre permite análises comparativas ou de causa-efeito, precisamente pela existência de hiatos temporais entre a vária informação.

Assim, as fontes de informação utilizadas foram:

- PDM em vigor;
- Recenseamentos Gerais da População, INE-Portugal, 1981, 1991 e 2001;
- Recenseamento Geral da Agricultura, INE-Portugal, 1999;
- Quadros do Pessoal do Departamento de Estatística do Trabalho, do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e Solidariedade, 1995, 1999, e 2005 (ex DETEFP e actual GEP);
- Anuários Estatísticos da Região Centro, INE-Portugal;
- IEFP- Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
- Carta Estratégica de Constância, 1996;
- Câmara Municipal.

A informação utilizada para caracterizar a estrutura económica do concelho, nomeadamente, a análise da estrutura da ocupação da população empregada e do número de estabelecimentos por sectores de actividade, segundo a CAE-Rev.2, é proveniente dos Quadros de Pessoal, DETEFP (actual GEP), do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

De acordo com o regime legal vigente (Dec. Lei n.º 332/93, de 25 de Setembro), as entidades abrangidas pelo seu âmbito de aplicação, estão obrigadas ao envio anual, durante o mês de Novembro, ao Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT), do mapa dos Quadros de Pessoal, com dados actualizados, referentes ao mês de Outubro anterior. O tratamento e apuramento estatístico, a que estes dados são sujeitos, constituem a base mais actualizada a nível concelhio, de entre as estatísticas que incidem sobre as actividades industriais.

Esta fonte estatística considera o emprego no sector formal da economia (emprego estruturado), ou seja, aquele que tem lugar em unidades empresariais com pessoas ao serviço, excluindo, por isso, as empresas em nome individual e o emprego na função pública, o que resulta numa sub-avaliação, quer do total dos estabelecimentos, quer do total de pessoas ao serviço e, sobretudo, no âmbito dos sectores primário e terciário, onde as empresas em nome individual, sem pessoal, e a função pública (no caso de sector terciário) apresentam um peso elevado.



Contudo, dado ser a informação mais recente e desagregada por ramo de actividade, é relevante na análise da actividade económica concelhia.

Para uma análise que incorporasse os dados sobre emprego informal (estabelecimentos por conta própria), embora com muito menor informação, recorreu-se ao Ficheiro Central das Empresas do INE, cuja publicação consta do Anuário Estatístico da Região Centro, também do INE, editado no ano 2006 (publicação mais recente).

3.2.2 Condição perante a Actividade Económica, Ocupação dos Activos, Emprego e Desemprego

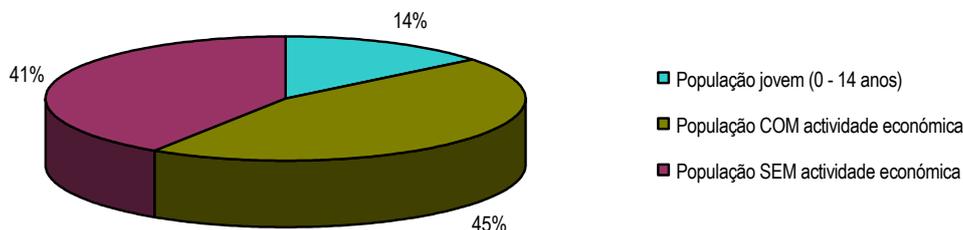
Constância é um concelho rural, de reduzida dimensão, embora reúna especificidades cada vez mais relevantes na envolvente regional, encontrando-se inserido num contexto geográfico onde existem concelhos fortemente polarizadores, não só em termos demográficos como económicos.

Integrado estatisticamente na sub-região do Médio Tejo (para além de Constância, integra os concelhos de Abrantes, Alcanena, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha), o concelho de Constância é, neste contexto geográfico, juntamente com o concelho de Entroncamento, o de menor dimensão territorial e de menor dimensão demográfica e empresarial. Não obstante este posicionamento na sub-região que o integra, o concelho de Constância, mesmo tendo perdido 8,5% de população residente na década de 90, registou uma evolução francamente positiva da sua actividade económica no decénio 1995/2005.

Em 2001, os 3815 residentes no concelho de Constância, agrupavam-se da seguinte forma, quando analisados em função da sua condição perante a actividade económica:

- população até 14 anos → 14,2% (em 1991, era de 19,2%) ;
- população com actividade económica (população activa - empregada e desempregada) → 45% (em 1991, era de 38%) ;
- população sem actividade económica, na qual se integram os estudantes, domésticas, reformados, incapacitados para o trabalho, e outros casos → 40,8% (em 1991, era de 46,9%).

Figura 13: População segundo a sua condição perante a actividade económica, no concelho de Constância, em 2001



Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE- Portugal, 1991 e 2001

Desde logo se salienta a evolução muito positiva ocorrida na distribuição da população quando agrupada segundo a sua condição perante a actividade económica, em que na década de 90 se registou uma inversão dos pesos dos dois principais grupos populacionais, sendo que hoje (2001) a população com actividade económica (45%) é superior à população sem actividade (41%), ao contrário da distribuição existente em 1991. Neste período, em termos relativos, a população com actividade económica aumentou sete pontos percentuais enquanto a população sem actividade diminuiu 6%.

A população com actividade económica é constituída por 94% de pessoas empregadas e por 6% de desempregados. Da população sem actividade económica têm maior peso os reformados (50%), as domésticas (25%) e os estudantes (15%).

Quadro 17: População segundo a Condição perante a Actividade Económica, 1991 e 2001

Condição perante a Actividade Económica		1991 Nº	1991 %	2001 Nº	2001 %
População com Actividade Económica (População Activa)	Empregada	1419	89,5	1619	94,3
	Desempregada	166	10,5	97	5,7
	Total	1585	100,0	1716	100,0
População sem Actividade Económica	Estudante	396	20,2	232	14,9
	Doméstica	565	28,9	384	24,6
	Reformada	739	37,8	776	49,8
	Incapac. p/ o Trabalho	32	1,6	56	3,6
	Outras	224	11,4	110	7,1
	Total	1956	100,0	1558	100,0
População Total do Concelho	-	4170	-	3815	-

Fonte: INE-Portugal , Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

Analisando dados de 2001, verifica-se que a população activa total em Constância totalizava os 1716 indivíduos, sendo a taxa de actividade (45%) ligeiramente superior à do Médio Tejo (44,3%). Por outro lado, a taxa de desemprego de Constância (5,7%), no mesmo momento, era inferior à do Médio Tejo (6,4%), traduzindo a



conjugação das duas taxas uma clara posição mais favorável do mercado de emprego local relativamente ao contexto geográfico envolvente (Médio Tejo).

Quadro 18: Evolução dos Indicadores do mercado de trabalho, no concelho de Constância e no Médio Tejo, entre 1991 e 2001

Indicadores	Constância		Médio Tejo	
	1991	2001	1991	2001
População Total concelhia	4170	3815	227339	226090
População Empregada	1419	1619	85648	93724
População Desempregada	166	97	5812	6413
População Activa (%)	38,0	45,0	40,5	44,3
Taxa de Desemprego (%)	10,5	5,7	6,2	6,4
Taxa de Desemprego Feminina (%)	23,6	8,3	11,7	9,1

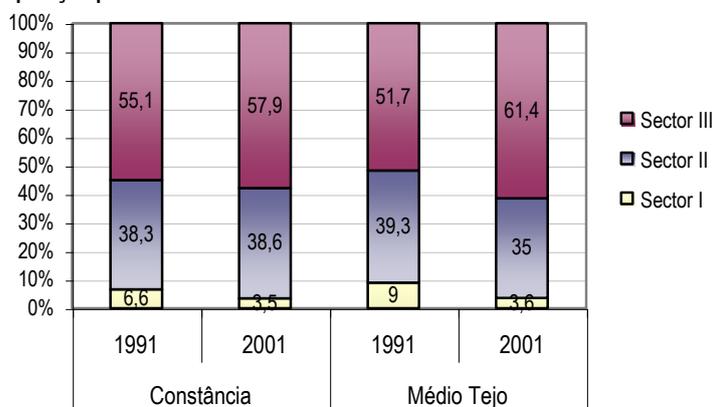
Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

Na distribuição sectorial dos activos observa-se, hoje (2001), uma preponderante afectação no sector terciário (57,9%), face aos sectores secundário (38,6%) e primário (3,5%), assemelhando-se, em termos estruturais, à repartição sectorial da Médio Tejo, embora a sub-região registe uma superior, ainda que ligeira, afectação da população activa ao sector terciário.

Os últimos 20 anos marcam uma transformação acentuada das formas de ocupação da população activa. Com efeito, é notável a evolução ocorrida sobretudo nos sectores terciário e secundário. O sector primário, já com pouca representação em 1981 (11,7%), ocupa apenas 3,5% da população activa, em 2001, remetendo desde já, a actividade agrícola para um plano de irrelevância no contexto económico concelhio. Por sua vez, o sector secundário, que ocupava maioritariamente a população activa em 1981 (52,2%), viu o seu peso fixar-se nos 38% na década de 90. É, pois, o sector terciário que, sofrendo as repercussões das evoluções dos dois primeiros sectores de actividade, ocupa, hoje, aproximadamente metade da população activa (52%), com peso bastante superior ao de 1981, que se situava nos 36%.

No âmbito das actividades terciárias tem maior peso os serviços de natureza social (62%) quando comparados com os restantes serviços relacionados com a actividade económica (38%).

Figura 14: Evolução da população por sectores de actividade económica entre 1991 e 2001 em Constância e no Médio Tejo



Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

A distribuição dos activos por freguesia revela quatro aspectos dignos de nota: i) em todas as freguesias, a população activa afectada ao sector primário é irrelevante; ii) a freguesia de Constância ocupa esmagadoramente a população activa no sector terciário, obviamente justificada pelas suas funções enquanto sede concelhia; iii) a freguesia de Montalvo ocupa maioritariamente a sua população activa no sector secundário, facto a que não será alheio a proximidade à zona industrial de Montalvo; iv) por último, a freguesia de Santa Margarida da Coutada ocupa quase dois terços da população activa nas actividades do sector terciário, cuja existência do Campo Militar de Santa Margarida será a principal justificação.

Quadro 19: Evolução da Ocupação dos Activos por sectores de actividade económica, em 1991 e 2001

Freguesias	Sector de Actividade					
	Primário		Secundário		Terciário	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Constância	3,5	1,9	43,0	27,8	53,5	70,3
Montalvo	7,7	3,5	48,2	54,3	44,1	42,2
Santa Margarida	7,4	4,2	30,7	34,5	61,9	61,2
Concelho Constância	6,6	3,5	38,3	38,6	55,1	57,9

Fonte: INE-Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

O emprego (pessoas ao serviço), de acordo com os Quadros de Pessoal, cresceu cerca de 31% no espaço de uma década (1995 a 2005), sendo que o grande impulso ocorreu depois de 1999.

Os sectores responsáveis pelo crescimento verificado entre 1995 e 2005 foram, em termos absolutos, a “Indústria Transformadora” (mais 200 empregados), a Saúde e Acção Social (mais 43 empregados) e o “Alojamento e Restauração” (mais 27 empregados), sendo relevante, pela negativa, a diminuição do emprego na “Construção”, que perdeu, em dez anos, 74 pessoas.



Quadro 20: Evolução do Emprego (Pessoas ao serviço), no concelho, no período 1995-2005

Actividades (CAE Rev.2)		Nº Pessoas ao serviço				Taxa Variação (%)	
		1995	1999	2005	% 2005	1999/05	1995/05
A	Agri., P.animal, Caça, Silvicultura.	47	49	48	4,5	-2,0	2,1
C	Indústrias Extractivas	8	17	12	1,1	-29,4	50,0
D	Indústrias Transformadoras	501	551	701	65,7	27,2	39,9
E	Prod. Distrib. Elect., Gás, Água	5	0	0	0,0	-	-
F	Construção	145	25	71	6,7	184,0	-51,0
G	Comércio por Grosso e a Retalho	20	70	33	3,1	-52,9	65,0
H	Alojamento, Restauração	29	37	56	5,2	51,4	93,1
I	Transportes, Armaz. e Comunicações	12	15	14	1,3	-6,7	16,7
J	Actividades Financeiras	20	27	19	1,8	-29,6	-5,0
K	Act. Imobili. Alug. Serv. Empresas.	2	7	16	1,5	128,6	700,0
L	Adm. Públ., Defes. e Seg. Social Obrig.	7	11	29	2,7	163,6	314,3
M	Educação	-	-	1	0,1	-	-
N	Saúde e Acção Social	17	27	60	5,6	122,2	252,9
O	O. Act. Serv. Colect. Sociais e Pess.	-	4	7	0,7	75,0	-
Total		813	840	1067	100,0	27,0	31,2

Fonte: Quadros de Pessoal, DEFEPP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

No subcapítulo seguinte - “Mobilidade e complementaridades inter-concelhias” onde se pretende avaliar o grau de integração do concelho de Constância com a envolvente regional e respectivas interdependências territoriais, recorre-se aos dados estatísticos relativos às deslocações pendulares casa/trabalho e casa/estudo, referentes ao último Recenseamento Geral da População. Através destes dados é possível obter-se uma leitura bastante fiel da estrutura sectorial do emprego que, no caso concreto de Constância, é substancialmente diferente da distribuição sectorial dos activos, apresentada anteriormente.

Com efeito, a população activa residente (1619 pessoas) é bastante inferior à população activa que efectivamente trabalha no concelho de Constância (2993 indivíduos). Em consequência, torna-se importante reter este aspecto (essencial), nas análises seguintes, na medida em que existe uma discrepância entre a distribuição da população activa empregada residente em Constância e a distribuição da população efectivamente empregada no concelho, a qual permite caracterizar objectivamente a estrutura do emprego concelhio, sendo que, na prática, é esta distribuição que realmente interessa numa análise da estrutura económica de um território.

Assim, e fazendo a leitura do Quadro seguinte, constata-se que ao nível do sector primário, a distribuição é idêntica, verificando-se as maiores diferenças nos outros dois sectores de actividade económica. O sector terciário do concelho emprega 67,2% e apenas 29,4% nas actividades secundárias, enquanto que a população residente que está afectada ao sector terciário se fica pelos 57,9% e, no sector secundário, a população representa 38,6% do total dos activos residentes.



Quadro 21: Distribuição da população activa versus estrutura do emprego, por sectores de actividade económica, no concelho de Constância, em 2001

Sectores de Actividade	População Activa Empregada (no concelho e noutros concelhos) residente em Constância (%)	População Activa Residente e Não Residente Empregada em Constância (%)
Primário	3,5	3,4
Secundário	38,6	29,4
Terciário	57,9	67,2
Total	100,0	100,0

Fonte: INE- Portugal, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

O desemprego, à imagem de outros indicadores, não tem penalizado o concelho de Constância de forma excessiva, sobretudo, quando comparado com a região envolvente. A taxa de desemprego (5,7%) em 2001, é bastante menor que a registada em 1991 (10,5%), bem como a registada pelo Médio Tejo, em 2001 (6,4%).

A análise dos dados disponibilizados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, relativamente ao desemprego, permite dar a conhecer as suas características mais recentes (Dezembro 2001) em Constância, ou melhor, das pessoas inscritas como desempregadas no Centro de Emprego, que, naquela data, totalizavam os 105 indivíduos. Assim, o perfil do desemprego em Constância, acompanhando, de perto, o do Médio Tejo, apresenta as seguintes características:

- Cerca de 2/3 dos desempregados são mulheres (62%);
- Mais de 4/5 dos desempregados possuem mais de 25 anos (85%);
- Quase todos os desempregados procuram Novo Emprego (92%);
- A maioria dos desempregados possui escolaridade inferior à mínima obrigatória (55%), no entanto é muito significativo o peso dos desempregados com o 11º e 12º anos de escolaridade (37%).

Quadro 22: Características do Desemprego no concelho de Constância e no Médio Tejo, em Dezembro de 2001

Características	Descrição	Constância		Médio Tejo	
		Nº	%	Nº	%
Sexo	Homens	40	38,1	2049	36,8
	Mulheres	65	61,9	3512	63,2
Grupo Etário	Jovens	16	15,2	1012	18,2
	Adultos	89	84,8	4549	81,8
Categoria	1º Emprego	8	7,6	540	9,7
	Novo Emprego	97	92,4	5021	90,3
Habilitações Escolares	< 4 anos escolaridade	10	9,5	406	7,3
	4 anos Escolaridade	28	26,7	1885	33,9
	6/9 anos Escolaridade	20	19,0	1154	20,8
	11/12 anos Escolaridade	39	37,1	1730	31,1
	Médio/Superior	8	7,6	386	6,9
Total de desempregados		105	100	5561	100

Fonte: IEFP, Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo



3.2.3 Mobilidade e complementaridades inter-concelhias

Um aspecto essencial na análise socioeconómica de um determinado território é a avaliação do seu grau de integração e de interdependências territoriais com a envolvente regional. Essa avaliação só pode ser feita com recurso ao estudo dos fluxos de pessoas, bens e capitais que se estabelecem entre o concelho e todo o restante território regional e nacional.

Apesar do sistema estatístico nacional não se encontrar vocacionado para a apreensão das dinâmicas económicas inter-municipais, é possível captar algumas tendências, nomeadamente a mobilidade, através da análise dos fluxos de pessoas, partindo dos movimentos pendulares casa/trabalho e casa/escola.

A título de enquadramento, refira-se que a análise da mobilidade (que mede as deslocações pendulares), é feita utilizando os dados estatísticos dos Recenseamentos Gerais da População (INE), nos quais a desagregação dos movimentos de entradas e saídas se faz em duas vertentes, nomeadamente "por motivo" e "espacialmente".

Assim, o motivo desagrega-se em estudo ou trabalho e espacialmente, as deslocações são para o interior e para o exterior do concelho.

Numa abordagem inicial e genérica, os dados estatísticos relativos aos fluxos pendulares de e para o concelho de Constância, permitem constatar que num concelho com 3815 indivíduos residentes, trabalham e estudam no concelho de Constância 3425 pessoas, das quais 42% residem no concelho e os restantes 58% são residentes de outros concelhos, maioritariamente de concelhos vizinhos.

Quanto à mobilidade, Constância, segundo dados de 2001, gerou um total de 2175 deslocações, das quais 74%, por motivo de trabalho, e os restantes 26% por motivo de estudo. Dos que se deslocaram por motivo de estudo, 362 permaneceram no concelho e 198 dirigiram-se essencialmente para Abrantes (97), Lisboa (27) e Entroncamento (24); dos que se deslocaram por motivo de trabalho, 1065 não necessitaram de sair do concelho para aceder ao seu posto de trabalho, embora 550 ainda o fizessem diariamente.



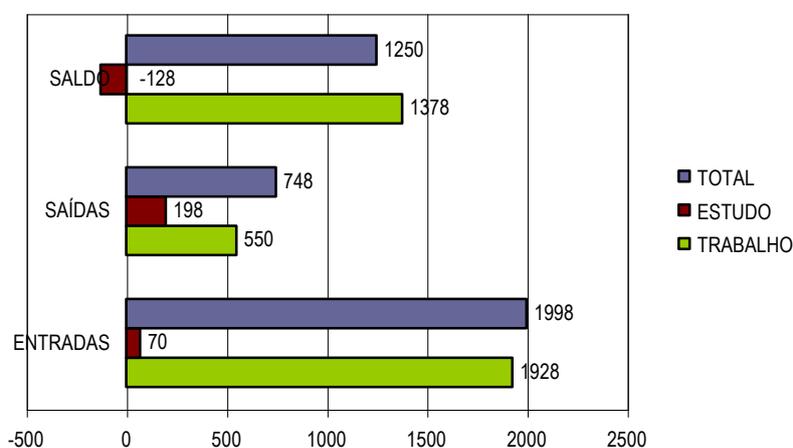
Quadro 23: Movimentos pendulares de e para o concelho de Constância, por motivos de trabalho e de estudo, em 2001

Motivo	Movimentos Pendulares					
	ENTRADAS em Constância			SAÍDAS de Constância		
	De Constância	De outros concelhos	Total	Para Constância	Para outros Concelhos	Total
Trabalho	1065	1928	2993	1065	550	1615
Estudo	362	70	432	362	198	560
Total	1427	1998	3425	1427	748	2175

Fonte: INE - Portugal, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

O saldo que resulta dos movimentos de saída e de entrada no concelho de Constância está traduzido na figura seguinte, o qual perfaz um total de 1250 indivíduos. Ou seja, ao número de deslocações diárias a partir de outros concelhos, para Constância (1998 deslocações) é subtraído o número de deslocações dos residentes em Constância para o exterior (748) traduzindo-se em saldo pendular positivo de 1250. Este saldo é revelador de uma capacidade empregadora e até de oferta de ensino (entram diariamente 70 alunos para frequentar os estabelecimentos de ensino de Constância), que lhe permite sustentar uma posição de relativa autonomia face à oferta de emprego e de ensino existente na envolvente e de uma capacidade de polarização a nível sub-regional.

Figura 15: Movimentos Pendulares de e para o Concelho de Constância, 2001



Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, INE - Portugal, 2001

A capacidade atractiva de Constância é exercida sobretudo sobre os residentes da Abrantes (616), Entroncamento (184), Pombal (182), Vila Nova da Barquinha (109), Tomar (75) e Torres Novas (53), que se deslocam a Constância para trabalhar, devido à proximidade física, mas também às fortes relações de



vizinhança que se têm vindo a estabelecer entre estes concelhos. As entradas para estudo são relativamente reduzidas (70 d.d.²), sendo que 30 tem origem em Abrantes.

Os principais receptores de mão-de-obra/estudantes do concelho de Constância, são os dois centros urbanos mais próximos (Abrantes e Entroncamento) e Lisboa - como se pode observar no Quadro seguinte, cujas dinâmicas socioeconómicas de qualquer destes centros urbanos, proporcionam indiscutíveis oportunidades de emprego e um maior número e mais alargado leque de escolas. Não são, também, descuráveis as ligações com os concelhos vizinhos de Vila Nova da Barquinha (49 d.d.³), Torres Novas (47 d.d.³) e Tomar (42 d.d.).

Em síntese, os fluxos de pessoas que se estabelecem entre Constância e a região em que se insere são intensos, traduzindo uma importante integração com o exterior, sendo de salientar a relação especialmente forte que se estabelece com o concelho de Abrantes. Os concelhos de Entroncamento e Vila Nova da Barquinha são os 2º e 3º concelhos em termos de intensidade de fluxos diários que estabelecem com Constância, tanto de entrada como de saída. Com Lisboa, por outros motivos e já a uma escala supra-regional, Constância também estabelece relações de interdependência, ao nível de fluxos de população (tanto por motivos de emprego como de estudo). Para esta ligação, com distâncias físicas assinaláveis, contribui a distância-tempo relativamente reduzida que se estabelece entre os dois concelhos, claramente beneficiada pelas excelentes acessibilidades existentes.

Quadro 24: Entradas e Saídas diárias no concelho de Constância, por motivo de trabalho ou estudo e por principais origens e destinos, em 2001

Movimentos pendulares	Motivo				Total
	Trabalho		Estudo		
	Nº	%	Nº	%	
ENTRADAS (Total)	2993	100	432	100	3425
Constância	1065	35,6	362	77,0	1427
Abrantes	616	20,6	30	6,9	646
Entroncamento	184	6,1	4	0,9	188
Pombal	182	6,0	0	0	182
Vila Nova da Barquinha	109	3,3	6	1,4	115
Tomar	75	2,5	6	1,4	81
Torres Novas	53	1,8	0	0	53
Chamusca	30	1,0	0	0	30
Lisboa	28	0,9	0	0	28
Santarém	25	0,8	0	0	25
Outros concelhos	626	20,9	24	5,5	633
SAÍDAS (Total)	1615	100	560	100	2175

² d.d.- deslocações diárias

³ Idem



Movimentos pendulares	Motivo				Total
	Trabalho		Estudo		
	Nº	%	Nº	%	
Constância	1065	66,0	362	64,6	1427
Abrantes	232	14,3	97	17,3	329
Lisboa	56	3,5	27	4,8	83
Entroncamento	49	3,0	24	4,2	73
Vila Nova Barquinha	44	2,7	5	0,9	49
Torres Novas	40	2,5	7	1,3	47
Tomar	30	1,9	12	2,1	42
Outros concelhos	99	6,1	26	4,6	125

Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

Na análise da mobilidade intra e inter-concelhia são de salientar dois aspectos, nomeadamente, não obstante o declínio demográfico que o concelho registou na década de 90, as deslocações pendulares intra-concelhias aumentaram (passaram de 956, em 1991, para 1427, em 2001), fazendo jus ao já mencionado aumento da população activa. Por outro lado, também se intensificaram as relações com o exterior. Efectivamente, e para referir os dois concelhos com relações mais estreitas com Constância (Abrantes e Entroncamento): (a) em 1991, 415 residentes em Abrantes deslocavam-se para Constância; em 2001 deslocavam-se 616; (b) em 1991, 73 residentes de Entroncamento deslocavam-se para Constância; em 2001 deslocavam-se 188.

Decompondo ainda os dados estatísticos existentes no sentido de se perceber para que áreas da actividade económica se dirigem as pessoas que entram diariamente em Constância, constata-se que, em termos globais, 73% se deslocam para actividades do sector terciário, 23% para o secundário e os restantes 3% para o primário.

O sector da “Administração pública, defesa e segurança social” atrai 54% das pessoas que entram diariamente em Constância para trabalhar, sendo secundado pelo sector de “Fabricação de pasta de papel e seus derivados” (7%), e pelo sector da “Fabricação de artigos de borracha e de materiais plásticos” (6%). As restantes entradas distribuem-se indiscriminadamente pelos restantes sectores. Desta distribuição se evidencia a importância do emprego gerado pelo Campo Militar de Santa Margarida, pela fábrica de papel (CAIMA) e pela fábrica de plásticos (Tupperware).

O Quadro seguinte, identificando o número de pessoas por áreas da actividade, tanto dos residentes e empregados em Constância, como o número de pessoas por áreas de actividade que se deslocam diariamente para Constância para trabalhar, dá-nos o retrato real e global da actividade económica concelhia, nomeadamente da afectação total de recursos humanos na actividade económica do concelho de Constância. Assim, 3,4% trabalha no sector primário, 29,4% no secundário e 67,2% no sector terciário.



Quadro 25: Movimentos diários de Entrada no concelho de Constância, por sectores de actividade, em 2001

Sector	Actividades (CAE-Rev.2)	Entradas em Constância			Total		Entradas por Sector Actividade	
		De Const.	De outros concelhos		n.º	%	n.º	%
		n.º	n.º	%				
I	Agricultura, Produção animal, Caça e Silvicultura	38	53	2.7	91	3.0	103	3,4
	Indústrias extractivas	7	5	0.3	12	0.4		
II	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	17	13	0.7	30	1.0	880	29,4
	Indústria têxtil	6	9	0.5	15	0.5		
	Indústria do couro e dos produtos do couro	0	3	0.2	3	0.1		
	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	8	4	0.2	12	0.4		
	Fabricação de pasta, de papel e seus derivados	134	135	7.0	269	9.0		
	Fabricação de prod. químicos e de fibras sintét.	1	5	0.3	6	0.2		
	Fabricação de artigos de borracha e de mat. plást.	90	119	6.2	209	7.0		
	Fabricação de outros prod. minerais não metálicos	6	7	0.4	13	0.4		
	Indústrias metalúrgicas de base e de prod. met.	49	61	3.2	110	3.7		
	Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e	6	10	0.5	16	0.5		
	Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	3	0	0.0	3	0.1		
	Indústrias transformadoras, n.e	21	19	1.0	40	1.3		
	Fabricação de outro material de transporte	6	3	0.2	9	0.3		
	Produção e distribuição de electricidade, de gás	6	3	0.2	9	0.3		
	Construção	79	57	3.0	136	4.5		
III	Comércio por grosso e a retalho; Repar. Automóv.	77	39	2.0	116	3.9	2010	67,2
	Alojamento e restauração (Restaurantes e simil.)	67	63	3.3	130	4.3		
	Transportes, armazenagem e comunicações	15	54	2.8	69	2.3		
	Actividades Financeiras	5	16	0.8	21	0.7		
	Act. imobiliárias, alugue. e serv. prest. às empres.	27	73	3.8	100	3.3		
	Administração pública, defesa e segurança social	275	1037	53.8	1312	43.8		
	Educação	42	69	3.6	111	3.7		
	Saúde e acção social	46	30	1.6	76	2.5		
	Outras actividades de serviços colectivos, sociais	17	13	0.7	30	1.0		
	Famílias com empregados domésticos	17	28	1.5	45	1.5		
TOTAL		1065	1928	100.0	2993	100.0	2993	100

Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, INE- Portugal, 2001

3.2.4 Nível de instrução e oferta de formação

O nível de instrução da população de Constância, não sendo ainda o desejável, encontra-se, contudo, perfeitamente enquadrado nos valores registados pelo Médio Tejo.

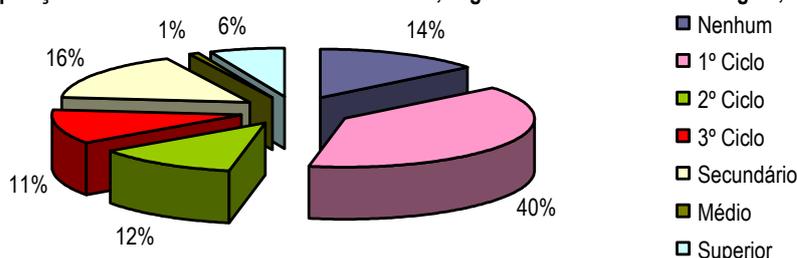
A taxa de analfabetismo, indicador fundamental de análise desta matéria, está, no concelho de Constância, muito próxima tanto da sub-região envolvente, como da Região Centro e do próprio País, situando-se nos 10,4%, em 2001. Este valor significa que no concelho de Constância, 10 pessoas (com 10 ou + anos) em cada 100 (com 10 ou + anos) não sabiam ler nem escrever. Esta taxa é ligeiramente melhor do que a registada em 1991, que rondava os 13%.

Quadro 26: Variação da Taxa de Analfabetismo, no concelho de Constância entre 1991 e 2001

Unidade Territorial	1991	2001
Portugal	11,0	9,0
Centro	14,0	10,9
Médio Tejo	13,1	10,0
Constância	12,5	10,4

Fonte: INE - Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001

Figura 16: População Residente no concelho de Constância, segundo o nível de ensino atingido, em 2001



Fonte: INE- Portugal, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

Quadro 27: Nível de ensino atingido em Constância e no Médio Tejo, em 2001

	Constância		Médio Tejo	
	Nº	%	Nº	%
Nenhum	540	14,2	33401	14,8
1º Ciclo	1483	38,9	84095	37,2
2º Ciclo	460	12,1	26314	11,6
3º Ciclo	435	11,4	24254	10,7
Secundário	624	16,3	36250	16,0
Médio	26	0,7	1466	0,6
Superior	247	6,4	20310	9,0
Total	3815	100,0	226090	100,0

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade

A instrução (qualificação dos recursos humanos no plano escolar) e a qualificação profissional (nível de competências) são condições essenciais para a qualificação do tecido económico, para sustentar processos de desenvolvimento e proporcionar melhorias da qualidade de vida das populações. A avaliação da disponibilidade de estruturas capazes de proporcionar a transformação da mão-de-obra potencial em mão-de-obra qualificada é um aspecto que deve ser considerado em abordagens como esta.

A oferta de recursos de competências sustenta-se no sistema formal de ensino e por outro, no sistema de formação (ensino profissional, ...) que exerce uma função de complemento do primeiro, compensando a desadequação existente entre a oferta do sistema de ensino e a procura do sistema produtivo, sendo a maior causa dos desajustamentos entre oferta e procura no mercado de trabalho.



Em Constância é o sistema formal de ensino que desempenha o protagonismo na oferta de recursos de competências. Mesmo já tendo sido encetados esforços no sentido de o concelho permitir alargar a oferta local pós escolaridade obrigatória, com um projecto de criação em Constância de um pólo da escola Profissional de Torres Novas, o qual foi inviabilizado, continua a existir unicamente o ensino escolar.

É sobretudo a reduzida dimensão demográfica que tem justificado a também diminuta oferta de ensino existente, uma vez que dificilmente os limiares mínimos de alunos para a viabilização de determinados estabelecimentos de ensino são atingidos de forma a justificar a rentabilização e eficácia dos equipamentos. Por outro lado, a proximidade e acessibilidade a concelhos vizinhos com redes de equipamento escolares sólidas, têm justificado as deslocações a outros pólos escolares, inclusivamente a Lisboa.

São ainda os dados estatísticos referentes às deslocações pendulares e, no caso, por motivo de estudo, que permitem confirmar as relações fortes que se estabelecem com outros concelhos, ao nível da formação escolar. Efectivamente, da população escolar residente em Constância, que totalizava, em 2001, os 560 alunos, 35% dirigia-se diariamente para o exterior do concelho para ter acesso ao ensino, deslocando-se para os concelhos de Abrantes (97 alunos), Lisboa (27alunos), Entroncamento (24 alunos), Tomar (12), Torres Novas (7) e Vila Nova da Barquinha (5 alunos).

Em sentido inverso, também se deslocavam 70 estudantes para Constância, e destes, 30 eram provenientes de Abrantes. Contudo, este facto terá a ver com a forte componente de trabalhadores provenientes de concelhos vizinhos, que trarão os filhos para escolas do concelho, por conveniência horária ou outra.

Os estabelecimentos de ensino existentes no concelho de Constância são cinco unidades de pré-escolar, seis Escolas Básicas do 1º ciclo e a Escola Básica 2,3/S Luís de Camões. O número total de alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino do concelho no ano lectivo 2006/2007 totalizava os 596 alunos (neste ano não existiu o Ensino Secundário), valor que ultrapassa a população entre os três e os catorze anos (idades de ingresso no sistema de ensino até ao 3º Ciclo).

3.2.5 Estrutura Económica e Empresarial

3.2.5.1 Traços Gerais

A localização geográfica, justamente no encontro dos rios Tejo e Zêzere, associada a um vasto leque de recursos e ao conhecido dinamismo na gestão municipal, conferem ao concelho de Constância contornos de alguma singularidade.

Os recursos locativos de Constância são diversos e passam pela excelente acessibilidade rodoviária regional e



nacional, pela tradição produtiva na indústria, pelo potencial turístico específico, beneficiado pela existência de valores paisagísticos, históricos e patrimoniais, pela cobertura quase total de infra-estruturas urbanas e de equipamentos colectivos (existente e prevista) e pela capacidade de iniciativa autárquica em domínios de afirmação do concelho (ordenamento, cultura, património).

Do ponto de vista económico, Constância caracteriza-se, genericamente, por possuir um sector agrícola incipiente, com deficiências estruturais associadas à reduzida dimensão das explorações agrícolas, ao seu carácter familiar e de subsistência, tendo afectada apenas 3% da população empregada no concelho; um sector industrial com reconhecido dinamismo, embora fortemente dependente de duas unidades industriais (CAIMA e Tupperware) e um sector terciário com um forte peso da administração pública (serviços administrativos e sociais) e poucos serviços de apoio às actividades económicas.

O concelho de Constância registou uma evolução económica muito positiva durante a década de 90, no âmbito do sector estruturado da economia, consubstanciada no aumento, quer do número de estabelecimentos, quer do emprego, apesar de em termos demográficos ter registado um decréscimo de 8,5%, entre 1991 e 2001. Com efeito, entre 1995 e 2005, o emprego aumentou 31% (em dez anos criaram-se 254 novos postos de trabalho) e o número de estabelecimentos cresceu 114% (mais 50 estabelecimentos). Num território como o de Constância, com dimensões espaciais, demográficas e empresariais diminutas, esta evolução tem uma importância acrescida.

Quadro 28: Evolução do Emprego e dos Estabelecimentos, no concelho de Constância, no período 1995-2005

	1995	1999	2005	Var.95/99 (%)	Var.99/2005 (%)	Var.95/2005 (%)
Emprego	813	840	1067	3,3	27,0	31,2
Estabelecimentos	44	69	94	45,5	36,2	113,6

Fonte: Plano Estratégico de Constância; Quadros de Pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Em 2005, a actividade económica do concelho de Constância (apenas emprego formal/por conta de outrem) evidencia uma forte concentração do emprego nas “indústrias transformadoras” (66%), seguida, embora a larga distância e não comparável, pela “Construção” (6,7%).

Os sectores responsáveis pelo crescimento verificado entre 1995 e 2005, foram, em termos absolutos, a “Indústria Transformadora” (mais 200 empregados) e o “Saúde e Acção Social” (mais 43 empregados), sendo relevante, pela evolução negativa, a diminuição do emprego na “Construção”, que perdeu, em 10 anos, 74 pessoas.



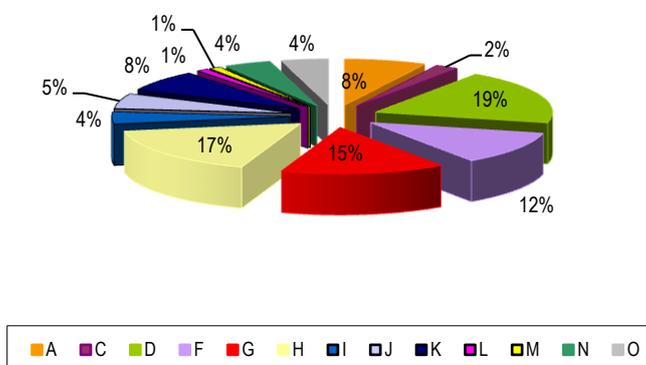
Quadro 29: Evolução do número de estabelecimentos e do emprego no concelho de Constância, no período 1995-2005, por Actividades (CAE-Rev.2)

Actividades (Act. CAE Ver.2)	Estabelecimentos					Emprego				
	1995	2005	Peso da Actividade		Var.Absol. 95/2005	1995	2005	Peso da Actividade		Var.Percent. 95/2005
			1995	2005				1995	2005	
A Agri., P.animal, Caça, Silvicult.	6	7	13,6	7,4	1	47	48	5,8	4,5	2,1
C Indústrias Extractivas	1	2	2,3	2,1	1	8	12	1,0	1,1	50,0
D Indústrias Transformadoras	14	18	31,8	19,1	4	501	701	61,6	65,7	39,9
E Prod. Distrib. Elect., Gás, Água	1	0	2,3	0,0	-1	5	0	0,6	0,0	-100,0
F Construção	3	11	6,8	11,7	8	145	71	17,8	6,7	-51,0
G Comércio Grosso e Retalho	6	14	13,6	14,9	8	20	33	2,5	3,1	65,0
H Alojamento, Restauração	5	16	11,4	17,0	11	29	56	3,6	5,2	93,1
I Transport., Armaz. e Comunic.	2	4	4,5	4,3	2	12	14	1,5	1,3	16,7
J Actividades Financeiras	3	5	6,8	5,3	2	20	19	2,5	1,8	-5,0
K Act. Imobili. Alug. S. às Empr.	1	7	2,3	7,4	6	2	16	0,2	1,5	700,0
L Adm.Públ., Def. Seg. Social Ob.	1	1	2,3	1,1	0	7	29	0,9	2,7	314,3
M Educação	0	1	0,0	1,1	1	-	1	-	0,1	-
N Saúde e Acção Social	1	4	2,3	4,3	3	17	60	2,1	5,6	252,9
O O. Act. Serv. Colec.Soci.e Pes.	0	4	0,0	4,3	4	-	7	-	0,7	-
Total	44	94	100	100	50	813	1067	100,0	100,0	31,2

Fonte: Quadros de Pessoal, ex DETEFP e GEP, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

A par da dinâmica do emprego, a dinâmica de crescimento dos estabelecimentos é igualmente reveladora de uma concentração sectorial na “Indústria transformadora” (19%), no “Alojamento e Restauração” (17%), “Comércio por grosso e a retalho” (15%) e ainda na “construção” (12%). Em termos absolutos, as maiores dinâmicas de crescimento, ao nível dos estabelecimentos, entre 1995 e 2005 registaram-se no “Alojamento e restauração” (+11 estabelecimentos) e no “Comércio, Alojamento e restauração” (+ 8 estabelecimentos) e na “Construção” (+8 estabelecimentos).

Figura 17: Estabelecimentos por Sectores de Actividade, segundo CAE-Rev.2, em 2005



LEGENDA: A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; C - Indústrias extractivas; D - Indústrias transformadoras; F - Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico; H - Alojamento e Restauração; I - Transportes, Armazenagem e Comunicações; J - Actividades Financeiras; K - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; L - Administração pública, defesa e segurança social obrigatória; M - Educação; N - Saúde e acção social; O - Outras actividades de serviços colectivos, Sociais e Pessoais;

Fonte: Quadros de Pessoal, GEP, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Os Quadros de Pessoal escondem, contudo, a importância do segmento informal – estabelecimentos por conta própria, não contemplados nesta fonte estatística, e as actividades de carácter muito familiar ou artesanal não inscritas como estabelecimentos, que, em concelhos como o de Constância, têm um peso ainda bastante significativo na economia local.

Os estabelecimentos por conta própria estão incluídos nos valores apresentados por uma outra fonte estatística, designadamente, o Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos, do INE, cujos valores, para o ano de 2005, se reproduzem no quadro seguinte.

A informação seguinte, com a introdução dos estabelecimentos por conta própria, evidencia a importância que estes têm, sobretudo, no sector do comércio (96 empresas), no sector do “Alojamento e restauração” (58 empresas) e ainda no sector agrícola (estão registados, em 2005, 40 empresas neste sector), correspondendo a pequenas unidades familiares e artesanais.



Quadro 30 Empresas sediadas em Constância, segundo CAE – Rev. 2, em 31.12.2005

ACTIVIDADES (CAE Rev. 2)		Médio Tejo		Constância	
		Nº	%	Nº	%
A+B	A - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; B - Pesca	1408	5,8	40	11,8
C	Indústrias extractivas	29	0,1	3	0,9
D	Indústrias transformadoras	2355	9,6	30	8,9
E	Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água	13	0,1	1	0,3
F	Construção	4853	19,8	42	12,4
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico	8858	36,2	96	28,4
H	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	2740	11,2	58	17,2
I	Transportes, Armazenagem e Comunicações	695	2,8	9	2,7
J	Actividades Financeiras	631	2,6	11	3,3
K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	1596	6,5	23	6,8
L a Q	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória; educação; saúde e acção social; outras actividades de serviços colectivos, Sociais e Pessoais	1305	5,3	25	7,4
Total		24483	100	338	100

Fonte: www.ine.pt (INE-Portugal, Anuário Estatístico da Região Centro, 2006)

Segundo esta fonte estatística, as empresas relacionadas com as actividades comerciais (considerando tanto as empresas com empregados, como os estabelecimentos por conta própria) são as que maior peso têm no conjunto do concelho (28%), com um peso aproximado, mas ligeiramente inferior, ao registado pelo Médio Tejo.

O “alojamento e restauração” é o sector com o segundo maior peso de empresas no total concelhio (17%) cujo valor é, significativamente, superior ao registado pelo Médio Tejo.

A “construção” e as actividades agrícolas são os que possuem os terceiro e quarto maiores pesos de empresas no total concelhio, ambas com aproximadamente 12%, possuindo uma importância relativa ligeiramente superior à registada pelo Médio Tejo, no caso das actividades agrícolas e peso inferior, no caso da construção.

As diferenças existentes entre as duas fontes reflectem a importância dos estabelecimentos por conta própria, portanto das pequenas unidades familiares, na economia concelhia, em que do total das empresas sediadas no concelho, cerca de 4/5 referem-se a empresas em nome individual, portanto, sem registo de empregados.

O tecido empresarial de Constância é constituído, maioritariamente, por pequenas empresas, tal como acontece, de um modo geral, a nível regional e nacional. Contudo, a existência de duas grandes unidades industriais - CAIMA e Tupperware, que empregavam 301 e 216 pessoas, respectivamente, faz com que apenas estas duas empresas reúnam 74% do emprego da indústria transformadora. Existem ainda alguns estabelecimentos de dimensão intermédia (20 a 49 pessoas e 50 a 99 pessoas) que empregavam, em 2005, 175 pessoas. Os



restantes 252 trabalhadores encontravam-se a exercer a sua actividade profissional em pequenos estabelecimentos (com 1 a 4 pessoas e 5 a 9 pessoas).

Quadro 31: Pessoas segundo a dimensão do Estabelecimento, por actividade, em 2005

Sector	1 a 4 Pess.	5 a 9 Pess.	10 a 19 Pess.	20-49 Pess.	50-99 Pess.	200 a 249 Pess.	250-499 Pess.	Total
A - Agri., P. animal, Caça, Silvicult.	10	5	33					48
C - Indústrias Extractivas	2		10					12
D - Indústrias Transformadoras	19	25	49		91	216	301	701
F - Construção	9	32	30					71
G - Comércio Grosso e a retalho	25	8						33
H - Alojamento, Restauração	26	30						56
I - Transportes, Armaz. e Comunic.	7	7						14
J - Actividades Financeiras	9	10						19
K - Act. Imobili. Alug. Serv. Empr.	16							16
L - Administr. Pública, Defesa e Seg. Social Obrigatór.				29				29
M - Educação	1							1
N - Saúde e Acção Social	4			56				60
O - O. Act. Serv. Colec. Soc e Pess.	7							7
TOTAL	135	117	122	85	91	216	301	1067

Fonte: Quadros de GEP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

O aumento de 31% registado no emprego, entre 1995 e 2005, dirigiu-se predominantemente, em termos absolutos, para os estabelecimentos que possuem mais de 250 trabalhadores (mais 301 empregados), para os estabelecimentos de pequena dimensão, com entre 1 e 4 empregados (mais 85 trabalhadores) e para os estabelecimentos com entre 5 e 9 empregados (mais 57).

Em termos de variação relativa, a distribuição do crescimento não é idêntica à variação absoluta, sendo que os grandes crescimentos se registaram nos estabelecimentos de pequena dimensão, nomeadamente os de 1 a 4 e os de 5 a 9 trabalhadores, com acréscimos de 170% e 95%, respectivamente.

Não obstante o incremento do peso do emprego nos estabelecimentos com mais de 250 trabalhadores (em 1995 não existia nenhuma empresa com mais de 250 trabalhadores), que passou de 0%, em 1995, para 28%, em 2005), registou-se um importante acréscimo do emprego nos estabelecimentos de pequena dimensão, ou seja, se em 1995, 14% do emprego encontrava-se em empresas com até nove empregados, esse valor ascendeu, dez anos depois, a 24%.



Quadro 32: Variação do número de Pessoas segundo a dimensão do Estabelecimento, no período 1995-2005

Nº pessoas	1995	2005	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)	Peso 1995 (%)	Peso 2005 (%)
1 a 4	50	135	85	170,0	6,2	12,7
5 a 9	60	117	57	95,0	7,4	11,0
10 a 19	98	122	24	24,5	12,1	11,4
20 a 49	48	85	37	77,1	5,9	8,0
50 a 99	90	91	1	1,1	11,1	8,5
100 a 199	324	0	-324	-100,0	39,9	0,0
200 a 249	203	216	13	6,4	25,0	20,2
250ª 499	0	301	301	-	0,0	28,2
TOTAL	813	1067	254	31,2	100,0	100,0

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

3.2.5.2 Sectores de Actividade Económica

Sector Primário

As actividades primárias, nas décadas mais recentes (a partir da 2ª metade do século XX) nunca obtiveram grande desenvolvimento no concelho de Constância. A justificar este facto está a relativamente reduzida população afectada ao sector, a qual, por sua vez, tem vindo a diminuir progressivamente. Efectivamente, se em 1981, a população residente afectada ao sector primário representava 11,7%, esse valor diminuiu para 6,6% em 1991, para se situar, em 2001, nos 3,5%. Este valor reflecte o reduzido potencial empregador que, apesar de tudo, possui mais potencialidades no domínio florestal (69% da população afectada ao sector primário, não considerando a indústria extractiva, está empregada na “Silvicultura, Exploração florestal e Actividades dos serviços relacionados”).

Não é só a população afectada a estas actividades que se encontra em progressão negativa, mas também a própria Superfície Agrícola Utilizada (SAU), que em dez anos, reduziu 13% (passou de 1203 ha, em 1989, para 1059 ha, em 1999).

Esta evolução, está, contudo, em consonância com a tendência actual de terciarização dos sistemas económicos, materializada na retração das actividades agrícolas e, sobretudo, na expansão dos sectores comerciais e de serviços.

Segundo os Quadros de Pessoal do MTSS, existiam em 2005, um estabelecimento agrícola, um estabelecimento com produção animal, um estabelecimento agrícola associado à produção animal, dois estabelecimentos que se inscrevem no âmbito das actividades e serviços relacionados com a agricultura e produção animal, excepto com serviços de veterinária e outros dois estabelecimentos silvícolas e de exploração florestal. Nestes



estabelecimentos trabalhavam 48 pessoas, valor semelhante ao registado dez anos antes (47 pessoas em 1995).

O nível de instrução da população familiar do produtor agrícola é bastante baixo, sendo que 2/3 da mesma só possui o 1º ciclo do Ensino Básico e só 8% possui Ensino Politécnico/Superior. A “formação profissional” agrícola é, esmagadoramente, a que resulta, em exclusivo, da prática.

Da população familiar do agricultor, a maioria (85%) dedica-se a tempo parcial à actividade agrícola e, destes, 60% dedica, no máximo, 25 % do seu tempo, num contexto em que cerca de 34% desta população possui uma actividade remunerada considerada a actividade principal.

O sector agrícola tem deficiências estruturais que passam pela reduzida dimensão das explorações agrícolas e pelo carácter familiar e de subsistência, existindo apenas duas explorações a funcionar numa lógica empresarial.

Por sua vez, a indústria extractiva do concelho (extração de pedra, areias e argilas), segundo os mesmos Quadros de Pessoal, não tem, igualmente, relevância na actividade económica do concelho, existindo em 2005, apenas dois estabelecimentos que empregavam 12 pessoas.

O segmento informal, que integra os estabelecimentos por conta própria, captado por outra fonte estatística (Ficheiro Central das Empresas, INE) dá conta da existência de 43 empresas agrícolas e da indústria extractiva no concelho de Constância, sendo, esta disparidade das fontes de informação, reflexo da existência da referida prática agrícola de subsistência que existe, sobretudo, como complemento do rendimento familiar. Com efeito, em muitas explorações existentes, mas não formalizadas, verifica-se que grande parte do trabalho agrícola é feito pelo agregado familiar do produtor e, por vezes, quando se recorre à contratação de pessoal, normalmente a título sazonal, esta é feita com base em contratos verbais, não contabilizados.

Sector Secundário

O sector secundário tem vindo progressivamente a perder peso em termos de afectação dos activos, tendendo, no entanto, para a estabilização, entre 1991 e 2001. Assim, em 1981, 52,2% da população activa estava afectada a este sector, tendo diminuído, em 1991, para 38,3%, para se situar, em 2001, nos 38,6%. Num contexto em que afectação de população às actividades primárias é irrelevante (3,5%), são pois as actividades terciárias o grande sector empregador da população de Constância.

O emprego real no sector secundário (indústrias transformadoras, produção de electricidade e construção) que inclui não só a população empregada residente em Constância, mas também a população oriunda de outros concelhos, bem como o emprego por conta própria e o emprego da função pública, representa 29,4% do emprego total do concelho.



Em termos de emprego estruturado, o emprego nas indústrias transformadoras é largamente predominante (91%), sendo que, em 2005, a construção apenas representava 9% do emprego no sector secundário.

Relativamente ao número de estabelecimentos, em 2005, os Quadros de Pessoal tinham registados vinte e nove, dezoito dos quais na indústria transformadora, e nesta, mais 4 estabelecimentos que em 1995.

Quadro 33: Evolução do número de estabelecimentos e do emprego, segundo a CAE Rev. 2, entre 1995 e 2005 - Sector Secundário -

ACTIVIDADES (CAE Rev. 2)		Estabelecimentos				Emprego			
		1995	2005	(1995/2005)		1995	2005	(1995/2005)	
		Nº	Nº	Variação		Nº	Nº	Variação	
				Nº	%			Nº	%
D	Indústrias Transformadoras	14	18	4	28,6	501	701	200	39,9
E	Prod. Dist. Elect., Gás e Água	1	0	-1	-	5	0	-5	-
F	Construção	3	11	8	267%	145	71	-74	51,0
Total		18	29	11	61,1	651	772	121	18,6

Fonte: Quadros de Pessoal, GEP, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Neste domínio, o concelho regista um número já relativamente interessante de estabelecimentos, com uma apreciável capacidade empreendedora, que lhe conferem um relativo grau de industrialização, na medida em que dois em cada três empregos no sector estruturado da economia (empresas com pessoal ao serviço) está afecto à indústria transformadora, num concelho de inserção territorial de cariz rural.

Com efeito, a indústria transformadora possui já alguma tradição em termos de emprego, no entanto, aquela caracteriza-se por uma forte dependência de duas grandes unidades industriais (cf. Quadro seguinte), a CAIMA e a Tupperware (as duas juntas ocupam cerca de 74% do emprego da indústria transformadora).

Quadro 34: Emprego (sector estruturado da economia) na Indústria Transformadora entre 1995 e 2005

Actividades (CAE-Rev.2)		1995	2005	Peso 2005 %	Var.95/2005 %
151	Abate de animais, preparação e conserv. de carne e de prod. à base de carne	25	-		-
155	Indústria de lacticínios	11	8	1,1	-27,3
157	Fabricação de alimentos compostos para animais	-	3	0,4	-
158	Fabricação de outros produtos alimentares	3	-		-
174	Fabricação de artigos têxteis confeccionados, excepto vestuário	-	11	1,6	-
203	Fabricação de obras de carpintaria para a construção	9	7	1,0	-22,2
211	Fabricação de pasta, de papel e cartão (excepto canelado)	203	216	30,8	6,4
212	Fabricação de papel e de cartão canelados e artigos de papel e cartão	-	91	13,0	-
222	Impressão e actividades dos serviços relacionados com a impressão	-	1	0,1	-
241	Fabricação de produtos químicos de base	-	5	0,7	-
243	Fabricação de tintas, vernizes e prod. similares; mastiques; tintas de impressão	6	-		-
244	Fabricação de produtos farmacêuticos	-	3	0,4	-



Actividades (CAE-Rev.2)		1995	2005	Peso 2005 %	Var.95/2005 %
252	Fabricação de artigos de matérias plásticas	189	306	43,7	61,9
272	Fabricação de tubos	21	-		-
273	Outras actividades da primeira transformação do ferro e do aço	-	12	1,7	-
281	Fabricação de elementos de construção em metal	24	15	2,1	-37,5
282	Fabricação de reservatórios, recipientes, caldeiras e radiadores metálicos para aquecimento central	-	12	1,7	-
285	Tratamento e revestimentos de metais; actividades de mecânica em geral	4	3	0,4	-25,0
292	Fabricação de máquinas de usos geral	-	4	0,6	
361	Fabricação de mobiliário e de colchões	6	4	0,6	-33,3
Total		501	701	100,0	39,9

Fonte: Quadros de Pessoal, GEP, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

O emprego global do concelho de Constância, que inclui o emprego em estabelecimentos por conta de outrem e do emprego nos estabelecimentos por conta própria, em 2001, dá-nos conta de um volume de emprego ligeiramente superior, no entanto, a importâncias das duas grandes unidades industriais é muito semelhante, situando-se abaixo apenas nove pontos percentuais (65%).

Quadro 35: Emprego na Indústria Transformadora, no concelho de Constância, em 2001

Actividades	Nº	%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	30	4,1
Indústria têxtil	15	2,0
Indústria do couro e dos produtos do couro	3	0,4
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	12	1,6
Fabricação de pasta, de papel e seus derivados	269	36,6
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas	6	0,8
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	209	28,4
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	13	1,8
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	110	15,0
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e	16	2,2
Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	3	0,4
Indústrias transformadoras, n.e	40	5,4
Fabricação de outro material de transporte	9	1,2
Total	735	100,0

Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

De acordo, ainda, com os dados do INE, relativos ao ano 2000 (Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos), existem 30 empresas da indústria transformadora, mais 12 que as que os dados dos Quadros de Pessoal conseguem captar. Também neste sector, assumem relevância as pequenas unidades de cariz familiar que não recorrem a contratação de pessoal.



No concelho de Constância existe um espaço industrial, localizado em Montalvo, com uma área de 21,4 ha, que centraliza a grande maioria das indústrias transformadoras existentes. Dos 44 lotes existentes, 13 encontravam-se desocupados (24% da área e 30% dos lotes) e os restantes 31 estavam ocupados e com 25 unidades industriais.

O sucesso desta zona industrial, obrigando a pensar em termos de ocupação futura, sugere que se amplie este espaço industrial, de modo a poder ver-se garantida a implantação futura de novas unidades. No Quadro seguinte estão listadas a unidades existentes, bem como o respectivo ramo de actividade.

Quadro 36: Empresas instaladas na Zona Industrial de Montalvo, no concelho de Constância, Outubro de 2007

Fases	Lote	Empresa	Actividade
1ª	1	LACTEJO – Lacticínios do vale do Tejo, Lda,	Lacticínios – Leite e derivados
	2	GOMA-CAMPS, PORTUGAL, S.A	Armazém de artigos de papel
	3	TUBOPLAN – Tubagens industriais, Lda.	Pré-fabrico de Tubagens - Fab. de estruturas de Construção metálicas
	4	GOMA-CAMPS, PORTUGAL, S.A	Armazém de artigos de papel
	5	INSUFLAR, LDA	Aluguer de pavilhões insufláveis
	6	DÁRIO HONÓRIO, Indústria de alumínio, Lda	Fabrico de Fechaduras e Outras ferragens
	7	ETRAM- Empresa Transformadora de Metais, Lda	Transf e montagem de estruturas metálicas-perfilagem a frio
	8	GOMÁ-CAMPS, PORTUGAL,SA	Fabri. de Arti. de Papel e Cartão o/ Sect. Industrial e Domést.
	9	DÁRIO HONÓRIO, Indústria de alumínio, Lda	Fabrico de fechaduras e outras ferragens
	10	BH PORTUGUESA-Sistemas de Alumínio, Lda	Fundição de Metais Leves
	11	ÁLVARO DAMAS, Lda	Reparação e venda de máquinas hidráulicas.
2ª	12	PERFITEC, LDA	Montagem e lacagem de perfis metálicos
	13	CONSTANFRIO, Assistência Técnica, Reparação e Manut. de Equip. Industriais, Frio e Ar Condici, Lda	Fabricação de Equipamentos não Doméstico para refrigeração e ventilação
	14	NEOPORTA – Indústria de Portas Metálicas, Lda	Fabrico de Portas, Janelas e Similares Metálicos
	15	NEOPORTA – Indústria de Portas Metálicas, Lda	Fabrico de Portas, Janelas e Similares Metálicos
	16	TELCABO-Telecomunicações e electricidade, Lda	
	17	TELCABO- Telecomunicações e electricidade, Lda	
	18	FUNDIÇÃO F.S.M INTERNACIONAL, SA	Fundição de Aço
	19	TAGUS P.V.C – Caixilharia em PVC, Lda	Fabrico de Matérias Plásticas Caixilharia PVC
	20	AMADOR E CARVALHO, Lda	Artes Gráficas
	21	T.K. PORTUGUESA-maquinaría Industrial, Lda	Comércio por Grosso de Máquinas-Ferramentas
	22	STARCABOS-Indústria e Comércio de novas tecnologias informáticas LDA	Comércio a Retalho de Electrodomést., Aparelhos rádio e TV
	23	JOÃO E MATIAS, LDA	Concessionário SUZUKI. Comércio de motociclos
	24	GEROFAR, Lda	Farmacosmética
	25	GEROFAR, Lda	Farmacosmética
	26	J.M.S.-Valorização de resíduos Unipessoal, Lda	Valorização de resíduos
	27	MONTALVO MÓVEIS, LDA	Fabrico de móveis em Madeiras Maciças
	28	a)	
	29	a)	
3ª	30	JOSÉ VITÓRIA, Móveis Lda	Armazém e exposição de móveis
	31	a)	
	32	a)	
	32A	a)	
	33	a)	
	33A	a)	
	34	a)	
	35	SKA – Sucatas de Alumínio, Lda	Comércio por Grosso de Sucata
36	a)		
37	a)		



Fases	Lote	Empresa	Actividade
	38	QUIROBRA - Aluguer de Máquinas, Construção e Obras Públicas, Lda	Armazém e Escritórios
	39	MÁRMORES HENRIQUE & FILHOS, Lda	Indústria Transformadora Tipo 3
	40-42	a)	
	41	a)	
	43	a)	

a) Desocupado

Fonte: Câmara Municipal de Constância

Sector Terciário

As actividades terciárias são as que ocupam a maioria da população activa do concelho de Constância (58%). Este valor é fruto de uma evolução notável, se contarmos que há 20 anos atrás, este sector ocupava pouco mais que um terço da população activa (36%).

Esta evolução, está, contudo, em consonância com a tendência actual de terciarização dos sistemas económicos, materializada na expansão dos sectores comerciais e de serviços, os quais tem desempenhado um papel decisivo na criação de emprego. Em Constância tem, particularmente, contribuído para esta evolução a diminuição da população afectada ao sector primário, já que a população afectada ao sector secundário nos dois últimos momentos censitários se manteve praticamente inalterável.

De acordo com os Quadros do Pessoal, e reportando-nos ao emprego estruturado (empresas com pessoal ao serviço), em 10 anos (1995/2005), o número de estabelecimentos nas actividades terciárias aumentou em 37 unidades (194%) e o emprego em 128 pessoas (120%), sobretudo devido aos incrementos registados nos sectores da “Saúde e Acção Social” (mais 43 empregados) e no “Alojamentos e Restauração” (mais 27 empregados). São estas também as actividades mais representativas do terciário ao nível do emprego (56%).

Quadro 37: Evolução do número de Estabelecimentos e do Pessoal ao Serviço, segundo a CAE Rev.2, entre 1995 e 2005 – Sector Terciário

ACTIVIDADES (CAE-Rev. 2)		Estabelecimentos				Emprego			
		1995	2005	(1995/2005)		1995	2005	(1995/2005)	
				Nº	Nº			Nº	%
G	Comércio Grosso e a Retalho	6	14	8	133,3	20	33	13	65,0
H	Alojamento, Restauração	5	16	11	220,0	29	56	27	93,1
I	Transportes, Armaz. e Comunicaç.	2	4	2	100,0	12	14	2	16,7
J	Actividades Financeiras	3	5	2	66,7	20	19	-1	-5,0
K	Act. Imobili. Alug. Serv. Empresas	1	7	6	600,0	2	16	14	700,0
L	Adm. pública, Defesa e Seg. Social	1	1	0	0,0	7	29	22	314,3
M	Educação	0	1	1		0	1	1	-
N	Saúde e Acção Social	1	4	3	300,0	17	60	43	252,9
O	O. Act. Serv. Colec. Soc e Pess.	0	4	4		0	7	7	-
TOTAL		19	56	37	194,7	107	235	128	119,6

Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP e GEP, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.



A estrutura comercial baseia-se em estabelecimentos de pequena dimensão, de raiz familiar que, funcionando como elemento de subsistência, estão direccionados para uma procura diária não especializada, onde se destacam os estabelecimentos retalhistas de comercialização de produtos alimentares e bebidas e na restauração, os cafés e os restaurantes, os quais, determinados pela sua reduzida dimensão, contribuem para uma escassa oferta de emprego. O alojamento também se apresentava, ainda, incipiente.

Efectivamente, entre 1995 e 2005, de acordo com os Quadros de Pessoal, a Actividade H – Hotelaria e Restauração, tendo registado no total, um acréscimo do emprego de 93% e do número de estabelecimentos (passaram de 5 a 16 estabelecimentos), estes deveram-se maioritariamente ao acréscimo de restaurantes e estabelecimentos de bebidas. De acordo com esta Fonte, apenas existia um “Estabelecimento Hoteleiro” em 2005.

Quadro 38: Actividade H – Alojamento e Restauração, segundo CAE-Ver.2, no concelho de Constância entre 1995 e 2005

(código CAE) - Actividade Económica	Emprego		Estabelecimentos	
	1995	2005	1995	2005
551 - Estabelecimentos Hoteleiros	3	2	1	1
552 - Parques de Campismo e outros locais de alojamento de curta duração	-	4	-	2
553 - Restaurantes	18	42	3	11
554 - Estabelecimentos de Bebidas	-	1	-	1
555 - Cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio	8	7	1	1
TOTAL	29	56	5	16

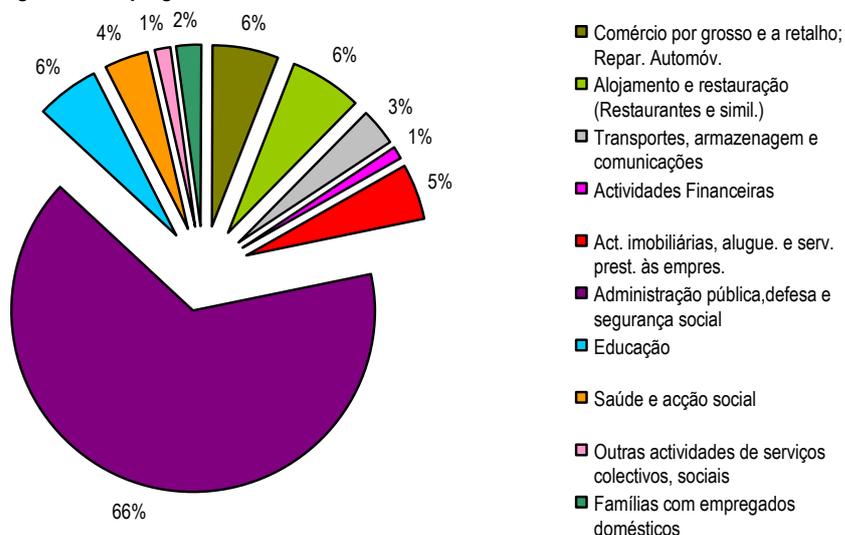
Fonte: Quadros de Pessoal, DETEFP e GEP do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Por sua vez, o terciário de apoio à produção não tem ainda grande desenvolvimento no concelho, fruto, em grande parte, do monopólio exercido pelas duas grandes unidades industriais do concelho, não existindo ainda um tecido industrial consistente que promova o desenvolvimento daquele tipo de serviços. Com efeito, nas actividades bancárias, transportes e comunicações e nas actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, o volume de emprego é relativamente reduzido (cerca de 15%). Contudo, a evolução recente faz prever uma alteração deste cenário.

A fonte que apresenta o sector do trabalho por conta própria, tem contabilizados 222 empresas do sector terciário, quase quatro vezes mais que o volume do sector formal/estruturado, dando indicação da efectiva reduzida dimensão destes estabelecimentos, ou seja, estabelecimentos por conta própria, sem pessoal.

Outra fonte estatística, nomeadamente os Censos 2001, permite completar a análise até agora efectuada, porque, embora não se referindo ao número de estabelecimentos/empresas, permite dar a conhecer o emprego total do concelho no sector terciário, incluindo tanto o emprego estruturado, como o emprego por conta de outrem e da função pública, sendo exactamente esse que se apresenta na figura e quadro seguintes.

Figura 18: Emprego no sector terciário, no concelho de Constância, em 2001



Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, INE - Portugal, 2001

A informação constante deste quadro permite confirmar o peso esmagador da actividade da Administração Pública, Defesa e Segurança Social (66%), do total do emprego do sector terciário. As actividades que seguidamente empregam mais pessoas no concelho de Constância, mas com valores muito distanciados, são o "Alojamento e restauração" (130 pessoas), o "Comércio por grosso e a retalho" (116 pessoas), a "Educação" (111 pessoas) e as "Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas" (100 pessoas).

Quadro 39: Emprego no sector terciário no concelho de Constância, em 2001

Actividades (CAE.-Rev.2)	Nº	%
Comércio por grosso e a retalho; Repar. Automóv.	116	5,8
Alojamento e restauração (Restaurantes e similares)	130	6,5
Transportes, armazenagem e comunicações	69	3,4
Actividades Financeiras	21	1,0
Act. imobiliárias, alugueres e serv. prestados às empresas	100	5,0
Administração pública,defesa e segurança social	1312	65,3
Educação	111	5,5
Saúde e acção social	76	3,8
Outras actividades de serviços colectivos, sociais	30	1,5
Famílias com empregados domésticos	45	2,2
Total	2010	100.0

Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População, 2001



Actividades turísticas

O concelho de Constância possui um potencial de exploração turística, que no contexto nacional, se pode considerar invejável, não só pelos recursos que possui, mas pela forma como o executivo camarário os tem potenciado.

Um dos domínios associado aos recursos naturais e à sua potenciação turística é a oferta de **alojamento**. Presentemente (2009), Constância já oferece algumas unidades de alojamento diversificadas e com qualidade, sendo que se encontram classificadas pelo Turismo de Portugal. I.P, como empreendimentos turísticos, os seguintes:

- **Quinta de Santa Bárbara** (Turismo de Habitação) com 8 quartos e 16 camas.
- **Pensão João Chagas Residencial** (Casa João Chagas-Residencial de 2ª categoria -3*) com 7 quartos e 14 camas
- **Parque de Campismo Rural** (capacidade para 90 utentes).

O **Hotel “ A Confluência” (3*)** já obteve despacho de Classificação pelo TP, mas ainda não está em exploração, encontrando-se em execução a recuperação de um imóvel existente. Terá 14 quartos e 27 camas.

Presentemente, não existe nenhum estabelecimento de Alojamento Local, devidamente legalizado, embora estejam a decorrer dois processos, um de legalização de um Estabelecimento de Hospedagem (Casa de Hóspedes) e outro de adaptação de um edifício a Pensão de 1ª Categoria.

A **restauração**, serviço complementar da actividade turística, existe em quantidades e qualidade assinaláveis, sendo conhecidos, aproximadamente, cerca de duas dezenas de restaurantes no concelho de Constância.

Como é sabido, Constância é uma pequena vila situada na confluência dos rios Tejo e Zêzere. A sua história está, por isso, intimamente ligada aos rios, nomeadamente ao transporte fluvial, à construção e à reparação naval, à travessia e à pesca. Todavia, verificou-se a decadência destas actividades com a chegada do caminho-de-ferro e do transporte rodoviário, obrigando a vila a procurar desenvolver outras actividades, como modo de vida e que foram, oportunamente, as turísticas, as quais mantiveram, porém, uma forte ligação aos rios, e justificadamente, pela excelência dos seus recursos naturais e importância ecológica.

Diz-se, ainda, que Constância é um refúgio de poetas e de entre eles, Luís de Camões, cuja memória faz parte da vila. É esta componente cultural que, associada à valorização dos recursos naturais, está visivelmente patente em todas as iniciativas de promoção do turismo concelhio e são elas que permitem oferecer o potencial diferenciador que lhe é justamente reconhecido.

Constância é detentora de um **vasto conjunto de infra-estruturas e equipamentos nos domínios ambiental**



e cultural, que interessa identificar, sobretudo porque a dinamização do turismo cultural, científico e de natureza é um vector estratégico para o desenvolvimento de Constância:

- Conjunto diversificado de equipamentos culturais, desportivos e de lazer, nomeadamente, Biblioteca Municipal, cineteatro, Casa-Memória de Camões (espaço de exposições/conferências), Casa-Museu Vasco de Lima Couto, Piscina Municipal, Campo de Ténis, Centro Hípico;
- Museu dos Rios e das Artes Marítimas, inaugurado em 1998, tem por objectivo conservar, estudar e divulgar as memórias dos tempos em que Constância dependia das actividades fluviais;
- Anfiteatro dos rios, com uma magnífica inserção natural, onde é possível realizar diversos espectáculos;
- Parque Ambiental de Santa Margarida, constitui um dos grandes atractivos turísticos do concelho, na vertente de educação ambiental. É um espaço de cultura viva que integra um jardim de ervas aromáticas, um campo de jogos, um parque infantil, uma ecoteca, um circuito de manutenção, uma torre de observação, percursos de natureza, um parque de merendas, uma grande quantidade de espécies arbóreas e arbustivas, entre outros equipamentos;
- Percursos de Observação e Interpretação da Natureza 1. Encosta do Zêzere, 2. Margem do Tejo, 3. Ribeira de Alcolobre e 4. Ribeira da Foz/Ribeiro de Vale de Mestre. Estes percursos são guiados e permitem ao visitante observar e interpretar a fauna, a flora e a geologia locais;
- Parque Temático de Astronomia de Constância (Centro Ciência Viva), que integra o Observatório Astronómico, um planetário fixo, estando projectada a construção de diversos equipamentos simultaneamente lúdicos e didácticos. Notável e exemplar a nível nacional;
- Produção artesanal, que mais uma vez está relacionada com a faina fluvial, que produz, sobretudo, miniaturas de barcos e bonequinhos de tecido, tal como faziam noutros tempos as mulheres. A cestaria é outro produto artesanal, proveniente dos vimes e das vergas que nascem espontaneamente nas margens dos rios e ribeiros, bem como a produção de mel;
- Festa da Nossa Senhora da Boa Viagem, um dos maiores acontecimentos do género em Portugal, na qual se evoca e renova anualmente a memória marítima e a sua faina;
- A notável capacidade de iniciativa do Executivo local, que não se fica pela concretização das infra-estruturas físicas mas que promove acções concretas para a sua divulgação e dinamização, que passam pela realização de eventos que utilizam as infra-estruturas existentes, nomeadamente a criação de projectos que permitem articular e complementar as várias mais-valias. Estas, passam, por exemplo, entre outras iniciativas, pela articulação entre os percursos pedestres, o Parque Ambiental e o Centro de Ciência Viva, pela concretização de projectos de educação ambiental envolvendo directamente a comunidade escolar, pela promoção de visitas gratuitas ao Parque Temático de Astronomia, pela realização de outros tipo de eventos, como, p.e, o Festival



Internacional de Fotografia e Diaporamas de Constância, etc.). O desenvolvimento destas acções insere-se na estratégia assumida pela autarquia de implementar uma actividade regular do turismo de natureza, cultural e científico, que pretende tornar emblemática deste concelho.

3.2.6 Evolução Recente do Investimento Público

O dinamismo económico e empresarial e o inerente desenvolvimento de um concelho estão muito dependentes dos investimentos nele promovidos. Constância é um caso paradigmático do dinamismo e capacidade de iniciativa autárquica, tanto ao nível da negociação institucional e financeira, como na capacidade de iniciativa em domínios relevantes de afirmação do concelho de Constância, nomeadamente ao nível do ordenamento do território, do ambiente, do património e de cultura.

Os Quadros seguintes, com a inventariação dos projectos aprovados no âmbito dos três Quadros Comunitários de Apoio, e as candidaturas ao QREN, traduzem a efectiva actuação da administração local.

No início da década de 90 (vigência do QCA I), foram aprovados e apoiados 10 projectos públicos, que totalizaram um investimento global elegível, de cerca de quatrocentos e sessenta mil contos, globalmente direccionados para três áreas de intervenção:

- Infra-estruturas rodoviárias e urbanas, com a beneficiação de algumas Estradas Municipais e com o reforço do abastecimento de água a Constância;
- Infra-estruturas económicas, de apoio ao investimento produtivo, com a realização da 1ª fase da Zona Industrial de Montalvo, e de apoio ao investimento turístico, com a construção da Albergaria João Chagas;
- Recuperação e requalificação urbanas, com a recuperação do cine-teatro e com o arranjo da sua zona envolvente.



Quadro 40: Projectos realizados no concelho de Constância no âmbito do QCA I - Projectos aprovados e apoiados pelo FEDER

Designação do Projecto	Ano de Execução	Localização	Investimento Elegível (PTE)	Subsídio Atribuído (%)
Remodelação e reforço do Abastecimento de Água na freguesia de Santa Margarida	1989	Santa Margarida	65000000\$	65
Pavimentação da EM592 – Santa Margarida	1989	Santa Margarida	51000000\$	65
Pavimentação da Rua das Oliveirinhas e ligação da Rua do Cabeço	1990	Montalvo	14000000\$	38
Reparação e Beneficiação da rede Viária de Santa Margarida	1991	Santa Margarida	47000000\$	25
Arranjo da zona envolvente ao Cine-Teatro	1992	Constância	13000000\$	65
Albergaria João Chagas	1992	Constância	32000000\$	80
Ligação da Estrada da Charneca à EN3	1992	Constância	43000000\$	65
Zona Industrial de Montalvo – 1ª Fase	1992	Montalvo	41758815\$	60
Ligação de Montalvo à EN3	1993	Constância	69064194\$	60
Recuperação do Cine-teatro	1993	Constância	83668000\$	65
Total	-	-	459 491 009\$	-

Fonte: Câmara Municipal de Constância

O QCA II aumentou relativamente ao QCA I, 139% o investimento ilegível total dos 18 projectos aprovados pelo PORLVT, tendo atingido quase um milhão e cem mil contos. Neste caso, as intervenções, alargaram as áreas de financiamento anteriores, embora mantivessem também as áreas de financiamento do QCA I. Assim, ao nível do ordenamento urbano foram financiadas várias intervenções no âmbito do Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e do Zêzere (POMTEZE) e ao nível das infra-estruturas desportivas/de lazer e culturais, nomeadamente com a construção da piscina coberta para aprendizagem e arranjos exteriores do pavilhão desportivo de Constância, o açude de Santa Margarida, o observatório da natureza e a ampliação do bar junto ao parque de campismo.

Quadro 41: Projectos realizados no concelho de Constância, no âmbito do II QCA (1994/1999) - Projectos aprovados e apoiados pelo PORLVT

Designação do Projecto	Ano de Exec.	Localização	Investimento Elegível (PTE)	Subsídio Atribuído (%)
Conservação da rede viária do concelho-ligação de Montalvo à EN3 e Desvio	1994	Constância	2 030 000\$	70
Lig. das Águas Resid. de Constância à ETAR do CAIMA	1995	Constância	57772674\$	80
Caminho Agrícola do Campo *	1996	Constância e Montalvo	57215600\$	76
Zona Industrial de Montalvo – 2ª Fase	1996	Montalvo	88772874\$	70
Arranjos exteriores da Capela de Santo António	1997	Constância	7460485\$	42
Centro de Apoio e Divulgação do POMTEZE	1997	Constância	10495057\$	80
POMTEZE	1997	Constância	336185686\$	80
POMTEZE – Obras complementares – arranjo do Largo junto da Av. das Forças Armadas	1997	Constância	11383370\$	60
POMTEZE – O. compl. – Posto de Transf. Junto miradouro	1997	Constância	7213302\$	60



Designação do Projecto	Ano de Exec.	Localização	Investimento Elegível (PTE)	Subsídio Atribuído (%)
POMTEZE – Obras complementares – Museu dos Rios	1997	Constância	15880356\$	60
POMTEZE – Obras complementares - Campo de Ténis	1997	Constância	27000000\$	60
Beneficiação do pavimento da EM592 – Ligação Pereira	1997	Santa Margarida	8000000\$	70
Piscina coberta para aprendizagem	1998	Constância	120000000\$	70
Requalificação urbana da freguesia de Santa Margarida	1999	Santa Margarida	99308000\$	65
Açude de Santa Margarida	1999	Santa Margarida	83568000\$	65
Observatório da Natureza	2000	Constância	30000000\$	50
Arranjos exteriores de Pavilhão Desportivo	2000	Constância	48000000\$	70
Ampliação do Bar junto ao Parque de Campismo	2000	Constância	18000000	60
Total	-	-	1100285404\$	-

*Financiado pelo PEDAP

Fonte: Câmara Municipal de Constância

A acção da Administração Local, no sentido de melhorar as condições de vida dos munícipes e, sobretudo, de ampliar a atractividade de Constância, mantém-se patente nos projectos incluídos e financiados no âmbito do QCA III (2000-2006), nomeadamente:

- Ampliação da Zona Industrial de Montalvo (3ª Fase);
- Reforço do Saneamento Básico;
- Parque Ambiental de Santa Margarida (Espaço Internet, Ecoteca);
- Centro Náutico de Constância;
- POMTEZE II (ampliação);
- Requalificação Urbana e Ambiental de Constância;
- Parque desportivo concelhio (vários projectos);
- Renovação da Rede Viária e articulação com a Rede Regional/Nacional
- Requalificação Urbana e Ambiental de Constância – EN3 e recuperação de edifício.

É evidente a tentativa de intensificação do investimento em áreas que se afastam da infra-estruturação básica, que colocam o concelho de Constância com um nível de exigência e de oferta turística de assinalável capacidade diferenciadora.

No âmbito da actuação da Administração Central, existem algumas intenções de intervenção com incidência sobre o território municipal, ao nível da infra-estruturação rodoviária que, a concretizarem-se, serão um factor preponderante na melhoria da acessibilidade ao concelho: reforço estrutural e alargamento da ponte sobre o Rio Zêzere; nova ponte sobre o Rio Tejo; correcção do traçado da Estrada Nacional 118 e o açude no Rio Zêzere,



alguns dos quais incluídos nas candidaturas ao QREN.

Os projectos da autarquia para os próximos anos, candidatados ao Quadro de Referência Estratégico Nacional, são os que constam do Quadro seguinte:

Quadro 42: Candidaturas do Município de Constância ao QREN (2007/2013)

Designação do Projecto	Domínio	Valor
Ligação dos Esgotos domésticos da zona de expansão de Constância à EE com remodelação da mesma e emissário final de ligação à ETAR do CAIMA	Saneamento	1 500 000€
Construção de Campo de Futebol e instalações de apoio-campo de futebol com relvado sintético, bancadas, balneários, iluminação e arranjos exteriores	Equipamentos Desportivos	700 000€
Construção de Centro de Dia e ATL	Equipamentos Sociais	800 000€
Construção de Lar em Santa Margarida	Equipamentos Sociais	1 250 000€
Remodelação do Quartel de Bombeiros Voluntários de Constância – Secção de Santa Margarida	Protecção Civil	500 000€
Revitalização do Centro Histórico e Outro Parque Habitacional Degradado	Requalificação Urbana	5 000 000€
Construção de Ecopontos subterrâneos	Requalificação Urbana /Ambiente	750 000€
Parque Ambiental de Santa Margarida-2ª fase	Parques Urbanos	500 000€
Casa Memória de Camões e Jardim Horto Camoniano	Equipamentos Culturais	600 000€
Construção de açude galgável no Rio Zêzere	Rios Turismo	3 000 000€
Açude em Malpique	Ambiente/Protecção Civil/ Património Natural/Turismo	750 000€
Ciclovias		500 000€
Requalificação de arruamentos em Santa Margarida	Requalificação Urbana	900 000€
Projecto “Escolas em Rede”	Ensino Básico de excelência	75 000€
Sistemas de Informação e Comunicação	Capacidade Institucional	100 000€
Beneficiação e Remodelação de Parques Infantis	Requalificação Urbana	500 000€
Centro Ciência Viva – 3ª fase		500 000€
Piscina Municipal Descoberta		1 500 000€
Redução de consumos de electricidade		
Zona Industrial de Montalvo – 4ª fase		2 000 000€
Ligação de Montalvo a Martinchel		700 000€
Edifícios-acessibilidades		300 000€
Cemitérios		1 000 000€
Património Arqueológico		500 000€
Zonas Urbanas Degradadas - requalificação		1 000 000€
Reservatório de Água em Santa Margarida		700 000€
Ordenamento Florestal		400 000€
Parque Aventura		1 250 000€
EN118 – Variante Constância Sul-Gavião		-
Requalificação da margem direita do rio Tejo		-
Desassoreamento dos rios Zêzere e Tejo		-

Fonte: Câmara Municipal de Constância



4. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

4.1 BREVE ENQUADRAMENTO BIOFÍSICO⁴

4.1.1 GEOLOGIA E LITOLOGIA

A **geologia** do concelho de Constância reparte-se pelas seguintes unidades: aluviões do Holocénico, depósitos de terraços fluviais do Plistocénico, Migmatitos e Gnaisses, do Precâmbrico e por uma formação argilo-arenítica do Miocénico Superior. As aluviões, terrenos de cobertura resultantes da acumulação de materiais detríticos transportados pelas cheias do rio, surgem, obviamente, ao longo do Rio Tejo. Os depósitos de terraços fluviais, tal como o nome indica, ocorrem próximo dos cursos de água, em particular junto ao Rio Tejo e seus afluentes, nomeadamente a Ribeira da Coruja e da Caniceira e o Ribeiro de Vale do Mestre. Da sua composição destacam-se as areias, saibros e cascalheiros, associados por vezes a argilas e seixos rolados. As formações argilo-areníticas afloram em quase todas as vertentes dos vales da região, em particular nas que se desenvolvem na margem esquerda do Tejo, onde são mais extensos os níveis argilosos e mais frequentes os restos de vegetais fósseis. Estas formações apresentam igualmente bom desenvolvimento os níveis de arenitos e areias. As formações gnaisso-migmatíticas (pertencentes ao Precâmbrico mais antigo, são constituídas por rochas metamórficas com origem em gnaisses e granitos gnaissicos finos), afloram preferencialmente na margem Norte do Tejo, embora com incursões ao longo de outras linhas de água, tais como a Ribeira da Caniceira e a Ribeira da Ervideira.

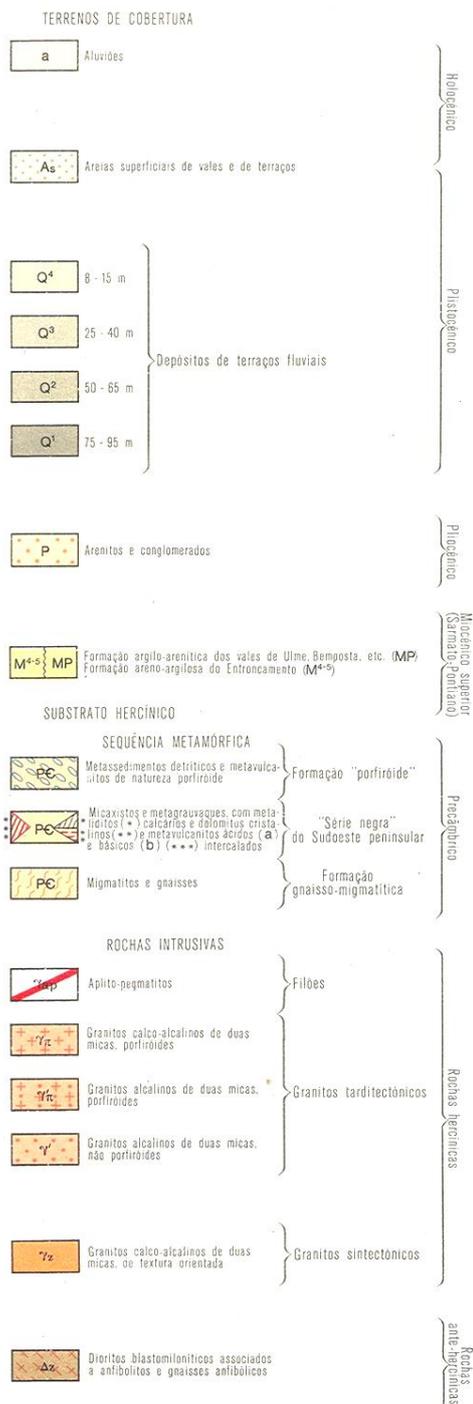
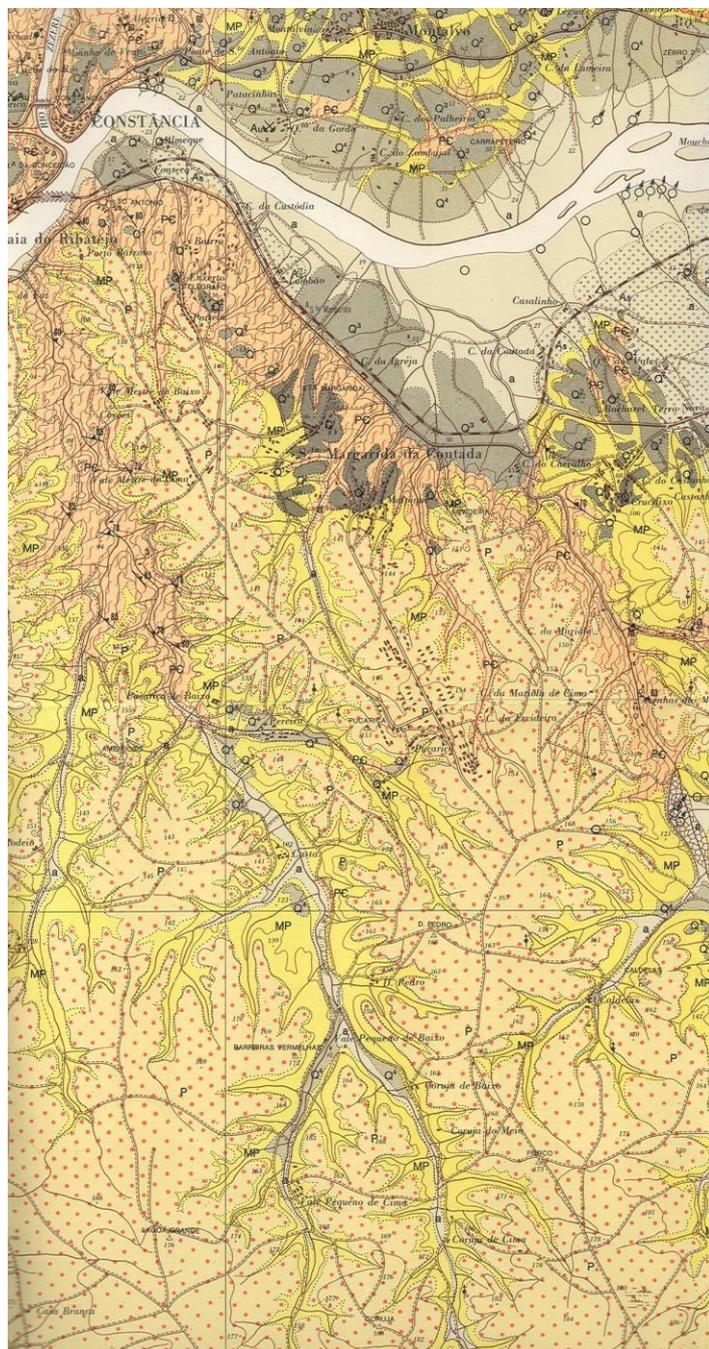
Foi utilizada a Carta Geológica de Portugal à escala 1/50000, em papel, não tendo sido analisada a parte Norte do Concelho devido à inexistência de informação cartografada (folha n.º 27B).

Fotografia 1: “Marachas” do rio Tejo



⁴ Plano Director Municipal de Constância, 1995

Figura 19: Carta Geológica nº 27D (Abrantes), impressa no Instituto Geográfico e Cadastral, escala original 1/50 000 (equidistância das curvas de nível de 25m)



Fonte: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1977



Segundo a Direcção Geral de Geologia e Energia no concelho de Constância não existem áreas afectas a recursos geológicos com direitos mineiros concedidos ou requeridos, existindo no leito do rio Tejo uma exploração de inertes (areia e saibro). Por sua vez a Direcção Regional da Economia não tem conhecimento de qualquer exploração de massas minerais no concelho em estudo.

A **litologia** correspondente a estas unidades geológicas distribui-se por três unidades, que ocorrem percentualmente com valores distintos: 5 % de aluviões; 25 % de xistos, anfíbolites, micaxistos, grauvaques, gnaisse e migmatitos; 70 % de arenitos, calcários não margosos, areias, cascalheiras e argilas.

4.1.1.1 Recursos geológicos segundo o PROT-OVT⁵

No contexto regional parte do concelho a Norte da vila de Constância insere-se no Maciço Hespérico. Em termos muito gerais, as unidades geológicas do Maciço Hespérico do território nacional apresentam potencialidades para a ocorrência de depósitos económicos de minérios metálicos de natureza diversa.

O concelho inclui na restante área a Bacia Terciária do Tejo, genericamente caracteriza-se por se apresentar aplanada e a cotas baixas. As rochas presentes são essencialmente arenitos, consolidados ou não e calcários. As suas potencialidades em recursos minerais com valor económico estão associadas também a materiais para a construção. De salientar a existência de uma jazida aluvionar de ouro no leito do curso do rio Tejo.

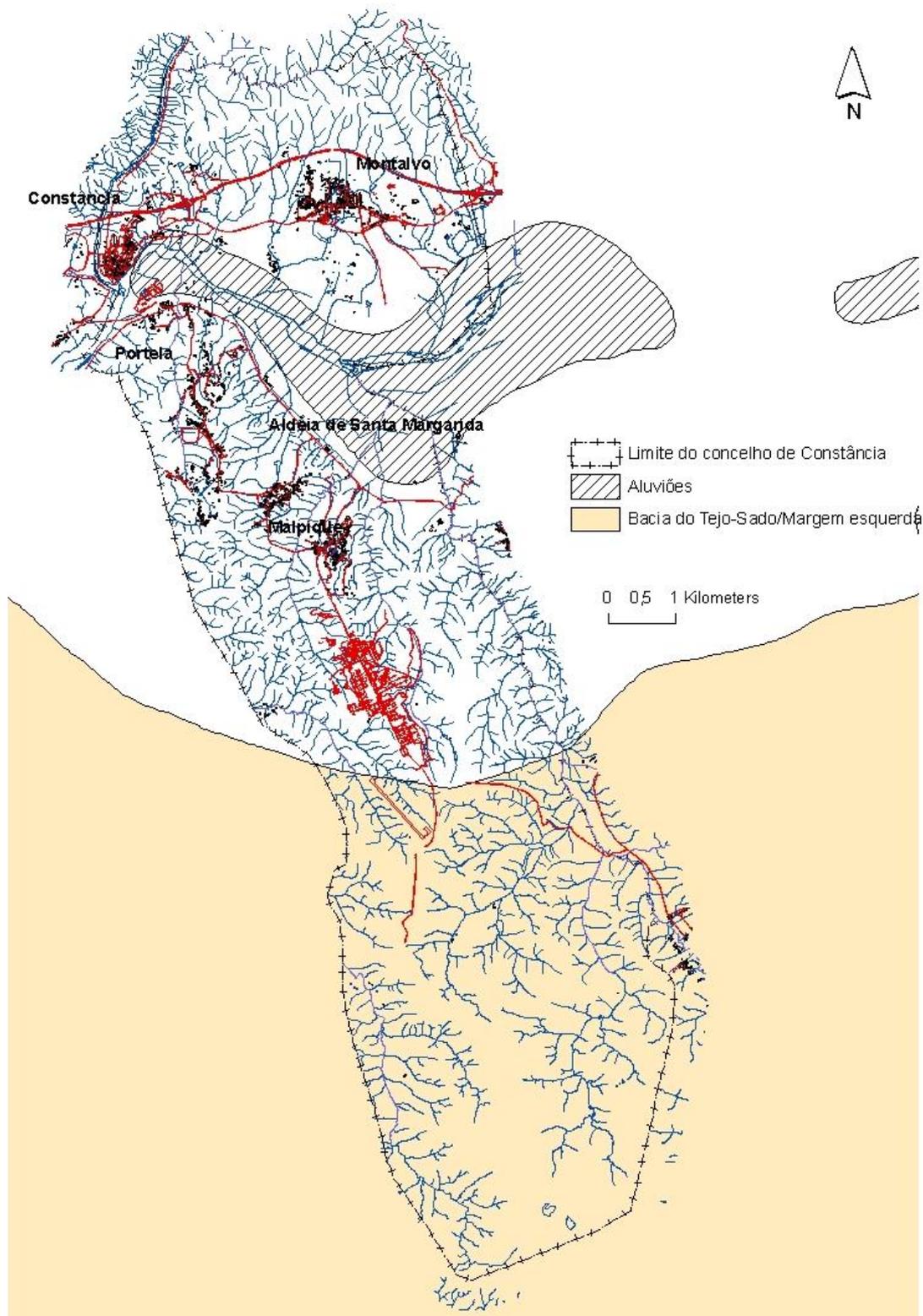
4.1.2 RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS⁶

No que se refere aos **recursos hídricos subterrâneos**, o concelho de Constância integra dois importantes aquíferos: os aluviões do Tejo e a Bacia do Tejo-Sado (Margem esquerda).

⁵ In "PROT-OVT - Estudos Sectoriais: Recursos Geológicos – Relatório Final", DGEG, CCDR-LVT, 2008

⁶ In "www.snrh.pt"

Figura 20: Aquíferos presentes no concelho de Constância



Fonte: www.snirh.pt



Aluviões do Tejo

Trata-se de um sistema aquífero poroso, livre a confinado ou semiconfinado, em que as litologias dominantes são aluviões (areias, argilas e na base seixos e calhaus, com uma espessura total de 70 metros) e terraços fluviais (depósitos basais com seixos e calhaus, seguidos de um complexo formado por areias e argilas). A precipitação constitui a principal fonte de recarga e as descargas dão-se ao longo das principais linhas de água. O escoamento subterrâneo, por sua vez, dá-se em direcção ao rio Tejo e, ao longo da faixa de aluviões modernas até ao estuário. A média do coeficiente de armazenamento é de $8,39 \times 10^{-3}$.

Bacia do Tejo/Margem Esquerda

É um multiaquífero, livre, confinado ou semiconfinado, em que as variações laterais e verticais de fácies são responsáveis por mudanças significativas nas condições hidrogeológicas. As litologias dominantes dividem-se pelo Pliocénico (areias, com intercalações lenticulares de argilas, com espessura muito variável); Arenitos de Ota (arenitos com algumas intercalações de argila); Série calco-gresosa marinha (arenitos calcários, margas, com espessura superior a 450 metros). A recarga do aquífero faz-se por infiltração da precipitação e infiltração nas linhas de água. Em termos gerais, o escoamento subterrâneo dá-se em direcção ao rio Tejo e ao longo do sistema aquífero até ao Oceano Atlântico. O coeficiente de armazenamento é de 10^{-3} .

4.1.3 ANÁLISE FISIAGRÁFICA

Quanto à **análise fisiográfica**, é efectuada em três vertentes: hipsometria, festos e talvegues e declives. Para a hipsometria escolheram-se cinco classes tendo em conta a escala do trabalho, o relevo presente no concelho e o objectivo do Plano, designadamente:

- < 40 metros, corresponde ao principal talvegue, o rio Tejo, e às suas margens inundáveis;
- 40-100 metros, equivale às encostas sobranceiras ao rio Tejo, incluindo o aglomerado de Constância e Montalvo na margem direita, enquanto que na margem esquerda, devido a um maior declive das encostas a sua ocupação corresponde exclusivamente a áreas florestais;
- 100-150 metros, corresponde ao terço médio das encostas do rio Tejo;
- 150-180 metros, corresponde a grande parte do concelho, especialmente à zona mais planáltica a Sul;
- >180m, restringe-se às zonas mais altas do concelho situadas a Norte de Montalvo, onde se localiza o ponto mais alto (209.5m) e no extremo Sul.

Da análise dos festos distinguem-se duas linhas de cumeada principais como se pode verificar pela análise da carta de Festos. Uma que se desenvolve na direcção SW-NE, separando a Bacia do Zêzere das restantes sub-



bacias que surgem a Norte a partir de afluentes do Tejo. A segunda linha de fecho surge a Sul daquele rio, com um desenvolvimento N-S, separando de forma evidente a Bacia da Ribeira da Caniceira de outras com menor expressão no Concelho. Relativamente à primeira linha de cumeada são atingidas pontualmente cotas superiores aos 200m, enquanto no segundo fecho apenas se ultrapassa ligeiramente os 180m. De qualquer forma, não é significativa esta variação, sendo a sua diferenciação mais nítida relativamente à extensão que ocupa no Concelho, e que é muito maior no fecho que surge a Sul do Tejo.

Nos extremos Norte e Sul do Concelho ocorrem as cotas máximas com valores de 200m e 180m, respectivamente. De forma mais gradual de Sul para Norte e um pouco mais abrupta de Norte para Sul, estas cotas vão diminuindo até atingirem o Rio Tejo.

O concelho apresenta um relevo dividido pelo amplo vale do rio Tejo: a Sul é planáltico recortado por algumas linhas de água encaixadas de forma moderadamente suave, enquanto a Norte a fisiografia é mais acidentada, com vales fundos e encostas declivosas. Deste modo, a caracterização dos declives foi efectuada da seguinte forma:

- **0-3%** - classe dominante, corresponde ao vale do Rio Tejo e a terrenos praticamente planos localizados na zona de cabeço aplanado de Santa de Margarida e que permite compreender que se trata respectivamente de um vale de grande importância geográfica e de uma zona planáltica adjacente;
- **3-8%** - declives com especial incidência na margem direita (a encosta suave do aglomerado de Montalvo);
- **8-16%** - declives que surgem na orla na zona planáltica de Santa Margarida e a Norte de Montalvo,
- **16-25%** - declives associados às encostas dos vales das Ribeiras a Sul do rio Tejo (por exemplo a Ribeira da Ervideira, o Ribeiro do Carvalhoso) e que conjuntamente com a classe anterior permite perceber a existência no território de vales ligeiramente encaixados;
- **>25%** - encontram-se nas encostas das ribeiras afluentes da margem esquerda do rio Tejo e com maior predominância na zona Norte do concelho (encostas do rio Zêzere e afluente).



Quadro 43: Caracterização das classes de Declives

Classes	Tipo	Circulação	Recreio	Edifícios
0 a 3%	Plano ou quase plano	Sem condicionalismos	Sem condicionalismos	Problemas de drenagem hídrica e atmosférica
3 a 8%	Suave	Limite usado em estradas principais (4%)	Limitações moderadas para zonas de jogos intensivas	Ótimo para qualquer tipo de construções com pequeno ou nenhum movimento de terras
8 a 16%	Moderado	Limite máximo para declive de auto-estradas e tracção animal (8%); Limite usual para estradas e caminhos de peões (10%)	Limitações moderadas para parques de campismo e zonas de merendas	Apto para construções com movimentos de terra moderados
16 a 25%	Acentuado	Limitações moderadas para caminhos de peões	Desejável só para trilhos de peões	Apto para construções com movimentos de terras já importantes
>25%	Muito Acentuado	Limitações severas para caminhos de peões	Indesejável para uso activo (20%)	Grande encarecimento da construção de edifícios e infraestruturas devido à necessidade de grandes movimentos de terras

Fonte: Plural

Os **Talvegues** destaca-se, obviamente, a grande Bacia do Tejo, cujo curso de água atravessa o Concelho de Este a Oeste, separando-o em duas zonas bastante diferenciadas. Com efeito, da geomorfologia resultante, distingue-se uma maior dinâmica a Norte, comparativamente às áreas situadas a Sul, mais planas, sobressaindo nitidamente, entre ambas, o amplo Vale do Tejo, com os seus terrenos aluvionares.

De entre as sub-bacias do Tejo, destaca-se num primeiro plano a do Rio Zêzere, com desenvolvimento Norte-Sul, constituindo fronteira entre o Concelho de Constância e o Concelho de Vila Nova da Barquinha, situado a Noroeste. Uma das suas principais características resulta do facto de este rio ser um dos principais tributários do Rio Tejo, contribuindo com água cuja qualidade é particularmente relevante.

O segundo curso de água representativo é a Ribeira da Caniceira, igualmente afluente do Rio Tejo e que por sua vez, drena as águas de diversos afluentes, tais como a Ribeira da Represa, a Ribeira da Videira, a Ribeira do Carvalho e o Vale de Caldelas. Apesar do seu carácter sazonal, constitui ainda um conjunto com um apreciável papel no escoamento superficial de águas pluviais.

Fotografia 2: Rio Tejo



4.1.4 CLIMATOLOGIA

A **caracterização climática** resultou da análise dos diversos meteoros que caracterizam a estação meteorológica mais próxima do concelho de Constância. O concelho não dispõe de nenhuma estação meteorológica, por isso optou-se por efectuar a análise dos elementos climatológicos fornecidos pela estação meteorológica de Tancos (Latitude: 39°29'N, Longitude: 08°26'W, Altitude: 83 metros) devido à sua proximidade física, assim como à similitude das características biofísicas onde se insere, como se pode ver pela figura.

Figura 21: Localização de Tancos



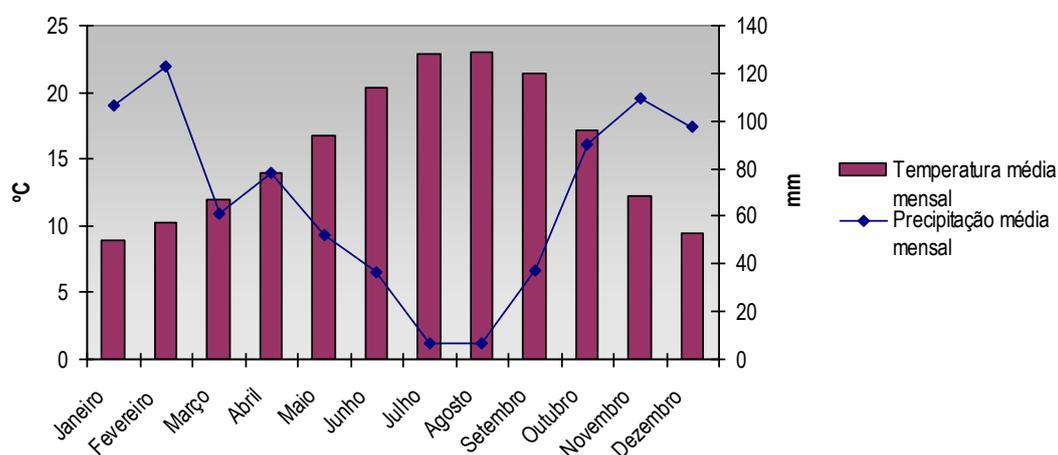
Fonte: google.earth.com



Os dados são das décadas de 1961-1990. Não há nenhuma publicação específica para estas normais climatológicas, tendo sido obtida a informação através de pedido expresso ao Instituto de Meteorologia.

De uma forma genérica, o clima do concelho de Constância corresponde perfeitamente às características de um clima mediterrâneo: Verão praticamente sem chuva, com muitas horas de sol e quente, em alternância nítida com uma estação fresca durante a qual se sucedem alternadamente os dias de chuva e as abertas de sol. Aliás, como se pode verificar no gráfico que compara os valores da temperatura com os da precipitação. No entanto, a presença do rio Tejo, como massa de água de grandes dimensões, funciona como elemento regulador de um microclima, e deste modo influência o clima em vários meteoros, principalmente a temperatura e o nevoeiro.

Figura 22: Comparação entre valores da precipitação média mensal e valores da temperatura média mensal, típicos de um clima mediterrâneo - Estação meteorológica de Tancos/Base Aérea, entre 1961 e 1990

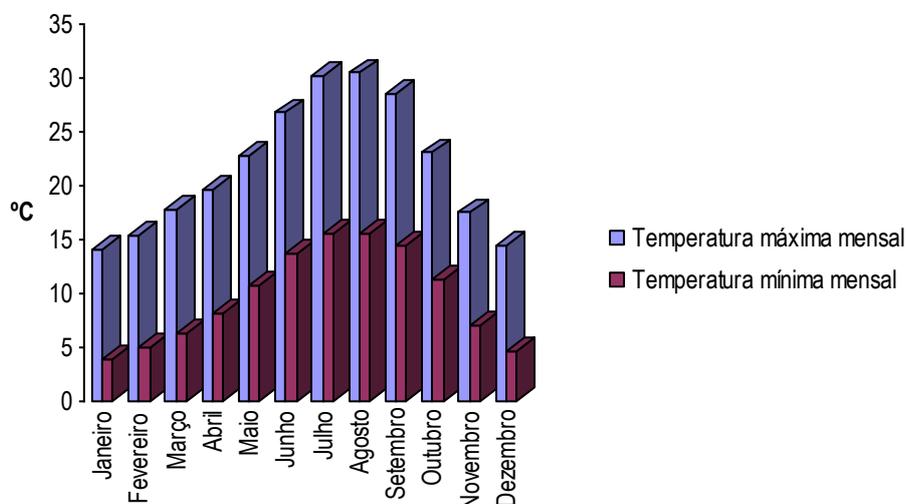


Fonte: Normais climatológicas, Instituto de Meteorologia, Lisboa

Temperatura

Os valores registados na estação meteorológica de Tancos/Base Aérea dão uma ideia, da variação da temperatura ao longo do ano, no concelho de Constância.

Figura 23: Temperatura máxima e mínima - Estação meteorológica de Tancos/Base Aérea, entre 1961 e 1990



Fonte: Normais climatológicas, Instituto de Meteorologia, Lisboa

Da análise do gráfico, conclui-se que, as temperaturas máximas nunca atingem os 30°C nos meses de Verão e as mínimas também nunca atingem valores inferiores a 4°C. Nos dias de Verão as temperaturas chegam a valores mais elevados, mas as temperaturas mínimas atingidas nos períodos nocturnos permitem concluir que as amplitudes térmicas não são significativas, bastante atenuadas pela presença do rio Tejo.

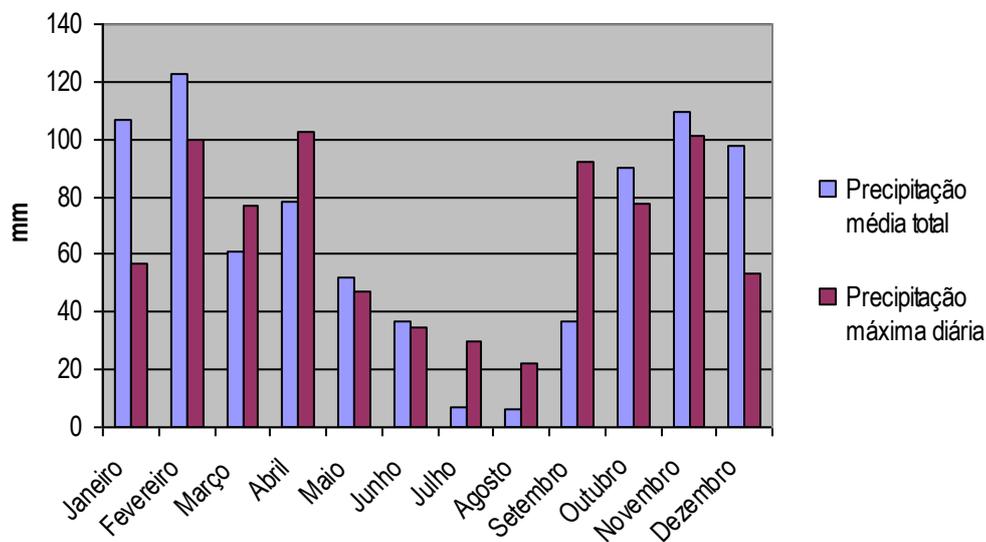
Precipitação

A observação da precipitação permite concluir que os meses mais chuvosos centram-se entre os meses de Outubro e Abril, com um valor médio máximo no mês de Fevereiro (112.9 mm). Os meses secos, nunca são completamente secos com valores baixos de aproximadamente 6 mm de precipitação, a que a presença do rio Tejo não é alheia a esse facto.

Pela análise da precipitação máxima diária observam-se dias em que a precipitação diária atinge valores bastante superiores à média, especialmente nos meses de Verão devido à ocorrência de trovoadas.



Figura 24: Precipitação total da estação meteorológica de Tancos/Base Aérea, entre 1961 e 1990

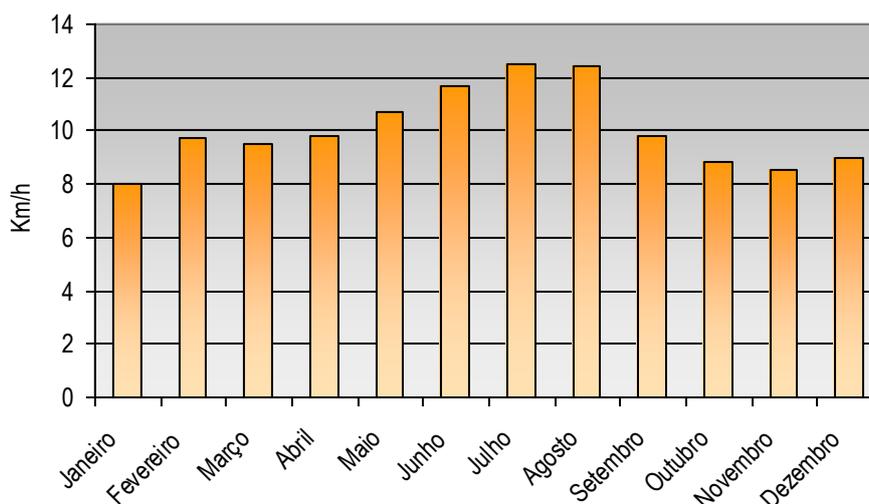


Fonte: Normais climatológicas, Instituto de Meteorologia, Lisboa

Vento

A velocidade média do vento em Tancos/Base Aérea mantém-se bastante constante ao longo do ano, no entanto atinge os valores mais elevados no Verão (Julho – 12,5 Km/hora) e os valores mais reduzidos nos meses de Outono (8,5 Km/hora).

Figura 25: Velocidade média do vento – Estação meteorológica de Tancos/Base Aérea, entre 1961 e 1990

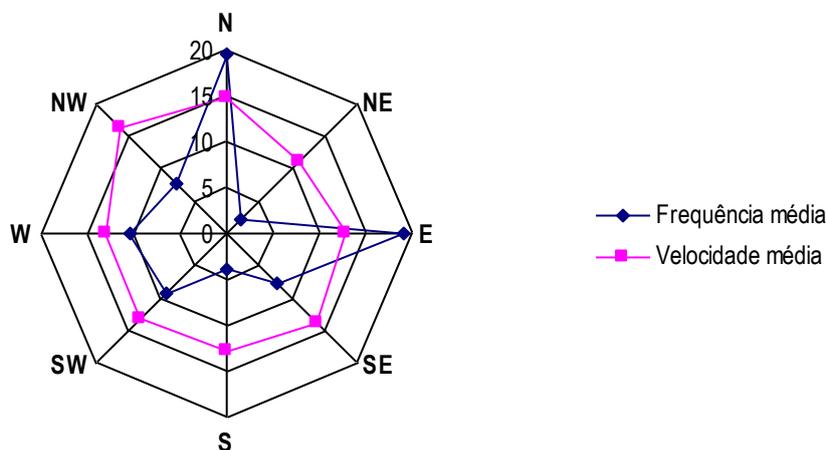


Fonte: Normais climatológicas, Instituto de Meteorologia, Lisboa

Nesta estação meteorológica, o vento com maior frequência verifica-se do quadrante N, distribuído por todos os meses, embora seja mais importante nos de Primavera/Verão. No entanto, a maior velocidade média é atingida

pelo quadrante de NW. Conclui-se portanto, que os ventos de N são os mais frequentes, mas os que atingem maiores velocidades são os de NW.

Figura 26: Frequência e velocidade média dos rumos do vento - Estação Meteorológica de Montijo/Base Aérea, entre 1961 e 1990

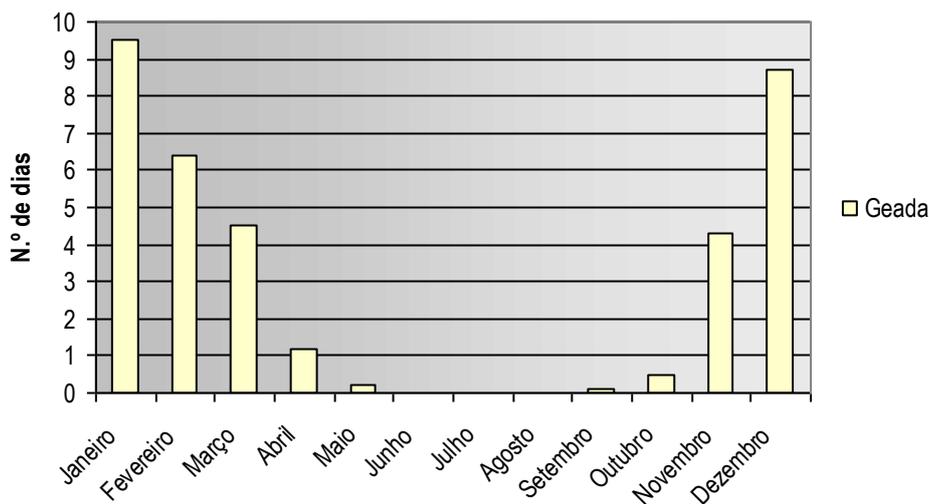


Fonte: Normais climatológicas, Instituto de Meteorologia, Lisboa

Geadas

Para esta estação meteorológica não há registo de geada, por isso utilizou-se os registos efectuados na Estação Meteorológica de Alvega (mais distante de Constância mas próxima do Rio Tejo).

Figura 27: Número de dias de geada na Estação Meteorológica de Alvega, entre 1961 e 1990



Fonte: Normais climatológicas, Instituto de Meteorologia, Lisboa

Exceptuando os meses de Verão, todos os meses apresentam dias com geada, atingindo o maior número de dias no mês de Janeiro (9.5), devido às temperaturas mais baixas e à menor velocidade do vento. Atendendo às

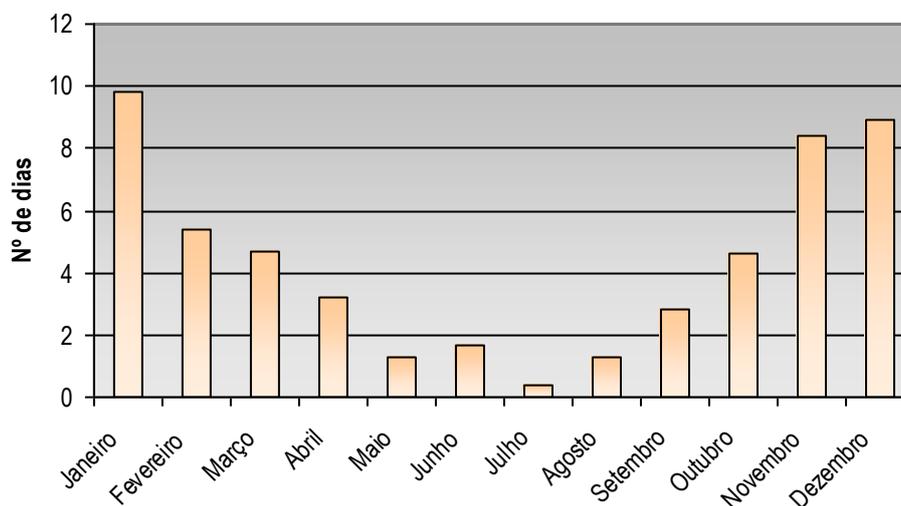


diferenças de localização das duas estações meteorológicas será de esperar um menor de dias na Estação de Tancos, visto encontrar-se a uma maior altitude e ligeiramente mais distante do vale do Tejo.

Nevoeiro

O rio Tejo é, mais uma vez, determinante para as características deste meteoro. O rio, enquanto massa de água, faz com que o tipo de nevoeiro associado seja o de irradiação, expresso na sua distribuição anual, concentrada nos meses mais frios, como se pode verificar no gráfico seguinte. O facto de nesta zona o vale do rio ainda apresentar algum encaixe contribui para o número de dias de nevoeiro (52.5) ser mais significativo que a jusante. A atestar esta conclusão, na Estação de Alvega, situada mais próxima do vale, regista-se um número de dias anual de nevoeiro superior (55.9).

Figura 28: Número de dias nevoeiro - Estação meteorológica de Tancos/Base Aérea, entre 1961 e 1990



Fonte: Normais climatológicas, Instituto de Meteorologia, Lisboa

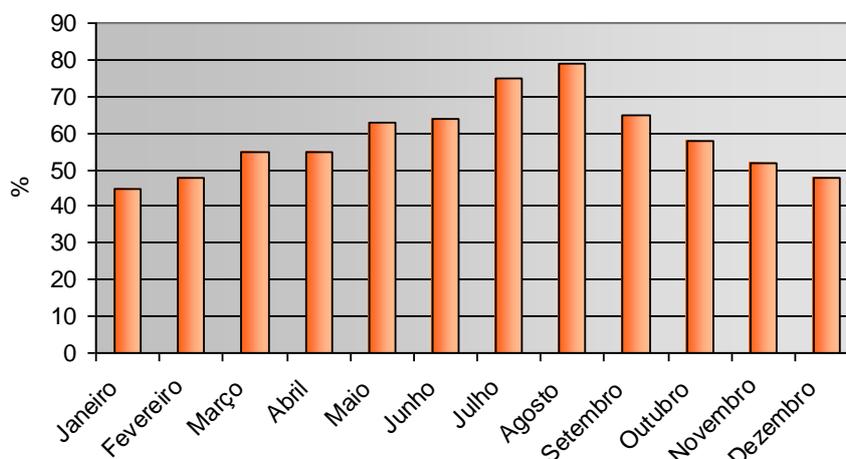
Trovoada

O número de dias de trovoada ocorrido nesta Estação é bastante baixo (média anual de 0.5 dias) para um total anual de 7.9 dias. A maior ocorrência deste meteoro acontece em Junho com 1.2 dias.

Insolação

Os valores da insolação são expressos em centésimos (%), e referem-se ao quociente da insolação observada pela insolação máxima possível no mês ou no ano, dada por tábuas astronómicas. Para um total de 2792.6 horas anuais de Sol directo, na Base Aérea de Tancos, a insolação é bastante diferente nos meses de dias mais pequenos e mais nublados de Inverno (associado aos dias de Inverno) e nos meses de dias mais longos e mais limpos de Verão.

Figura 29: Percentagem do número de horas de insolação - Estação meteorológica Tancos, entre 1961 e 1990



Fonte: Normais climatológicas, Instituto de Meteorologia, Lisboa

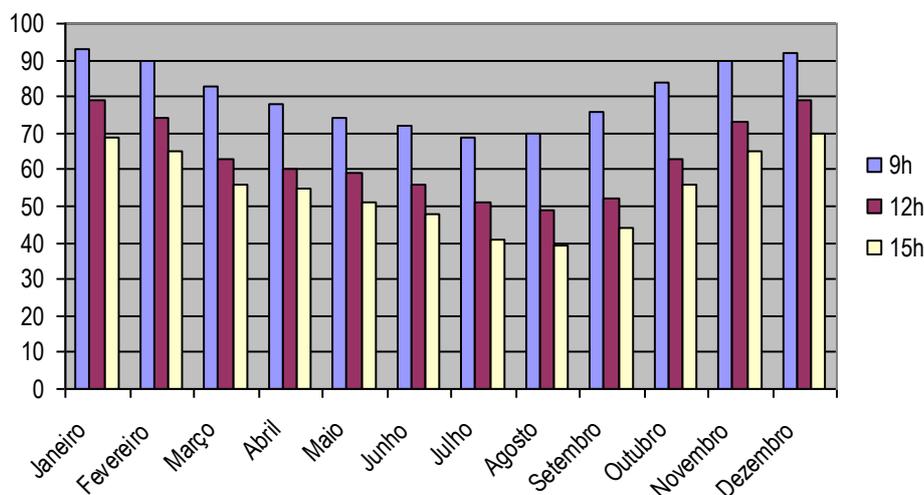
Como se pode observar no gráfico, os dias dos meses de Verão são os mais sujeitos aos raios solares. São de salientar os valores extremos de 135.5 h, correspondentes a 45% do máximo possível, em Janeiro, e de 331.7h (79%), em Agosto. Convém acentuar que estes valores são ligeiramente menos pronunciados aos que se verificam no interior do país, mais uma vez devido à proximidade do rio Tejo.

Humidade

Os valores de humidade relativa do ar estão expressos em centésimos (%), correspondendo 0 (zero) ao ar seco e 100 ao ar saturado de vapor de água. Conforme se verifica no gráfico os valores de humidade decrescem nos meses quentes, tornando, portanto, os dias mais secos. Nos meses mais chuvosos, a humidade aumenta na sequência de maior quantidade de vapor de água na atmosfera, e para o qual o rio Tejo também tem um papel importante. O rio também contribui para que de manhã os valores de humidade sejam mais elevados visto resultar da condensação nocturna da massa de água.



Figura 30: Percentagem de humidade - Estação meteorológica de Tancos/Base Aérea, entre 1961 e 1990



Fonte: Normais Climatológicas, Instituto de Meteorologia, Lisboa

Classificação climática

Segundo a classificação simples, com dedução imediata dos elementos climáticos anteriormente analisados, o clima do concelho é quanto à:

- temperatura média anual – temperado;
- amplitude média da variação anual da temperatura – moderado;
- humidade relativa do ar – húmido;
- precipitação – moderadamente chuvoso.

4.1.5 Capacidade de uso do solo

No que se refere à **capacidade de uso agrícola dos solos**, o Concelho é extremamente desequilibrado relativamente à percentagem em que ocorrem as diferentes classes de uso, tal como vêm delimitadas na Carta Complementar dos Solos de Portugal, à escala 1:25.000, realizada pelo Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário (SROA).

Com maior representatividade surgem os solos com uma capacidade de uso muito baixa, classes D e E. Predominam nas situações de encosta ou planálticas, traduzindo-se no primeiro caso por um reforço da fraca produtividade destes solos, que habitualmente apresentam ainda limitações resultantes da erosão ou do escoamento superficial, e no segundo caso manifestando evidentes situações de drenagem deficiente.

As manchas de solo com capacidade de uso agrícola moderada, classes Cs, Ce e Ch, coincidem principalmente com alguns vales, nomeadamente o do Rio Tejo, o da Ribeira da Caniceira e os dos respectivos afluentes. Estas



situações geográficas também coincidem com os solos de Classe B, de elevada capacidade de uso agrícola, embora também ocorram em manchas dispersas e um pouco mais distanciadas destas situações.

Os solos com capacidade de uso muito elevada são representativos, concentrando-se no entanto, exclusivamente, nos terrenos planos do vale do Rio Tejo. Resultam em particular de depósitos coluviais e aluvionares que se acumularam e enriqueceram ao longo dos anos. Em virtude das suas características, estes solos encontram-se totalmente ocupados por explorações agrícolas.

4.2 OCUPAÇÃO DO SOLO

Antes de mais é importante referir que a peça desenhada que acompanha este tema teve como base a planta de Ocupação do solo constante do Plano Municipal de Defesa da Floresta, elaborado em 2007. A informação recebida da Câmara Municipal continha algumas incorrecções nomeadamente ao nível de manchas sobrepostas. Nesta situações utilizaram-se os ortofotomapas para verificar qual a ocupação correcta.

O desenvolvimento deste tema faz-se também com recurso a outras fontes, nomeadamente a dados estatísticos da Direcção Geral de Florestas (1995) e ao Recenseamento Geral de Agricultura (1999), que permitem ter uma ideia bastante mais aproximada de como é, actualmente, a ocupação do solo no concelho.

Os dados estatísticos da Direcção-Geral das Florestas referem-se a uma aplicação informática disponível no respectivo portal, com a designação *AreaStat*. Nesta aplicação consta uma estimativa das áreas conforme a ocupação do solo, sendo baseada numa amostra de cerca de 130 000 fotopontos, obtidos por fotointerpretação da cobertura aero-fotográfica de 1995. Com estes dados elaborou-se o gráfico referente uso do solo.

Analisando a carta de **ocupação do solo** (PMDFCI) constata-se uma predominância da ocupação florestal, mais propriamente de povoamentos florestais puros de eucalipto, dispersos um pouco por todo o concelho, em manchas de grandes dimensões. A presença da fábrica de pasta de papel na margem esquerda do rio Tejo, em frente à vila de Constância, comprova a importância destes povoamentos florestais no concelho e na região.

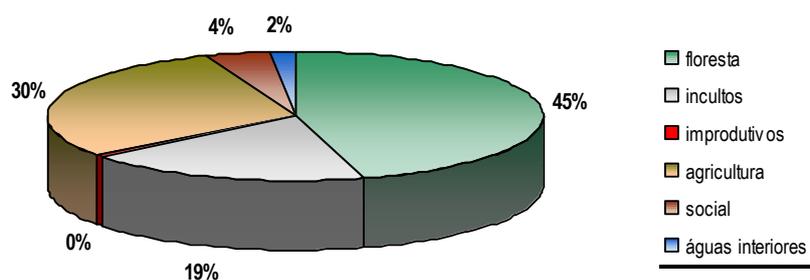
A ocupação agrícola, traduzida essencialmente no cultivo de olival, também tem uma expressão significativa. O troço do vale do rio Tejo que atravessa o concelho é alternadamente ocupado por culturas anuais, devido à fertilidade associada às zonas aluvionares e por olivais.

No Sul do Concelho detectam-se zonas com uma ocupação arbustiva-herbácea resultantes da degradação de espaços florestais, tanto mais que na sua envolvência ainda são visíveis manchas de montado e pinheiros bravos.



O gráfico relativo à sub-região Médio-Tejo, onde o concelho de Constância se integra, revela em termos percentuais esta realidade. A maior percentagem do solo tem actualmente uma utilização florestal, cerca de 45% da área total. De seguida surge a área agrícola com uma área significativa, 30%, que também corresponde à importância, verificada na carta de ocupação do solo. Com uma área ainda expressiva surge também as áreas de incultos.

Figura 31: Uso actual do solo na sub-região Médio Tejo

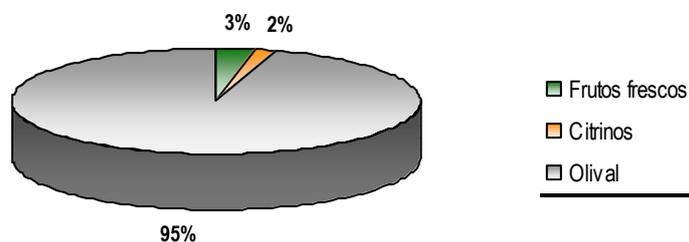


Fonte: Direcção Geral das Florestas, *Areastat*

4.2.1 Ocupação agrícola

A exploração de olivais é a actividade agrícola com maior predomínio, tal como se verifica pela análise da carta de ocupação do solo, assim como pelo gráfico respeitante às culturas permanentes. No entanto, em termos de produtividade, as culturas temporárias, nomeadamente as culturas anuais – cereais para grão (milho e trigo) e as culturas forrageiras, têm um papel importante na economia do concelho. A distribuição do olival e das culturas anuais ao longo do vale do rio Tejo, surgem alternadas nas parcelas de cultura e tipificam uma paisagem bastante característica desta zona.

Figura 32: Áreas ocupadas por culturas permanentes no concelho de Constância



Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 1999

Associadas, por vezes, aos olivais, mas ocupando áreas mais representativas nos vales, surgem as pastagens naturais, suporte para a produção de pequenos ruminantes que na região tem um carácter complementar para a economia familiar.

Fotografia 3: Olival



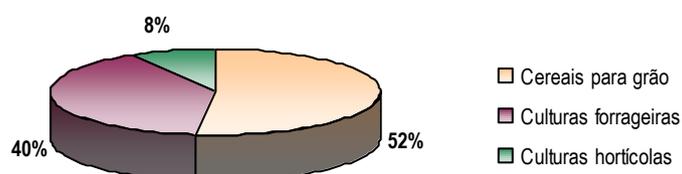
Fotografia 4: Restolho de um campo de milho



O largo vale do Tejo destina-se preferencialmente a culturas arvenses de regadio, substituídas pontualmente por vinha ou pomar. Coincidem com esta situação os melhores terrenos agrícolas do Concelho, constatando-se assim que neste terreno têm sido realizados os maiores investimentos de carácter produtivo.

As culturas hortícolas, que na carta de ocupação do solo tem a designação de culturas de regadio (pelo facto de incluir vários tipos de culturas, inclusive as culturas hortícolas) são normalmente cultivadas nas imediações dos aglomerados. Servem para a subsistência dos agricultores e têm também algum significado no contexto das culturas temporárias.

Figura 33: Áreas ocupadas por culturas temporárias no concelho de Constância



Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 1999

4.2.1.1 Zona de vulnerabilidade do Tejo

A criação de Zonas de vulnerabilidade visa a incentivação de uma boa prática agrícola de modo a contribuir para a melhoria do nível de protecção das águas contra a poluição difusa de origem agrícola. O Decreto-Lei n.º 235/97, de 3 de Setembro preconiza a identificação, por lista, das águas poluídas e das águas susceptíveis de serem poluídas, bem como de zonas vulneráveis, de acordo com critérios estabelecidos pelas Directiva n.º91/676/CEE e n.º 75/440/CEE. As zonas vulneráveis são áreas que drenam para as águas poluídas ou susceptíveis de serem poluídas, nas quais se praticam actividades agrícolas susceptíveis de contribuir para a poluição das mesmas.

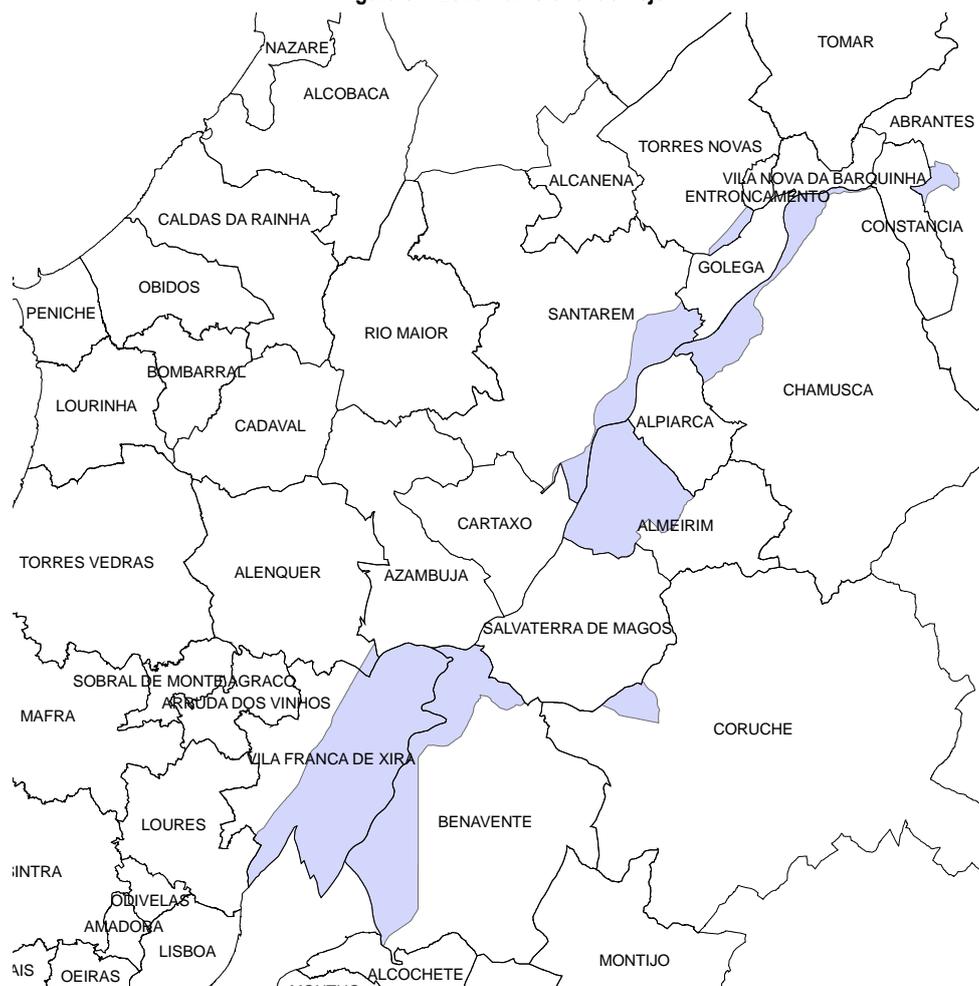


São também estabelecidas as competências para a realização de um programa de controlo da concentração de nitratos nas águas doces superficiais e subterrâneas e uma avaliação do estado trófico das lagoas, outras massas de água doce, estuários e águas costeiras.

É de salientar que o diploma nacional também define a aprovação de um Código de Boas Práticas Agrícolas, a fim de assegurar um nível geral de protecção de todas as águas contra a poluição causada ou induzida por nitratos de origem agrícola.

A zona vulnerável n.º 5 ou zona vulnerável do rio Tejo foi criada pela Portaria n.º 1433/2006, de 27 de Dezembro, alterada pela Portaria n.º 1366/2007, de 18 de Outubro.

Figura 34: Zona Vulnerável do Tejo



Fonte: Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

4.2.2 Ocupação florestal

4.2.2.1 Breve caracterização florestal

Pela análise da carta de ocupação do solo, as principais áreas florestais compreendem essencialmente a povoamentos florestais puros de eucaliptos, com extensas manchas tanto a Norte do rio Tejo, como a Sul. Quer os povoamentos florestais de outras folhosas, quer os povoamentos florestais de resinosas têm presenças pontuais, sendo as resinosas representadas essencialmente por manchas de pinheiros bravos. Os sobreiros têm ainda uma presença considerável no concelho, com especial incidência no seu extremo Sul.

Fotografia 5: Mancha de pinheiros bravos, a Norte do concelho



Fotografia 6: Mancha de montado, a Sul do concelho



Analisando o gráfico da distribuição das espécies florestais na sub-região do Médio-Tejo identifica-se o pinheiro bravo como sendo a espécie com maior ocorrência (39%), o que não se passa ao nível do concelho de Constância. No entanto nesta sub-região o eucalipto ocupa uma percentagem razoável (37%), o que coincide com o que se passa ao nível do concelho de Constância.

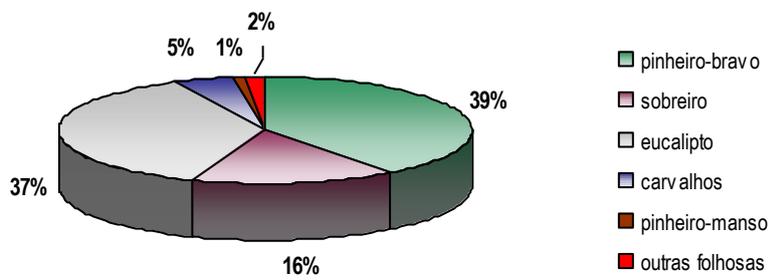
O sobreiro, com 16% da área total, não tendo uma presença residual, fica aquém do que seria desejável quando se está perante uma zona tipicamente mediterrânea e com influência da humidade proveniente do Rio. Os montados de sobreiro surgem com manchas muito representativas em termos espaciais, evidenciando-se ainda na sua composição com numerosos exemplares imponentes. Apesar destes montados constituírem uma enorme riqueza patrimonial, com potencialidades produtivas, verifica-se também nestas áreas a substituição gradual destes exemplares por eucalipto.

É importante mencionar que a ocupação florestal, com a área de implantação mais significativa, assiste a uma gradual substituição do pinheiro bravo, até há poucos anos utilizado com carácter exclusivo, por eucalipto. Estas



substituições, no entanto, não têm implicado um melhor ordenamento e uma melhor utilização destes espaços, pelo que se torna premente a adopção de medidas efectivas de produção e protecção.

Figura 35: Distribuição das espécies florestais na sub-região do Médio Tejo



Fonte: Direcção Geral das Florestas, *Areastat*

4.2.2.2 Directrizes do PROF

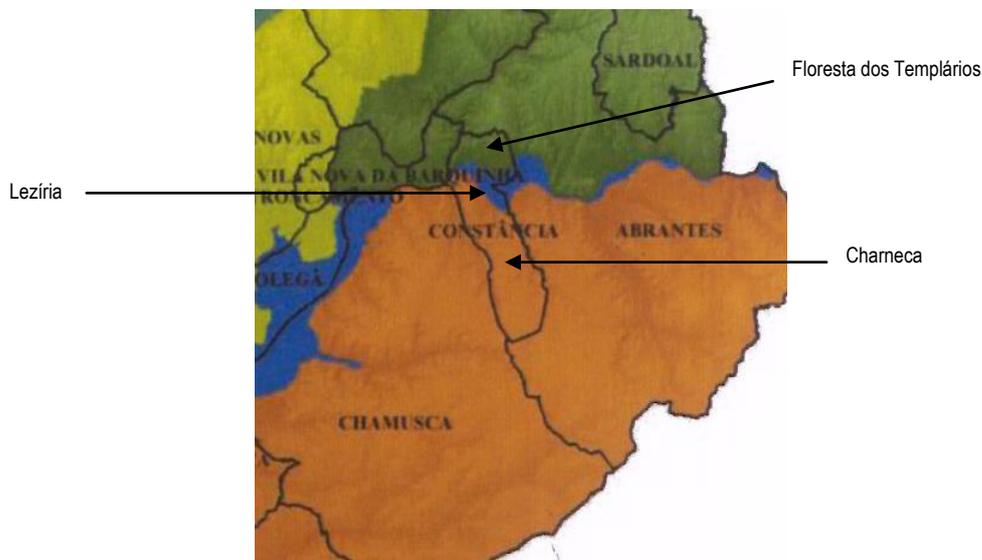
Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) são “instrumentos sectoriais de gestão territorial” que estabelecem as normas de intervenção sobre a ocupação e a utilização dos espaços florestais, encontrando-se previstos na Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96 de 17 de Agosto) e regulados pelo Decreto-Lei n.º 204/99 de 9 de Junho.

Têm como objectivos gerais (nº 3 do Artigo 5º da Lei nº 33/96 de 17 de Agosto):

- Avaliar as potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos seus usos dominantes;
- Definir o elenco de espécies a privilegiar nas acções de expansão e reconversão do património florestal;
- Identificar dos modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados;
- Definir áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade à erosão e da importância ecológica, social e cultural, bem como das normas específicas de silvicultura e de utilização sustentada dos recursos a aplicar a estes espaços.

O concelho de Constância é abrangido pelo PROF do Ribatejo, publicado no Decreto-Regulamentar n.º16/2006 de 19 de Outubro e encontra-se inserido em três sub-regiões homogéneas: Floresta dos Templários, Lezíria, Charneca.

Figura 36: Sub-regiões homogéneas estipuladas pelo PROF-Ribatejo para o concelho de Constância



Fonte: Plano Regional de Ordenamento Florestal Ribatejo, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2006

Para cada sub-região são descritos os pontos fortes e pontos fracos mais relevantes, conforme se apresenta de seguida.

Charneca

Pontos Fortes mais relevantes

- Elevado potencial produtivo para as espécies das fileiras com interesse nacional: sobreiro, pinheiro bravo e eucalipto e para as espécies das fileiras com interesse regional, com destaque para o pinheiro manso.
- Dimensão média da propriedade elevada;
- Aptidão cinegética globalmente elevada;
- Potencialidade para a silvopastorícia;
- Presença de habitats classificados com interesse para a conservação da natureza (Montados de *Quercus* spp de folha perene, Florestas de *Quercus suber*, florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*, habitats ripícolas, para referir os mais representativos).

Pontos Fracos mais relevantes

- Áreas áridas com extensão;
- Continuidade das manchas florestais resultando num maior risco de incêndio florestal;
- Envelhecimento e estado fitossanitário dos povoamentos de sobreiro com deficiente regeneração natural;



- Linhas de água degradadas;
- Erosão do solo média a elevada devido a práticas de condução desajustadas.

Lezíria

Pontos fortes mais relevantes

- Elevado valor paisagístico
- Existência de infra -estruturas de recreio e lazer associados aos espaços florestais (frentes ribeirinhas, praias fluviais);
- Elevado valor ecológico pela presença de habitats classificados (habitats ripícolas) e pela existência de zonas húmidas de elevado interesse para a conservação
- Elevado potencial para a actividade piscícola

Pontos fracos mais relevantes

- Degradação da vegetação ripícola com a conseqüente diminuição das funções de protecção e conservação de habitats e biodiversidade;
- Pesca furtiva.

Floresta dos Templários

Pontos Fortes mais relevantes

- Elevado potencial produtivo para as espécies das fileiras com interesse nacional: sobreiro, pinheiro bravo e eucalipto
- Boas acessibilidades e proximidade de pólos de atracção turística
- Abundante regeneração natural de espécies autóctones (sobreiro), possibilitando a diversificação da composição dos espaços florestais
- Possibilidade de diversificação da composição dos povoamentos

Pontos Fracos Mais relevantes

- Riscos de erosão médio a alto em grande parte da área, com presença de zonas sensíveis
- Dispersão da propriedade florestal
- Dispersão dos aglomerados populacionais nos espaços florestais
- Coberto vegetal pouco diversificado, dominado por pinheiro bravo e eucalipto o que se traduz numa paisagem pouco interessante e num elevado risco de incêndio



- Continuidade das manchas florestais
- Áreas ardidas com extensão

Para além desta análise são estabelecidas prioridades numa hierarquia de funções, baseada em determinadas justificações e objectivos, tal como se pode verificar pelo seguinte quadro.

Quadro 44: Sub-região homogénea do PROF Ribatejo, hierarquia de funções e respectiva justificação e objectivos

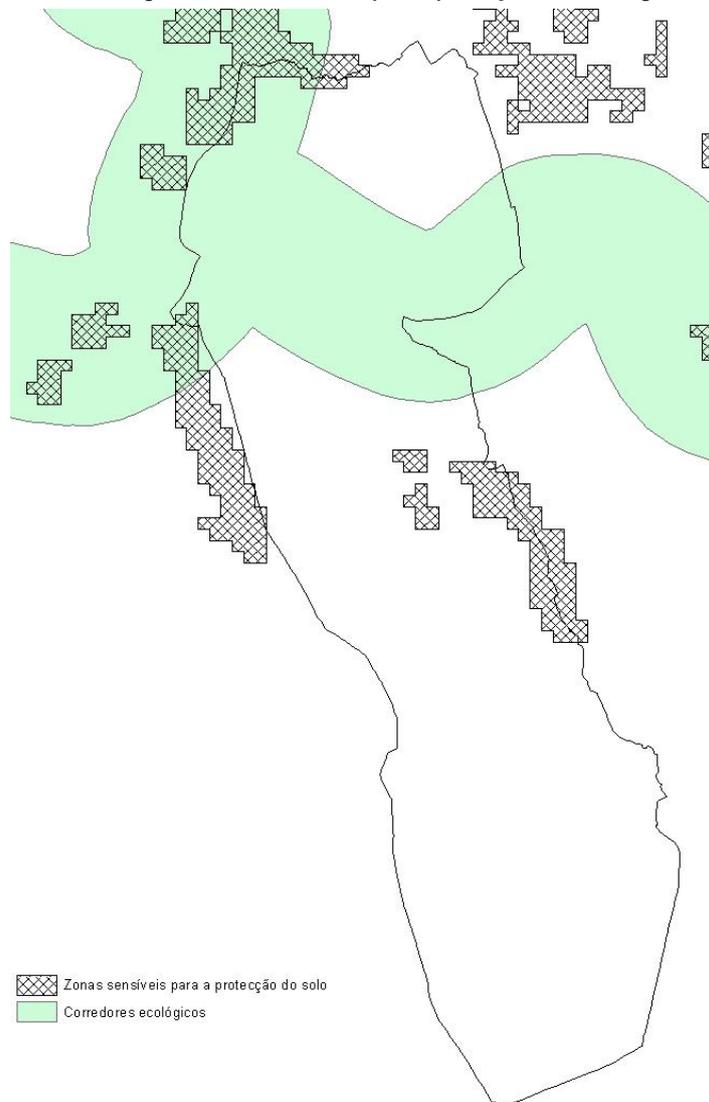
Sub-região homogénea	Funções	Justificação/objectivo
<u>Floresta dos Templários</u>	<i>1ª função:</i> produção	Elevada potencialidade para as espécies das fileiras de interesse nacional, nomeadamente o pinheiro bravo e o eucalipto, com potencialidade para diversificação de espécies com interesse produtivo
	<i>2ª função:</i> protecção	Risco de erosão considerável na envolvente à Albufeira de Castelo de Bode e nas vertentes de linhas de água. Necessidade de protecção de recurso hídrico estratégico
	<i>3ª função:</i> recreio, enquadramento e estética da paisagem	Elevado potencial turístico devido à albufeira de Castelo de Bode, à visibilidade nacional da cidade de Tomar e à presença de património construído classificado
<u>Lezírias</u>	<i>1ª função:</i> protecção	Elevado potencial agrícola e ao papel potencial desempenhado pelos espaços florestais sobretudo de compartimentação e de protecção da rede hidrográfica
	<i>2ª função:</i> recreio, enquadramento e estética da paisagem	A presença de infra-estruturas de lazer (praias fluviais, frentes ribeirinhas) associadas a paisagens de elevado valor, conjugados com a sua proximidade à Área Metropolitana de Lisboa
	<i>3ª função:</i> conservação	Os vales do Tejo e do Sorraia são importantes corredores ecológicos
<u>Charneca</u>	<i>1ª função:</i> produção	Elevada presença de espécies com grande potencialidade para produção lenhosa: principais fileiras nacionais, com dominância de montado de sobro
	<i>2ª função:</i> Silvopastorícia e caça	Presença de sistemas agro-silvo-pastoris com potencial para o desenvolvimento da pastorícia extensiva associada aos espaços florestais. Tem também aptidão considerável para diversas espécies cinegéticas e tem um elevado grau de cobertura pelo regime
	<i>3ª função:</i> protecção	Devido à natureza dos solos o risco de erosão potencial é considerável, pelo menos algumas zonas, com necessidade de fomentar práticas adequadas de gestão florestal

Fonte: Plano Regional de Ordenamento Florestal Ribatejo, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2006



O PROF estabelece corredores ecológicos e zonas sensíveis para a protecção do solo e água que abrangem o concelho de Constância, tal como se pode verificar na figura seguinte:

Figura 37: Corredores ecológicos e zonas sensíveis para a protecção do solo e água, segundo o PROF



Fonte: Plano Regional de Ordenamento Florestal Ribatejo, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2006

4.2.2.3 Zonas de caça e pesca

Segundo a Autoridade Florestal Nacional (AFN), no concelho de Constância estão delimitadas as Zonas de Caça apresentadas no quadro seguinte, o que atesta a importância do factor cinegético na região:



Quadro 45: Zonas de Caça

Designação da Zona de Caça	Data de Publicação da Portaria	N.º da Portaria	N.º da Zona de Caça	Tipo de Zona	Entidade	Género (Portaria)
Zona Militar de Caça de Instrução Militar de Santa Margarida	1993/07/15	668-A/93	1342	Militar	Estado Maior Exército	Concessão
Zona de Caça Municipal	2003/10/29	1240/03	3472	Municipal	Câmara Municipal de Constância	Concessão
Zona de Caça Municipal	2005/08/29	745/05	3472	Municipal	Câmara Municipal de Constância	Concessão
Zona de Caça Municipal	2003/10/29	1241/03	3481	Municipal	Câmara Municipal de Constância	Concessão
Zona de Caça Municipal	2005/08/29	742/05	3481	Municipal	Câmara Municipal de Constância	Concessão
Zona de Caça Turística	2006/09/14	966/06	4424	Turística	Luís Fernando de Almeida Velho Bairrão	Concessão
Zona de Caça Associativa	2006/11/17	1251/06	4506	Associativa	Clube de Caçadores de Bicas	Concessão
Zona de Caça Associativa	2007/09/05	1078/07	4506	Associativa	Clube de Caçadores de Bicas	Anexação

Fonte/www.afn.min-agricultura.pt/portal/CacaPortarias

Importa ressaltar, que as **zonas de caça** podem prosseguir objectivos da seguinte natureza:

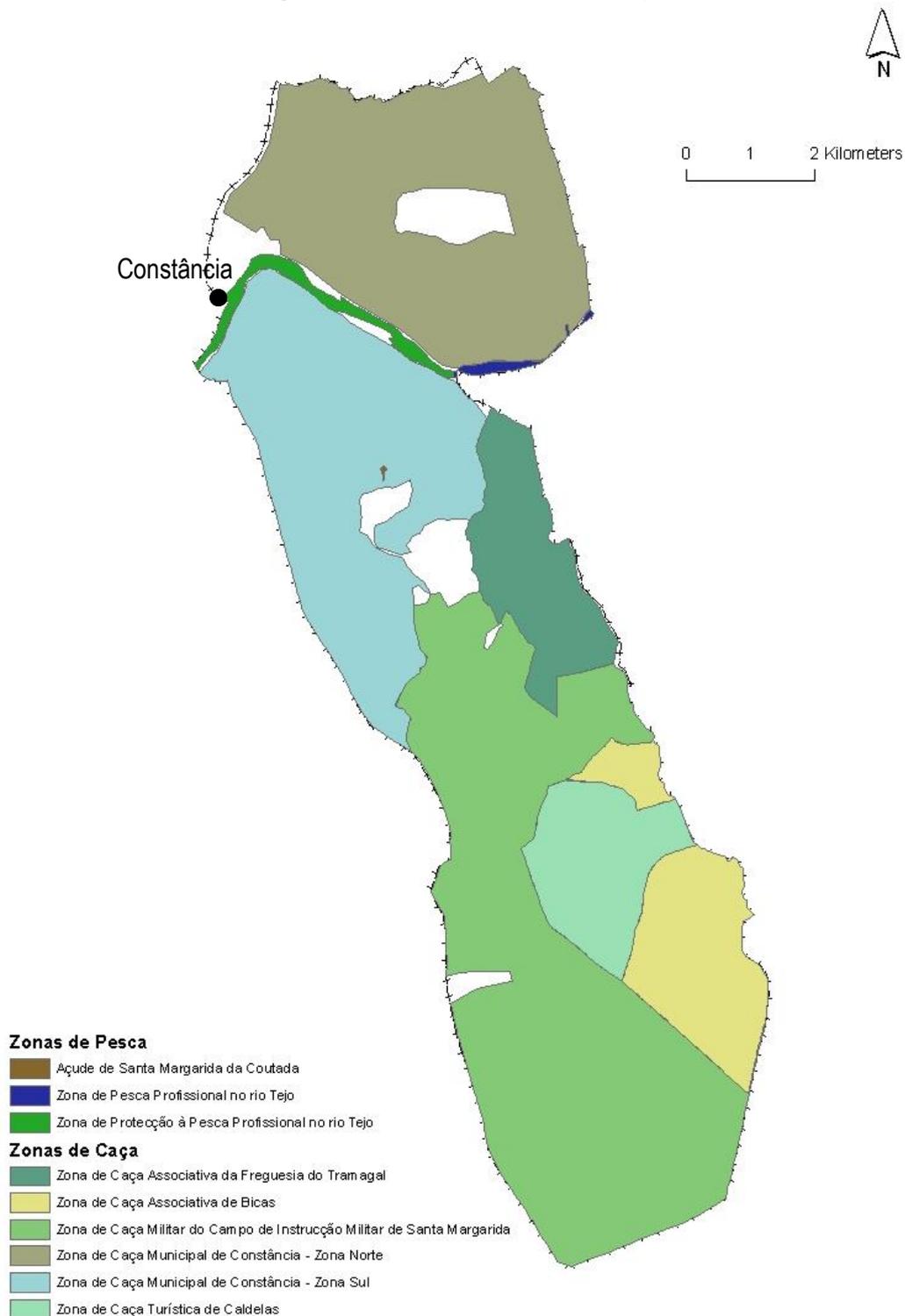
- De interesse municipal (zona de caça municipal), constituídas para proporcionar o exercício organizado da caça a um número maximizado de caçadores em condições especialmente acessíveis;
- De interesse turístico (zona de caça turística), constituídas por forma a privilegiar o aproveitamento económico dos recursos cinegéticos, garantindo a prestação dos serviços turísticos adequados;
- De interesse associativo (zona de caça associativa), constituída por forma a privilegiar o incremento e manutenção do associativismo dos caçadores, conferindo-lhes, assim, a possibilidade de exercerem a gestão cinegética.

Por sua vez, a criação de uma **zona de pesca** profissional no rio Tejo, segundo a Portaria n.º 461/2007 de 18 de Abril, teve por base os seguintes pressupostos:

- A importância sócio-económica e turística que os recursos aquícolas do rio Tejo têm na região;
- A importância da pesca profissional enquanto realidade social no rio Tejo;
- A necessidade de promover o ordenamento aquícola do rio Tejo, conciliando a protecção dos recursos aquícolas com o exercício da pesca desportiva e profissional;
- A adopção de medidas com vista à conservação da fauna piscícola, nomeadamente as espécies migradoras existentes no rio Tejo, de forma a proporcionar aos pescadores profissionais a usufruição de um recurso natural renovável, sem pôr em causa a sua sustentabilidade.



Figura 38: Zonas de Pesca e Zonas de Caça



Fonte: AFN, 2008



4.2.3 Estratégia para o Desenvolvimento Rural segundo o PROT-OVT⁷

Segundo o estudo sectorial elaborado com base no PDR 2007-13 e atendendo às directrizes apontadas pela reforma da Política Agrícola Comum, uma **visão estratégica** do tipo multifuncional e económica para o sector agro-florestal implica a concretização dos três seguintes objectivos:

- Promover sistemas de produção agrícola e florestal economicamente competitivos e ambientalmente sustentáveis;
- Viabilizar sistemas de ocupação e uso do solo que contribuam para a conservação da natureza e da biodiversidade e para o ordenamento do espaço rural;
- Incentivar a diversificação e o reforço do tecido económico e social das zonas rurais e contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida.
-

A concretização destes objectivos vai depender da capacidade dos produtores agrícolas para desempenhar três diferentes tipos de funções. São elas:

- **Função económica** baseada na prática de actividades agrícolas de tipo agro-comercial capazes de serem competitivas no contexto de mercados cada vez mais alargados e concorrenciais;
- **Função ambiental** baseada na prática de actividades agrícolas de tipo agro-ambiental orientada para a valorização sustentada dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais;
- **Função social** baseada em actividades agrícolas e não agrícolas de tipo agro-rural orientadas para a consolidação e diversificação do tecido económico e social das zonas rurais.

Por sua vez, a aplicação destas funções vai implicar a adopção de uma estratégia de desenvolvimento rural capaz de promover, segundo o mesmo Plano de Desenvolvimento Rural, as **opções estratégicas** mencionadas no quadro seguinte:

Quadro 46: Opções estratégicas para o desenvolvimento rural da região do Oeste e Vale do Tejo

Opções estratégicas para o desenvolvimento rural da região do Oeste e Vale do Tejo
Expansão da área ocupada com sistemas de produção hortícola, horto-frutícolas e horto-industrial e de flores e plantas ornamentais
Reestruturação e eventual expansão da área ocupada por sistemas de produção frutícola
Reestruturação dos sistemas de produção vitivinícola
Expansão da área ocupada pela agricultura biológica
Reconversão da área, actualmente, ocupada por sistemas de culturas arvenses não competitivas, para uma sua futura utilização como matérias-primas para a produção de biocombustíveis líquidos e como biomassa agro-florestal

⁷ In "PROT-OVT – Estudos Sectoriais – Agro-Florestal – Diagnóstico estratégico/Visão, Francisco Avilez, Leonor Freire, CCDR-LVT, 2008



Opções estratégicas para o desenvolvimento rural da região do Oeste e Vale do Tejo
Expansão dos sistemas de produção pecuária orientados para a produção de bens diferenciados e de qualidade
Reconversão das áreas de sistemas de agricultura de produção, actualmente, viabilizados por subsídios à produção e sem condições para virem a ser economicamente competitivos, para sistemas de ocupação e uso do solo orientados para a conservação de natureza e de biodiversidade
Reordenamento e aproveitamento mais adequado das áreas com ocupação agro-florestal e florestal
Reforço e diversificação das actividades não agrícolas no meio rural no âmbito do agro-turismo, pesca, caça

Fonte: In "PROT-OVT - Estudos Sectoriais: Agro-florestal – Diagnóstico Estratégico/Visão", Francisco Avilez, Leonor Freire, CCDR-LVT, 2007

Quanto à concretização das funções implica a adopção de uma estratégia de desenvolvimento rural capaz de promover a sustentabilidade futura no contexto das explorações agrícolas portuguesas de um ou mais dos quatro seguintes tipos de sistemas de agricultura:

- **Sistemas de agricultura de produção economicamente competitivos:** entende-se o conjunto de actividades agrícolas predominantemente orientadas para a produção de bens alimentares e matérias-primas agrícolas e florestais destinadas ao mercado e quando a sua viabilidade futura depende, exclusiva ou predominantemente, da produtividade económica dos factores de produção agrícola utilizados;
- **Sistemas de agricultura de produção ambientalmente orientados:** distinguem-se dos anteriores quando a sua viabilidade futura depender dos apoios que venham a beneficiar como pagamento de serviços de natureza ambiental;
- **Sistemas de agricultura de conservação** entende-se pelos sistemas de ocupação e uso do solo predominantemente orientados para a valorização sustentada dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais das zonas aonde são praticados;
- **Sistemas de agricultura de serviços rurais** entende-se o conjunto de actividades agrícolas e não visando o reforço e diversificação do tecido económico e social das zonas rurais. Trata-se, também, de sistemas de agricultura que para além de poderem gerar resultados líquidos decorrentes da sua competitividade económica, apresentam uma viabilidade futura que depende, no essencial, de apoios específicos orientados para as respectivas funções ambiental e rural.

Os **Sistemas de agricultura de produção** com maiores potencialidades para serem **economicamente competitivos** são os sistemas de produção de:

- Produtos hortícolas e hortofrutícolas;
- Produtos horto-industriais;
- Plantas ornamentais e flores;
- Frutas;



- Vinho;
- Azeite;
- Produtos pecuários com um adequado grau de diferenciação.

Actualmente na sub-região Médio Tejo, (onde o concelho de Constância se integra), a fabricação de pasta de papel, no que respeita ao volume de negócios e da indústria de madeira e cortiça, no que se refere ao volume de emprego, são as indústrias mais importantes da região, da qual a indústria do Caima se destaca em Constância.

4.2.4 Ocupação com vegetação arbustiva-herbácea

A composição arbustiva que corresponde ao coberto vegetal espontâneo, é constituída pela seguintes espécies arbustivas: pilriteiro, abrunheiro bravo, gilbardeira, aroeira, murta, urze branca, urze das vassouras, lentisco bastardo, folhado, roseira branca e madressilva caprina. No entanto este tipo de ocupação está intimamente relacionadas com a humanização da paisagem, que no caso do concelho de Constância se faz sentir com algum impacto e sendo assim, estas áreas têm normalmente carácter residual, porém, no Sul do concelho, este tipo de ocupação surge associado a resquícios de povoamentos florestais de pinheiros bravos.

4.2.5 Padrões de Ocupação do Solo segundo o PROT-OVT⁸

A metodologia adoptada para a elaboração da carta de padrões de ocupação do solo do PROT-OVT assenta num conjunto de pressupostos que privilegiam a produção de informação sintética, com elevado grau de rigor e detalhe, que evidencia as características dominantes das principais tipologias de ocupação. A importância da produção de cartografia com base em elementos de suporte actualizados (fotografias aéreas digitais, à escala 1/5000, de voos datados de 2005/2006, com as escalas adequadas é um contributo fundamental para informar e suportar orientações de planeamento territorial.

A identificação dos padrões permite evidenciar a estrutura do povoamento e as suas principais tipologias, bem como, as formas de apropriação e exploração do espaço decorrentes das suas características morfológicas e biofísicas.

⁸ In "PROT-OVT - Estudos Sectoriais "Padrões de Ocupação do Solo", Joana Sena Rego, CCDR-LVT, 2008



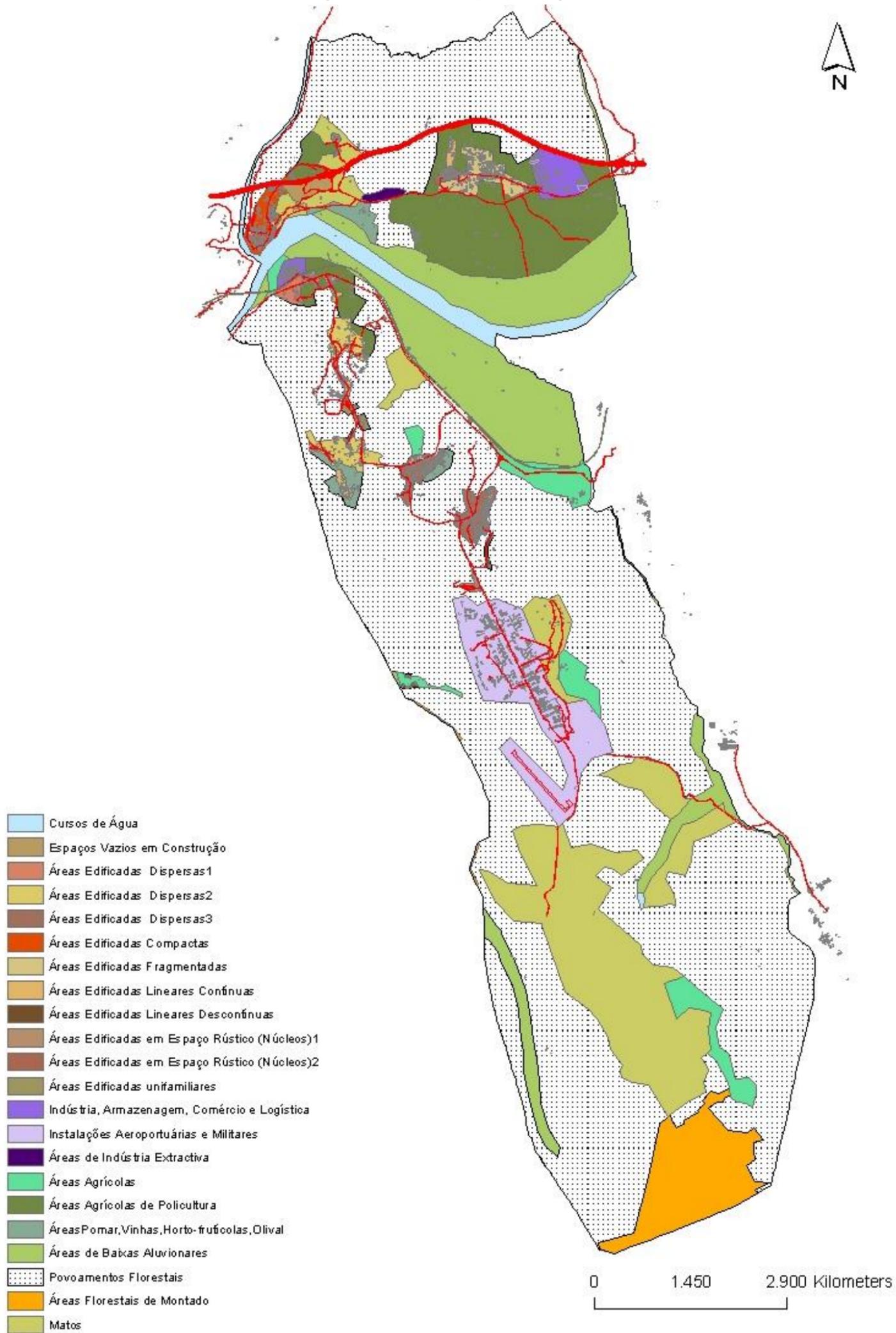
Quadro 47: Padrões de Ocupação do solo

Classe		Sub-classe	
AE	Áreas Edificadas	AEC	Áreas Edificadas Compactadas
		AEF	Áreas Edificadas Fragmentadas
		AED	Áreas Edificadas Dispersas
		ERA	Áreas Edificadas em Espaço Rústico
		AEL	Áreas Edificadas Lineares
		EVC	Espaços Vazios em Construção
		AEg	Áreas Edificadas com Golfe associado
		AEU	Áreas Edificadas unifamiliares
IF	Infra-estruturas e equipamentos	EQP	Parques de Campismo
		IFA	Instalações Aeroportuárias e Militares
		IFE	Parques Eólicos
		IFP	Portos e Marinas
IE	Indústria Extractiva	IEX	Áreas de Indústria Extractiva
IN	Indústria, Comércio, Armazenagem e Logística	IND	Indústria, Comércio, Armazenagem e Logística
AF	Áreas Florestais	AFO	Povoamentos Florestais
		AFM	Povoamentos de Sobreiros e/ou Azinheiras
		AFA	Áreas Agro-florestais
AA	Áreas Agrícolas	AAG	Áreas Agrícolas
		AAE	Áreas Agrícolas com estufas
		AAV	Áreas de Pomar, vinhas, horto-frutícolas e olival
		AAP	Áreas agrícolas de Policultura
		AAA	Áreas de Baixas Aluvionares
AS	Áreas Silvestres	ASM	Matos
		ASA	Matos com afloramentos rochosos
		DNS	Dunas
		AHS	Sapais e zonas intertidais
		PRP	Praias
AG	Planos de água	AGR	Cursos de água
		AGA	Albufeiras e lagoas

Fonte: "PROT-OVT - Estudos Sectoriais:- Padrões de Ocupação do Solo", Joana Sena Rego, CCDR-LVT, 2008

No concelho de Constância estão presentes os padrões assinalados com a cor cinzenta no quadro anterior e representados na seguinte figura. As ocupações predominantes são os povoamentos florestais, matos, olivais e a baixa aluvionar do Tejo.

Figura 39: Padrões de ocupação do solo segundo o PROT-OVT



Fonte: "PROT-OVT - Estudos Sectoriais: Padrões de Ocupação do Solo", Joana Sena Rego, CCDR-LVT, 2008

4.3 VALORES NATURAIS

4.3.1 Flora

O concelho de Constância integra-se numa região cuja formação vegetal dominante que se classifica em Carvalho de Zona Húmida Quente, factor que resulta, em particular, das suas características climáticas, nomeadamente a ocorrência de temperaturas moderadas e humidade relativa elevada, de uma pluviosidade acentuada no Inverno e de um período seco estival acentuado, como se pôde observar pela análise climática.

Fotografia 7: Medronheiro, no Sul do concelho



Caracterizam esta região, em termos de composição arbórea as seguintes espécies: sobreiro (*Quercus suber*), carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), carvalho cerquinho (*Quercus faginea*), zambujeiro (*Olea europea* var. *sylvestris*), carrasco (*Quercus coccifera*), azinheira (*Quercus ilex*), aderno (*Phillyrea latifolia*), medronheiro (*Arbutus unedo*), loureiro (*Laurus nobilis*), sanguinho das Sebes (*Rhamnus alaternus*), catapereiro (*Pyrus communis* ssp. *piraster*), e pinheiro manso (*Pinus pinea*).

Relativamente à composição arbustiva é constituída pelas seguintes espécies: pilriteiro (*Crataegus monogyna* ssp. *brevissima*), abrunheiro bravo (*Prunus spinosa*), gilbardeira (*Ruscus aculeatus*), aroeira (*Pistacia lentisco*), murta (*Myrtus communis*), urze branca (*Erica arborea*), urze das vassouras (*Erica scoparia*), lentisco bastardo (*Phillyrea angustifolia*), folhado (*Viburnum tinus*), roseira branca (*Rosa sempervirens*), e madressilva caprina (*Lonicera etrusca*).

Atendendo à existência de um estudo específico sobre a Flora⁹ e a vegetação dos concelhos de Abrantes, Constância, Gavião, Mação e Sardoal, apresenta-se de seguida os aspectos mais relevantes para o concelho de

⁹ Gabinete de Apoio Técnico de Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes, Constância, Gavião, Mação e Sardoal, 2000, "Flora e Vegetação dos concelhos Abrantes, Constância, Gavião, Mação e Sardoal", Abrantes



Constância. O estudo representa uma primeira abordagem sendo o seu objectivo principal a definição e caracterização dos diversos tipos de habitats naturais e semi-naturais, bem como para a importância e o significado das associações e comunidades vegetais características e predominantes naquele território, com o fim de utilizar esse conhecimento na optimização dos espaços verdes.

No território em estudo, no que se refere à **vegetação potencial**, observam-se as seguintes séries de vegetação:

1. *Pyro bourgaeanae-Querceto rotundifoliae sigmetum*;
2. *Asparago aphylli-Querceto suberis sigmetum*;
3. *Arbutum unedonis-Querceto pyrenaicae sigmetum*.

A série de vegetação mencionada no ponto 1 ocupa essencialmente afloramentos graníticos, predominantes nos concelhos de Gavião e de Mação, mas que pontualmente podem ocorrer nos concelhos de Abrantes e do Sardoal.

O *Asparago aphylli-Querceto suberis sigmetum* é a série silicícola do sobreiro, meso-termoditerrânica, sub-húmida, própria dos arenitos do Divisório Português e do Ribatago-Sadense e dominante em toda a área. O sobreiral *Asparago aphylli-Quercetum suberis* é a cabeça de série, sendo especialmente visível na encosta do Alamal e mesmo em encostas da Riveira de Codesl (fora do concelho de Constância) o medronhal *Phillyrea angustifoliae-Arbutetum unedonis viburnetosum tini*, o qual constitui a orla arbustiva deste sobreiral ou a sua primeira etapa de substituição; o mato do *Lavandula luisieri-Ulicetum jussiaei ulicetosum minoris* é o mais frequentemente observado como etapa subserial, acompanhado de algumas plantas mais frequentes na série do *Sanguisorbo agrimonoides-Querceto suberis sigmetum*, que mais a norte, onde os frios de Inverno são mais intensos, é a série dominante. Esta série é a predominante no concelho de Constância.

O território de Constância inclui a geossérie *Typha angustifoliae-Phragmitetum australis*; *Populus nigrae-Salicetum neotrichae*; *Aro italici-Ulmetum minoris*; *Ficario ranunculoidis-Fraxinetum angustifoliae*, presente ao longo das margens do rio Tejo. Trata-se de uma geossérie riparia eutrófica termo-mesomediterrânica de grandes rios.

A associação *Typha angustifoliae-Phragmitetum australis* é formada por helófitos, designadamente por caniçais (*Phragmites australis*) e por formações de tabúas (*Typha spp.*) e de bunho (*Scirpus lacustris*), observando-se ao longo do rio, próximo da margem, numa posição de encharcamento pelo menos durante a maior parte do ano. Segue-se-lhe o *Populus nigrae-Salicetum neotrichae*, salgueiral mediterrâneo com *Salix neotricha*, *Salix alba*, *Salix fragilis*, *Salix atrocinerea*, *Salix salvifolia* e *Populus nigra*, que se encontra instalado no leito torrencial do Tejo. Já nas margens, ocorre o *Aro italici-Ulmetum minoris*, ulmais que se assinalam nos solos argilo-limosos e



com pseudogley. Mais afastado do leito do rio forma-se o freixial *Ficario ranunculoidis-Fraxinetum angustifoliae* frequentemente com choupo-negro, observável nas áreas menos argilosas e limosas das margens do Tejo. No Zêzere, a sul da barragem de Castelo de Bode, também foi esta geossérie que assinalada. Sendo a geossérie dos grandes rios e por isso exigente em grande quantidade de água, encontra-se instalada em grandes áreas de solo aluvionar, formando lezírias. A maioria destas formações foi completamente destruída e ocupada por culturas agrícolas.

Também se encontra o tamujal luso-extremadurense, *Pyro bourgaeanae-Securinegetum tinctoriae*, assinalado no leito de cheias do Tejo, a norte da confluência com o Zêzere e respectivos afluentes onde a estiagem é elevada. Em alguns locais de forte estiagem no rio Tejo e nas ribeiras da margens esquerdas os tamargais (*Polygono equisetiformis-Tamaricetum africanae*) podem estar presentes. Pode-se ainda observar o lodão-bastardo (*Celtis australis*) relativamente frequente no alto Tejo e no Erges e que na ribeira da Foz tem praticamente o seu limite a Sul, só aparece, depois, na foz do Alviela de modo muito pontual.

A orla e a primeira etapa de degradação dos bosques ripícolas acima citado é formado pelo silvado *Lonicero hispanicae-Rubetum ulmifolii*, que por sua vez ao ser destruído pode resultar em juncais do *Juncetum rugosifolium* em zonas de pior drenagem e por isso mais húmidos ou do *Holoschoeno-Juncetum acuti* em locais ligeiramente mais secos. O pastoreio destes juncais transforma-os em prados altamente produtivos da associação *Trifolio resupinatae-Caricetum chaetophyllae*. O canavial *Arundini donacis-Convolvuletum sepium* é uma etapa regressiva comum, especialmente nos locais onde houve uma forte intervenção humana.

O estudo apresentado sobre a vegetação ripícola resulta de inventários feitos entre Outubro de 1999 e Maio 2000 em diversos pontos de linhas de água. O estudo da vegetação terrestre apoiou-se no método fitossociológico que inclui duas fases, uma analítica que consiste na execução de inventários de vegetação sobre o terreno e outra sintética, de comparação dos inventários pela técnica dos quadros e elaboração do sistema fitossociológico.

Após a aplicação desta metodologia foram identificados os seguintes habitats, utilizando os conceitos definidos na Directiva 92/43/CEE de 21 de Maio, para os concelhos em estudo:

Águas paradas

- 3110 - Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas das planícies arenosas (*Littorelletalia*)
- 3170 - Charcos temporários mediterrânicos



Águas correntes

- 3210 – Troços de cursos de água com dominância natural e seminatural, em que a qualidade da água não apresente alterações significativas
- 3260 - Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da *Ranunculion fluitantis* e da *Callitricho-Batrachion*
- 3280 - Cursos de água mediterrânicos permanentes da *Paspalo-Agrostidion* com cortinas arbóreas ribeirinhas de *Salix* e *Populus alba*
- 3290 - Cursos de água mediterrânicos intermitentes da *Paspalo-Agrostidion*

Charnechas e matos das zonas temperadas

- 4030 – Charnechas secas (todos os subtipos)

Matos esclerófitos

- 5330 – Matos termomediterrânicos pré-estepários

Formações herbáceas naturais e seminaturais

- Formações herbáceas seminaturais secas e fáceis de desmatação
- 6220 - Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea*
- Florestas de esclerófitas sujeitas a pastoreio (montados)
- 6420 - Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da *Molinio-Holoschoenion*

Habitats rochosos e grutas

- Vegetação casmófila das vertentes rochosas
- 8220 - Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica

8230 - Rochas siliciosas com vegetação pioneira da *Sedo-Scleranthion* ou da *Sedo albi-Veronicion dillenii*

Florestas da Europa temperada

- 91E0 - Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*)
- Florestas esclerófitas mediterrânicas



- 9330 – Florestas de *Quercus suber*
- 9340 - Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*

Para além desta classificação, a metodologia aplicada permite concluir que no concelho de Constância se destacam em termos florísticos com especial interesse para a conservação da natureza os seguintes cursos de água e lagoas e charcos temporários.

Rio Tejo

Verificou-se que no leito do rio a montante da Barragem de Belver sujeito a estiagem elevada podem encontrar-se tamujais da associação *Pyro bourgaeanae – Securinegetum tinctoriae*, onde domina o tamujo, *Securinega tinctoria*, formação que se prolonga um pouco para jusante desta Barragem onde, no entanto, passa a dominar a tamargueira, *Tamarix africana*, formando a associação *Polygono equisetiformis – Tamaricetum africanae*.

Nas águas eutróficas pouco profundas encontram-se caniçais *Typho angustifoliae – Phragmitetum australis*, onde se reúnem a tábua, *Thypa angustifolia* e o caniço, *Phragmites australis*. Um pouco mais à margem, embora ainda sob o efeito das águas correntes, encontram-se os salgueirais da associação *Populo nigrae – Salicetum neotrichae*, em que a diversas espécies de salgueiro, *Salix spp*, se reúne o choupo-negro, *Populus nigra*. Já em terra, porém contíguos às margens, encontram-se os amiais *Scrophulario scorodoniae – Alnetum glutinosae*, onde o amieiro, *Alnus glutinosa*, domina. Estas formações requerem elevada humidade edáfica e caudal permanente. Por fim, quando existem terraços aluvionares estendendo-se nas orlas para além dos amiais, tendem a desenvolver-se freixiais da associação *Ficario ranunculoidis – Fraxinetum angustifoliae*, onde se encontram o freixo *Fraxinus angustifolia*, e o choupo-negro, *Populus nigra*. Esta associação requer solos arenosos, meso-oligotróficos gleizados.

Rio Zêzere

Segundo o estudo do Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo, no leito do rio, em zonas relativamente livres de estiagem, encontram-se os juncais da associação *Gálio palustris-Caricetum lusitanicae*, cobrindo os terrenos encharcados. Um pouco mais à margem, embora ainda sob o efeito das águas correntes, encontram-se os salgueirais da associação *Salicetum lambertiano-salvifoliae*. Erguem-se neles a borrazeira branca, *Salix salvofolia subsp. Salvifolia* e o vimeiro-branco, *Salix alba subsp. alba*. Em adjacência encontram-se frequentemente os choupais *Populo nigrae – Salicetum neotrichea*, em que a diversas espécies de *Salix spp*. se reúne o choupo-negro, *Populus nigra*. Já em terra, porém contíguos às margens, encontram-se os amiais *Scrophulario scorodoniae – Alnetum glutinodae*, onde o amieiro, *Alnus glutinosa*, domina. Estas formações requerem elevada humidade edáfica e caudal permanente. Por fim, quando existem terraços aluvionares estendendo-se nas orlas para além dos amiais, tendem a desenvolver-se freixiais da associação *Ficario*



ranunculoidis – *Fraxinetum angustifoliae*, onde se encontrem o freixo, *Fraxinus angustifolia* e o choupo-negro, *Populus nigra*.

Lagoas e charcos temporários

Estas lagoas têm uma vegetação mais ou menos marginal idêntica à de charcos temporários. Sob esta classificação podem ser considerados habitats muito distintos, cuja característica comum reside no facto de serem biótopos que se encontram sazonalmente cobertos com água e temporariamente sem água de cobertura, embora em geral mantenham humidade edáfica considerável. A vegetação identificada inclui-se nas classes *Potametea*, *Molinio-Arrhenatheretea*, *Isoeto-Nanojuncetea*, *Littorelletea uniflora* e *Helianthmetea guttati*. Os charcos temporários mediterrâneos são habitats de conservação prioritária. Nas margens de algumas lagoas verificou-se a presença de *Pinguicula lusitanica* e esfagnos o que também constitui outro habitat prioritário. (7131 - Turfeiras ácidas de *Sphagnum*).

4.3.2 Outros valores naturais

Apesar do concelho de Constância não ser abrangido por nenhuma área natural classificada, têm importantes valores paisagísticos que importa realçar e consequentemente preservar.

Os locais de interesse paisagístico de maior destaque, incidem essencialmente nos vales de ribeiras afluentes do rio Tejo. São vales encaixados onde ainda são visíveis vestígios da vegetação autóctone, nas encostas nomeadamente espécies arbóreas-arbustivas características do Carvalhal de Zona Húmida Quente (sobreiros, alguns carvalhos, medronheiros, loureiros, entre outros).

- Vale de Albardões;
- Vale hortícola em Pereira;
- Vale do Rio Tejo e do Rio Zêzere;
- Vale da Ribeira de Alcolobra .

Fotografia 8: Vale do Rio Zêzere





Das estradas com maior interesse paisagístico distingue-se uma estrada paralela ao rio Tejo na margem direita, ao longo dos pitorescos campos de culturas arvenses de regadio e de olivais. Trata-se de um óptimo local de observação de aves. Uma outra estrada é proveniente do caminho militar (Alto do Castelhana), desenvolvendo-se até ao do Vale de Albardões, em que o coberto vegetal é o principal motivo de interesse.

A Câmara Municipal de Constância através dos seus serviços elaborou um conjunto de percursos de observação e interpretação da natureza, com o intuito de dar a conhecer e valorizar o património natural dessas áreas promovendo a sua conservação. Estes percursos podem ser guiados e permitem ao visitante observar e interpretar a flora, a fauna e geologia locais, assim como a relação homem/natureza. São 5 os percursos definidos:

- *Encosta do Zêzere*, zona onde o rio corre num vale encaixado, em que predominam as formações arbustivas de características mediterrânicas, o sobreiral e o eucaliptal. Nalguns locais podem-se ainda observar vestígios de uma utilização agrícola de encosta, como sejam os socalcos e muretes de pedra;
- *Margem do Tejo*, uma zona tipicamente de lezíria, onde predominam as culturas intensivas, o olival, as pastagens e alguma vegetação ripícola. Esta é uma zona ideal para observação de aves;
- *Ribeira de Alcolobre*, percurso de grande beleza paisagística e interesse ecológico em que grande parte da sua extensão decorre na encosta da margem esquerda da ribeira de Alcolobre ou mesmo no interior da sua galeria ripícola. Para além de um corredor de vegetação ribeirinha bastante bem conservado, e por isso de grande beleza, o percurso passa em zonas de vegetação arbustiva, montado de sobro, olival e eucaliptal;
- *Ribeira da Foz*, percurso que tal como o anterior, possui grande beleza paisagística e interesse ecológico desenvolvendo-se nas margens e no interior da galeria ripícola da Ribeira da Foz e terrenos adjacentes ao ribeiro de Vale de Mestre. Além da vegetação ribeirinha, que nalguns locais forma pequenos bosques, o percurso passa em zonas de olival, pinhal, terras de cultivo, eucaliptal, carvalho residual de carvalho-cerquinho e no aglomerado de Vale de Mestre, onde ainda existem algumas casas típicas;
- *Vale de Caldelas*, percurso que percorre uma zona marcadamente agro-florestal, onde predominam o montado misto de sobro e carvalho-negral, as culturas arvenses, o pinhal e algumas linhas de água de carácter intermitente, com a sua vegetação ripícola característica.

As encostas sobranceiras ao rio Tejo são locais com vistas panorâmicas por excelência que permitem usufruir de sua beleza paisagística. As principais vistas são: Igreja de Santo António em Couto da Areias, alguns pontos do aglomerado de Santa Margarida e a EN3 para Montalvo.



Um outro ponto de interesse é o parque ambiental de Santa Margarida, não só enquanto valor natural, mas acima de tudo enquanto espaço que propicia aos utentes um conjunto de elementos com funções recreativas e lúdicas. O parque está equipado com parque de merendas, campo em relva sintético, parque infantil e mini-golf.

Fotografia 9: Parque ambiental de Santa Margarida



O Observatório Astronómico e da Natureza através das suas actividades tanto relacionadas com a astronomia (observações celestes) como com o meio ambiente (percursos pedestres, visitas guiadas para observação da fauna e flora) por considerar-se um valor natural d Concelho.

No âmbito da caracterização biofísica, as quintas são consideradas valor natural pela importância que todo o conjunto tem (tanto ao nível do património edificado, como da própria exploração agrícola), enquanto valor paisagístico e cultural. São elas:

- Quinta do Pinhal
- Quinta da Gorda
- Casal do Montalvo
- Quinta do Almegue
- Quinta do Lombão
- Casal da Igreja
- Quinta do Carvalhal

Fotografia 10: Casal de Montalvo



Fotografia 11: Quinta da Gorda



Também se assinalou o montado de sobro como valor, devido à sua importância para a conservação de espécies características da flora e fauna nacional.

4.3.3 Valores naturais segundo o PROT-OVT¹⁰

O estudo sectorial “Conservação da Natureza e da Biodiversidade” elaborado no âmbito do Plano Regional de Ordenamento do Território da região do Oeste e Vale do Tejo define os seguintes pontos de análise ao nível dos valores naturais:

1. Sistema nacional de áreas classificadas, do qual Constância não tem nenhuma área protegida classificada;
2. Habitats e espécies protegidos, já desenvolvido pelo estudo apresentado no sub-capítulo anterior sobre a flora;
3. Vegetação Potencial – O PROT-OVT apresenta uma carta das séries de vegetação potencial, correspondendo ao coberto vegetal do território na ausência de intervenção humana. Este mapa sugere que originalmente a região seria coberta na sua quase totalidade por florestas dominadas pelo sobreiro (*Quercus suber*), apresentando também uma expressão significativa em algumas áreas as florestas dominadas por azinheiras (*Quercus rotundifolia*) e carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*). Esta vegetação original encontra-se actualmente muito alterada, tendo a floresta primitiva sido substituída por sistemas agrícolas e florestais de vários tipos. No caso dos sobreirais, contudo, parte da área florestal original encontra-se presentemente ocupada por sistemas agro-silvo-pastoris de montado de sobro, os quais mantêm apreciável valor natural. Também no caso dos azinhais existem algumas áreas significativas ocupadas por formações florestais ou silvo-pastoris remanescentes da vegetação original, devido ao seu interesse marginal para a agricultura. As formações de carvalho-cerquinho são

¹⁰ In “PROT-OVT - Estudos Sectoriais: Conservação da Natureza e da Biodiversidade – Diagnóstico Estratégico e SWOT”, Pedro Beja, CCDR-LVT, 2008



provavelmente as que apresentam um carácter mais residual, ocorrendo como pequenas manchas nos mosaicos agrícolas e florestais.

4. Áreas de Valor Ecológico – o estudo do PROT-OVT identifica como tendo sido feito um esforço para a identificação e mapeamento dos valores naturais existentes no território, com especial atenção para os sectores do território sem qualquer estatuto formal de protecção. Com esse mapeamento pretendeu-se referenciar as áreas críticas para espécies e habitats de conservação prioritária e para a manutenção da saúde ecológica dos ecossistemas. No mapeamento teve-se em atenção os seguintes aspectos fundamentais:

- Na região são muito escassos os ecossistemas naturais, excepto em áreas muito reduzidas e fragmentadas, uma vez que todo o território foi sujeito num passado mais ou menos recente a actividades agrícolas e florestais;
- Com excepção de pequenas áreas escarpadas ou de afloramentos rochosos, os habitats mais naturais da OVT correspondem a fases de recuperação da vegetação natural na sequência do abandono relativamente recente da exploração agrícola e florestal;
- Muitos dos sistemas mais interessantes em termos ecológicos estão associados a sistemas agrícolas e agro-florestais, dependendo para a sua conservação da manutenção desses usos.

Posto isto, conclui-se que muitos dos habitats mais importantes estão associados a sistemas agrícolas e agro-florestais, muitas vezes de carácter extensivo, mas que por vezes incluem áreas com um nível de intensificação significativo. Entre os sistemas destes tipos com maior interesse na região destacam-se os seguintes presentes no concelho de Constância:

- **Montados** – os montados assumem grande importância à escala regional, uma vez que são sistemas agro-silvo-pastoris ambientalmente sustentáveis, que constituem refúgios de biodiversidade a várias escalas e temporais. Parte da importância do sistema deve-se à sua grande extensão e heterogeneidade de condições ambientais, proporcionando a coexistência de um vasto leque de espécies com exigências ecológicas distintas. A manutenção destes povoamentos está assegurada em grande medida pelo quadro legal de protecção ao sobreiro e à azinheira (Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio);
- **Outras várzeas agrícolas** – as várzeas agrícolas, nomeadamente as do Vale do Tejo, apresentam elevada relevância para muitas espécies de aves nidificantes e invernantes;
- **Pequenos vales agrícolas em áreas dominantes florestais** – A importância destas áreas reside no seu papel como elementos diversificadores da paisagem, contribuindo decisivamente para o



aumento da biodiversidade em paisagens ocupadas maioritariamente por floresta.

O PROT identifica também os seguintes sistemas importantes em termos ecológicos, mas que não se encontram presentes no concelho de Constância: policultura tradicional do Oeste, arrozais, olivais extensivos dos terrenos calcários. A preservação do valor ecológico destes sistemas é um objectivo em si próprio, mas serve um propósito mais abrangente, ao proporcionar a existência de corredores ecológico, que serão salvaguardados ao nível da proposta de ordenamento.

4.4 UNIDADES DE PAISAGEM

As unidades de paisagem são áreas em que a paisagem se apresenta com um padrão específico, a que está associado um determinado carácter. A definição das unidades teve em conta a multiplicidade de factores que condicionam a paisagem, tanto aqueles que dizem respeito à componente mais objectiva, ou material, como à componente mais subjectiva, nomeadamente a vertente cultural. Trata-se pois de uma área que pode ser cartografada, relativamente homogénea quanto a solo, topografia, clima e potencial biológico, cujas margens são determinadas pela mudança numa ou mais características.¹¹

Por conseguinte, podem definir-se as seguintes unidades de paisagem:

- Olival - uma unidade situada, essencialmente, na zona aluvionar do rio Tejo, onde predomina o olival, que por vezes é substituído, em pequenas manchas, por pinhal e montado de sobro, e culturas arvenses de regadio;
- Vale do rio Tejo - constitui um conjunto de terrenos de baixa, situados nas margens direita e esquerda do rio Tejo. Nesta área surgem manchas significativas de solos com elevada capacidade de uso agrícola;
- Áreas sociais - incluem os aglomerados urbanos de Constância, Montalvo, Santa Margarida da Coutada, Malpique, Portela e Vale de Mestre;
- Zona florestal Norte - com uso predominantemente florestal, de povoamentos de eucalipto e pinheiro bravo. Esta unidade estende-se por algumas encostas bastante acidentadas;
- Zona de Vale - trata-se de vários vales com interesse paisagístico;
- Montado de sobro - zona que bordeja o concelho a Sul, ainda com vestígios da vegetação autóctone do concelho;

¹¹ Naveh Z. e Lieberman A., 1994. "Landscape Ecology – Theory and Application". Springer-Verlag, New York



- Encosta sobre o rio Tejo - esta unidade constitui o elo de ligação dos três núcleos urbanos sobranceiros ao vale do Tejo, mantém como uso dominante o olival, apesar de pontualmente se verificar a sua substituição por pinheiro bravo;
- Zona florestal Sul - parte desta zona encontra-se integrada no Campo Militar de Santa Margarida que se localiza neste concelho. Em toda a área predomina, essencialmente, o pinheiro bravo e o eucalipto, ao longo do pequeno planalto que se estende para Sul.

4.5 POTENCIAIS DISFUNÇÕES AMBIENTAIS

O concelho de Constância, na sua generalidade, não apresenta aspectos preocupantes no que concerne às questões ambientais. No entanto, há algumas situações que ainda assim provocam alguns problemas ao meio ambiente onde se inserem.

- Fábrica de Celulose do Caima destaca-se pelo impacto paisagístico, pelos intensos desagradáveis odores que lança na atmosfera. Quando os ventos são de Sul as populações dos aglomerados de Constância e de Montalvo ficam sujeitas aos maus cheiros provenientes da outra margem do Rio. A criação de uma cortina arbórea contígua às instalações da fábrica com espécies de grande porte (freixos, diversas variedades de choupos, ulmeiros, amieiros, plátanos) diminuirá o impacto visual das instalações fabris e trará aos habitantes e aos visitantes de Constância claros benefícios paisagísticos. No entanto, destaca-se o facto desta unidade fabril ter obtido em Julho de 2007, no âmbito do Decreto-Lei n.º 194/2000, de 21 de Agosto, licença ambiental. Esta situação confirma que as condições de exploração cumprem os requisitos aplicáveis em matéria de prevenção e controlo integrados da poluição, o que tem contribuído para a melhoria da qualidade ambiental do concelho, uma vez que é na estação de tratamento que são tratadas as águas residuais de Constância, não obstante os inconvenientes associados aos odores provenientes do processo produtivo acima descrito.

Fotografia 12:Fábrica de Celulose do Caima, Constância ao fundo





- Exploração de inertes - acarreta vários tipos de problemas. Além da alteração da topografia e da paisagem, em geral, verifica-se a existência de montes de terra e de desperdícios bem como de pargas de materiais já extraídos. Em alguns casos, o ruído e as poeiras podem provocar graves perturbações, que se tornam ainda mais complicadas, com a ocupação urbana desordenada na envolvente. Os efeitos das poeiras tornam-se ainda mais problemáticos durante as britagens, cobrindo a vegetação, as estradas e os aglomerados num raio de centenas de metros da exploração. O Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de Outubro, e a Declaração de Rectificação n.º 108/2007, de 11 de Dezembro, que alteram o Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de Outubro, aprovam o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais. No art. 2.º é criada a figura legal do PARP – Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística -, documento técnico constituído pelas medidas ambientais e pela proposta de solução para o encerramento e para a recuperação paisagística das áreas exploradas. O cumprimento desta legislação poderá permitir controlar os impactes negativos provocados por este tipo de exploração. As principais explorações de inertes do concelho incidem na extracção de areias nas margens do rio Tejo. As principais explorações de inertes do concelho incidem na extracção de areias nas margens do rio Tejo, cuja competência de licenciamento é da entidade Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.
- Monoculturas florestais com povoamentos puros de eucaliptais - as extensas manchas de eucaliptais revelam uma reduzida diversidade paisagística e biológica dos territórios por elas ocupadas. No concelho de Constância, a área desta espécie florestal tem vindo a aumentar dramaticamente em detrimento, muitas das vezes, de espécies ecologicamente mais diversificadas;
- Degradação de galerias ripícolas - é visível em várias linhas de água da rede hidrográfica do concelho. Em substituição da vegetação associada à galeria ripícola surgem povoamentos de acácias (*Acacia melanoxyl*), sinónimo de degradação ambiental. A proliferação desta espécie tem consequências danosas visto tratar-se de uma invasora, de rápida propagação, que a médio prazo poderá destruir completamente a galeria ripícola;
- Águas residuais domésticas - em meio urbano, com descargas indevidas nas linhas de água conduz a um elevado teor de azoto nas suas várias formas, (coliformes totais e fecais), bem como a elevados valores de CQO (Carência Química de Oxigénio) e CBO (Carência Bioquímica de Oxigénio). No aglomerado de Pereira, como não existe rede de saneamento, deduz-se que o destino das águas residuais domésticas possa ser a Ribeira de Pereira.
- Poluição sonora - na sequência da elaboração do Mapa de Ruído, que integra o volume II, verificou-se que as principais fontes de ruído do concelho de Constância são as infraestruturas viárias e ferroviárias existentes, designadamente, o IP6/A23, que atravessa transversalmente o concelho, a antiga EN3, que estabelece ligação entre Constância e Montalvo, a EN118, a linha de caminho de



ferro, que se desenvolve paralelamente à EN118, e a fábrica do Caima, constituindo grande fonte de Ruído para o aglomerado de Constância Sul. As restantes vias, dado terem um volume de tráfego inferior, apresentam níveis sonoros mais baixos e dentro de limites aceitáveis para as populações residentes.

No que se refere à poluição resultante de actividades pecuárias, agrícolas ou industriais não há registo de danos ambientais graves ou significativos no concelho. As únicas situações que eventualmente podem, potencialmente, trazer algum problema são as seguintes: duas suiniculturas em Malpique, em processo de legalização que entregaram na Câmara uma declaração comprovativa de que a recolha dos seus efluentes é feita por uma empresa especializada; uma vacaria/suinicultura em Montalvo com a construção da ETAR prevista e uma queijaria que faz a descarga dos efluentes para o saneamento doméstico o que provoca uma sobrecarga na ETAR de Montalvo.”

Outra unidade industrial que poderia constituir um problema a este nível, a “Tupperware”, surge como excepção. De facto, esta empresa constitui um exemplo positivo do que deve ser feito ao nível da defesa do ambiente numa indústria de grandes dimensões. Os resíduos produzidos durante o processo de laboração, mesmo os mais perigosos, tais como hidrocarbonetos, lâmpadas de mercúrio ou óleos, são comercializados por empresas especializadas contratadas para o efeito. Além disso, como se trata de uma empresa multinacional, está sujeita a auditorias ambientais internas, regulares, que obrigam a empresa a ter todos aspectos relacionados com o ambiente devidamente regularizados.

Erosão hídrica dos solos

Ainda que não haja nenhum estudo específico sobre o assunto de modo a poder ser integrado no PDM considera-se importante a menção a este problema ambiental atendendo que em muitas situações o solo é um recurso não renovável e o concelho de Constância apresenta uma significativa parte do seu território apresenta declives superiores a 12%.

O único registo empírico de erosão hídrica é a observação de perda de solo nas margens do rio Tejo junto a Montalvo.

A erosão hídrica é um processo que ocorre devido sobretudo à acção das chuvas de grande intensidade, provocando o arraste e a perda dos solos produtivos para as linhas de água, nomeadamente nas zonas declivosas, (situação dominante no concelho), onde o coberto vegetal foi destruído (incêndios, mobilizações incorrectas dos solos);

Deste modo alerta-se para os seguintes aspectos que devem ser evitados de modo a impedir a erosão hídrica dos solos:



- Más práticas de utilização dos terrenos (mobilizações do solo no sentido do maior declive);
- Desrespeito pela capacidade de uso de cada solo;
- Incêndios;
- Corte raso e contínuo das espécies florestais nas bacias hidrográficas;

Por fim, os principais impactes no ambiente resultantes do processo erosivo, são os seguintes:

- Perda do solo produtivo (na maioria das situações o solo é um recurso não renovável), acelera o processo de desertificação de uma região;
- Turvamento das águas (águas barrentas) nas linhas de água condicionando muitas vezes, entre outras situações, o abastecimento público por longos períodos de tempo;
- Arrastamento para as linhas de água de adubos, matéria orgânica de diversa proveniência (estrumes, por exemplo), pesticidas e outros resíduos perigosos, potenciando me muitos casos processos de eutrofização no meio aquático;
- Deposição do material carreado (sedimentos, areias) nas zonas baixas, levando ao assoreamento de terrenos agrícolas, máquinas e equipamentos, construções.



5. PATRIMÓNIO

5.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo surge da importância crescente da percepção do passado na construção do futuro. A análise deverá constituir uma achega no encontrar de directrizes que permitam esboçar em modelo de ordenamento coerente. Como tal, incidirá, essencialmente, no espaço físico do Concelho no que se refere às transformações operadas no decurso das diferentes ocupações humanas e às características intrínsecas da região: a influência dos dois maiores rios do centro de Portugal, condicionantes das características dos aglomerados, das tradições e da paisagem.

Numa primeira fase far-se-á uma descrição sumária das diversas ocupações humanas na região. Posteriormente a análise incidirá essencialmente sobre a vila de Constância, pela sua importância histórica e valor patrimonial. A análise histórica efectuada tem por base o estudo efectuada no PDM em vigor.

5.2 BREVE PANORÂMICA HISTÓRICA¹²

“Onde os rios se encontram, os homens sempre se encontram também. Onde o Zêzere se junta ao Tejo, numa pequena mas íngreme colina, os homens escolheram sítios e aí se fixaram. Não se sabe quando nem como, talvez há dois milénios ou mais, mas entendeu-se bem porquê: aqui, onde a natureza juntou os rios, também os homens se juntaram.(...)”

C.M. Constância – António Matias Coelho

A localização da vila de Constância e a sua relação com o rio Tejo remete-nos para o **período pré-histórico**: ao longo do Tejo, nas suas margens, foram encontrados vestígios dos vários períodos do Paleolítico, destacando-se não só Constância mas também a zona de Vila Velha de Ródão, Abrantes, Torres Novas, Azambuja e Chamusca. Na verdade, o Tejo apresenta uma variedade notável de testemunhos materiais de uma forte ocupação humana em diferentes épocas. A arte rupestre está extraordinariamente representada na zona das Portas de Ródão onde ¹³*“durante mais de cinco mil anos, o rio Tejo desempenhou um importante papel civilizador, constituindo perto de 50Km do seu curso médio e dois dos seus afluentes (Ocrea e Pracana), não só o maior santuário peninsular, como um importante ciclo da arte pré-histórica europeia”*

¹² PDM em vigor.

¹³ Mário Varela Gomes, Arte Rupestre do Vale do Tejo “Arqueologia no Vale do Tejo”, Lisboa, IPPC, 1987, p27.



No primeiro milénio a.c. os povos **Celtas** entraram na Península pelos Pirinéus, e por pressão natural, muitos grupos dirigiram-se para ocidente. As culturas de *Hallstatt* trouxeram a fundição do ferro e a fabricação de armas e outros objectos do mesmo metal, ao Vale do Tejo. Toda esta região ficou famosa pelos seus cavalos e quintas.

As marcas da presença romana em ambas as margens do rio são igualmente muito diversificadas em quase todos os actuais centros urbanos, desde Lisboa, a Benavente, a Santarém, e a Abrantes. Na verdade, o rio Tejo facilitou o acesso ao interior e à fixação de todos os povos que chegaram à parte mais ocidental da Península Ibérica.

A **colonização romana**, que se foi impondo de forma muito lenta, veio actuar sobre as civilizações existentes, contribuindo para minorar as diferenças étnicas e culturais resultantes dos primitivos povoamentos e para homogeneizar as culturas indígenas. As mudanças operadas foram profundas, tendo afectado as paisagens e os modos de viver. A presença romana contribuiu, em parte, para a passagem do regime de exploração colectiva dos solos para o da propriedade privada e, muito provavelmente para o recuo da floresta. Os romanos são os responsáveis por significativas alterações de índole administrativa, material e cultural. São inúmeros os vestígios arqueológicos que atestam a presença, a disseminação e a influencia deste povo. Refira-se a título de exemplo a *Cidade da Escória*, no sítio da Terra Fria (freguesia de Montalvo), actualmente em observação.

O primeiro trabalho com preocupações científicas efectuado no local, e cujos resultados vieram a público foi realizado por Joaquim Candeias e Álvaro Batista, nos anos 80. Não se tratou de uma escavação mas apenas de observação de superfície, tendo sido achados abundantes e diversificados materiais, desde cerâmica a fragmentos de vidro, uma variedade enorme de pequenos objectos incluindo moedas dos sec. III e IV, mós, fragmentos de um fuste de coluna, estruturas de edifícios e uma quantidade imensa de escória de ferro. Atendendo às características dos achados supõe-se estar perante uma *villa rustica*¹⁴. A cidade da escória pode ter sido, portanto, uma exploração agrícola com algum desenvolvimento e uma certa importância na região, tendo eventualmente servido “de terminal” para onde convergia a produção metalífera, a fim de aí ser transformada e posteriormente expedida para comercialização.

As ruínas de Alcolobre, localizadas na Herdade do Carvalhal, freguesia de Santa Margarida da Coutada, são mais um testemunho riquíssimo da civilização romana nesta região. Trata-se das ruínas de uma Villa romana dos Séculos I a III, para a qual chegou a ser sugerido o topónimo de *Colobriga*. Dessas estruturas merecem destaque uma barragem, os restos de construção disseminados ao longo de uma curva de nível que poderão

¹⁴ Traduzindo para a nossa linguagem de hoje, pode dizer-se que fosse o equivalente ao que agora é o casal na charneca ribatejana ou o *monte* nas terras do Alentejo: uma propriedade agrícola, praticamente auto-suficiente, constituída pelas habitações do proprietário e dos trabalhadores, pelos anexos destinados aos instrumentos agrícolas, pelos abrigos dos animais e ainda instalações de apoio, como a adega, o moinho, o forno, o lagar e eventualmente outras destinadas a tecer, a moldar o barro ou a fundir metais.



corresponder a um canal condutor de água, a necrópole, as cortas para exploração de minério de ouro e, sobretudo o complexo termal, parcialmente descoberto e bem conservado.

O domínio dos **suevos**, acerca dos quais tão pouco se sabe, veio contribuir para que se atenuasse a ruralização da economia. Com efeito, supõe-se que alguns traços da vida rural e comunitária desta região se ficam a dever à ocupação destes invasores. Mas o real contributo deste povo para o futuro da nação, terá sido, o da organização eclesiástica. A existência deste reino fez agrupar sob uma mesma autoridade eclesiástica dioceses meridionais que antes dependiam de Emérita por estarem localizadas na Lusitânia. “ *Esta unidade iria persistir até 660, muitas décadas passadas sobre a queda do Estado que a originara. E os documentos onde se continha a lista dessas sete dioceses sob a égide de Braga seriam invocados ainda, muito mais tarde, já no período da Reconquista, pelos bispos de Braga com o apoio dos soberanos de Portugal, para reclamarem a herança eclesiástica do Suevos e, assim, unificarem eclesiasticamente todo o território compreendido entre o Lima e o bacia do Tejo.*”¹⁵

Finalmente, o último povo invasor: **os mouros**, a quem a tradição popular tende a atribuir uma grande soma dos vestígios. Como foram os últimos “intrusos” e como foi marcante o ambiente de prolongadas lutas e conflitos entre a civilização cristã e a muçulmana, a memória dos povos islâmicos permaneceu no imaginário popular.

O significado do rio Tejo como importante via de penetração de povos e culturas e simultaneamente como importante linha de defesa, revela-se concretamente pela localização de vários castelos ao longo do seu curso – Lisboa, Santarém, Almourol, Abrantes, Belver, e Ródão, construídos no lento processo da **Reconquista**.

“Próximo da confluência do Zêzere com o Tejo há um Sítio plano, seguro por uns restos de muralha a que ainda chamam a torre. Durante séculos houve nesse sítio um castelo. Desempenhava uma função importante, na linha de defesa do Tejo e na foz do Zêzere. Foi, sem duvida, o mais significativo e duradouro ex-libris da vila de Punhete¹⁶. E, como quase todos os castelos, tinha uma torre”.

Pouco se sabe desta torre, apenas que a quando da conquista de Punhete aos Árabes por Gonçalo Mendes de Maia, em 1150, existia no local um castelo em mau estado de conservação que foi reconstruído, dois anos depois, por ordem de D. Miguel Pais, mestre da Ordem Militar do Templo.

A fundação de Abrantes no século XII, por D. Afonso Henriques, integrou-se numa estratégia de povoamento e defesa que compreende a margem Norte do Tejo, determinando o seu traçado futuro.

¹⁵ A. H. de Oliveira Marques, Breve História de Portugal, op. Cit., p.25

¹⁶ Corresponde a actual Vila de Constância.



O rio Tejo terá sido nesta primeira fase uma fronteira natural em termos de estratégia militar, já que permitiu o controlo na horizontal duma vasta região, impedindo por um lado as investidas Muçulmanas para Norte e, por outro, o reforço da reconquista cristã.

Foi ao longo do lento processo da reconquista que se presenciou um gradual germinar da nação do estado português. Portugal e os portugueses nascem, indiscutivelmente, da simbiose entre o Norte cristão e o Sul muçulmano. É precisamente o movimento da reconquista que permite a compreensão de muitas das especificidades das sociedades ibéricas no contexto da Europa medieval.

A Fundação de Constância

A questão das origens de um núcleo populacional é á quase sempre nebulosa, e Punhete não foge nisso á regra. O Padre António da Costa, na sua Corografia (1712) dá-a como fundada pelos romanos, com o nome de Pugna-Tagi, “*combate do Tejo, cujas douradas e cristalinas águas corta com a sua impetuosa corrente o arrebatado Zêzere*”¹⁷, e esta informação, que até ao presente não foi consubstanciada por nenhuma prova até arqueológica, tem vindo a ser reproduzida por quase todos os autores dos séculos seguintes.

Quer seja ou não verdadeira, no entanto, a explicação proposta pelo Padre Carvalho da Costa para a origem do nome actual de Constância chama a atenção para um elemento fundamental: a localização da vila na confluência entre o Zêzere e o Tejo, duas importantíssimas vias de comunicação. A sua posição privilegiada fez da vila o ponto de encontro das duas principais vias de tráfego fluvial que ligavam o interior centro do país á capital do reino: o Zêzere, pelo qual desciam as mercadorias provenientes da Beira Baixa, desde a Serra da Estrela, passando pelo Pinhal e por Tomar (via Nabão) até Punhete, e o Tejo, por onde circulavam os produtos da região de Vila Velha e Gavião e, a partir do Rossio de Abrantes, também os que chegavam das terras de Além-Tejo.

“Nos tempos em que os rios serviam de estradas líquidas, Punhete era um dos grandes centros desse intenso e lucrativo tráfego comercial, a que na região apenas se podiam comparar o referido Rossio de Abrantes e Santarém, a capital ribatejana. Madeiras, lãs, cortiça, palhas, produtos agrícolas e outras mercadorias para abastecer a grande cidade desciam pelos rios e concentravam-se, ou pelo menos passavam, em Punhete. No regresso, os barcos traziam o sal, os adubos e os produtos de artesanato, mas também as notícias do mundo

¹⁷ Padre António Carvalho da Costa, Corografia Portuguesa, e Descrição Topográfica...Tomo III, 2ª ed., Braga, 1869, p.130.



que se sabiam em Lisboa e que passavam por Punhete, ao ritmo das velas ou remos, antes de chegarem a pontos mais interiores do país.”¹⁸

Também a história medieval da vila e do concelho está ainda por fazer-se; sabe-se que Punhete foi conquistada aos mouros por Gonçalo Mendes de Maia em 1150, tendo o seu antigo castelo gótico (na confluência dos rios, onde hoje se encontra o monumentos de homenagem aos barqueiros e pescadores do Tejo e do Zêzere) sido reconstruído por ordem de D. Miguel Pais, mestre da Ordem do Templo¹⁹. A intervenção dos Templários em castelos mouriscos recém conquistados é conhecida. D. Afonso Henriques, procurando garantir para os cristãos o controlo da linha do Tejo, enquanto fazia incursões para sul, confia diversas praças às ordens militares. É neste quadro que os templários tomam conta de vários castelos da região, contando-se entre eles, o castelo de Punhete. Um documento de 1173 dá-a como incluída no termo da Vila de Abrantes, do qual continuará a fazer parte até ser por seu turno elevada a categoria de vila, no reinado de D. Sebastião (1571). Embora só no século XVI se tenha autonomizado em relação a Abrantes (continuando, porém, Montalvo e Santa Margarida, dependentes de Constância do ponto de vista eclesiástico, a pertencer ao termo de Abrantes, situação que se mantém até ao século XIX), a importância da então Punhete vai aumentando ao longo dos séculos XIV e XV, e com ela a luta pela obtenção de privilégios e isenções relativamente à sede de Concelho²⁰.

O século XVI está mais bem estudado, graças ao interesse que tem vindo a despertar, desde a década de 40, a hipotética presença de Camões em Constância²¹ segundo o mumeramento de 1527 (primeiro “recenseamento geral da população” realizado em Portugal) a vila tinha 311 vizinhos, sendo 7 escudeiros (pequena nobreza, e 8 clérigos²².) Para se ter uma ideia do que isto significava na época registre-se que Punhete “era uma povoação de dimensão populacional idêntica a Torres Novas (351), Alenquer (337), Vila Franca (311), maior do que Azambuja (240), Cartaxo (224), e muito maior que Sintra (198), Cascais (172), Chamusca (156) e Alcobaça (127)”²³. À data deste recenseamento, Santa Margarida contava 42 vizinhos, não havendo qualquer referência a Montalvo²⁴. A família nobre mais importante de Punhete – a dos Sandes – habitava o já referido castelo à beira rios, então conhecido por “Palácio da Torre”. Senhores de boa parte do comércio da povoação, os Sandes dispunham de

¹⁸ Descrição da Vila de Punhete actualmente designada por Constância, da autoria do Padre Veríssimo José de Oliveira, que nasceu nesta vila e que aqui exerceu e morreu, publicada por José Eugénio de Campos Godinho, Tip.Industrial, Torres Novas, 1947.

¹⁹ Cf. Maria Clara Pereira da Costa, Da Investigação Histórica sobre a Casa de Camões em Constância, s.l., 1977, p.39

²⁰ Cf. Hermínia Vilar, op.cit., pp.13-16.

²¹ Cf. Adriano Burguete, Luís de Camões em Constância, Lisboa, 1942, e a obra já citada de Maria Clara Pereira da Costa(Nota 19)

²² Cf. “População da Estremadura no século XVI”, Arquivo Histórico Portuguez, vol.VI, 1908, p.264. O número de “vizinhos” equivale, grosso modo, ao número de fogos.

²³ A . Matias Coelho, “ 100 Datas para a história do Concelho de Constância”, Boletim Informativo da C.M. de Constância, nº5 – Set./out. 1990.

²⁴ Cf. “Povoação da Estremadura...”, op.cit., p.264



um porto privativo onde se abrigavam as suas embarcações, o Porto da cova, para onde dava a fachada do palácio.

Sabe-se que em meados do século XVI havia em Punhete 120 embarcações, grande parte delas envolvidas no transporte de mercadorias, e que, comparativamente, Santarém dispunha apenas de 100, e Abrantes de 180.

Quadro 48: População de Punhete Sécs. XVI – XIX

ANOS	VILA DE CONSTÂNCIA		FREGUESIA DE ST ^a MARGARIDA	FREGUESIA DE MONTALVO
	FOGOS	HABITANTES	FOGOS	FOGOS
1527	311	-	42	-
1712	350 + 25 ²⁵	-	230	80
1758	390	1206	-	-
1830	406	1620	-	-

Punhete foi ainda terra de ricos comerciantes que obtinham largos proventos dos negócios que faziam e que, com parte deles, aqui construía *alguns edificios que assemelham aos da Corte*²⁶, e que ainda hoje ostentam toda a sua majestade e elegância a quem percorre as ruas da vila ou se detém na praça para os apreciar²⁷.

A Câmara de Punhete, que existia já antes da elevação da localidade a vila, estava instalada, juntamente com o hospital concelhio, num edifício de que fazia parte a chamada “Casa dos Arcos”, onde alguns autores supõem que poderá ter residido Camões, e que terá sido mandado construir em 1515 por D. João de Almeida, Conde de Abrantes. A fachada principal (norte) das “casas da câmara” dava para o então Largo do Pelouro Velho (situado entre a rua da Barca, as escadinhas de Tem-Te-Bem e a actual Rua de Luís de Camões.²⁸).

A elevação de Punhete a vila assentou nas boas relações que no século XVI os Sandes tinham com a coroa: Com efeito, este rei instalou-se por várias vezes no palácio da torre, a primeira das quais em 1569, fugindo à peste que assolava Lisboa; vinha “acompanhado de seus validos Câmaras, que procediam desta terra”²⁹ e eram parentes dos Sandes. O Padre Carvalho da Costa, citando um documento entretanto desaparecido, liga a elevação de Punhete a vila ao facto de 40 naturais da terra terem, “com seus cavalos e criados”, participado na

²⁵ Lugar do Barro (Constância Sul?). O autor (nota 13) afirma que a vila de Punhete “antigamente tinha seiscentos vizinhos e hoje se acha com trezentos e cinquenta, a respeito das grandes cheias do Tejo, que lhe tem destruído muitas casa” (op.cit., p.130).

²⁶ Cf. Hermínia Vilar, op.cit., pp.35

²⁷ Cf. Nota 10

²⁸ Cf. Maria Clara Pereira da Costa, op. cit. ,p.37-38

²⁹ Veríssimo José de Oliveira, op. Cit., p.7



expedição de Alcácer Quibir³⁰ (note-se que no entanto, que a atribuição da categoria de vila é anterior em alguns anos a essa expedição).

Do século XVI (1560) data ainda a fundação da misericórdia de Punhete, cuja irmandade reuniu pela primeira vez na (hoje desaparecida) ermida de S. Sebastião, junto à margem do Zêzere³¹.

É no século seguinte (1620), que o Dr. Francisco Sande instituiu o morgadio de Punhete, com cabeça na sua casa da Torre e da Amoreira³².

Do século XVIII datam duas interessantes descrições da vila: uma é a do Padre Carvalho da Costa, já citada³³ e outra a resposta do vigário da freguesia de S. Julião de Punhete, Vital da Trindade e Morais, ao inquérito enviado em 1758 a todos os párocos do país³⁴. Como seria de esperar, estes textos debruçam-se com particular atenção sobre os aspectos da vida religiosa, enumerando as igrejas, ermidas, irmandades e romagens existentes e discriminando as funções e rendimentos dos membros do clero. Ficamos por elas a saber que a Matriz da vila era no século XVIII a igreja de S. Julião, situada na actual praça Alexandre Herculano, templo de três naves, com cinco capelas, de que hoje não restam quaisquer vestígios; dada a localização da igreja, e *“por estarem muito entulhados os dois (...) rios, sucede quando há cheios grandes entrarem dentro dela as águas, não sem grave dano dela e dos moradores da terra”*³⁵. A actual Matriz (igreja de N.S. dos Mártires) é dada pelos autores das duas descrições como estando inacabada. Diz-nos o autor da resposta ao inquérito de 1758, a propósito do referido palácio da Torre, que este já então *“se acha arruinado, mas nos vestígios se deixa conhecer muito bem as suas magnificências”*³⁶.

Às actividades económicas da vila e do seu termo, o destaque vai, como seria de prever nesta época, para a agricultura: *“É esta vila abundante de azeite, vinha, frutas, excelentes marmelos do celebrado Malvar (uma zona do termo de Punhete, à beira Tejo) e boas romãs”*³⁷. *produtos a que o Tejo, com os seus “barcos, bateiras e lanchas”*³⁸ *oferece um fácil e pronto escoamento para a capital. O pescado é também abundante: “sáveis, bogas, barbiscos, fataças, a até trutas, se bem que são raras”*³⁹. Como actividades ligadas aos rios há ainda notícia, em

³⁰ Padre António Carvalho, op. Cit., p. 35

³¹ Maria Clara Pereira da Costa, op. Cit., pp.37-38

³² idem, p.41

³³ Cf. Nota 4

³⁴ ANTT, Dicionário Geographico do Padre Luiz Cardoso, Vol. 30, fl.709-713v.

³⁵ Idem, fl.709v.

³⁶ idem, fl.711.

³⁷ Padre António Carvalho da Costa, op. Cit.,131

³⁸ ANTT, Dicionário Geographico...,fl. 712.

³⁹ Veríssimo José de Oliveira, op. Cit., p.10.



documentos mais recentes, do transporte de toros de madeira nas águas do Zêzere, da construção de embarcações e do fabrico de redes.

A título de curiosidade, refira-se ainda que vários autores mencionam a existência, nas imediações da vila, de diversas fontes férreas, a que se atribuíam virtudes medicinais.

Já no século XIX (1830), um novo pároco de Constância redige uma nova descrição da vila e das suas imediações, longa e pormenorizada, confirmando e completando em muitos aspectos as informações dos seus predecessores. Mas invasões francesas tinham entretanto acarretado modificações importantes na estrutura urbana de ainda por alguns anos, Punhete: a primeira e terceira invasões francesas passaram pela vila; na primeira, os catorze mil homens do exército da Girona nela se demoraram três dias (24-27 de Novembro de 1807) retidos pela cheia do Zêzere, que não lhes permitiu a passagem. Esta demora deu oportunidade a que o príncipe regente D. João, futuro D. João VI embarcasse para o Brasil com a família real no dia 29 de Novembro; só no dia 30 as tropas invasoras entraram em Lisboa. *“Nestes calamitosos dias sofreu o povo desta vila incalculáveis incómodos; foram as casa abertas à tropa, o que se apregooou com pena de morte; os templos franqueados, desacatados e delapidados, ficando este povo tímido, convulso e arruinado, o que totalmente aconteceu na última invasão de (...) Novembro de 1810. (...) E terra alguma do Ribatejo se pode equiparar a esta em ruína (...) a paroquial de S. Julião (...) está reduzida à maior indigência...”*⁴⁰. Esta igreja teve, portanto, que ser retirada do culto, passado a de Nossa Senhora dos Mártires a desempenhar as funções de Matriz. Em 1833, é demolido o que resta da antiga paroquial.

As devastações causadas pelos franceses permitiram, no entanto, uma reconstrução da vila em moldes mais modernos, como informa o mesmo autor que vimos a citar: *“Tem a vila belos edificios, que foram construídos à moderna depois da invasão francesa, e foi desde então que se deu uma melhor forma às ruas, à praça (transferindo-a para local mais amplo, actual praça Alexandre Herculano, e pondo-lhe pelourinho moderno e mais faustoso que o anterior) e a todos os edificios, que se rectificaram de novo com mais comodidade, método, formosura e elegância”*⁴¹

Sabemos também, pelo mesmo pároco de Punhete, quais as estradas que, em 1830, ligavam a vila às povoações circunvizinhas. A ligação a Abrantes fazia-se preferencialmente pela estrada do Malvar ou do Tejo, junto ao rio (hoje um caminho); no Inverno, *“quando as chuvas e inundações do Tejo, torna(va)m a estrada do Malvar intransitáveis”*⁴², a alternativa era a “estrada nova”, mais central, cujo traçado corresponderia de grosso

⁴⁰ idem, p.7.

⁴¹ Verissimo José de Oliveira, op.cit.

⁴² Verissimo José de Oliveira, op. Cit., p.12



modo, ao da actual EN3; mais a norte existia uma outra estrada que ao chegar à Quinta de Santa Bárbara se bifurcava: uma ramo dava ligação à de Abrantes, outro seguia para a Beira⁴³. Uma localização tão central relativamente às vias de comunicação atesta bem a importância desta grande quinta, de que voltaremos a falar mais adiante, e cujas origens remontam ao século XVI. *“Ao lado ocidental da vila, pela margem esquerda do arrebatado Zêzere,” havia ainda uma estrada entre quintas e campos cultivados, terminando próximo do local onde desagua no Zêzere o ribeiro do Carvalho*⁴⁴.

A ligação por barco à margem esquerda do Tejo fazia-se exactamente no mesmo local onde ainda se faz: *“junto, ou no meio, de dois palácios, um do desembargador José de Faria Pereira (...) e (...) o do Comendador de Sousa Falcão (ambas as casas continuam a existir, estando presentemente instalada numa delas uma unidade de turismo de Habitação), está um cais no Tejo onde uma barca que transporta para o Alentejo*⁴⁵. Nesta margem Sul existiam duas estradas, passando uma pelos lugares do Barro (constância sul), Portela e Aldeia de Santa Margarida e outra pela grande Quinta do Lombão (terrenos hoje pertencentes à Companhia de Celulose do Caima), em direcção ao Tramagal e ao Rossio, ao Sul do Tejo⁴⁶.

É na sequência das lutas liberais, tendo em conta o papel nelas desempenhado pelos “honrados habitantes” de Punhete, e a pedido da Câmara Municipal, que D Maria II muda o nome da vila para Constância (Dec. 7/12/1836). Para esta decisão terá provavelmente contribuído a influência de Passos Manuel, que residiu em Constância, no edifício que é hoje a Casa-Museu de Vasco de Lima Couto⁴⁷.

A Segunda Metade do século XIX, com o desenvolvimento das comunicações ferroviárias e rodoviárias, assinalava-se uma certa decadência da vila e do concelho, que deviam a sua prosperidade ao comércio e às actividades fluviais. A ponte ferroviária sobre o Tejo foi inaugurada em 1862 e a ponte sobre o Zêzere em 1890. O declínio a que nos referíamos será duradouro, pois em 1945 uma autor local comenta ainda: *“O tráfego ferroviário e o desenvolvimento da tracção automóvel foram a causa da decadência desta vila, arruinando o tráfego fluvial e obrigando a classe marítima a procurar outros modos de vida. É grande a colónia de filhos de Constância dispersos por vários pontos do país, sobretudo Lisboa, Santarém, etc. O movimento demográfico do*

⁴³ idem, pp. 13-14

⁴⁴ Cf. Maria Clara Pereira da Costa, “A Quinta de Santa Bárbara”, in Manuela de Azevedo (dir.), Novas Obras de Arte Quinhentistas do Tempo de Camões em Constância, s.l.,(1986),pp.21-25

⁴⁵ Veríssimo José de Oliveira, op. cit., p.15

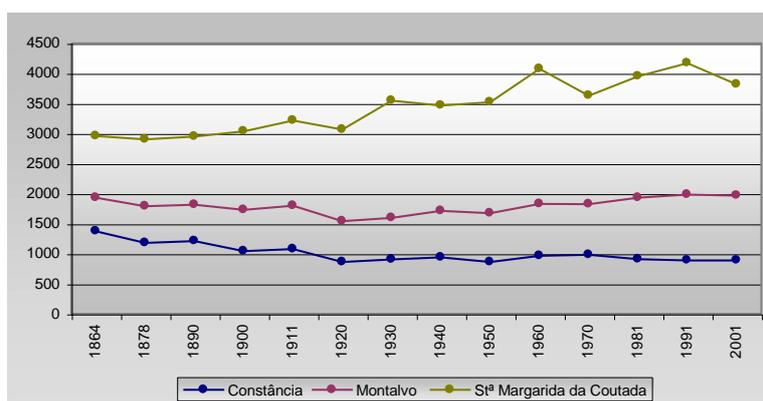
⁴⁶ idem, ibidem

⁴⁷ Cf. ^o Matias Coelho, “Notável Vila de Constância”, Boletim Informativo da Câmara Municipal de constância, nº4 – Julho/Agosto 1990.



Concelho é satisfatório, pois a sua natalidade excede habitualmente a mortalidade. Com o movimento emigratório a vila orça apenas por uns 900 habitantes⁴⁸.

Figura 40 População Residente no Concelho de Constância, por Freguesias



Fonte: Diversos Recenseamentos da População

Os dados dos sucessivos censos populacionais confirmam, efectivamente, as afirmações deste autor: se entre 1864 e 2001, a população do Concelho regista um aumento sensível (a que não será estranha a partir de meados deste século, a instalação de unidades industriais no próprio concelho e nos concelhos limítrofes, com especial destaque para a Fabrica de Celulose do Caima, construída em 1959, esse aumento faz-se à custa de das freguesias de Montalvo e Santa Margarida, registando a freguesia sede do Concelho um decréscimo populacional relativamente pronunciado (que contrasta com o crescimento demográfico, embora lento, dos séculos anteriores. Nota-se que, mesmo fazendo um cálculo a 3 habitantes/fogo, a vila têm em 2001, menos moradores do que em 1527, o que nos permite constatar a progressiva perda de importância.

5.3 PATRIMÓNIO

5.3.1 Considerações Gerais

O património cultural, nas suas diferentes componentes, constitui um legado e um marco dos vários povos e gerações que ocupam ou passaram por um determinado território. Como tal, e embora não passe de um breve apontamento, há que inventariar e caracterizar os casos mais significativos do património existente, com vista à sua salvaguarda, valorização e divulgação.

⁴⁸ José Eugénio Campos Godinho, op. cit., p. 50



O conceito de património é hoje entendido de uma forma mais lata, englobando, em simultâneo, os valores paisagísticos do meio natural como enquadramento de qualquer valor a proteger, o património cultural móvel ou imóvel (património construído) e o património “incorpóreo” ou material que consiste em todas as manifestações etnológicas, como sejam usos e costumes, medicinais locais, crenças religiosas, festas e romarias, música, danças e cantares populares, cozinha tradicional, etc..

O Homem criou, ao longo dos tempos, obras que constituem um património que importa estudar, proteger e divulgar.

Actualmente assiste-se à destruição massiva deste património, por ignorância, abandono ou desprezo, em detrimento das novas formas de cultura importadas e estandardizadas que não conseguem dialogar em harmonia com as formas tradicionais próprias do meio envolvente.

Felizmente, há uma consciência crescente da importância que assume a defesa do património cultural e construído assistindo-se, não só a intervenções pontuais, mas também à salvaguarda de conjuntos e locais com valor próprio ou de enquadramento.

No concelho de Constância existem alguns imóveis classificados ou com classificação em estudo. Encontram-se também, diversos edifícios, não só de arquitectura erudita, mas de feição popular, bem como diversos vestígios arqueológicos, que urge proteger.

Quanto à legislação existente sobre esta matéria, o conceito e o âmbito de Património Cultural vêm definidos na **Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro**, que estabelece as bases da política e do regime para a sua protecção e valorização desta realidade da maior importância para a compreensão, salvaguarda e estruturação da identidade nacional e para a democratização da cultura.

As disposições da Lei n.º 107/2001 aplicam-se apenas à classificação de bens culturais imóveis que mereçam a designação de monumento nacional ou de interesse público e, quando assim seja previsto na legislação de desenvolvimento desta lei, aos bens classificados como de interesse municipal. Há ainda a considerar o Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, que diz respeito às zonas de protecção, o Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de Junho, relativo aos projectos de obras de edificação, e o Decreto-Lei n.º 138/ 2009, de 15 de Junho, que cria fundo de salvaguarda do Património Cultural.

Ainda no que concerne à legislação aplicável no âmbito do património, são de referir os seguintes diplomas:

- **D.L. n.º 205/88**, de 16 de Junho – define quais os técnicos que podem assinar projectos em zonas de protecção de monumentos nacionais e imóveis de interesse público;
- **D.L. n.º 270/99**, de 15 de Julho – que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos;



- **Decreto Regulamentas n.º 164/97**, de 27 de Junho – que harmoniza a legislação relativa à actividade arqueológica em meio subaquático com a aplicável em meio terrestre.

Em resultado dos milhares de anos de povoamento nesta região e da intensa participação das populações de Constância nos mais variados acontecimentos históricos do país, existem inúmeros valores patrimoniais, arquitectónicos, que urge preservar. Nos sub-capítulos seguintes serão descritos os imóveis classificados e com classificação em estudo, bem como outros imóveis com interesse que foram identificados durante os trabalhos de levantamento.

5.3.2 Imóveis Classificados

No concelho de Constância existem imóveis classificados pela tutela do Património Cultural, para os quais foram elaboradas as fichas de caracterização apresentadas em anexo.

Imóveis de Interesse Público

- Igreja Matriz de Constância/ Igreja da Nossa Senhora dos Mártires (IIP, Dec. n.º 39 521, DG 21 de 30 Janeiro 1954, ZEP, DG 67 de 20 de Março 1959);
- Igreja da Misericórdia de Constância (IIP, Dec. n.º 95/78, DR 210 de 12 Setembro 1978);
- Pelourinho de Constância (IIP, Dec. n.º 23 122, DG 231 de 11 Outubro 1933);
- Casa Camões ou Casa dos Arcos (Constância) (IIP, Dec. n.º 31/83, DR 106 de 09 Maio 1983).

Igreja Matriz de Constância/ Igreja da Nossa Senhora dos Mártires (IIP – Imóvel de Interesse Público) (ver ficha em anexo) - de enquadramento urbano, localiza-se no alto de um outeiro. A planta longitudinal é de nave única, tendo articulados os volumes da capela-mor quadrangular e a torre, incorporada no ângulo direito da fachada principal, da qual se destaca apenas em altura. A fachada principal é composta por 3 panos tendo o central 2 registos e os laterais três.

Igreja da Misericórdia de Constância (IIP) (ver ficha em anexo) - localiza-se na rua da Misericórdia. É de planimetria longitudinal de nave única, tendo articulados os volumes do campanário e da capela-mor quadrangular. A construção data do século XVII.

Pelourinho de Constância (IIP) (ver ficha em anexo) - implantado na Praça Alexandre Herculano, a sua construção data do século XVIII. A plataforma tem três degraus quadrangulares e a coluna de fuste é delgada munida de um capitel jónico que é rematado por uma esfera armilar na qual se cravam os ferros. O pelourinho é envolvido por uma série de colunelos em pedra.



Casa Camões ou Casa dos Arcos (Constância) (IIP) (ver ficha em anexo) - de enquadramento urbano localiza-se na Rua da Barca. Desconhece-se ao certo a sua data de construção que a tradição diz ter sido habitada por Luís de Camões aquando do seu desterro no Ribatejo entre 1548 e 1550. O edifício sofreu alterações nos séculos XVIII e XIX, tendo nele funcionado os serviços da Câmara e tendo sido posteriormente utilizado, ao nível inferior, como calafate. Foi arruinado com o ciclone de 1941 que destruiu parte da arcaria do 2º piso, cujos vestígios, semientaipados eram visíveis ainda em 1950.

5.3.3 Imóveis em Vias de Classificação

No concelho de Constância estão em vias de classificação dois imóvel. Estes, tal como os imóveis classificados, são alvo de um regime próprio de salvaguarda e também possuem uma área de protecção.

No concelho de Constância está em vias de classificação a Ponte de Santo Antoninho (Despacho de Abertura de 26 de Julho de 1996). Em anexo apresenta-se a ficha referente a este imóvel.

Ponte de Santo Antoninho (ver ficha em anexo) - localiza-se sobre o Ribeiro de Caldelas, a 50m a Noroeste da EN 3, no sentido Constância - Montalvo. É constituída por um tabuleiro rectilíneo assente em maciço de alvenaria rasgado por um arco perfeito com aduelas em cantaria. As guardas são em alvenaria, rebocada pelo interior. Do lado Este da ponte, existe junto à saída de Montalvo, um padrão em cantaria rusticada, em forma de obelisco, assente num pedestal primático, já sem o terminal. Numa das faces do pedestral é possível encontrar uma inscrição alusiva à data da sua construção, patrocinada por D. João VI, no século XIX.

5.3.4 Outros Imóveis com Interesse

Tendo em atenção o PDM em vigor, o inventário efectuado pela tutela do Património Cultural e o trabalho de campo realizado, foram identificados alguns imóveis que se consideram possuir algum valor, devendo, por isso, ser preservados. Alguns destes imóveis possuem linhas marcadamente urbanas, outros são de feição mais rural, mais ligada à propriedade. Podem ser exemplo de:

- Arquitectura Religiosa
- Arquitectura Civil Privada
- Arquitectura Civil Pública
- Estruturas de Apoio

Para além dos imóveis que se encontram classificados, ou em vias de classificação, salientam-se desde já alguns exemplos que constituem importantes testemunhos da **Arquitectura Religiosa** do Concelho:

Capela de Santo António, é de pequena dimensão e possui um campanário e um alpendre tipicamente português e muito característico, que serve de antecâmara. No interior, as paredes estão revestidas com azulejos do século XVII. Destacam-se três painéis alusivos à vida do Santo António e aos seus milagres, dois laterais e um sobre a capela-mor. Merece especial destaque a pia de água benta, possivelmente quinhentista, e a imagem em pedra de Santo António, atribuível ao século XV.

Fotografia 13: Capela de Santo António



Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Montalvo, implantada num largo aberto para a rua principal do aglomerado, sobre uma plataforma sobranceira ao Vale do rio Tejo. A construção da Igreja data de 1771, tratando-se de um edifício barroco com a fachada principal ladeada pela torre sineira, interior, de nave única a que se justapõe a capela-mor, ambas com tecto em madeira.

Fotografia 14: Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Montalvo



Capela de Santa Ana, em Constância, edifício do início do século XVIII, de nave única. Tem um altar com um nicho barroco em que se encontra a imagem de Santa Ana.

Igreja de Santa Margarida da Coutada, localizada fora do aglomerado. Sobre a porta da fachada está inscrita a data de 1678, data provável da sua conclusão. Em cima observa-se uma janela que permite a entrada de luz para o coro alto, e, mais acima ainda, uma cruz, desenhada num quadrado de pedra, datado de 1872, altura em que se terão realizado obras de conservação. Do lado direito podemos ainda observar o relógio de sol que data de 1774.

Fotografia 15: Capela de Santa Ana



Fotografia 16: Igreja e o Cemitério de Santa Margarida da Coutada





Arquitectura Civil Privada está representada por diversos imóveis, dos quais se destacam os seguintes:

Casa Montalvo, Mosteiro de Nossa Senhora da Boa Esperança e Capela de São João Baptista, - Construção de meados do Século XVIII, consiste num pequeno Solar de proporções harmoniosas, sendo constituído por dois corpos dispostos longitudinalmente, de fachadas de 1 piso e águas fortadas. A capela está implantada na fachada principal da casa.

Fotografia 17: Casa Montalvo



Casa do Tejo, com a fachada Principal para a R. Luís de Camões, e a fachada posterior para um jardim em patamares que vence o desnível até à rua da Barca, junto ao curso do rio. trata-se de um edifício do século XVIII, estilo rococó. Composta por 2 pisos compartimentados em 3 panos. Na fachada principal para norte existe um muro baixo rasgado por um portão.

Fotografia 18 Casa do Tejo



Casa Museu Vasco de Lima Couto, edifício dos finais do século XVIII, com destaque para as cantarias e para as varandas em ferro forjado. O imóvel foi habitado durante alguns anos por Vasco de Lima Couto, tendo sido, após o seu falecimento, transformada em Casa-Museu. Do recheio da casa faz parte uma rica colecção de arte, quer ao nível do mobiliário, quer no que respeita à pintura, quer, ainda, no que diz respeito a inúmeras memórias dos dois últimos séculos da história da vila.

Casa do Dr. Godinho, localiza-se na Rua Dr. Ramiro Guedes, junto aos correios no centro urbano de constância. Trata-se de um edifício do século XIX, de inspiração pombalina (na sua construção foi utilizado o sistema “gaioleiro”, protegendo-o da acção sísmica. Trata-se de um edifício com três pisos onde se alinham enormes janelas que conferem ao conjunto um aspecto de austeridade e grandeza.

Fotografia 19: Casa Museu Vasco de Lima Couto



Fotografia 20: Casa do Dr. Godinho



Fotografia 21: Casa de Preates



**Fotografia 22:
Vivenda Carolina**



Casa de Preates, localiza-se na saída da Vila de Constância próximo da EN3, que lhe dá acesso. Trata-se de um edifício de meados do século XX. São de realçar o seu enquadramento e a sua volumetria, assim como os puxadores das portas e o painel de azulejos aplicado numa das empenas laterais.

Vivenda Carolina, localiza-se na Rua Luís de Camões, é um edifício dos finais do século XIX, com destaque para a notável organização espacial interior e para a decoração particularmente cuidada, em especial ao nível das pinturas sobre estuque. Da rua é possível observar um lindíssimo pátio interior com piso em seixo rolado.

O Palácio, localiza-se na Rua Francisco da Costa Falcão. Construção de meados do Século XIX, neoclássico, composto por 3 pisos e mirante adaptados ao desnível pronunciado do terreno, com uma escadaria central que estabelece ligação entre os pisos. A fachada principal é compartimentada em três panos por pilastras, dignificando o balcão, de perfil recortado, para a qual se abrem três das portas - janelas do piso nobre. O Palácio foi convertido em Turismo de Habitação, contudo neste momento encontra-se encerrado.

Fotografia 23: O Palácio



Casa do Relógio, localiza-se na Rua Machado Santos, no núcleo histórico de Constância. Construção do último quartel do Século XVIII, de planta poligonal, composta de 2 pisos, com mirantes sobrepostos; vazamento irregular das fachadas e portal principal ladeado por óculos. Trata-se de uma Casa solarenga do estilo rococó, revivalista. O edifício foi adossado à torre sineira da antiga capela de S. Pedro, que subsiste incorporada entre a sua fachada Este, e a fachada do edifício contíguo das antigas cavalariças.

Fotografia 24: Casa do Relógio



Casa João Chagas, localiza-se na Rua João Chagas, com frente para a Praça Alexandre Herculano. No Séc. XIX este edifício acolhia as instalações da Câmara Municipal, sendo que



posteriormente teve diversas utilizações das quais se destaca o armazém de sal e a barbearia. Em 1991, tiveram início as obras de reabilitação e de adaptação a unidade residencial, função que continua a desempenhar.

Quinta de Santa Bárbara localiza-se no aglomerado urbano de Constância, a Noroeste da Vila de Constância. O edifício principal do conjunto data Século XVII (finais), sendo de cariz maneirista. Trata-se de um solar de planta rectangular centrada por um pátio estreito, vedado por uma muro elevado, com a entrada marcada por um portão com cunhais rústicos em pedra. O edifício principal, situa-se à direita de quem entra e é antecedido de uma

Fotografia 25: Casa João Chagas



Fotografia 26: Quinta de Santa Bárbara



plataforma ajardinada e arborizada, rasgada na parte central por um balcão circular com guarda em ferro e por um portão com frontão de volutas rematado por sineira. Destaca-se o edifício de 2 pisos da antiga adega e um longo edifício rasgado por arcadas de vãos redondos, junto à fachada lateral Norte da casa de habitação. A quinta foi convertida em Turismo de Habitação.

Casa Silva, localiza-se no aglomerado de Portela, junto à EM 592. Trata-se de um edifício particularmente singular, que aparenta tratar-se de uma construção do final do século XIX mas com alguns traços e composições mais tardios. Para além da sua datação, esta habitação apresenta um tratamento cuidado e de destaque. A entrada centralizada, em cima por balcão, realça sua importância a par do trabalho de cantaria que enfatizam estes elementos.

Casa São João, localiza-se no aglomerado da Portela junto à EM 592. Esta casa, parece ter sido edificada no séc. XIX, é uma referência da ocupação desta área. Provavelmente é uma das mais antigas do aglomerado e apresenta alguns detalhes do maior interesse em termos decorativos.

Fotografia 27 e 28: Casa Silva e Casa São João



Edifício com interesse em Montalvo, localiza-se junto à EM 593. Trata-se de um edifício do final do Séc. XIX e destaca-se pela singularidade da volumétrica e pela composição da fachada. Encontra-se em mau estado de conservação embora com grandes potencialidades de se tornar num edifício ímpar deste aglomerado.

Edifício com Interesse, no aglomerado da Portela junto à EM 592. Esta habitação é um exemplar típico das construções da década de 40 do século XX. Destaca-se pela composição harmoniosa dos volumes e pela sua simplicidade no tratamento estético. Revela um bom estado de conservação.

Edifício com Interesse, no aglomerado de Santa Margarida da Coutada, localizada junto à EM 592-1. Este edifício, provavelmente do Séc. XIX, é uma referência da ocupação deste aglomerado. Provavelmente das mais antigas do aglomerado, apresenta algum detalhe do maior interesse em termos decorativos.

Fotografia 29, 30 e 31: Edifícios com Interesse em Montalvo, em Portela e em Sta. Margarida da Coutada



Bar e Esplanada do Parque de Campismo, situa-se na vila de Constância, à beira do Rio Zêzere e constitui um interessante exemplar de tipologia arquitectónica contemporânea, do final do século XX.

Moradia do Caima, localiza-se em Constância Sul, no bairro da Caima, na freguesia de Santa Margarida da Coutada, sendo detentora de uma traça arquitectónica representativa de meados do século XX. Foi construída em 1963.

Fotografia 32: Bar e Esplanada do Parque de Campismo



Fotografia 33: Moradia do Caima





A Arquitectura Civil Pública está representada por diversos imóveis, como:

Cruzeiro, relacionado com a capela de Santa Ana, têm como função assinalar o percurso como sendo terra ou caminho de Cristo, marcando assim a parte final do caminho realizado no dia da festa da Senhora da Boa Viagem, e que conduz à Matriz.

Edifício Sede do Clube Estrela Verde, localiza-se na Rua Luís de Camões. A sua construção data finais do século XIX (1878), é exemplar de arquitectura neoclássica, único do seu estilo na vila. Foi durante muitos anos “Escola de Educação de meninas”, como ainda indica a gravação em pedra no frontão. Em 1975, foi fundado o actual Clube Estrela Verde, onde se desenvolvem inúmeras actividades culturais, associativas e desportivas.

Biblioteca Municipal, Trata-se de um edifício construído em 1912-17, para desempenhar funções de escola mista, exemplar significativo do património construído, herança da I República. Neste edifício também funcionaram os serviços da Câmara Municipal, entre 1985-1989, tendo sido posteriormente remodelado e inaugurado, em 1994, como Biblioteca Municipal.

Fotografia 34: Cruzeiro



Fotografia 35: Edifício Sede do Clube Estrela



Fotografia 36: Biblioteca Municipal



Ponte sobre o Rio Zêzere, as obras da sua construção tiveram início em 1892, executada em ferro sobre pilares de cantaria aparelhada, a ponte tem 200 metros de comprimento total e 23 de altura acima das águas do Zêzere, dispendo de uma faixa de rodagem de 4,40 metros. Durante quase um século, a ponte desempenhou satisfatoriamente a sua função, mas em finais de 1993 foram colocados semáforos, por forma a alternar o sentido do tráfego e evitar acidentes e dificuldades.

Ponte sobre o Tejo, cujas fundações foram da responsabilidade da Casa Eiffel, foi construída entre 1887 e 1890, assentando o tabuleiro sobre pilares de alvenaria. Na década de 80, a CP resolveu desafectar da circulação ferroviária a ponte existente, construindo uma outra, justamente ao lado dela e fazendo parte da mesma estrutura. Não havendo qualquer ponte rodoviária entre Abrantes e a Chamusca e sendo uma necessidade há

muito sentida pelas populações que todos os dias precisam de atravessar o Tejo, as Câmaras de Constância e de Vila Nova da Barquinha propuseram a reabilitação da velha ponte, adaptando-a ao trânsito automóvel.

Monumento a Camões, voltado para o Zêzere, junto ao jardim do horto, a estátua do Épico é enquadrada por uma estrutura de betão que traz à lembrança uns arcos. Tendo sido uma iniciativa da Associação para a Reconstrução e Instalação da Casa-Memória de Camões em Constância, o monumento é uma criação e dádiva do mestre escultor Prof. Lagoa Henriques e foi inaugurado em Junho de 1981.

Fotografia 37: Ponte sobre o Rio Zêzere



Fotografia 38: Monumento a Camões



Centro de Saúde de Constância, é uma obra do final do século XX.

Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada.

Escola do 1º ciclo de Montalvo, localizada junto à EM 593, é um exemplar do início do século XX.

Centro Ciência Viva, foi construído no final no final da década de 90, do século XX.

Fotografia 39: Centro de Saúde de Constância



Fotografia 40: Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada



Fotografia 41: Escola do 1º ciclo do EB de Montalvo





Como **Estruturas de Apoio**, foram identificados e cartografados, alguns elementos de destaque .

Fotografia 42: Alpendre em Constância



Alpendre, localizado na Praça Alexandre Herculano em Constância, esta estrutura é utilizada pelos habitantes como ponto de encontro. É constituído por 6 pilares de secção circular, com cobertura em telha cerâmica de canudo.

Fontes, localizadas no centro histórico da Vila de Constância, na Aldeia de Santa Margarida e em Pereira, foram consideradas pela sua tipologia, e por ilustrarem o sistema de abastecimento de água que serviu a vila ao longo dos tempos.

Miradouro localizado na encosta da Vila de Constância, próximo da ponte sobre o Rio Zêzere. Trata-se de um local privilegiado de onde se pode contemplar uma magnífica vista sobre os Rios Tejo e Zêzere.

Foi ainda identificado o Lavadouro situado no interior do aglomerado de Montalvo.

Fotografia 43, 44 e 45: Exemplos de Fontes existentes na Vila de Constância



Fotografia 46 : Miradouro em Constância



5.3.5 Sítios e Conjuntos com Interesse

Distinguem-se alguns espaços (sítios) que, por constituírem uma associação equilibrada entre obras do homem e da natureza, com valor histórico, arqueológico, natural ou social, se assumem como uma mais-valia do ponto de vista patrimonial.

Sítios

- Vale de Albardões – este vale encaixado de interesse paisagístico corresponde a uma zona marcadamente agro-florestal, onde predominam o montado misto de sobre e carvalho-negral, as culturas arvenses, o pinhal e algumas linhas de água de carácter intermitente, com a sua vegetação ripícola característica.

- Ribeira de Alcolobre – este sítio é de grande beleza paisagística e interesse ecológico, em que grande parte da sua extensão decorre na encosta da margem esquerda da ribeira de Alcolobre ou mesmo no interior da sua galeria ripícola. Para além de um corredor de vegetação ribeirinha bastante bem conservado, e por isso de grande beleza, esta zona integra zonas de vegetação arbustiva, montado de sobro, olival e eucaliptal.

Destacam-se também alguns conjuntos notáveis de imóveis arquitectónicos que pela sua unidade, pela sua integração na paisagem ou pelo seu valor histórico se julgam de suma importância. São, então, de referir, como detentores de bons exemplos da arquitectura tradicional e popular os seguintes conjuntos:

Conjuntos

- Centro Histórico de Constância – implantado em anfiteatro na encosta da confluência dos rios Zêzere e Tejo, este conjunto apresenta uma estrutura urbana radioconcêntrica, com várias ruas paralelas ao curso dos rios, adaptando-se à forma ovalada da elevação e, convergindo para a Praça Alexandre Herculano, onde outrora se erguia a Igreja de São Julião e hoje se encontra o Pelourinho. As ruas, travessas, escadinhas e becos têm uma configuração irregular, adaptando-se ao terreno acidentado. Os edifícios dispõem-se ao longo das vias, adaptando-se à inclinação, assentando em plataformas criadas nas encostas. Este conjunto urbano com características históricas patentes nos diversos estilos arquitectónicos presentes, apresenta edifícios, emoldurados de amarelo, com coberturas em cor de tijolo, dispostos escalonadamente em plataformas sucessivas. O ponto mais elevado da Vila é marcado pela Igreja Matriz, desfrutando de uma excelente vista da envolvente e de todo o conjunto urbano.

Fotografia 47: Centro Histórico de Constância



- Quinta da Gorda, Palheiros e Casal do Montalvo – estes pequenos conjuntos situam-se na zona aluvionar da margem direita do rio Tejo, correspondendo a interessantes exemplares edificados, de cariz agrícola.



Fotografia 48: Quinta da Gorda



Fotografia 49: Palheiros



Fotografia 50: Casal do Montalvo



- Quinta do Lombão, Casal da Igreja, Quinta do Carvalho, Conjunto em Casal da Igreja de Baixo integram construções rurais de tipologia isolada, fixadas ao longo da EN118, a que atravessa o concelho transversalmente. São, consideradas de grande valor pelo património edificado como pela função económica que representam, de suporte às explorações agrícolas desenvolvidas nas margens do rio Tejo.

Fotografia 51: Quinta do Lombão



Fotografia 52: Casal da Igreja



Fotografia 53: Quinta do Carvalho



- Conjunto em Montalvo – situado junto à EM 593, no núcleo mais antigo de Montalvo, integra edifícios com interesse, embora em mau estado de conservação.

Fotografia 54: Conjunto com Interesse em Montalvo



- Portela – No aglomerado da Portela foram identificados dois conjuntos com interesse, representativos de uma tipologia arquitectónica característica da região, patente no casario de 1 piso, com fachada simples caiada de branco e vãos emoldurados a cores distintas.

Fotografia 55: Conjuntos com Interesse na Portela



5.3.6 Património Arqueológico

As considerações feitas anteriormente a propósito do património construído aplicam-se, genericamente, também ao património arqueológico. No entanto, a inserção de uma parte exclusivamente dedicada ao património arqueológico visa, acima de tudo, evitar que o desenvolvimento se realize à custa da destruição das memórias passadas, que devem constituir o orgulho do concelho.

O património arqueológico constituiu uma mensagem viva, das comunidades desaparecidas no tempo, e como tal, a inserção de valores arqueológicos, como herança cultural, é essencial no âmbito de ordenamento do território.

Os valores arqueológicos materializam-se em depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental. Uma vez retirados do seu contexto sem o devido enquadramento arqueológico, e embora constituam sempre um importante testemunho, perdem grande parte do seu valor enquanto conhecimento para o estudo e para a compreensão da evolução das sociedades humanas, passando apenas a peças de museu. Por este motivo, existe uma preocupação crescente em preservar os lugares onde se sabe, ou se suspeita, que existem ruínas ou objectos arqueológicos, devendo no âmbito do PDM serem estabelecidas medidas de protecção e salvaguarda para estes valores.

A lavoura mecânica, os projectos de reconversão agrícola, a florestação intensiva, a abertura incontrolada e o alargamento de estradas e de caminhos rurais, podem trazer efeitos devastadores para os sítios arqueológicos. Daí a importância das cartas arqueológicas, que devem ser previamente consultadas. Deve dar-se, ainda, particular atenção às envolventes dos castelos, Igrejas paroquiais e santuários que geralmente estão associadas a manifestações mais remotas.

Uma das medidas mais importantes, é sem dúvida, a sensibilização da população para a importância de todo um espólio móvel e imóvel, que constitui a memória dos povos que nos precederam. A Câmara Municipal poderá



desempenhar um importante papel na defesa do património e na construção e preservação da integridade histórica do Concelho, evitando que interesses especulativos provoquem não só a demolição e revolvimentos, mas também a construção de edifícios de qualidade duvidosa, com impacte negativo.

O concelho de Constância possui vários sítios arqueológicos inventariados. O material existente permite já um conhecimento razoável da evolução e fixação dos povos no Concelho. Contudo é natural que novas prospeções tragam à luz do dia mais locais de interesse arqueológico e, conseqüentemente novos dados.

A área que hoje corresponde ao concelho de Constância ajuda a documentar as sucessivas conquistas do Homem na luta milenar para dominar a natureza e conquistar novos territórios, contribuindo, assim, para a caracterização de cada uma das etapas da história. Se infelizmente, o tempo foi mitigando marcas de alguns períodos, outros são por demais evidentes nos vestígios encontrados. Além dos testemunhos paleolíticos e neolíticos, localizados em Santa Margarida, muitos são os vestígios do período Romano, que surgem um pouco por todo o concelho.

Da ocupação romana são de destacar vestígios de uma *villa*, em Chão da Bica, a *necrópole*, um *forno* entre outros localizados na Quinta do Carvalhal, em Santa Margarida, e ainda *Barragem* no Buraco dos Mouros.

Foram assinalados na peça desenhada “Património – Carta do Património Arquitectónico e Arqueológico” os 74 sítios arqueológicos que constam no inventário da Carta Arqueológica do Concelho de Constância, elaborado por Álvaro Batista, e no inventário produzido pela tutela do Património Cultural, sendo discriminados no quadro seguinte e descritos em anexo:

Quadro 49: Sítios Arqueológicos

N.º	Designação	CNS	Tipo de Sítio	Período	Freguesia
I	Bairro do Caima		Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico	Constância
II	Capela Stº António de Entre Vinhas	14739	Capela	Sec. XV-XIX	Constância
III	Casal do Moinho do Vento	24562	Vestígios Diversos	Romano	Constância
IV	Constância-Sul	-	Vestígios	Romano	Constância
V	Cova dos Castanheiros	24563	Povoado	Neolítico / Calcolítico/ Bronze	Constância
VI	Quinta do Feital	24565	Acampamento/oficina de talhe	Mesolítico	Constância
VII	Quinta de São Vincente	24566	Povoado	Neolítico / Calcolítico/ Bronze/ Ferro / Sec. XV-XIX	Constância
VIII	Alminhas	24567	Povoado	Mesolítico/ Neolítico / Calcolítico/ Bronze	Montalvo
IX	Cabeço da Perdida	24568	Casal	Idade Média	Montalvo
X	Chã da Bica I	24569	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico/ Romano	Montalvo
XI	Chã da Bica II	24570	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	Montalvo



N.º	Designação	CNS	Tipo de Sítio	Período	Freguesia
XII	Chã da Bica III	24571	Conheira	Romano	Montalvo
XIII	Casal do Montalvo	24572	Casal Rústico	Alta Idade Média	Montalvo
XIV	Casal dos Palheiros I	24573	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico/ Alta Idade Média	Montalvo
XV	Casal dos Palheiros II	24574	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	Montalvo
XVI	Ponte de Stº António/Antoninho I	24575	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	Montalvo
XVII	Ponte de Stº António II	24576	Conheira	Calcolítico/ Bronze/ Ferro/ Romano	Montalvo
XVIII	Ponte de Stº António III	24577	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico	Montalvo
XIX	Quinta da Lameira	24578	Casal Rústico	Romano/ Alta Idade Média	Montalvo
XX	Quinta da Légua	24579	Casal Rústico	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico/ Alta Idade Média/ Sec.XV-IXI	Montalvo
XXI	Quinta do Morgado	24580	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Romano	Montalvo
XXII	Quinta da Gorda I	24595	Villa	Romano	Montalvo
XXIII	Quinta da Gorda II	24596	Conheira	Alta Idade Média	Montalvo
XXIV	Quinta da Gorda III		Casal/ Capela?	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Romano/ Sec.XV-IXI	Montalvo
XXV	Chã da Bica – Terra Fria	11448	Villa	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico/ Romano/ Sec.XV-IXI	Montalvo
XXVI	Vale Vaqueiro	24597	Povoado?	Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	Montalvo
XXVII	Santa Margarida da Coutada	15645	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico/ Bronze/ Ferro/ Romano/ Alta Idade Média/ Sec.XV-IXI	St.ª Margarida da Coutada
XXVIII	Arreiro I	24598	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida da Coutada
XXIX	Arreiro II	24599	Povoado?	Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida da Coutada
XXX	Cabeço da Pereira I	24600	Acampamento/oficina de talhe. Povoado?	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida da Coutada
XXXI	Cabeço da Pereira II	24601	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico	St.ª Margarida da Coutada
XXXII	Cabeço da Pereira III	24602	Acampamento/oficina de talhe	Mesolítico	St.ª Margarida da Coutada
XXXIII	Chã da Ervideira I	24603	Acampamento/oficina de talhe?	Paleolítico	St.ª Margarida da Coutada
XXXIV	Chã da Ervideira II	24605	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida da Coutada
XXXV	Buraca da Moura/ Casal do Carvalho I	12811	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida da Coutada
XXXVI	Balneário da Quinta do Carvalho	605	Balneário	Paleolítico/ Ferro Romano/ Sec.XV-IXI	St.ª Margarida da Coutada
XXXVII	Casal da Igreja de Baixo I	24719	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida da Coutada
XXXVIII	Casal da Igreja de Baixo II	24720	Acampamento/oficina de talhe. Povoado?	Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida da Coutada
XXXIX	Coruja de Cima I	-	Indeterminado	Mesolítico	St.ª Margarida da Coutada
XL	Coruja de Cima II	24721	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida da Coutada



N.º	Designação	CNS	Tipo de Sítio	Período	Freguesia
XLI	Coruja de Cima III	24723	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida da Coutada
XLII	Ervideira I	24724	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico Mesolítico	St.ª Margarida da Coutada
XLIII	Ervideira II	24725	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida da Coutada
XLIV	Ervideira III	24726	Casal /dependência agrícola ?	Alta Idade Média	St.ª Margarida da Coutada
XLV	Ervideira IV	-	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico	St.ª Margarida da Coutada
XLVI	Malpique	24730	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Mesolítico/ Neolítico/Calcolítico	St.ª Margarida da Coutada
XLVII	Mariola I	24727	Acampamento/oficina de talhe	Mesolítico	St.ª Margarida da Coutada
XLVIII	Mariola II	24728	Acampamento/oficina de talhe	Mesolítico	St.ª Margarida da Coutada
XLIX	Outeiro Alto I	24731	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Paleolítico/ Mesolítico	St.ª Margarida da Coutada
L	Outeiro Alto II	24732	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida da Coutada
LI	Pereira	24733	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Mesolítico	St.ª Margarida da Coutada
LII	Portela I	24735	Acampamento/oficina de talhe. Povoado	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida da Coutada
LIII	Portela II	24736	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida da Coutada
LIV	Pinhal da Ferraria	14653	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico	St.ª Margarida da Coutada
LV	Porco	24737	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida da Coutada
LVI	Quinta do Lombão	24738	Casal Agrícola	Ferro	St.ª Margarida da Coutada
LVII	Vale Mestre I	24739	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida da Coutada
LVIII	Vale Mestre II	24740	Acampamento/oficina de talhe	Mesolítico	St.ª Margarida da Coutada
LIX	Vale da Laje I	24741	Acampamento/oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico/ Alta Idade Média	St.ª Margarida da Coutada
LX	Vale da Laje II	24742	Acampamento/oficina de talhe	Mesolítico	St.ª Margarida da Coutada
LXI	Porto Barroso I	14733	Vestígios Diversos	Contemporâneo/ Pré-História	Constância
LXII	Porto Barroso II	14734	Vestígios Diversos	Contemporâneo/ Pré-História	Constância
LXIII	Quinta de S. João I	14727	Vestígios Diversos	Contemporâneo/ Pré-História	Constância
LXIV	Quinta de S. João II	14728	Achados Isolados	Contemporâneo/ Pré-História	Constância
LXV	Ribeira de Vale Mestre	14729	Vestígios Diversos	Indeterminado/ Pré-História	indeterminado
LXVI	Praça Alexandre Herculano	11327	Necrópole	Medieval/ Cristão/Moderno	Constância
LXVII	Rua da Misericórdia	11363	Aqueduto	Contemporâneo	Constância
LXVIII	Rua João Chagas	11358	Muro	Medieval Cristão	Constância
LXIX	Capareira	11461	Galeria Coberta	Indeterminado	Constância
LXX	Cardal	14730	Vestígios Diversos	Indeterminado/ Pré-História	St.ª Margarida da Coutada
LXXI	Necrópole da Herdade do Carvalhal	4737	Necrópole	Romano	St.ª Margarida da Coutada
LXXII	Barragem da Quinta do Carvalhal	12818	Barragem	Romano	St.ª Margarida da Coutada



N.º	Designação	CNS	Tipo de Sítio	Período	Freguesia
LXXIII	Malpique/ Ervideira	19288	Estação de Ar Livre	Indeterminado/ Pré-História	St.ª Margarida da Coutada
LXXIV	Quinta da Léguas III	27585	Casal Rústico	Romano	Montalvo

Fonte: Carta Arqueológica do concelho de Constância/ Instituto Português de Arqueologia

5.3.7 Outros Valores Patrimoniais

Museu dos Rios e das Artes Marítimas, localiza-se junto à EN3, tendo sido inaugurado em 1998. Tem por função conservar, estudar e divulgar as memórias da vila de Constância – Vila fluvial, e das actividades relacionadas, para as memórias do transporte, da pesca e da construção naval.

Fotografia 56: Logótipo do Museu dos Rios



Artesanato e Gastronomia

Com as suas tradições ligadas às actividades fluviais, o artesanato oriundo de Constância é mais uma mostra da importância que os rios tiveram no desenvolvimento desta vila. Hoje é representado por barcos miniatura em madeira, bonecas de trapos outrora confeccionadas pelas mulheres dos pescadores, etc.. A cestaria, também faz parte do artesanato desenvolvido na Vila, efectuado com vergas de carvalho negral que crescem espontaneamente nas margens dos rios e ribeiros.



A gastronomia, assenta essencialmente na confecção de pratos de peixe do rio (carpa, barbo, fataça, lampreia, saboga, bogas, enguias ou sável). Da tradição do trabalho da terra e da floresta chegam até nós as carvoeiras e as migas pintassilgo, e como doçaria, para além do mel, muito afamado, salientam-se as tigeladas de Montalvo e os queijinhos do céu, um doce conventual muito apreciado.

Fotografia 57: Decoração das ruas para a Festa da Nossa Senhora da Boa Viagem



Festa da Nossa Senhora da Boa Viagem, a devoção à Nossa Senhora da Boa Viagem, é uma tradição secular, tendo sido construído em 1799, na actual Igreja Matriz, o altar onde se coloca a imagem que continua a sair na procissão para abençoar os barcos e os homens. A descrição mais antiga chega-nos através de um texto do pároco da freguesia, datado de 1878, “ *todos os annos na primeira oitava da Paschoa, os navegantes fazem celebrar em honra e louvor da Virgem, solemne e pomposa festividade com procissão pelas ruas da villa, conduzindo a devota imagem pelas margens dos rios onde os barcos revestidos de gala, ornados de guiões, flammulas, bandeiras*



e galhardetes a esperam, como quem, a seu modo, lhe tributa cortejos e respeitos, implorando a bênção da mãe de Deus". A festa, tradicionalmente celebrada na Páscoa, decorre nas ruas da vila, que se enfeitam de flores, produzindo um espectáculo de cores e formas que se renova todos os anos.

5.4 SÍNTESE CONCLUSIVA

O Concelho de Constância reúne um conjunto bastante significativo de imóveis com valor patrimonial, ainda que a maior concentração de património identificado se localize na vila de Constância, com especial destaque para algumas residências particulares setecentistas e oitocentistas, que constituem um conjunto digno de referência e conservação. Foram também identificados igrejas, capelas, solares, casa tradicionais etc. Destacam-se ainda, alguns sítios e conjuntos de interesse nomeadamente um conjunto de quintas com grandes potencialidades para que se assumam como uma mais-valia patrimonial.

O concelho de Constância assume uma grande preocupação no que diz respeito à preservação e valorização do espólio arquitectónico, muito embora existam imóveis que parecem esquecidos. Deverá estruturar-se uma estratégia de intervenção para o concelho que permita um desenvolvimento equilibrado, sustentado e harmonioso dos aglomerados, promovendo a requalificação da imagem urbana e a salvaguarda do património. A Câmara Municipal deverá continuar a assumir um papel de destaque neste processo, designadamente no sentido de sensibilizar a população para necessidade de promover valores que constituem uma mais-valia do concelho, com destaque particular para o caso concreto das quintas localizadas um pouco por todo o Concelho.



6. REDE URBANA

6.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo pretende-se fazer uma caracterização e uma apreciação do desenvolvimento do concelho, sob gestão do PDM em vigor, da estrutura e da dinâmica construtiva dos diversos aglomerados que compõem o município de Constância, assim como efectuar uma breve abordagem que permita compreender a actual estrutura urbana, com referência ao parque edificado e habitacional nas suas diversas componentes. Os Planos eficazes no concelho e as pretensões resultantes da prévia consulta pública, são também objecto de análise.

O estudo é apoiado e fundamentado em elementos bibliográficos, na observação do local, em dados fornecidos pela Câmara Municipal e em informações retiradas do PDM em vigor.

6.2 SISTEMA URBANO

6.2.1 Introdução

No âmbito da legislação vigente (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro) “o Plano Director Municipal define um modelo de organização municipal do território, nomeadamente estabelecendo “b) A definição e caracterização da área de intervenção identificando as redes urbana, viária, de transportes e de equipamentos de educação, de saúde, de abastecimento público e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, de depósito e tratamento de resíduos “(Artº 85º, alínea b).

Mais à frente o mesmo diploma acrescenta: “A identificação e delimitação dos perímetros urbanos, com a definição do sistema urbano municipal” (idem, alínea h)”.

O estabelecimento de uma hierarquia de centros urbanos, no âmbito de um Plano Director Municipal, tem subjacente a necessidade de definição de um correcto zonamento e de uma adequada utilização e gestão do território abrangido, fomentando a melhoria das condições de vida dos habitantes. Com efeito, a definição da hierarquia dos centros urbanos de um concelho é fundamental enquanto instrumento que deverá servir de orientação à implantação espacial de equipamentos e de actividades económicas promotores de desenvolvimento e atenuadores das desigualdades espaciais, favorecendo o desenvolvimento de relações inter-centros e atenuando a actual dependência polarizadora das sedes concelhias.

Assim, a definição do sistema urbano de um concelho deverá funcionar como a base para o seu desenvolvimento na medida em que deverá permitir a definição, para cada nível hierárquico proposto, da sua



função de apoio às actividades económicas e de ponto de concentração de equipamentos colectivos, tendo em vista harmonizar níveis de conforto desejáveis.

Os centros urbanos são os aglomerados que, além de servirem a economia local e a sua população residente, constituem centros dinamizadores para uma área de influência, em função dos postos de trabalho, dos equipamentos, dos serviços públicos e privados neles existentes ou a criar e que são localizados estrategicamente no espaço, representando aceitáveis níveis de acessibilidade.

A distribuição de bens pressupõe contactos frequentes com outros centros. A ligação entre os vários centros, feita por um conjunto de fluxos (pessoas, mercadorias, capitais, informação), permite constituir uma rede. Chama-se rede urbana ou sistema urbano ao conjunto de centros e respectivas áreas de influência ligados por relações hierárquicas de dependência.

O nível de cada centro é determinado pelo nível de funções nele existentes e, geralmente, a importância funcional de um centro é proporcional ao número dos seus habitantes.

Na dependência directa, na definição do nível hierárquico, está a centralidade (medida pela distância) de cada lugar, em relação à população que serve e são as actividades terciárias (comércio e serviços), que possuem maiores requisitos de centralidade.

A diferenciação de níveis hierárquicos de centros reflecte, essencialmente, a periodicidade da procura pelos sectores económicos e pela população residente de equipamentos, serviços e bens. Assim: (i) a procura diária de primeira necessidade deve ser satisfeita nos centros de centralidade inferior (centros básicos) e de fácil acesso; (ii) a procura especializada e esporádica e/ou excepcional deve ser satisfeita nos centros hierarquicamente superiores.

A posição hierárquica de alguns centros é, muitas vezes, conferida pela sua importância administrativa que, por sua vez, obriga à ocorrência de equipamentos e serviços capazes de conferir uma certa capacidade atractiva e não tanto pelas dinâmicas demográficas existentes e/ou pela importância de outros indicadores de desenvolvimento.

6.2.2 Metodologia

Para a definição da hierarquia dos aglomerados do concelho de Constância definiram-se, como critério de selecção, todos os aglomerados do concelho. Tendo em conta este critério, os centros urbanos identificados no âmbito desta análise são os seguintes: Aldeia de Santa Margarida, Constância, Malpique, Montalvo, Portela, Vale de Mestre, Constância Sul e Pereira.



Os indicadores utilizados na determinação da hierarquia dos centros urbanos foram:

- Dimensão Demográfica (população residente/evolução recente);
- Funções Centrais do Sector Privado;
- Funções Centrais do Sector Público.

Apresentam-se de seguida as definições das expressões utilizadas ao nível da dinâmica funcional, nomeadamente:

- Centro Urbano ou Lugar Central - lugar (aglomerado) onde se localiza uma ou mais funções centrais;
- Função Central - tipo de empresa comercial ou de serviços que exerce a sua actividade a partir de um ponto central relativamente à população que serve;
- Unidades funcionais - cada unidade da função central.

Os dados das funções centrais do sector privado (unidades de comércio e serviços), bem como os do sector público foram fornecidos pela Câmara Municipal e datam de Outubro de 2007.

6.2.3 Dimensão demográfica

A diferenciação dos níveis hierárquicos dos lugares, pela importância das suas funções está muito ligada à importância das funções demográficas dos próprios aglomerados. Assim, a dinâmica do aparecimento de funções centrais relaciona-se com as flutuações populacionais.

Na década de noventa o concelho de Constância registou, globalmente, um decréscimo populacional de 8,5% (menos 355 indivíduos). Internamente, registaram-se comportamentos distintos, podendo distinguir-se Vale de Mestre e Montalvo, por serem os únicos aglomerados que registaram crescimentos positivos. Os restantes aglomerados, registaram crescimentos negativos, embora no caso dos aglomerados de maior dimensão (Montalvo, Constância e Malpique), o decréscimo sentido não tinha sido significativo.



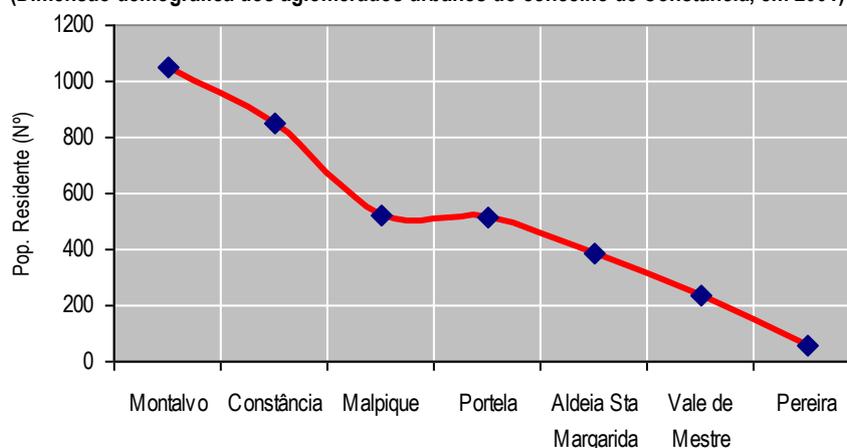
Quadro 50: Evolução da População, por centro urbano, entre 1981 e 1991

Freguesias	Aglomerados	População 1981	População 1991	População 2001		Taxa de Variação 1991/2001 (%)
				Nº	Peso no concelho (%)	
Constância	Constância	758	867	849	22,3	-2,1
	Constância Sul					
Montalvo	Montalvo	1022	1043	1048	27,5	0,5
Santa Margarida	Aldeia Sta Margarida	380	384	383	10,0	-0,3
	Malpique	521	529	519	13,6	-1,9
	Portela	591	574	515	13,5	-10,3
	Vale de Mestre	213	206	239	6,3	16,0
	Pereira	96	74	58	1,5	-21,6
Total Centros Urbanos		3581	3677	3611	94,7	-1,8
Total Concelho		3949	4170	3815	100	-8,5

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 2001, INE

A distribuição da população do concelho de Constância em 2001, pode ser observada na Figura e quadro seguintes, onde está representado o escalonamento urbano:

Figura 41: Curva de Zipf - Escalonamento Urbano
(Dimensão demográfica dos aglomerados urbanos do concelho de Constância, em 2001)



Fonte: INE-Portugal, XIV Recenseamento Geral da População, 2001

Quadro 51: Número de ordem dos centros urbanos, de acordo com a sua dimensão demográfica, em 2001

Nº de ordem	Aglomerados	População 2001
1º	Montalvo	1048
2º	Constância*	849
4º	Malpique	519
3º	Portela	515
5º	Aldeia Sta Margarida	383
6º	Vale de Mestre	239
7ª	Pereira	58

* Inclui valor de Constância Sul

Fonte: INE – Portugal, Censos de 2001



6.2.4 Funções Centrais do Sector Privado

O escalonamento urbano de uma rede de centros tendo por base unicamente as dinâmicas demográficas, resultaria incompleto se não fosse analisada a situação dos núcleos urbanos ao nível da oferta de bens, serviços e equipamentos, quer do sector privado, quer do sector público.

As funções centrais que representam o resultado da iniciativa empresarial de entidades privadas (indivíduos e grupos económicos) assumem-se como os grandes indicadores da dinâmica funcional de cada centro. Esta imagem resulta da grande flexibilidade da iniciativa privada que se adapta com certa facilidade e rapidez às variações e às potencialidades de cada lugar em termos de importância demográfica e económica.

Consideram-se **funções centrais do sector privado** aquelas que se referem sobretudo a serviços e unidades comerciais retalhistas. A sua localização dependerá da existência de uma procura que as justifique.

A análise funcional teve como suporte a quantificação das funções centrais e das unidades funcionais que se encontram sistematizadas no quadro seguinte.

Quadro 52: Número de unidades funcionais por função central do sector privado, por centro urbano, em 2007

Função Central	Lugar	Aldeia Sta Margarida	Constância	Malpique	Montalvo	Portela	Vale de Mestre	Pereira	Constância Sul
Mercearia/Taberna					3				
Mercearia/Minimercado		2	2	2	3	1			
Talho			1		1				
Padaria			1	1	1				
Café		5	9	2	6	1		1	2
Restaurante		1	10	5	2		1		1
Comércio Misto			1						
Cabeleireiro		1	3	1	2				
Florista			1						
Papelaria					2				
Jornais/Revistas						1			
Electrodomésticos		1			1				
Oficina de Automóveis/Motos		1		1					
Móveis e decorações			1	1	1				
Ourivesaria					1				
Pronto-a-Vestir			1						
Bar/Discooteca		1	1						
Pensão			3						
Farmácia		1	1		1				
Banco			2	2	1				
Seguros					1	1			
Táxi		1	2	2	1				



Função Central	Lugar	Aldeia Sta Margarida	Constância	Malpique	Montalvo	Portela	Vale de Mestre	Pereira	Constância Sul
Posto telefónico		1	2	1	1				
Estação de Correios			1						
Posto de Correio				1					
Bomba Gasolina			1		1				
Total de Unidades Funcionais		15	43	19	29	4	1	1	3
Total de Funções Centrais		10	18	11	17	4	1	1	2

Fonte: Câmara Municipal de Constância, 2007

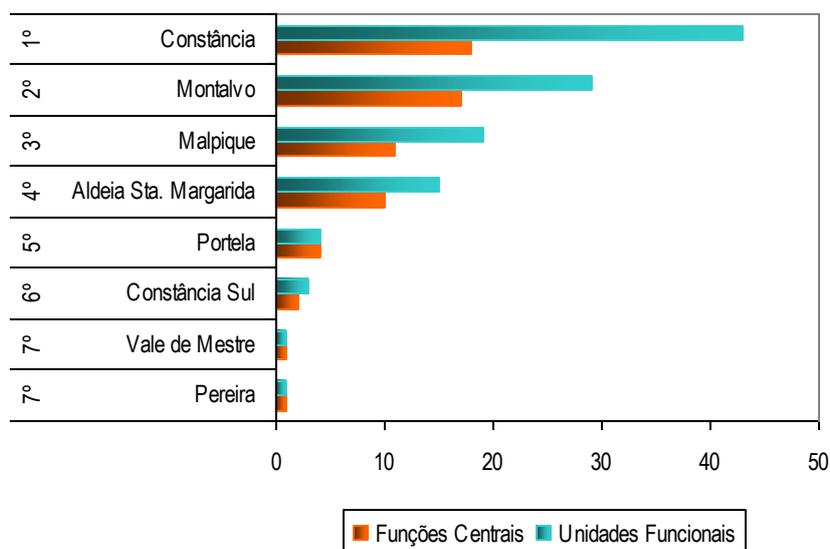
No Quadro e Figura seguintes encontram-se hierarquizados os aglomerados urbanos em função da sua dotação de funções centrais do sector privado.

Quadro 53: Número de ordem dos centros urbanos de acordo com as Funções Centrais do Sector Privado, em 2007

Nº de ordem	Aglomerado	Funções Centrais (F.C.)
1º	Constância	18
2º	Montalvo	17
3º	Malpique	11
4º	Aldeia Santa Margarida	10
5º	Portela	4
6º	Constância Sul	2
7º	Vale de Mestre	1
7º	Pereira	1

Fonte: Câmara Municipal de Constância, 2007

Figura 42: Hierarquia dos aglomerados do concelho de Constância de acordo com as Funções Centrais do Sector Privado, em de 2007



Fonte: Câmara Municipal de Constância, 2007



6.2.5 Funções Centrais do Sector Público

As **funções centrais do sector público** são aquelas que dizem respeito essencialmente a serviços e equipamentos de uso colectivo, e enquanto tal, possuem uma componente social muito importante. A sua localização depende essencialmente de factores administrativos, muito embora esteja subjacente à sua localização a tentativa de racionalização económica dos investimentos públicos.

A caracterização funcional dos centros pela ocorrência de equipamentos colectivos transmite frequentemente uma imagem desajustada da importância real do lugar central. Muito facilmente se pode constatar a existência de casos em que a dinâmica demográfica e socio-económica de um centro não corresponde ao nível de equipamentos públicos existentes, quer por defeito, quer por excesso. Daí que a análise dos centros urbanos pela ocorrência de funções centrais do sector privado deverá ser feita em conjunto com as funções centrais do sector público.

Nesta análise não se consideraram os serviços públicos porque dadas as características do concelho, a quase totalidade dos existentes se localiza na sede concelhia.

A dotação de equipamentos sociais do concelho de Constância, tal como ao nível do sector privado, coloca a sede concelhia em primeiro plano, bastante destacada dos restantes aglomerados.

A ocorrência de funções centrais do sector público, por aglomerado, está representada no Quadro seguinte.

Quadro 54: Funções Centrais do Sector Público, por centro urbano, em 2007

Equipamentos	Centros Urbanos	Aldeia Sta Margarida	Constância	Malpique	Montalvo	Portela	Vale de Mestre	Constância Sul
EDUCAÇÃO								
Pré-escolar (JI)		•	•	•	•	•		
EB1		•	•	•	•	•		
EB2,3/S			•					
SAÚDE								
Centro de Saúde			•					
Extensão C. Saúde		•			•			
Farmácia		•	•		•			
ACÇÃO SOCIAL								
ATL		•	•	•	•	•		
Lar da 3ª Idade			•					
Centro de Dia			•					
DESPORTO								
Piscina			•					
Pequeno Campo Jogos		•	•	•	•	•	•	
Grande Campo Jogos			•		•			
Pavilhão/Sala Desporto			•					



Equipamentos	Centros Urbanos	Aldeia Sta Margarida	Constância	Malpique	Montalvo	Portela	Vale de Mestre	Constância Sul
CULTURA								
Biblioteca			•					
Cine-Teatro			•					
Museu			•					
Espaço de Exposições/Conferências			•					
Associações	•	•	•	•	•	•	•	•
Espaço Internet			•		•		•	
Salão de festas	•				•			
Imprensa local			•					
Posto de Turismo			•					
Ecoteca							•	
Parque de Astronomia- Centro Ciência Viva			•					
Anfiteatro dos Rios			•					
PREVENÇÃO E SEGURANÇA								
Bombeiros	•	•	•					
GNR			•					
Serviço de Protecção Civil			•					
Total Funções Centrais	9	25	5	10	5	4	1	

• assinala a existência de uma Função Central, independentemente se existe apenas uma ou mais unidades.

Fonte: Câmara Municipal de Constância

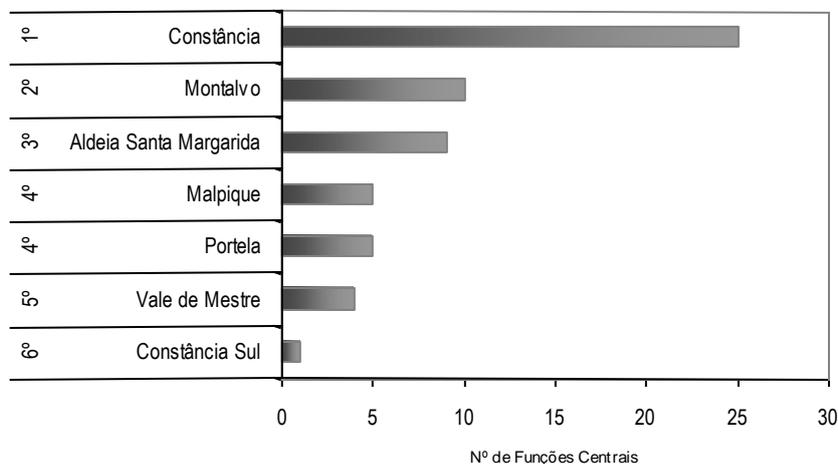
No quadro seguinte encontram-se ordenados os aglomerados de acordo com a dotação de equipamentos colectivos.

Quadro 55: Número de ordem dos aglomerados de acordo com as Funções Centrais do Sector Público, em 2007

Nº de Ordem	Aglomerados	Funções Centrais (F.C.)
1º	Constância	25
2º	Montalvo	10
3º	Aldeia Santa Margarida	9
4º	Malpique	5
4º	Portela	5
5º	Vale de Mestre	4
6º	Constância Sul	1

Fonte: Câmara Municipal de Constância

Figura 43: Hierarquia dos aglomerados do concelho de Constância de acordo com as Funções Centrais do Sector Público, em 2007



Fonte: Câmara Municipal de Constância

6.2.6 Definição dos níveis hierárquicos

Analisados que foram os vários indicadores, a primeira aproximação à hierarquia dos aglomerados é a seguinte:

- **NÍVEL I - Constância**
- **NÍVEL II - Montalvo, Malpique e Aldeia de Santa Margarida**
- **NÍVEL III - Portela e Vale de Mestre**
- **NÍVEL IV - Constância Sul e Pereira**

O **Nível I** é constituído pela sede concelhia – **Constância**, facto que decorre, em primeiro plano, da sua importância administrativa, sendo polarizadora de todo o funcionamento municipal, tanto ao nível demográfico como económico, pois é aqui que se concentram o comércio, serviços e equipamentos colectivos de nível superior, estando direccionada para servir uma procura especializada e esporádica. Presentemente, possui um número aproximado de 18 Funções Centrais e 43 Unidades Funcionais.

O **Nível II** é constituído por **Montalvo, Malpique e Aldeia de Santa Margarida** que, para determinados bens e serviços, funcionam como alternativas à sede de concelho, e cuja procura de bens e a prestação de serviços é mais ocasional (banco, electrodomésticos, móveis e decorações, ...). Estes aglomerados possuem 17, 11 e 10 Funções Centrais do sector privado, respectivamente.

O **Nível III** da hierarquia urbana é assegurado por dois aglomerados **Portela e Vale de Mestre** que possuem uma expressiva dimensão demográfica e alguma importância funcional sendo, esta última, contudo, de cariz



estritamente local. Possuem entre 4 e 1 Funções Centrais do sector privado e, de um modo geral, possuem um conjunto de equipamentos satisfatório face à população a servir.

O **Nível IV** da hierarquia urbana é assegurado por dois aglomerados **Constância Sul e Pereira** que possuem diminutas dimensões demográfica e funcional, assumindo-se como os aglomerados mais pequenos do concelho.

6.3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS AGLOMERADOS DOS URBANOS

Neste sub-capítulo pretende-se fazer uma análise da estrutura urbana concelhia, assim como, analisar a dinâmica construtiva e a evolução dos aglomerados à luz do Plano Director Municipal em vigor, tendo ainda, em atenção o desenvolvimento dos sistemas construtivos e da linguagem arquitectónica. Desta forma, a componente seguinte constituirá, essencialmente, uma comparação entre a situação descrita no PDM em vigor e a avaliação que se fez no trabalho de levantamento.

Importa, antes de mais, perceber como se estrutura o povoamento na área do concelho de Constância.

Como se referiu no Capítulo 2 (Constância e o Contexto Regional), o concelho de Constância, situado do distrito de Santarém, é limitado a Norte e a Nascente pelo concelho de Abrantes, a Sul pelo concelho da Chamusca e a Poente por este último e por Vila Nova da Barquinha, e engloba 3 freguesias.

A área concelhia é abarcada por duas bacias hidrográficas: Tejo, e Zêzere, que compreendem diversas linhas de água. Morfologicamente, o concelho caracteriza-se por ser predominantemente plano, com algumas excepções tais como no extremo Norte do concelho, no vale do Zêzere e num troço da Ribeira da Caniceira

A razão fundamental para o povoamento desta região está indiscutivelmente, associada à situação de confluência de dois rios: o Tejo e o Zêzere, fonte de alimentação e meio de comunicação e transporte, determinaram as estruturas urbanas, económicas e sociais até à actualidade.

Também a topografia, a exposição, a facilidade de acesso e o carácter defensivo pesaram sobremaneira na implantação dos núcleos urbanos: uns no alto, ou em encostas de cabeços, outros aninhados em vales, ou outros ainda implantados ao longo de uma rua.

O povoamento é, assim, consequência das características naturais do território, que vão influenciando, e sendo influenciadas, pela evolução histórica. A proximidade dos edifícios administrativos mais importantes em relação ao Tejo e Zêzere, ilustra bem o papel fulcral dos rios, que foram as principais fontes de riqueza e as grandes vias de transporte de pessoas e bens. A ligação à margem esquerda do Tejo era garantida por barco, sendo que nesta margem existiam duas estradas, passando uma pelos lugares de Constância Sul, Portela e Aldeia de Santa Margarida e outra pela Quinta do Lambão, em direcção ao Tramagal e ao Rossio, ao Sul do Tejo

A vila de Constância, pela sua importância administrativa, é polarizadora de todo o funcionamento municipal, tanto ao nível demográfico como económico, pois é aqui que se concentram o comércio, os serviços e os equipamentos colectivos de nível superior, estando direccionada para servir uma procura especializada e esporádica.

Com o desenvolvimento das comunicações ferroviárias e rodoviárias e com a construção da ponte ferroviária sobre o Tejo e a ponte sobre o rio Zêzere, verificou-se que a população que, até então se concentrava principalmente na Vila de Constância passa a distribuir-se pelos restantes aglomerados do concelho, sendo que Montalvo e Santa Margarida absorvem mais população.

A implantação do Campo Militar de Santa Margarida, em 1952, e a implantação de novas unidades industriais como a da fábrica de Celulose do CAIMA, construída em 1959, introduziram alterações significativas na ocupação do concelho.

Relativamente ao rio Tejo, que divide o concelho, a Norte localizam-se as freguesias de Constância e Montalvo, que reúnem a 51,39% da população, e a Sul a freguesia de Santa Margarida da Coutada.

A estrutura urbana dos aglomerados é do tipo orgânico, assumindo, por vezes, uma forma radial ou concêntrica, tendo por centro a igreja, ou o largo. Noutros casos os aglomerados desenvolvem-se ao longo das principais vias de comunicação ou em zonas ribeirinhas. As ruas mais antigas, surgidas de forma espontânea, assumem-se tortuosas e estreitas, adaptando-se à topografia dos terrenos.

As condições geográficas, as diferentes formas de ocupação, o clima e o modo de exploração agrícola, justificam o tipo de povoamento, a tipologia de habitação e os materiais de construção utilizados.

As áreas de ocupação mais recente desenvolvem-se em torno dos núcleos primitivos, ao longo das vias. Deste modo, no tecido urbano vão sobrando espaços intersticiais, muitas vezes agricultados ou votados ao abandono.

A feição e as características dos edifícios que se enquadram na designada “*Arquitetura Tradicional Portuguesa*” resultam das características climáticas, da natureza da sua envolvente física e, conseqüentemente, da vertente económica e da herança cultural.

Figura 44: Ocupação no Concelho de Constância





Relativamente à estrutura cadastral do concelho de Constância, refira-se, genericamente, que as propriedades são de grande dimensão e de configuração irregular quando inseridas em espaço rural e de menor dimensão e de configuração mais regular quando localizadas no interior dos aglomerados. Quanto à dimensão média da parcela cadastral, o concelho apresenta 38000 m² como área média de propriedade agrícola e florestal⁴⁹ e áreas que oscilam entre os 500 m² e os 1000m² para os prédios urbanos.

6.3.1 Dinâmica Construtiva e Estado de Conservação

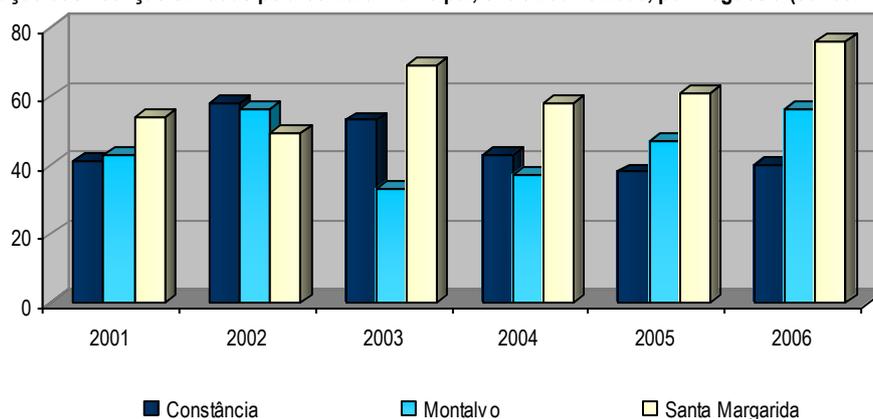
O estado de conservação dos aglomerados não depende somente das condições de habitabilidade dos edifícios mas também da qualidade estética do conjunto em que se inserem. Paradoxalmente, a melhoria nas condições de habitabilidade conduz, por vezes, à destruição arquitectónica de alguns núcleos primitivos dentro dos aglomerados.

Parte das edificações novas localizam-se, tendencialmente, nas zonas envolventes ao conjunto urbano, ao longo dos eixos, ou em alguns casos, em zonas centrais, correspondendo a operações de renovação urbana.

Em geral, os aglomerados do concelho encontram-se em razoável estado de conservação verificando-se excepcionalmente alguns edifícios em mau estado de conservação em zonas mais centrais.

No gráfico seguinte apresentam-se os dados relativos ao n.º de licenças emitidas pela Câmara Municipal nos últimos anos e por tipo de uso.

Figura 45: Evolução das licenças emitidas pela Câmara Municipal, entre 2001 e 2006, por freguesia (concelho de Constância)

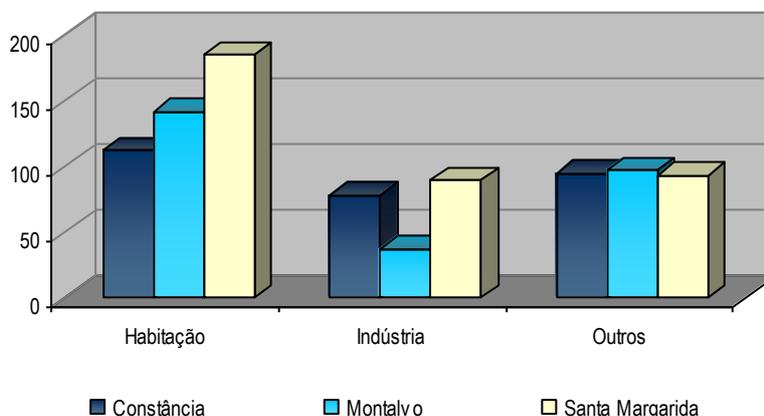


Fonte: Câmara Municipal de Constância

⁴⁹ Estudo efectuado no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.



Figura 46: Licenças Emitidas pela Câmara Municipal, entre 2001 e 2007⁵⁰, por tipo de uso e freguesia (concelho de Constância)



Fonte: Câmara Municipal de Constância

De acordo com a análise dos gráficos anteriores, constata-se que o maior número de licenças emitidas são para a construção de habitações de tipologias unifamiliares, em todas as freguesias que constituem o concelho, sendo de realçar os valores verificados para a freguesia de Santa Margarida, com maior ocorrência em 2006, facto este relacionado com a localização do Campo Militar de Santa Margarida, sendo grande parte destas habitações adquiridas por militares deste campo.

Quadro 56: Licenças emitidas, entre 1996 e 2001, por tipo de intervenção (concelho de Constância)

Ano	Construções Novas	Ampliações, Alterações e Reconstruções	Total
1996	18	6	24
1997	13	4	17
1998	45	15	60
1999	45	15	60
2000	40	23	63
2001	57	17	74
2002	63	18	81
2003	60	22	82
2004	49	13	62
2005	42	8	50
2006	52	11	63
Total	484	152	636

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo/ Região Centro 1996 e 2006

⁵⁰ Licenças emitidas até ao final de Fevereiro de 2007.



Da análise efectuada ao quadro relativo às licenças emitidas por tipo de intervenção, facilmente se verifica que as construções novas assumem grande destaque face às outras intervenções (76%), embora a informação recolhida não permita fazer uma análise por freguesia, da observação local poder-se-á depreender que o número de Ampliações, Alterações e Reconstruções estará associado às intervenções que se têm vindo a verificar no centro histórico da vila de Constância.

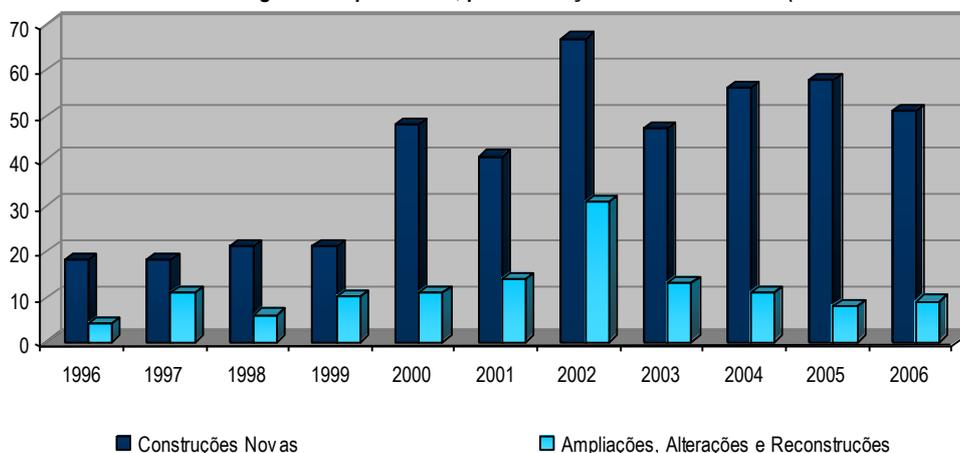
Quadro 57: Edifícios concluídos, entre 1996 e 2001, por tipo de intervenção (concelho de Constância)

Ano	Construções Novas	Ampliações, Alterações e Reconstruções	Total
1996	18	4	22
1997	18	11	29
1998	21	6	27
1999	21	10	31
2000	48	11	59
2001	41	14	55
2002	67	31	98
2003	47	13	60
2004	56	11	67
2005	58	8	66
2006	51	9	60
Total	446	128	574

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo 1996 e 2002

Entre 1996 e 2001, o número de **edifícios concluídos** apresenta algumas variações, sendo de destacar um pequeno decréscimo, entre 2000 e 2001, ainda que pouco expressivo. É de realçar que, em termos absolutos, o número de edifícios concluídos é inferior ao de licenças concedidas, em todos os tipos de intervenção.

Figura 47: Edifícios Concluídos segundo o tipo de obra, para habitação entre 1996 e 2001 (concelho de Constância)



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Vale do Tejo 1996 e 2002



Face ao total de edifícios concluídos no período analisado, é de realçar que cerca de 91% das construções novas se destinam a fins residenciais e que as restantes intervenções foram, quase na sua maioria, efectuadas em edifícios de habitação.

Nos aglomerados que constituem o concelho de Constância a tipologia predominante como já foi referido anteriormente é a habitação unifamiliar. A habitação colectiva tem pouca expressão no concelho e é essencialmente constituída por edifícios de 2 e 3 pisos.

Procurando estabelecer um estudo comparativo entre freguesias, recorreu-se à análise do número de edifícios, apoiada nos dados dos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação – 1981, 1991 e 2001 (ver sub-capítulo 7.2 – Parque Habitacional: Indicadores Fundamentais de Diagnóstico). Analisando o quadro seguinte verifica-se que, em 2001, o concelho de Constância detinha um parque edificado composto por 1688 edifícios tendo registado, relativamente a 1981, um incremento de 25% (334 edifícios). Nestas últimas duas décadas, o peso da nova construção de edifícios é idêntico, rondando os 11%.

O crescimento dos edifícios (11,4%) entre 1991 e 2001 fez-se a um ritmo superior aos dos alojamentos (7,0%), o que significa que nestes últimos 10 anos, muitos dos edifícios construídos destinaram-se a outras funções que não a habitacional.

Quadro 58: n.º de edifícios registados nos Censos de 1981, 1991 e 2001

Freguesias	1981	1991	2001	Taxa Var. 81/91 (%)	Taxa Var. 91/2001 (%)
Constância	294	386	428	31.3	10.9
Montalvo	341	390	440	14.4	12.8
Santa Margarida da Coutada	719	739	820	2.8	11.0
Concelho de Constância	1354	1515	1688	11.9	11.4

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

Importa ainda referir que na década de 90, ocorreu um ligeiro abrandamento no ritmo de crescimento verificado principalmente sustentado pela freguesia de Constância em que se verificou a maior redução.

6.3.2 Evolução Urbanística dos Aglomerados e Tipologias Arquitectónicas

A estrutura urbana dos diversos aglomerados que constituem o concelho é, geralmente, semelhante, possuindo todos eles um núcleo antigo perfeitamente identificável e uma malha bastante característica da época da sua formação e da região em que se inserem.



Em geral, as habitações são moradias unifamiliares, implantadas em lotes de pequenas dimensões, o que dificulta o processo de requalificação dos núcleos originais, pelo facto de não possuírem áreas compatíveis com as necessidades.

Fotografia 58: Exemplos de casas tradicionais, em Constância



No concelho de Constância existem quatro tipologias diferentes de edifícios de habitação, a primeira, mais antiga, corresponde à **casa tradicional ribatejana** representada por edifícios térreos de planta rectangular alongada em que os diferentes compartimentos se encontram interligados. Os materiais de construção mais utilizados são, normalmente, as alvenarias de adobe, tijolo ou pedra miúda. Os edifícios são quase sempre caiados de branco, com os socos, cunhais, vãos e cornijas caiados também, mas de cores vivas, geralmente, ocre, azul ou vermelhão. As Coberturas são de duas ou quatro águas e a telha mais utilizada é a de canudo de barro vermelho. Nas zonas ribeirinhas, e devido aos efeitos das cheias, os edifícios têm, em geral, dois ou mais pisos, sendo o piso térreo utilizado como arrecadação ou armazém.

Como segunda tipologia dominante, tem-se a **moradia unifamiliar**, correspondente, na maioria dos casos, a construções recentes, localizadas na envolvente aos núcleos antigos, ou mesmo, no centro das povoações, resultantes de um processo de renovação urbana e/ou preenchimento. O sistema construtivo utilizado é o betão armado, as características arquitectónicas reflectem a década da sua construção.

Fotografia 59: Moradias unifamiliares em Constância



Outra tipologia que podemos encontrar no concelho, com menor expressão e bastante mais recente, é referente à **habitação colectiva**. O número de pisos varia entre dois e cinco, surgem pontualmente em praticamente

todos os aglomerados, tendo maior representatividade no aglomerado de Montalvo.

Fotografia 60: Exemplos de edifícios de habitação colectiva em Constância



Por último, uma referência às diversas casas **senhoriais/solarengas**, que surgem principalmente na vila de Constância, e disseminadas pelo espaço rural de onde se destaca a Quinta de Santa Bárbara. Estas são características de uma arquitectura tradicional mais erudita, e correspondem a moradias de famílias nobres ou importantes. Distinguem-se pela sua dimensão, pelo acabamento e pelo trabalho da pedra nas cantarias, nos cunhais, nos embasamentos e nas cornijas. Actualmente, parte destes imóveis encontram-se sem qualquer tipo de uso, ou a ser utilizadas para oferta de turismo rural. A exploração turística, assim como outros tipos de uso, torna-se importante, tanto para o desenvolvimento turístico do concelho, como meio de proteger o património que estes edifícios representam.

Concluindo, pode dizer-se, que os aglomerados, na generalidade, apresentam uma imagem harmoniosa, onde predomina a tipologia unifamiliar. Os núcleos primitivos são geralmente constituídos por edifícios dispostos em banda, de piso térreo, com um estado de conservação bastante satisfatório.

De seguida, e em resultado das visitas de campo efectuadas e da leitura do PDM em vigor, pretende-se efectuar uma breve abordagem dos principais aspectos que caracterizam a estrutura urbana de cada aglomerado, assim como identificar as alterações mais significativas verificadas nestes últimos anos, sob a vigência do PDM. Efectuou-se o levantamento sumário do estado de conservação, assim como dos materiais dominantes utilizados na construção, do número médio de pisos do edificado e da sua tipologia, em cada aglomerado do Concelho de Constância:

- Constância
- Montalvo
- Aldeia de Santa Margarida
- Malpique
- Portela
- Vale do Mestre
- Pereira



CONSTÂNCIA

Constância é a sede do Concelho e da Freguesia do mesmo nome. Situa-se a Norte, do rio Tejo e junto à foz do rio Zêzere. O aglomerado desenvolve-se em anfiteatro na encosta em forma de seta que se precipita para os vales onde correm os rios Tejo e Zêzere.

A origem da Vila como já foi referido anteriormente, deve-se ao tráfego fluvial e à grande importância que o rio tinha para as populações. A antiga Vila de Punhete, era, juntamente com a antiga Barca, um importante entreposto fluvial por onde passavam todas as mercadorias que eram transportadas pelos rios Tejo e Zêzere. A importância de porto fluvial manteve-se até ao aparecimento do caminho de ferro. A partir de então, o comércio deixou de se fazer por via fluvial o que provocou o decréscimo da importância económica e social de Constância.

Não deixa de ser curioso o facto, já apontado na Breve Panorâmica Historia, da zona ribeirinha da Vila ser, apesar das inúmeras cheias, a zona nobre por excelência. A ligação ao rio era tão forte que a existência de cheias no Tejo nunca afastou as populações desses locais. De facto, os edifícios públicos e as habitações mais nobres localizam-se sempre nas zonas baixas da Vila. No entanto, segundo as pessoas mais idosas, as cheias, antes da construção das barragens, atingiam cotas muito menores embora fossem mais frequentes.

A tipologia, o sistema construtivo, os materiais aplicados e a planta dos edifícios são aspectos relacionados com a época de construção e obrigatoriamente, com a implantação na áreas consolidadas ou de expansão.

A EN3 e o IP6/A23, pelas características dos seus traçados, pelo fluxo viário que possuem, dificultam a comunicação, e funciona como elemento divisor do aglomerado urbano. A sul o núcleo urbano mais antigo, e a norte, as zonas de expansão mais recente.

A Sul da EN3, mais concretamente no que diz respeito ao núcleo histórico, o parque habitacional está a ser alvo de um grande número de obras no âmbito do REHABITA, alguns dos edifícios já se encontram concluídos, mas na sua maioria as obras ainda se encontram a decorrer.

Ainda assim são visíveis alguns edifícios em mau estado de conservação, facto que se deve, em parte, à degradação provocada pelas cheias, mas também, e principalmente, ao abandono destas habitações em busca de zonas mais desafogadas. É importante contrariar esta tendência, que, de uma maneira geral afecta as zonas históricas, proporcionando condições de habitabilidade e incentivos à fixação das populações.

O uso dominante é a habitação, já que o comércio/serviços existentes são escassos, e na sua maioria encontram-se desajustados face às necessidades actuais, o que incentiva a deslocação para outros pólos urbanos com maior oferta, nomeadamente Abrantes, Tomar e Torres Novas.

O número médio de pisos é 3, sendo geralmente o piso térreo pavimentado em pedra e servindo apenas para arrecadações ou lojas por forma a minimizar os efeitos da subida da água na época de cheias. É a Norte da IP6/A23, que se encontram as áreas de ocupação mais recente, salvaguardando a Rua de Santa Ana que nos conduz à Igreja da Matriz, e toda a área adjacente, é a zona de expansão da vila de Constância. É nesta área onde os terrenos são menos declivosos, que proporciona a fixação de novas habitações, e também de novos equipamentos, comércio e serviços. A ocupação têm sido feita, maioritariamente, através de operações de loteamento, de reduzida/media densidade, podendo se verificar, actualmente, a infraestruturização de diversas áreas para a implantação de novos loteamentos.

Fotografia 61: Centro de saúde - Bairro Novo



Fotografia 62: Vista sobre a Fábrica Celulose do Caima



Na totalidade está previsto a implantação de 4 novos loteamentos de iniciativa privada e 1 de iniciativa camarária, alguns destes já em fase de construção. Prevê-se a criação de aproximadamente 271 novos lotes de diferentes tipologias dos quais 90 estão localizados na Quinta de Santa Bárbara.

A Câmara Municipal, desenvolveu diversos projectos: a construção de Habitação Social, com o objectivo de substituir os pré fabricados (existentes) em Chão da Feira, a construção do Centro de Saúde, da piscina coberta e polidesportivo, entre outros.

O tipo de ocupação predominante é o da moradia unifamiliar com dois pisos. Os materiais de construção mais utilizados são a alvenaria de tijolo rebocada e pintada de branco, com os socos e vãos pintados de cor amarela, as janelas são normalmente em alumínio termolacado branco. Para as coberturas o mais utilizado é telha cerâmica de cor vermelha.



Relativamente a Constância Sul, existem algumas construções, próximas da Fábrica Celulose do Caima e junto à EN118. Estas construções, na sua maioria moradias unifamiliares isoladas, surgiram ligadas à implantação da referida fábrica. Presentemente esta zona já não têm grande procura de solos para construção.

Fotografia 63: Vistas sobre a envolvente da Vila de Constância



Importa também referir que a Fabrica de Celulose tem um importante peso na estrutura económica do Concelho embora acarrete problemas de ordem ambiental. A poluição reflecte-se nas águas do rio Tejo e na atmosfera. Do ponto de vista estético tem um impacte negativo fortíssimo, uma vez que se encontra implantada num local de destaque, mesmo em frente à Vila.

O aglomerado urbano de Constância, com a sua magnífica localização ribeirinha e com os seus edifícios de boa traça arquitectónica, tanto erudita, como popular, forma um conjunto único de rara beleza.

MONTALVO

Os aglomerados urbanos de Montalvo e Constância, constituem as áreas urbanas existentes, localizadas a Norte do rio Tejo. Relativamente próximos da ligação ao IP6/A23, têm uma localização privilegiada, fomentando as ligações inter-concelhias, contribuindo para um crescimento mais acentuado.

O aglomerado de Montalvo localizado a Norte-Nascente, desenvolve-se numa zona mais plana comparativamente a Constância, e por isso com maior aptidão para a construção.

Fotografia 64 e 65: Arruamento principal e habitação colectiva, em Montalvo



Ao nível do desenvolvimento urbano o aglomerado primitivo cresceu longitudinalmente ao longo da EM593,

antiga EN3, que constitui ainda hoje o arruamento principal, e onde se verifica a maior concentração de unidades comerciais. Posteriormente, o desenvolvimento passou a fazer-se ao longo das vias de comunicação (crescimento tentacular), quer das principais, quer dos caminhos secundários. No interior do perímetro urbano existem áreas por ocupar e de desafogo, devendo promover-se a consolidação do aglomerado, evitando o seu crescimento tentacular.

A zona mais a Norte do aglomerado possui traços de grande ruralidade. As edificações surgem na maior parte das vezes associadas a pequenas explorações agrícolas de subsistência, o que caracteriza esta zona como tendo uma ocupação de baixa densidade.

Fotografia 66 e 67: Marcas de grande ruralidade no aglomerado de Montalvo



O núcleo primitivo de Montalvo encontra-se estabilizado, existindo contudo, algumas operações de renovação e de preenchimento, resultando numa imagem heterogénea.

No núcleo mais antigo de Montalvo foram identificados alguns edifícios com interesse em mau estado de conservação. Nas zonas de ocupação mais recentes, onde predominam os edifícios unifamiliares, o estado de conservação é considerado regular.

Fotografia 68 e 69: Edifícios com interesse bastante degradados em Montalvo



A expansão urbana tem-se verificado principalmente a Norte da EM593, a Poente do aglomerado. Está prevista a implantação de aproximadamente 80 edifícios com diferentes tipologias, habitação colectiva e unifamiliar, dispostos em banda, geminados e isolados. No que se refere à habitação colectiva, os edifícios mais recentes são constituídos por 5 pisos.



Montalvo é o aglomerado do concelho que tem tido um maior crescimento e será previsivelmente o que continuará com maior dinâmica, o franco crescimento da Zona Industrial, é um indicativo do seu desenvolvimento.

ALDEIA DE SANTA MARGARIDA

A Aldeia de Santa Margarida situa-se a Sul do rio Tejo, perto da EN118, na freguesia de Santa Margarida da Coutada, a maior do Concelho. É constituída por três aglomerados (Malpique, Portela e Vale do Mestre) que se encontram muito próximos entre si.

A relação de proximidade existente entre os aglomerados urbanos de Santa Margarida, Portela e Vale Mestre, é transposta no âmbito da gestão do território, tendo sido opção do PDM, criar uma conurbação, em que o perímetro urbano destes três aglomerados se encontra articulado.

O núcleo primitivo desenvolve-se ao longo de um arruamento paralelo à EM592, noutros perpendiculares que estabelecem ligação à referida EM. Trata-se de um aglomerado com uma estrutura urbana orgânica.

Assim como Montalvo, este aglomerado têm características marcadamente rurais, existindo determinadas zonas dentro do perímetro ocupadas por pequenas explorações agrícolas. A expansão do aglomerado têm sido lenta e verificada ao longo da EM 592.

Fotografia 70, 71 e 72: Vista da Estrada Municipal 592, edifícios que constituem o núcleo primitivo da Aldeia de Santa Margarida



Relativamente ao estado de conservação do edificado, genericamente é regular, identificando-se pontualmente alguns edifícios em mau estado. A tipologia dominante é a habitação unifamiliar disposta em banda com um piso. O núcleo primitivo encontra-se estabilizado, existindo no entanto algumas recuperações e substituições dos edifícios mais antigos. Existe também algum preenchimento dos espaços vazios da malha urbana.

A tipologia das construções mais recentes reporta-se, essencialmente, à habitação unifamiliar isolada, e localiza-se junto à EM592 a Norte do núcleo primitivo. Nesta zona verificou-se também a construção de diversos equipamentos colectivos. Acresce referir que, entre a ocupação mais recente e o núcleo primitivo, existem ainda

bastantes áreas desocupadas para onde o aglomerado poderá crescer.

Tem-se verificado também algum crescimento, embora pouco significativo, ao longo da EM598-1 que liga a Aldeia de Santa Margarida a Malpique, nomeadamente perto da Várzea do Carvão.

MALPIQUE

Malpique também se situa a Sul do rio Tejo, próximo da EN118, a Sul da Aldeia de Santa Margarida. Pertence à Freguesia de Santa Margarida da Coutada e, depois da Aldeia, é o aglomerado urbano mais importante desta Freguesia.

O aglomerado evidencia duas formas distintas de ocupação, uma corresponde ao núcleo primitivo localizado a Nascente num pequeno planalto, constituído por edifícios disposto em banda, formado por pequenas ruas de traçado orgânico, a outra corresponde a uma ocupação mais recente, localiza-se a Poente da primeira, junto à Estrada Militar que estabelece ligação entre o Campo Militar e a E.M118. Caracteriza-se essencialmente por uma ocupação mais dispersa assente em moradias unifamiliares isoladas.

Fotografia 73 e 74: Vista sobre o aglomerado urbano de Malpique e sobre o arruamento principal EM 598-1



O núcleo primitivo deste aglomerado surge apoiado no arruamento paralelo à EM598-1, onde se continua a verificar a implantação de novos edifícios nomeadamente de um loteamento municipal, integrado numa acção que visa a implantação de novos loteamentos nos vários aglomerados. Pretende-se a venda das parcelas, e posteriormente a construção por iniciativa do proprietário, seguindo o projecto camarário ou apresentando um novo, sejam executados de acordo com os parâmetros definidos pela Câmara Municipal. Estes loteamentos são constituídos por moradias unifamiliares com uma área de implantação de aproximadamente 100m², e uma área



de construção de 200m², com um máximo de 2 pisos. O loteamento existente para o aglomerado de Malpique é constituído por 18 novas parcelas.

O aglomerado de Malpique é o que mais procura tem tido para a construção de moradias, sendo objectivo da autarquia desenvolver mais um loteamento de iniciativa municipal com vista a proporcionar condições à fixação de população.

Importa referir que o aglomerado de Malpique é o que apresenta menor coerência relativamente à linguagem arquitectónica dominante, existindo inclusivamente diversos edifícios dissonantes. Relativamente à estrutura do aglomerado, é também o que tem verificado um crescimento heterogéneo e pouco harmonioso

Fotografia 75 e 76: Exemplo de novos edifícios existentes, em Malpique



PORTELA

O aglomerado da Portela, tal como os que foram anteriormente descritos, situa-se a Sul do Tejo, na continuidade de Coto das Areias, fazendo também parte da Freguesia de Santa Margarida da Coutada. O núcleo primitivo surge linearmente ao longo da EM 592, e é constituído por edifícios dispostos em banda em ambos os lados do arruamento.

O estado de conservação do parque edificado é geralmente bom, embora se verifiquem, pontualmente, alguns edifícios em mau estado. O núcleo primitivo encontra-se estabilizado, existindo contudo, algum preenchimento dos espaços vazios da malha urbana bem como a substituição de edifícios mais antigos por novos.

A ocupação mais recente é marcadamente desordenada e dispersa, ocorrendo também em zonas declivosas, o que contribuí para a existência várias de áreas por ocupar e de desafogo no interior do perímetro urbano.

Fotografia 77 e 78 e 79: Exemplos de edifícios dissonantes existentes no aglomerado



As tendências de ocupação continuam a surgir junto à EM 592, sob forma de loteamento, o que sustenta uma expansão linear, contrariamente ao que se pretende. O crescimento da malha urbana, com já foi sugerido anteriormente, deverá assentar na consolidação do aglomerado, evitando o crescimento tentacular.

Fotografia 80 e 81: Parque Infantil e exemplo de edifícios de habitação social



Também para o aglomerado da Portela foi elaborado um loteamento de iniciativa da autarquia, no âmbito dos vários loteamentos promovidos nos diferentes aglomerados. Este é constituído por 14 moradias unifamiliares isoladas com dois pisos, encontrando-se em fase de conclusão. Foi implementado um parque infantil.

O aglomerado da Portela é o que apresenta um conjunto de edifícios com maior interesse, marcadamente urbanos, localizados principalmente junto à EM 592.

VALE DO MESTRE

Vale do Mestre localiza-se também a Sul do rio Tejo, junto ao limite Poente do concelho, surge na continuidade do aglomerado da Portela e, tal como este, faz parte da Freguesia de Santa Margarida da Coutada.

O aglomerado é constituído por dois núcleos distintos: o mais antigo, que se desenvolve ao longo da E.M.1202, e que se encontra praticamente estabilizado; e a zona de expansão mais recente, que se tem desenvolvido para norte, linearmente ao longo da EM 592.

O núcleo primitivo de Vale do Mestre encontra-se estabilizado, existindo contudo, algum preenchimento dos espaços vazios da malha urbana bem como algumas substituições de edifícios antigos por novos mas em pequeno número. Os edifícios encontram-se implantados, regra geral em banda ao longo das ruas que constituem o aglomerado.

A tendência de ocupação do solo junto à EM, gerou uma situação de linearidade, em que Vale de Mestre surge na continuidade do aglomerado da Portela.

Adjacente à EM 592, estão a ser construídas moradias unifamiliares isoladas de um piso, no âmbito de um loteamento. Também da iniciativa da autarquia, em que prevê-se a construção de 32 novas moradias.



Fotografia 82 e 83: Exemplo de uma moradia integrada no loteamento de iniciativa da C.M. de Constância e Parque ambiental de Santa Margarida



De grande importância é o projecto desenvolvido no aglomerado, apoiado pela Acção Integrada VALTEJO, do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que consistiu na implementação do Parque Ambiental de Santa Margarida. Trata-se de uma acção de entre o conjunto de equipamentos que integram o **Parque do Almourol**, um projecto supra-municipal que tem vindo a ser implementado nos concelhos de Constância, Chamusca e Vila Nova da Barquinha.

O Parque Ambiental é detentor de um programa muito abrangente, constituído por diversos equipamentos, nomeadamente campo de jogos, parque infantil, uma ecoteca, um circuito de manutenção, uma torre de observação, percursos da natureza, um parque de merendas, e diversificada flora que constitui o Jardim do Fantástico.

O objectivo da implantação de equipamentos com este carácter, é fundamentalmente o de servir a população residente, mas também o de atrair populações exteriores e assim fomentar uma dinâmica crescente, que contribua para o desenvolvimento concelhio.

O aglomerado de Vale do Mestre, à semelhança dos restantes mostra um crescimento baseado nos principais acessos e caminhos, existindo muitas áreas para ocupar no interior do perímetro urbano, devendo como tal promover-se a consolidação contrariando esta tendência. Dada a proximidade dos aglomerados de Portela e da Aldeia de Santa Margarida, a tendência de ocupação do território recai sobre as EM's. 592 e 598, ao invés da desejável consolidação da uma malha urbana no seu interior.

PEREIRA

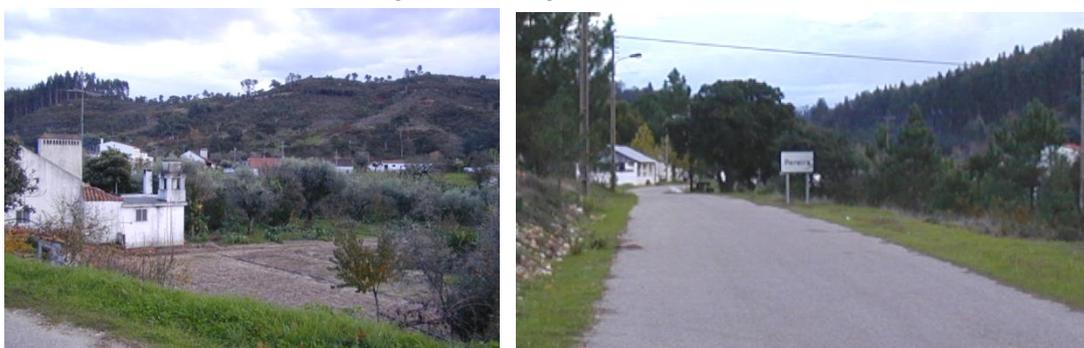
Pereira é um lugar localizado junto ao limite Poente do Concelho, confiante com o município da Chamusca.

Pereira desenvolve-se numa situação de vale, e é marcado por uma grande ruralidade. A ocupação existente é constituídas por moradias unifamiliares isoladas, dispersas, associadas à pequena exploração agrícola de

subsistência e com cultura arvenses. O número máximo de pisos é dois, e o estado de conservação do edificado é maioritariamente regular. Predominam os edifícios de habitação sendo também identificáveis bastantes anexos agrícolas. A localidade é atravessada pela Ribeira de Vale de Mestre que a caracteriza, e pelo tipo de vegetação existente, associada á esta linha de água.

A ocupação ainda que dispersa, ocorre junto ao CM 1199 que estabelece ligação entre Malpique e Pereira.

Fotografia 84 e 85: Aglomerado de Pereira



Importa referir também, que no âmbito do Plano Director Municipal este aglomerado não fo alvo de marcação de perímetro urbano tendo ficado inserido em Reserva Agrícola Nacional e em Reserva Ecológica Nacional, sendo objectivo desta revisão solucionar esta situação.



7. PLANOS, COMPROMISSOS E INTENÇÕES

Neste capítulo é feito um levantamento de todos os instrumentos ou estudos eficazes, em elaboração ou que estão previstos para o território concelhio, são identificados todos os compromissos e intenções previstas para o município de Constância, sendo também efectuada uma análise das pretensões ou sugestões apresentadas.

7.1 PLANOS E ESTUDOS EFICAZES OU EM ELABORAÇÃO NO CONCELHO DE CONSTÂNCIA

No concelho de Constância existem **sete** instrumentos de planeamento **eficazes**:

- Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo;
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo;
- Plano Director Municipal de Constância;
- Plano Geral de Urbanização de Constância;
- Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Constância;
- Plano de Pormenor de Chão da Feira;
- Plano de Pormenor do Loteamento Industrial de Montalvo;

No que se refere a planos em **fase de elaboração/ aprovação**, há a referir o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT). Este plano foi enviado ao Governo para ser submetido à aprovação em Outubro de 2008. Neste momento aguarda-se a sua publicação. As estratégias de base territorial para o desenvolvimento do Oeste e Vale do Tejo, definidas pelo PROT OVT visam o seguinte:

- *“A concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da segurança de pessoas e bens, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território.*
- *A inserção destes territórios nas dinâmicas de afirmação da Região de Lisboa e Vale do Tejo no contexto das grandes regiões capitais europeias e de valorização do seu potencial de interface entre a Europa e o mundo.*
- *A integração, do ponto de vista estratégico, funcional e territorial, do novo aeroporto de Lisboa, enquanto plataforma de mobilidade e motor de desenvolvimento da actividade económica e social, numa perspectiva de afirmação, valorização e estruturação do conjunto da Região.*
- *O desenvolvimento das actividades logísticas e o reforço dos factores de atracção e acolhimento de actividades empresariais, da indústria e dos serviços.*



- *O reforço da competitividade económica e da sustentabilidade ecológica da agricultura, das explorações agrícolas e florestais.*
- *A definição de um modelo sustentável de desenvolvimento turístico que tire partido das singulares condições naturais do Oeste, do Tejo requalificado e da rede urbana valorizada.”*

Apesar de não constituir um plano vinculativo, é de destacar, pela relevância que assume na definição de estratégias e de objectivos de intervenção no contexto local, o Plano Estratégico de Constância – 2015, instrumento com o qual o PDM se deverá coadunar e articular.

Ainda no âmbito dos instrumentos de planeamento e gestão territorial é de referir que foi instituída a **Área Crítica de Reversão Urbanística do Núcleo Histórico da Vila de Constância** (ACCRU) pelo Decreto n.º 50/98, publicado no D.R. n.º 294, I Série B, de 22 de Dezembro, que dispõe já de Plano de Pormenor aprovado (PP de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Constância). A delimitação desta ACCRU teve como principal objectivo impedir a continua degradação do património construído e possibilitar a reabilitação e renovação urbana desta área.

De seguida, faz-se uma análise mais pormenorizada das opções de cada um dos Planos Municipais **em vigor**.

7.1.1 Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo

Os Planos de Bacia Hidrográfica têm por principal objectivo a definição de uma política de planeamento adequada, visando a valorização, a protecção e a gestão equilibrada dos recursos hídricos, assim como a sua correcta articulação com o desenvolvimento regional através da racionalização de usos. Este Plano deve ser entendido como um instrumento dinâmico, susceptível de ser actualizado, tem uma vigência de 8 anos, devendo ser iniciado o processo de revisão no prazo máximo de seis anos. Este Plano sectorial foi ratificado pelo Decreto Regulamentar n.º 18/2001, publicado no D.R., 1ª Série – B de 7 de Dezembro de 2001. O PBH do Tejo abrange uma área de 24 650Km².

7.1.2 Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo

O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo (PROF Ribatejo) foi aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 16/2006, de 19 de Outubro (publicado no D.R. n.º 202, I Série B, de 19.10.2006), vigorando por um período máximo de 20 anos, podendo ser sujeito a alterações periódicas, a efectuar de 5 em 5 anos, tendo em consideração os relatórios anuais da sua execução elaborados pela Direcção-Geral dos Recursos Florestais, ou as alterações intermédias sempre que ocorra algum facto relevante que o justifique. Este Plano é um instrumento de política sectorial, que incide sobre os espaços florestais e visa enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.



O Plano abrange os municípios de Abrantes, Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Ourém, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

O PROF é constituído por um regulamento e um mapa síntese, que identifica as sub-regiões homogéneas, as zonas críticas do ponto de vista da defesa da floresta contra incêndios e da conservação da natureza, a mata modelo que vai integrar a rede regional das florestas modelo, os terrenos submetidos a regime florestal e os corredores ecológicos.

A região do PROF Ribatejo compreende nove sub-regiões homogéneas (Alto Nabão, Bairro, Charneca, Estuário, floresta do Oeste, Floresta dos Templários, Lezíria, Serra de Aire e Sicó-Alvaiázere Sul), sendo que o concelho de Constância encontra-se inserido em três sub-regiões homogéneas: **Floresta dos Templários, Lezíria e Charneca.**

Para a Sub-região homogénea Floresta dos Templários, que abrange a zona Norte do Concelho, o PROF Ribatejo pretende fomentar a multifuncionalidade dos espaços florestais privilegiando as funções de produção, protecção e recreio, enquadramento e estética da paisagem, de modo a prosseguir os seguintes objectivos específicos:

- Reabilitar do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação;
- Rearborizar de áreas ardidas com espécies ecologicamente bem adaptadas e de acordo com as orientações da Comissão Regional de Reflorestação do Ribatejo;
- Diversificar a composição das áreas florestais traduzindo-se na adequada compartimentação das manchas e na melhoria da qualidade da paisagem florestal;
- Compartimentação dos espaços florestais através da implementação da rede primária de faixas de gestão de combustível;
- Diversificar as produções associadas aos espaços florestais;
- Melhorar o estado de conservação das linhas de água;
- Diminuir a erosão dos solos através da manutenção de um coberto vegetal adequado e da adopção de práticas de condução adequadas;
- Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento a actividades de recreio;
- Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infra-estruturas;
- Manter e valorizar a qualidade da paisagem da sub-região através dos espaços florestais.

Para a Sub-região homogénea Lezíria, que abrange a área envolvente ao Rio Tejo, o PROF Ribatejo pretende



fomentar a multifuncionalidade dos espaços florestais privilegiando as funções de protecção, recreio, enquadramento e estética da paisagem conservação e ainda silvopastorícia, caça e pesca, na vertente pesca em águas interiores, a fim de prosseguir os seguintes objectivos específicos:

- Manter e recuperar a vegetação ripícola enquanto elemento importante para as funções de protecção do solo e da água e de conservação da flora e da fauna e para a valorização da paisagem;
- Controlar e erradicar o nemátodo da madeira do pinheiro (NMP), nomeadamente: (1) Implementação de uma estratégia de reflorestação com utilização de espécies não hospedeiras do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP); (2) Implementação de uma estratégia de comunicação e sensibilização sobre o nemátodo da madeira do pinheiro (NMP); (3) Inspeccionar e avaliar o estado da floresta de coníferas em áreas de risco pré definidas - nemátodo da madeira do pinheiro (NMP); (4) Garantir a utilização da metodologia de prospecção do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP) da União Europeia; e (5) Não subvencionar projectos à base de pinheiro-bravo;
- Manter e valorizar da qualidade da paisagem da sub-região através dos espaços florestais;
- Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infra-estruturas;
- Melhorar o estado de conservação dos habitats classificados importantes para a conservação da natureza;
- Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento a actividades de recreio;
- Fomentar e ordenar a actividade piscícola desportiva;
- Manter das populações de espécies piscícolas em níveis adequados.

Para a Sub-região homogénea Charneca, que abrange apenas a zona Sul do Concelho, o PROF Ribatejo pretende fomentar a multifuncionalidade dos espaços florestais, privilegiando as funções de produção, silvopastorícia, caça e pesca e protecção, e define os seguintes objectivos específicos:

- Recuperar as áreas ardidas de acordo com as orientações estratégicas definidas pela Comissão Regional de Reflorestação do Ribatejo;
- Reabilitação do potencial produtivo silvícola através da reconversão/beneficiação de povoamentos com produtividades abaixo do potencial ou mal adaptados às condições ecológicas da estação;
- Compartimentar os espaços florestais, nomeadamente através da rede primária de faixas de gestão do combustível aprovadas pela Comissão Regional de Reflorestação do Ribatejo;
- Melhorar o estado fitossanitários dos povoamentos florestais de modo a não comprometer a sua produtividade e perpetuidade;
- Controlar e erradicar o nemátodo da madeira do pinheiro (NMP), nomeadamente: (1) Implementação de uma estratégia de reflorestação com utilização de espécies não hospedeiras do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP); (2) Implementação de uma estratégia de comunicação e sensibilização sobre o nemátodo da madeira do pinheiro (NMP); (3) Inspeccionar e avaliar o estado da floresta de coníferas em



áreas de risco predefinidas - nemátodo da madeira do pinheiro (NMP); (4) Garantir a utilização da metodologia de prospecção do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP) da União Europeia; e (5) Não subvencionar projectos à base de pinheiro-bravo;

- Promover a regeneração natural do montado;
- Melhorar o estado de conservação das linhas de água;
- Diminuir a erosão dos solos através da manutenção do coberto vegetal e adopção de práticas adequadas;
- Promover o aproveitamento de biomassa para energia a partir dos resíduos de exploração e resultantes da manutenção das faixas de gestão de combustível;
- Aumentar o contributo da actividade cinegética para o rendimento global das explorações agro-florestais: (1) Melhorar a gestão da actividade cinegética e a sua compatibilização com outras funções dos espaços florestais; (2) Manter/aumentar as densidades das populações de espécies cinegéticas; (3) Diversificar as produções associadas aos espaços florestais; (4) Promover a actividade (agro)-silvo-pastoril como forma de diversificação das produções; (5) Melhorar a gestão das áreas (agro)-silvo-pastoris e a conciliação das diferentes funções dos espaços florestais; e (6) Aumentar a área sujeita à actividade (agro)-silvo-pastoril.

A concretização dos objectivos específicos desenvolvidos para cada sub-região homogénea é alcançada através da implementação de um conjunto de medidas de intervenção comuns ao Ribatejo e de medidas de intervenção específicas para cada uma das sub-regiões homogéneas, expressas no PROF - Ribatejo.

No domínio da defesa da floresta contra incêndios o Plano identifica, demarca e procede ao planeamento próprio das zonas críticas. É na sequência das orientações do PROF-Ribatejo relativamente a esta temática que surge o Plano Municipal de Defesa da Floresta, em fase de adaptação às orientações da DGRF.

7.1.3 Plano Director Municipal de Constância

O Plano Director Municipal de Constância foi ratificado por Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/94 de 24 de Setembro de 1993, publicada no D.R. n.º 5/94, Série I-B, de 7 de Janeiro de 1994⁵¹.

Antes de mais, é necessário identificar os objectivos que estiveram subjacentes à elaboração do actual PDM. Como vectores de desenvolvimento foram identificados a justiça social, o desenvolvimento urbano, o progresso económico, a qualidade de vida das populações, a preservação dos valores patrimoniais e a transparência na

⁵¹ Parcialmente alterado com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2000 de 9 de Agosto de 2000, publicada no D.R. n.º 183/2000, Série I-B, de 29 de Dezembro 1999.



gestão autárquica, tendo como **base o potencial turístico, a promoção e a criação de factores de atracção relativamente ao exterior, assim como a fixação da população local.**

Como factores determinantes na prossecução deste objectivo, tem-se:

- Modernização e Reestruturação da Economia Concelhia;
 - Contrariar o desequilíbrio económico-espacial Norte/Sul;
 - Continuar a apoiar e estimular a produção industrial a apostar na criação de incentivos à implantação de unidades diversificadas e não poluentes;
 - Promoção do emprego e formação profissional;
 - Continuar a incentivar a produção agrícola;
 - Promoção cultural associada ao desenvolvimento turística;
- Funcionalidade da Rede Urbana;
 - Diversificação e qualificação do comércio e dos serviços;
 - Melhoria dos níveis de cobertura em equipamentos colectivos;
 - Supressão das carências habitacionais e incentivo à produção turístico.
 - Melhoria dos Níveis de Cobertura das Infra-estruturas Básicas;
 - Manutenção e Qualificação da Rede Viária e dos Transportes Públicos;
- Defesa e Preservação do Património;
 - Preservação e recuperação do património arquitectónico;
 - Preservação e valorização do património ambiental e paisagístico;
 - Promoção e aproveitamento racional e equilibrado do solo.

Alguns dos objectivos foram já sendo concretizados, sendo de destacar:

- A implementação do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Constância, aprovado em Assembleia Municipal (Portaria n.º 673/94, de 20 de julho), em 24 de Setembro de 1993, têm servido de suporte orientador e legal na gestão territorial do centro histórico.
- O recurso ao REHABITA, recuperação habitacional em áreas urbanas antigas, criado pelo D.L. n.º 105/96 de 31 de Julho, veio contribuir para a franca recuperação do parque habitacional do núcleo histórico de Constância, classificado como área crítica de recuperação e reconversão urbanística pelo Decreto n.º 50/98 de 22 de Dezembro;
- A implementação do Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e Zêzere, no âmbito geral decorreram diversas obras de carácter paisagístico nomeadamente de regularização das margens dos rios Tejo e Zêzere e de arranjos exteriores, a implementação de um parque de campismo, a construção de um anfiteatro e de um cais fluvial. Ainda no âmbito deste plano foram introduzidas



melhorias ao nível do tratamento dos resíduos, através da construção de uma estação de bombagem subterrânea e de um emissário subaquático a cruzar o Tejo, que permite enviar as águas residuais e pluviais para a outra margem, a fim de serem tratados na estação de tratamento da fábrica da Companhia de Celulose do Caima;

- A construção de novos equipamentos colectivos (piscina coberta, recuperação do Cine-Teatro, Biblioteca Municipal, entre outros.);
- Introdução de melhorias ao sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos.

Em termos genéricos, as acções enunciadas foram concretizadas, sendo apenas de referir que a Promoção e Divulgação do concelho de Constância associada à Função Turística, não teve o impacte que seria desejado atendendo à franca vocação deste território.

Para além das questões comuns a todas as revisões dos PDM's, como a adequação à legislação em vigor, às novas bases cartográficas actualizadas e em suporte digital, às mais recentes orientações para o ordenamento do território e a adequabilidade à nova realidade, decorridos que estão 9 anos sobre ratificação deste PDM, importa salientar os aspectos que especificamente respeitam a este concelho e que estão subjacentes à sua revisão.

- Resolver situações conflitantes com as condicionantes e os usos do solo existentes;
- Ajustar os Perímetros Urbanos à realidade actual e às tendências de crescimento e procura verificadas. Nesta matéria, para além dos ajustes, resultantes do maior rigor permitido pela escala de trabalho e pelos levantamentos cartográficos actualizados, salientam-se alguns aspectos:
 - Retirar dos perímetros os espaços que não devem ser edificados;
 - Salvaguardar as linhas de água que atravessam os aglomerados urbanos
- Introduzir alterações ao Regulamento;
- Compatibilizar e articular o PDM de Constância com os outros Planos de Ordenamento eficazes e em elaboração;
- Especificar um modelo estratégico de desenvolvimento que estabeleça acções distintas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado das diferentes áreas do concelho, tendo em atenção as mudanças operadas nos últimos anos.

7.1.4 Plano Geral de Urbanização de Constância

O Plano Geral de Urbanização é de 1977(ratificado no D.R. n.º 299, II Série, de 18 de Dezembro de 1977 e alterado pela Declaração publicada no D.R. n.º 249, II Série, de 29 de Outubro de 1991, pela Portaria n.º 291/93,



publicada no D.R. n.º 61, I Série B, de 1993 e pela declaração de rectificação n.º 12/93, publicada no D.R. n.º 151/93, I Série B, 5º suplemento de 19 de Junho), e encontra-se presentemente muito desactualizado, não existindo já zonas de expansão dentro do perímetro nele definido, pelo que a Câmara Municipal pretende este plano fique suspenso com a aprovação da revisão do PDM.

7.1.5 Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Constância.

O Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Constância, tem como objectivo orientar e controlar a preservação e recuperação da zona abrangida pelo plano nomeadamente o núcleo histórico de Constância, definindo os principais parâmetros orientadores das acções a implementar. Este Plano foi ratificado pela Portaria n.º 673/94, publicado no D.R., 1ª Série – B de 20 de Julho de 1994.

7.1.6 Plano de Pormenor de Chão da Feira

O Plano de Pormenor de Chão da Feira, publicado no D.R. n.º 77, II Série, de 1 de Abril de 1992, foi elaborado pela Câmara Municipal, tendo já sido implementado. O projecto previa a construção de Habitação a custos controlados para substituição dos pré-fabricados existentes em Chão da Feira, tendo sido construídos 30 fogos destinados a habitação, distribuídos por edifícios dispostos em banda de 2 pisos. Este Plano encontra-se em fase de alteração.

7.1.7 Plano de Pormenor do Loteamento Industrial de Montalvo

O Plano de Pormenor do Loteamento Industrial de Montalvo foi ratificado com a publicação do D.R. n.º 301, II Série, de 31.12.1991, alterada pela publicação do D.R. n.º 260, II Série, de 10.11.1995. É opção da autarquia suspender este PP no seguimento da aprovação da revisão do PDM.

7.2 ESTUDOS E PROJECTOS

O Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e Zêzere foi elaborado pelo GAT de Abrantes, e constitui uma proposta de ordenamento da zona ribeirinha da vila de Constância, desenvolvendo-se numa extensão de 1000 metros. Este plano encontra-se em implementação tendo já sido concretizados parte dos objectivos definidos. A coordenação foi promovida pelo Ministério do Ambiente e previa concretamente:

- A estabilização e consolidação das margens dos rios;
- A consolidação e recuperação da Muralha da antiga torre Medieval;
- A construção de um cais fluvial;
- A construção de um açude galgável no rio Zêzere, para a criação de uma praia fluvial estável para a prática de actividades desportivas e lúdicas.

Destas componentes apenas a construção do açude galgável ainda não foi concretizada.



No âmbito dos projectos, refira-se o projecto do Parque Ambiental de Santa Margarida (PASM), um projecto de origem municipal, integrado num programa mais vasto, o do Parque Almourol. O PASM é um espaço de 6 hectares de fruição e lazer, que contempla informação e formação ambiental. No seu programa integra uma ecoteca, espaços de Lazer, espaços didácticos e diversas actividades. Este projecto já está implementado.

7.3 COMPROMISSOS E INTENÇÕES

Além dos PMOT e estudos referidos e da existência de diversos loteamentos aprovados e em apreciação, identificados na respectiva peça desenhada, foram identificadas as soluções viárias previstas para o concelho, designadamente, a Nova travessia do Rio Tejo, que na sequencia da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) deverá adoptar as soluções C ou D, e a Variante à EN118, situada junto ao limite com o Concelho de Abrantes.

7.4 PRETENSÕES RESULTANTES DA CONSULTA PÚBLICA

A legislação em vigor (D.L. n.º 380/99 de 22 de Setembro) no âmbito dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, consagra a participação pública dos cidadãos no processo de planeamento, devendo para tal a Câmara Municipal facilitar o acesso de todos os interessados aos elementos relevantes para que possam conhecer o estado dos trabalhos e formular sugestões. Dentro desta filosofia, a revisão do PDM terá que ser também precedida de uma consulta pública. Embora a participação pública seja um direito, o nível geral de participação dos portugueses em movimentos sociais ainda é muito baixo. Neste contexto, foram apresentadas à Câmara Municipal algumas pretensões particulares sugerindo a mudança de classe de espaço (a sua identificação consta na respectiva peça desenhada e no anexo a este relatório).

7.5 SÍNTESE CONCLUSIVA

Testemunhando a ocupação humana desde a pré-história, e passando por todas as vicissitudes e transformações resultantes da humanização do território ao longo dos séculos, o concelho de Constância, apresenta hoje, essencialmente, duas tipologias de povoamento:

- Aglomerados de características mais nucleadas;
- Aglomerados de formação linear.

As expansões, na maioria dos casos, assumem formas lineares, que, numa primeira fase, conduziram ao prolongamento ao longo das vias que atravessam o aglomerado, numa segunda fase, deram origem a um micro sistema menos denso na envolvente dos núcleos orgânicos (mais concentrados e de ruas mais estreitas) e, finalmente, induziram a uma ocupação espontânea e dispersa. As zonas de expansão recentes, desenvolveram-se marginalmente aos núcleos primitivos, ou ao longo dos principais acessos. Estas situações conduzem à



existência de espaços no interior dos perímetros que acabam por ficar ao abandono.

Em traços gerais, não houve lugar a grandes transformações, sendo que foi na Vila de Constância que se verificou um maior crescimento, caracterizado essencialmente pela construção de moradias unifamiliares e no aglomerado de Montalvo, com a construção de edifícios de habitação colectiva de 5 pisos, de volumetras e cérceas excessivas atendendo às características predominantemente rurais do aglomerado. Relativamente à preservação e valorização do centro histórico de Constância, em consequência da implementação do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização, verifica-se uma **melhoria significativa** ao nível da requalificação do edificado e do espaço público.

A **dinâmica de construção** tem vindo a crescer nos últimos anos, Constância pela sua localização e melhoria em termos de acessibilidades, têm vindo a ser alvo de procura para a aquisição de 2ª habitação, razão pela qual a preferência recai pela tipologia de moradias unifamiliares.

O crescimento que o aglomerado de Constância têm verificado assenta essencialmente na construção de loteamentos urbanos de dimensões significativas que têm subjacente os planos de ordenamento que se encontram em vigor contribuindo para um crescimento controlado.

Relativamente aos restantes aglomerados detectam-se como principais debilidades do povoamento a que urge dar solução, a fragmentação do espaço urbano envolvente aos aglomerados e consequentemente o desenvolvimento dos aglomerados ao longo dos arruamentos.

No que respeita aos **instrumentos de planeamento** importa salientar a existência e/ou a elaboração de diversos Planos Municipais de Ordenamento do Território que devem ser considerados no presente Plano. No Total contabilizam-se sete Planos com acção no concelho (o PBH do Tejo, o PROF Ribatejo, o PDM, o PGU de Constância, PP de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Constância, o PP do Chão da Feira e o PP do Loteamento Industrial de Montalvo). É, também, de salientar que o PROT OVT encontra-se em fase de aprovação, que o Plano Estratégico de Constância – 2015 está concluído e que se encontra instituída a ACRRU do núcleo histórico da vila de Constância.

No âmbito das **pretensões apresentadas durante a consulta pública**, é importante referir a fraca participação da população e que apesar da sua importância enquanto elemento dinamizador do processo de planeamento e de aproximação do Plano às necessidades da população. Todavia, destaca-se que não há qualquer obrigatoriedade na aceitação ou na aplicação destas pretensões.



8. HABITAÇÃO

8.1 INTRODUÇÃO

A questão habitacional é um dos principais factores que levam à transformação do território, daí que, já os Decretos-Lei n.º 69/90, de 2 de Março e o n.º 211/92, de 8 de Outubro, que regulavam os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), definiam, como um dos objectivos destes Planos, " determinar as carências habitacionais, enquadrando as orientações e soluções adequadas no âmbito da política de habitação " (Art.º 5º, n.º 2, alínea C).

De acordo com a actual legislação (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro), "o *Plano Director Municipal estabelece o modelo de estrutura espacial do território municipal, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local prosseguida, (...)*" (Artº 84º, n.º1), no âmbito da qual deverá enquadrar-se a política de habitação do município.

Mais à frente, o mesmo diploma explicita, no artigo relativo ao conteúdo material do Plano, que o "*Plano Director Municipal define um modelo de organização municipal do território, nomeadamente estabelecendo: (...) i) a definição de programas na área habitacional; (...)*" (Artº 85º do mesmo diploma).

Não sendo tão pormenorizado, em termos de conteúdo nesta matéria, o actual diploma tem implícito, contudo, o cálculo das carências habitacionais, bem como a estimativa das necessidades previsíveis no período de vigência do Plano, pois só em função daquelas se poderão definir os programas habitacionais, mencionados no Art.º 85º do DL n.º 380/99, de 22 de Setembro.

Neste contexto, as características da problemática da habitação combinadas com o quadro legal e administrativo das actuações autárquicas nesta matéria e com as normas estabelecidas no DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, recomendam que os PDM's desenvolvam os respectivos conteúdos baseando-se em três pontos essenciais:

1. Caracterização da situação - O objectivo desta componente é o de reunir, de forma operacionalizável, o conjunto de informações sobre as situações e os processos definidores da situação existente, nomeadamente na vertente das situações de carência.
2. Estimativa dos parâmetros de planeamento - Os parâmetros de planeamento destinam-se a estabelecer o enquadramento quantificado da intervenção camarária no sector da habitação. Eles fazem a articulação entre o estudo da situação existente e a definição das medidas a tomar com base nos instrumentos disponíveis e nas necessidades previsíveis no período de vigência do Plano.
3. Orientação e medidas de política (definição de programas). - Esta componente consiste na



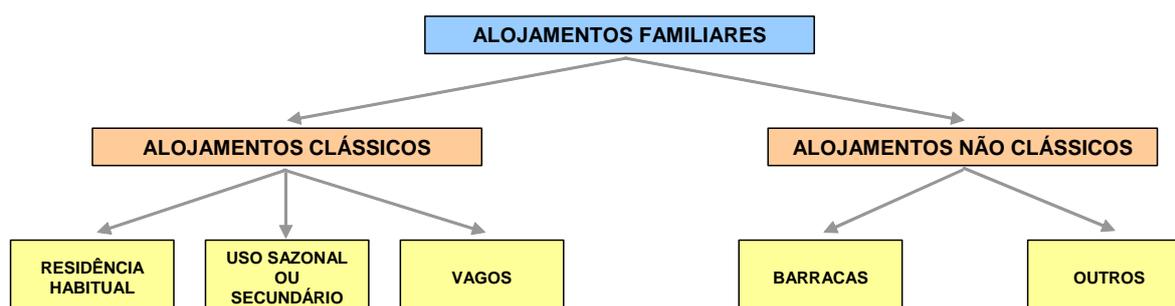
apresentação de propostas/programas ao nível da política de habitação, da produção de habitação social, da reabilitação do parque existente, etc..

O presente Relatório (1ª fase do PDM) integra o ponto 1 - Caracterização da Situação. Dentro deste capítulo autonomizam-se dois sub-capítulos:

1. O Parque Habitacional: Indicadores Fundamentais de Diagnóstico, que aborda os seguintes temas:
 - a) População, alojamentos, famílias, edifícios e indicadores médios de ocupação;
 - b) Épocas de construção e dinâmicas de crescimento;
 - c) Tipo de alojamentos, formas de ocupação e edifícios segundo o número de pisos;
 - d) Condições de habitabilidade;
2. Avaliação das Carências Habitacionais, onde é sistematizado e sintetizado, de forma operacional, o conteúdo do ponto anterior e onde são quantificadas as carências habitacionais, por freguesia.

No Relatório final serão tratados os dois outros pontos, nomeadamente a Estimativa dos Parâmetros de Planeamento e as Orientação e Medidas de Política (definição de programas). Será nesse momento que, com base nas carências actuais e nas necessidades estimadas para o horizonte do Plano, se indicará o número previsível de alojamentos que será necessário edificar nos próximos dez anos em Constância e se identificarão os programas mais adequados para a sua concretização.

O presente capítulo integra já os Resultados Definitivos do XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, cujas designações mais comuns se apresentam de seguida:



NOTAS:

Alojamentos Familiares (Total) = Alojamentos Clássicos + Alojamentos Não Clássicos.

Alojamentos das Famílias Residentes = Alojamentos de Residência Habitual + Alojamentos Não Clássicos.

Alojamentos Familiares Ocupados = Alojamentos de Residência Habitual + Aloj. de Uso Sazonal ou Secundário.



A abordagem realizada neste capítulo foi, tanto quanto possível, dirigida aos objectivos a atingir, embora a informação disponível nem sempre esteja adaptada à análise aprofundada da problemática habitacional. Tanto por um motivo, como pelo outro, sugere-se que se considere, sobretudo, o cálculo das carências habitacionais estruturalmente indicativo.

8.2 O PARQUE HABITACIONAL: INDICADORES FUNDAMENTAIS DE DIAGNÓSTICO

8.2.1 População, alojamentos, famílias, edifícios e indicadores médios de ocupação

População e Alojamentos

O parque habitacional do concelho de Constância era constituído, em Março de 2001, por 1898 alojamentos que albergavam 3815 pessoas, dos quais cerca de 70% era ocupado como residência habitual. Relativamente à década anterior registou-se um incremento de 124 novos alojamentos (7%) e uma perda populacional de 355 indivíduos (-8,5%).

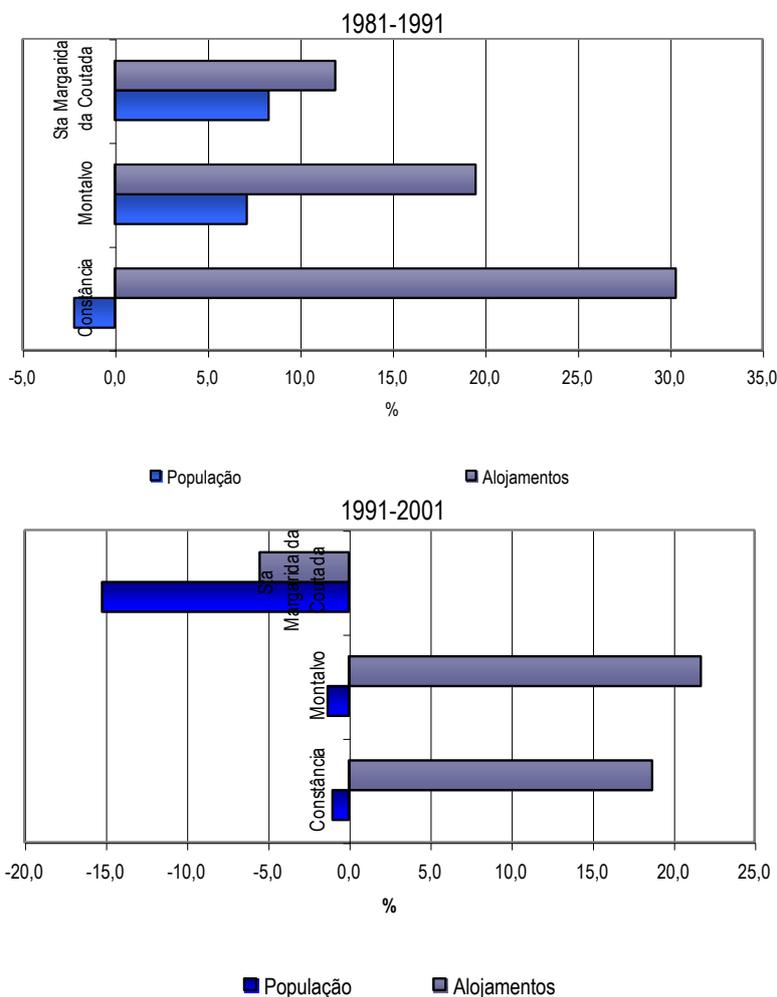
No contexto regional e em termos de evolução recente, o concelho de Constância apresenta dinâmicas demográficas e habitacionais inferiores às registadas pelo Médio Tejo. Com efeito, na década de 90, enquanto Constância reduz o seu efectivo populacional em 8,5%, o Médio Tejo regista um incremento de 2%. Ao nível do parque de alojamentos, não obstante Constância ter apresentado um crescimento positivo (7%), este foi, contudo, inferior em metade ao crescimento registado pelo Médio Tejo (14,2%).

A análise da evolução por freguesia põe em evidência a freguesia de Santa Margarida da Coutada na medida em que ela é a principal responsável pelos resultados do Concelho. Com efeito, tanto a nível demográfico (perdeu 332 pessoas), como a nível habitacional (perdeu 50 alojamentos), o peso destes indicadores é fundamental no conjunto concelhio, já que tanto a freguesia de Constância como a de Montalvo contribuíram para o crescimento do parque habitacional (+ 93 fogos em Constância e mais 81 fogos em Montalvo). Por outro lado, a nível demográfico, embora estas duas freguesias tivessem perdido alguns efectivos, entre 1991 e 2001, essa perda foi irrelevante (9 pessoas em Constância e 14 em Montalvo).

São estes fenómenos que estão ilustrados nas figuras seguintes, onde se contrapõe, para cada uma das décadas e por freguesia, o crescimento relativo da população versus crescimento dos alojamentos.



Figura 48: Evolução da população e dos alojamentos, por freguesia, entre 1981 e 2001 (%)



Fonte: INE - Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1981, 1991, 2001

Quadro 59: População e Alojamentos por freguesia, em 1981, 1991 e 2001

Freguesias	População					Alojamentos				
	1981	1991	2001	Tx.Var 81/91 (%)	Tx.Var 91/01 (%)	1981	1991	2001	Tx.Var 81/91 (%)	Tx.Var91/2001 (%)
Constância	909	889	880	-2,2	-1,0	333	434	515	30,3	18,7
Montalvo	1022	1095	1081	7,1	-1,3	359	429	522	19,5	21,7
Sta Margarida	2018	2186	1854	8,3	-15,2	814	911	861	11,9	-5,5
Concelho	3949	4170	3815	5,6	-8,5	1506	1774	1898	17,8	7,0
Médio Tejo*	229428	221419	226090	-3,5	2,1	-	106830	121973	-	14,2

* Aos dados de 1991 foi retirado o concelho Gavião, uma vez que este concelho, durante a década de 90, deixou de pertencer a esta NUT, de modo a que a análise evolutiva pudesse ser realizada correcta e comparativamente.

Fonte: INE - Portugal, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1981, 1991 e 2001



Famílias

Nas duas últimas décadas são evidentes a diminuição da dimensão média das famílias e uma tendente alteração da estrutura familiar. Estes fenómenos não são particulares do concelho de Constância, mas são extensíveis à generalidade do território nacional.

A análise destas alterações é tanto mais importante quanto se sabe que estes fenómenos têm implicações óbvias na produção de habitação.

As alterações da dimensão média das famílias tiveram tradução, na década de 90, num crescimento mais rápido do número de famílias do que do número de habitantes. Com efeito, no concelho de Constância, as famílias cresceram, entre 1991 e 2001, cerca de 0,3%, enquanto que em termos de indivíduos, a variação foi de -8,5%.

Na região Médio Tejo, e à semelhança do que já aconteceu com a população e com os alojamentos, as famílias cresceram a um ritmo bastante superior (10,1%) ao registado pelo concelho de Constância.

Quadro 60: Variação das Famílias e da sua dimensão média entre 1981 e 2001

	Famílias 1981	Famílias 1991	Famílias 2001	Tx. Var.81/91	Tx. Var.91/2001	Pess./Famíl. 1981	Pess./Famíl. 1991	Pess./Famíl 2001
Constância	289	301	323	4,2	7,3	3,1	3,0	2,7
Montalvo	299	361	384	20,7	6,4	3,4	3,0	2,8
Sta Margarida	662	734	683	10,9	-6,9	3,0	3,0	2,7
Concelho	1250	1396	1400	11,7	0,3	3,2	3,0	2,7
Médio Tejo*	-	75990	83636	-	10,1	-	2,9	2,7

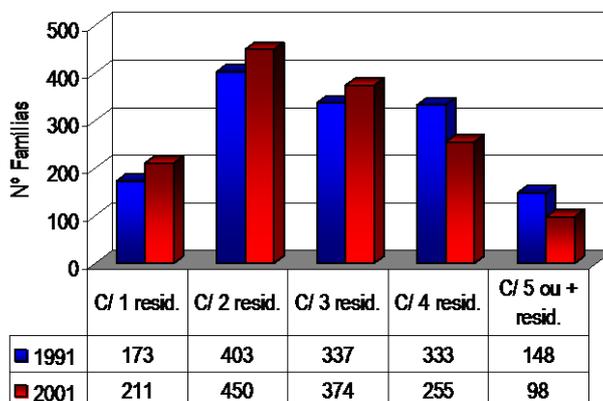
* Aos dados de 1991 foi retirado o concelho Gavião, uma vez que este concelho, durante a década de 90, deixou de pertencer a esta NUT, de modo a que a análise evolutiva pudesse ser realizada correcta e comparativamente.

Fonte: INE - Portugal, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1981, 1991 e 2001

O acréscimo das taxas de divórcio, bem como a crescente tendência para a constituição de famílias sem núcleo (apenas um indivíduo) são as explicações mais óbvias para este fenómeno. Efectivamente, no concelho de Constância as famílias com um indivíduo cresceram 22% na década de noventa.

A figura seguinte traduz claramente a evolução ao nível da dimensão das famílias em apenas uma década, em que se evidencia um claro aumento das famílias mais reduzidas (com entre 1 e 3 indivíduos) ao contrário do que acontece com as famílias numerosas, em que se verificou a diminuição, em um terço, do número de famílias com cinco e mais pessoas (33,8%).

Figura 49: Evolução do número de famílias segundo a sua dimensão, entre 1991 e 2001



Fonte: INE – Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e da IV da Habitação 2001

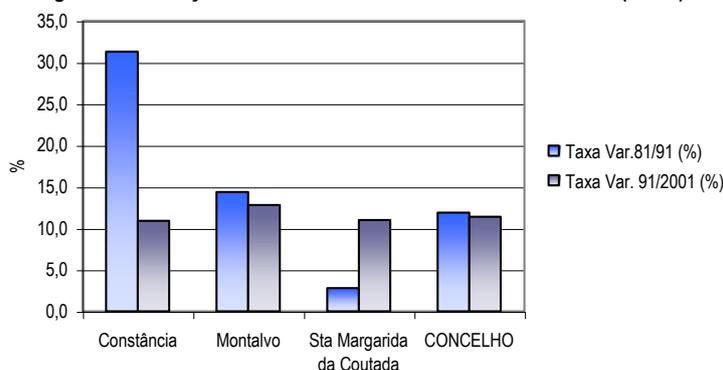
O diferencial de crescimento entre o número de famílias e o número de pessoas, no concelho de Constância traduziu-se, em apenas duas décadas, na passagem de 3,2 pessoas/família, em 1981, para 2,8 pessoas/família, em 2001.

Para se compreender o efeito que esta diminuição da dimensão média das famílias tem na produção de habitação, refira-se o seguinte exemplo: se, em 1981, para um universo de 1000 pessoas eram necessários 313 alojamentos, em 2001, seriam necessários, para o mesmo universo, mais 44, ou seja, 357 alojamentos.

Edifícios

Em 2001, o concelho de Constância detinha um parque edificado composto por 1688 edifícios tendo registado, relativamente a 1981, um incremento de 25% (334 edifícios). Nestas últimas duas décadas, o peso da nova construção de edifícios é idêntico, rondando os 11%.

Figura 50: Evolução do número de edifícios entre 1981 e 2001 (em %)



Fonte: INE - Portugal, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1981, 1991 e 2001



O crescimento dos edifícios (11,4%) entre 1991 e 2001, faz-se a um ritmo superior aos dos alojamentos (7,0%), o que significa que nestes últimos 10 anos, muitos dos edifícios construídos destinaram-se a outras funções que não a habitacional.

Quadro 61: Evolução dos Edifícios entre 1981 e 2001

Freguesias	1981	1991	2001	Taxa Var. 81/91 (%)	Taxa Var. 91/2001 (%)
Constância	294	386	428	31,3	10,9
Montalvo	341	390	440	14,4	12,8
Santa Margarida	719	739	820	2,8	11,0
Concelho de Constância	1354	1515	1688	11,9	11,4

Fonte: INE - Portugal, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1981, 1991 e 2001

Indicadores médios de ocupação

Os níveis de ocupação dos alojamentos podem ser, genericamente, avaliados, a partir de indicadores médios. Assim, o concelho de Constância, registando valores médios aproximados à Região em que se insere, apresentava, em 2001, 1,0 família por alojamento, 2,7 pessoas por alojamento, 0,6 pessoas por divisão e 4,5 divisões por alojamento. Estes indicadores são determinados com base nos alojamentos clássicos ocupados como residência habitual, por famílias clássicas.

Representando valores médios, estes indicadores escondem, obviamente, algumas situações críticas, nomeadamente situações de famílias que partilham o mesmo alojamento, bem como a existência de alojamentos superlotados, como se terá oportunidade de observar mais adiante.

Quadro 62: Indicadores Médios de Ocupação, no concelho de Constância, em 2001

Indicadores Unidade geográfica	Divisões/ Alojamento		Famílias/ Alojamento		Pessoas/ Alojamento		Pessoas/ Divisão	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Concelho de Constância	4,3	4,5	1,0	1,0	3,0	2,7	0,7	0,6
Médio Tejo	4,6	4,8	1,0	1,0	2,9	2,7	0,6	0,6
Lisboa e Vale do Tejo (1991) Centro (2001)	4,2	4,9	1,0	1,0	3,0	2,8	0,7	0,6

Fonte: INE - Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001

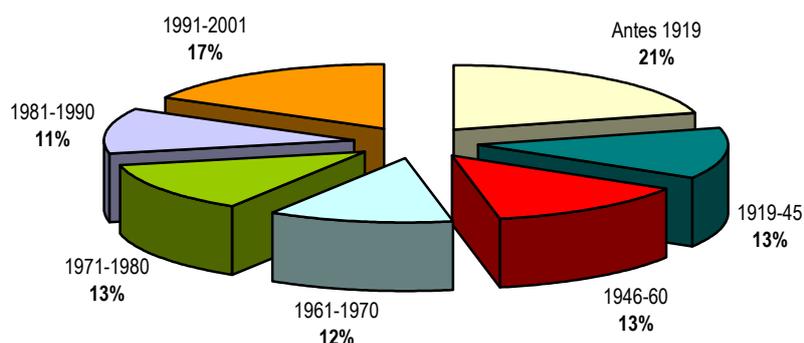
8.2.2 Épocas de construção e dinâmicas de crescimento

A evolução do parque edificado do concelho de Constância (1688 edifícios, em 2001) tem sido marcada por distintas dinâmicas ao longo dos anos. Desde a sua origem até à década de 60, foram construídos quase metade (47%) dos edifícios contabilizados em 2001 (edifícios de habitação, de comércio e serviços e mistos).



Não obstante a regressão demográfica ocorrida nos anos 90, esta década é a que registou o maior incremento (17%) do parque edificado (cf. Quadro).

Figura 51: Edifícios segundo a época de construção, no concelho de Constância (em %) em 2001



Fonte: INE - Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001

Através do Quadro seguinte é possível verificar que as épocas de construção dos edifícios do concelho de Constância são diferenciadas das da região em que se insere, traduzindo essa diferença uma maior juventude do parque edificado da região (50% dos edifícios da região Médio Tejo são posteriores a 1970 contra 41% do concelho de Constância).

Quadro 63: Edifícios segundo a época de construção, no concelho de Constância, 2001 (em %)

Freguesias	Edifícios	Antes 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2001
Constância	428	30.6	3.5	3.3	9.8	21.7	8.2	22.9
Montalvo	440	23.2	14.8	10.0	5.2	12.5	14.5	19.8
Sta Margarida da Coutada	820	14.6	16.3	20.6	16.5	8.5	10.9	12.6
Concelho de Constância	1688	20.9	12.7	13.4	11.8	12.9	11.1	17.1
Médio Tejo *	98135	8.4	14.7	14.4	12.8	15.8	17.3	16.7

* Aos dados de 1991 foi retirado o concelho Gavião, uma vez que este concelho, durante a década de 90, deixou de pertencer a esta NUT, de modo a que a análise evolutiva pudesse ser realizada correcta e comparativamente.

Fonte: INE - Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001

Outros dados, obtidos a partir do quadro dos edifícios segundo a época de construção, nomeadamente o número de edifícios construídos por ano, tanto no Constância como na região Médio Tejo, evidenciam uma dinâmica claramente superior da região, relativamente à verificada no concelho de Constância. Assim os valores seguintes informam da posição de Constância em relação à média do espaço geográfico em que se insere, em que Constância apresentou, desde sempre, um ritmo de construção de edifícios largamente inferior ao ritmo da região Médio Tejo. Só entre 1991 e 2001 essa diferença foi a seguinte: 29 edifícios/ano no concelho de Constância contra 164 edifícios/ano no Médio Tejo.



Período	Edifícios/Ano no concelho de Constância	Média de Edifícios/Ano no Médio Tejo
1919 – 1945	8	55
1946 – 1970	18	111
1971 – 1990	21	181
1991 – 2001	29	164

8.2.3 Tipo de alojamentos, formas de ocupação e edifícios segundo o número de alojamentos

Tipo de alojamentos

O parque habitacional do concelho de Constância é constituído, quase na totalidade, por alojamentos clássicos sendo insignificante o número de barracas e outros alojamentos improvisados (7 e 4, respectivamente).

Este cenário, referindo-se aos quantitativos em questão, é aproximadamente idêntico ao registado uma década antes (em 1991, existiam 3 barracas e 5 situações de improvisação), sendo certo que este fenómeno é irrelevante no contexto global (cf. Quadro). No entanto, falar-se em alojamentos clássicos não quer dizer forçosamente que existam condições dignas de habitabilidade, como adiante se verá.

Quadro 64: Tipo de Alojamentos, 1991 e 2001

Freguesias	Alojamentos Clássicos		Barracas		Outros		Total	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Constância	432	513	0	0	1	2	433	515
Montalvo	427	518	0	2	0	2	427	522
Sta Margarida da Coutada	894	856	3	5	4	0	901	861
Concelho de Constância	1753	1887	3	7	5	4	1761	1898

Fonte: INE - Portugal, Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, 1991 e 2001

Formas de Ocupação

A residência habitual é obviamente predominante (70%), no entanto, tem alguma relevância o peso dos alojamentos vagos (17%), sendo que os alojamentos com uso sazonal ou secundário representam apenas 13% (240 fogos).

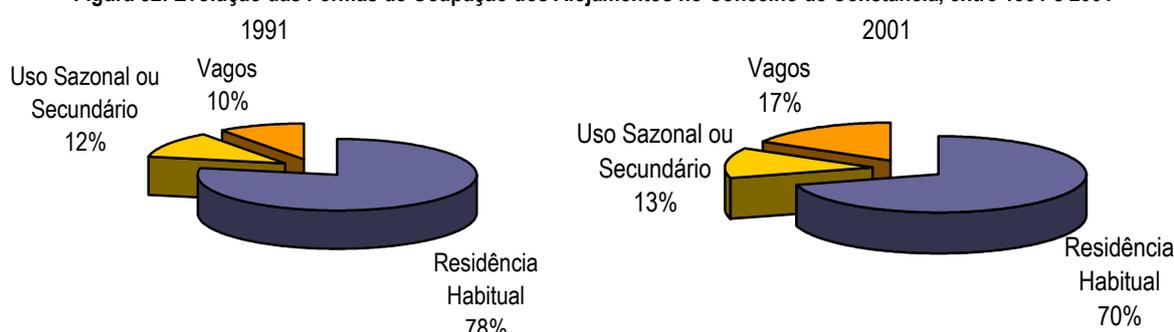
Este facto (sobretudo a importante dimensão dos fogos vagos e o seu aumento no espaço da última década (em 1991, os alojamentos vagos representavam 10% e, em 2001, esse valor ascendeu para 17%), encontra justificação na efectiva perda de capacidade de fixação e atracção que o concelho de Constância revelou na década de 90 (relembre-se que o saldo migratório foi de aproximadamente três centenas de indivíduos), contrariamente o que tinha sucedido na década anterior.



Ao aumento dos fogos vagos correspondeu uma diminuição (relativa) dos fogos de residência habitual (passou de 78%, em 1991, para 70%, em 2001), tendo em conta que os alojamentos de uso sazonal ou terciário mantiveram o seu peso.

O contexto regional, nesta matéria, é substancialmente diferenciado do concelho de Constância, na medida em que é muito maior o peso dos alojamentos de uso sazonal ou secundário (21%) e bastante menor o peso dos fogos vagos (12%).

Figura 52: Evolução das Formas de Ocupação dos Alojamentos no Concelho de Constância, entre 1991 e 2001



Fonte: INE - Portugal, Censos 91 e 2001

Internamente, as freguesias de Montalvo e de Santa Margarida da Coutada têm uma estrutura idêntica ao concelho em termos das formas de ocupação, destacando-se, porém, a freguesia de Constância, por apresentar um peso de fogos vagos superior ao do concelho, bem como a residência habitual, um peso substancialmente inferior.

Quadro 65 : Formas de Ocupação dos Alojamentos Clássicos, entre 1991 e 2001 (em %)

Freguesias	Residência Habitual		Uso Sazonal ou Secundário *		Vagos		Total Alojamentos (N°)	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Constância	69,2	62,2	1,5	17,3	15,3	20,5	432	513
Montalvo	82,2	70,7	11,5	13,9	6,3	15,4	427	518
Sta Margarida da Coutada	80,3	75,5	10,6	9,2	9,1	15,3	894	856
Concelho de Constância	78,0	70,5	12,0	12,7	9,9	16,7	1753	1887
Médio Tejo **	69,2	67,3	15,5	20,8	15,3	11,9	109772	121487

* Em 1991, o uso Sazonal ou Secundário estava desagregado em Uso Sazonal e Ocupante Ausente

** Aos dados de 1991 foi retirado o concelho Gavião, uma vez que este concelho, durante a década de 90, deixou de pertencer a esta NUT, de modo a que a análise evolutiva pudesse ser realizada correcta e comparativamente.

Fonte: INE - Portugal, RGP, 1991 e 2001

Edifícios segundo o número de pisos

A análise dos edifícios segundo o número de pisos é aqui integrada a título de enquadramento uma vez que, indirectamente, já foi abordado o número de pisos com algum pormenor no Capítulo IV – Rede Urbana.



O parque edificado é predominantemente constituído por edifícios com um piso (74,2%), fazendo jus à sua vocação rural, apenas se destacando obviamente a freguesia de Constância que possui alguns edifícios com entre dois e quatro alojamentos (cf. Quadro).

Quadro 66: Edifícios segundo o número de pisos, 2001

Freguesias	Com 1 piso	Com 2 pisos	Com 3 pisos	Com 4 pisos	Total edifícios
Constância	125	167	113	23	428
Montalvo	369	65	1	5	440
Santa Margarida	758	62	0	0	820
Concelho de Constância	1252	294	114	28	1688

Fonte: INE - Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001

8.2.4 Condições de habitabilidade

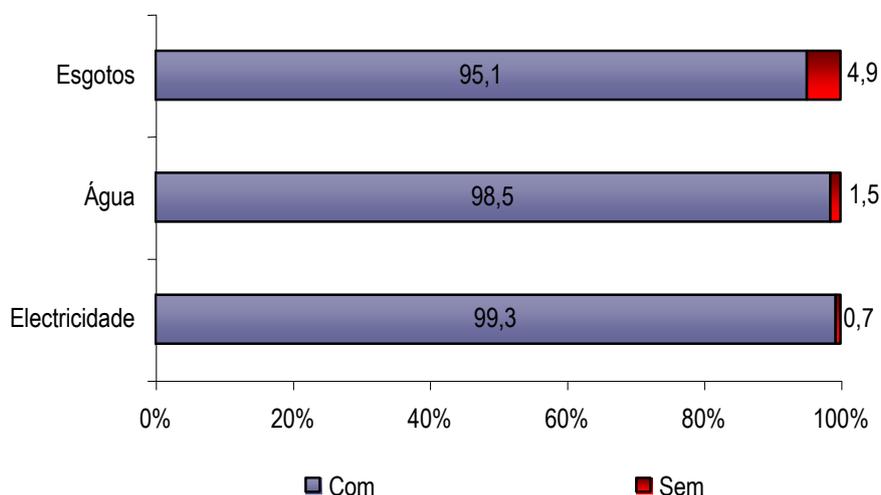
As condições de habitabilidade são um importante indicador de avaliação de qualidade de vida da população. Podem ser avaliadas, genericamente, através dos seguintes indicadores:

- dotação de infraestruturas básicas (electricidade, abastecimento de água e saneamento básico);
- instalações existentes nos alojamentos (instalações de banho ou duche e sistema de aquecimento);
- tipo de ocupação (simples ou partilhada);
- índices de lotação (sub ou sobrelotação).

No âmbito do serviço de infraestruturas urbanas, o concelho está praticamente coberto (cf. Figura seguinte). Este é um domínio, que apesar de satisfatório, conheceu melhorias na última década, pois em 1991, 2,3% dos alojamentos não possuía electricidade (contra 0,7%, em 2001), 3,9% não possuía abastecimento de água (contra 1,5%, em 2001) e 10,9% não possuía esgotos (contra 4,9%, em 2001).



Figura 53: Alojamentos familiares ocupados como residência habitual por existência de infra-estruturas urbanas, em 2001



Fonte: INE - Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001

Quadro 67: Alojamentos Familiares de Residência Habitual sem Infraestruturas Urbanas, entre 1981 e 2001 (%)

Infraestruturas	Alojamentos Familiares de Residência Habitual SEM Infraestruturas Urbanas(%)		
	1981	1991	2001
Electricidade	8,0	2,3	0,7
Abastecimento de Água	12,8	3,9	1,5
Saneamento Básico	29,0	10,9	4,9

Fonte: PDM em vigor e Censos 91 e 2001, INE – Portugal

Num contexto claramente satisfatório, Montalvo é, contudo, a freguesia que, em termos relativos, se apresenta mais carenciada. Já na envolvente regional, Constância apresenta menores níveis de dotação de infra-estruturas urbanas que o Médio Tejo.

Quadro 68: Alojamentos familiares ocupados como residência habitual segundo a dotação de condições de habitabilidade, por freguesia (%), em 2001

Freguesias	Alojamentos Famil. Ocup. Resid. Habit.	Electricidade		Abastecimento de Água		Esgotos	
		Com	Sem	Com	Sem	Com	Sem
Constância	321	100,0	0,0	100,0	0,0	98,4	1,6
Montalvo	370	99,2	0,8	97,3	2,7	92,4	7,6
Sta Margarida da Coutada	651	98,9	1,1	98,5	1,6	94,9	5,1
Concelho de Constância	1342	99,3	0,7	98,5	1,5	95,1	4,9
Médio Tejo *	82268	99,5	0,5	98,8	1,2	97,3	2,7

* Aos dados de 1991 foi retirado o concelho Gavião, uma vez que este concelho, durante a década de 90, deixou de pertencer a esta NUT, de modo a que a análise evolutiva pudesse ser realizada correcta e comparativamente.

Fonte: INE - Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001



Relativamente às instalações existentes nas habitações a situação, é hoje, francamente satisfatória, embora não sendo ainda a desejável, atendendo a que cerca de 10% dos alojamentos de residência habitual não tem instalações de banho ou duche. Contudo, é de assinalar a evolução claramente positiva registada na última década, atendendo a que, em 1991, cerca de 23% dos alojamentos não possuía este tipo de instalações. Relativamente ao sistema de aquecimento é de registar que apenas 4,8% dos alojamentos não possui qualquer tipo de aquecimento e, dos sistemas existentes, o grande predomínio é a lareira (62%).

A ocupação partilhada de um alojamento (mais de uma família por alojamento), bem como a existência de situações de sobrelotação, denunciam, na maior parte dos casos, a ausência de condições dignas de habitabilidade.

No concelho de Constância existiam, em 2001, cerca de 32 famílias que partilhavam o mesmo alojamento e cerca de 161 famílias a residir em fogos com um número de divisões a menos para a população que nelas residia (alojamentos sobrelotados).

Quadro 69: Famílias que partilham o alojamento e famílias em fogos sobrelotados, 2001

Freguesias	Ocupação Partilhada (Nº de famílias)	Sobrelotação (Nº de famílias)
Constância	2	33
Montalvo	26	65
Sta Margarida da Coutada	4	63
Concelho de Constância	32	161

Fonte: INE - Portugal, XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, 2001

8.3 AVALIAÇÃO DAS CARÊNCIAS HABITACIONAIS

O parque habitacional é uma área de estudo onde a análise global de números é perigosa e só permite uma aproximação à realidade, para além da frequente falta de adequação da informação estatística à análise aprofundada do problema. No entanto, apresenta-se uma análise, em termos estruturais, das situações de carência.

No presente caso, quando se fala em défices/carências habitacionais não se está a referir a falta absoluta de alojamentos mas a falta adequada às necessidades da população em função dos escalões de rendimento.

Consideram-se, então, défice/carência habitacional, situações em que:

1. famílias vivem em alojamentos não clássicos;
2. famílias partilham fogos;



3. famílias que, vivendo sozinhas em fogos clássicos, sobreocupam-nos por falta de divisões assoalhadas;
4. famílias vivem em fogos obsoletos (degradados).

Existem vários critérios utilizados no cálculo de carências habitacionais (estáticas). Por razões de consenso é utilizado, estruturalmente, o de Abílio Cardoso⁵², que considera que as carências quantitativas resultam da "soma das famílias em alojamentos não clássicos com metade do excesso de famílias (ou indivíduos isolados) sobre fogos no parque partilhado e com um terço das famílias que não partilhando, sobreocupam as suas habitações", à qual se adiciona a componente dinâmica da depreciação do parque habitacional (1/3 dos fogos anteriores a 1932).

Assim, para efeitos de cálculo das carências habitacionais no concelho de Constância, utilizou-se a seguinte fórmula:

$$CQ = FAnC + 1/2 FFP + 1/3 FS + 1/3 Fa1932$$

CQ	=Carência Quantitativa
FAnC	=Famílias em Alojamentos não Clássicos
FFP	=Famílias em Fogos Partilhados
FFS	=Famílias em Fogos Sobrelotados
Fa1932	=Fogos de construção anterior a 1932

Os alojamentos não clássicos são todos aqueles que não correspondem aos padrões de habitabilidade socialmente aceites (barracas, improvisações, construções rudimentares de madeira, instalações móveis, entre outros). Consideram-se, portanto, carências todas as situações existentes contabilizadas. Existiam, à data do Censo 2001, 11 alojamentos não clássicos, nos quais viviam 11 famílias.

As situações de partilha ocorrem quando um alojamento familiar é ocupado, como residência habitual, por mais de uma família. Existiam, à data do Censo de 2001, 32 famílias em fogos partilhados.

Os fogos sobrelotados são aqueles em que existe défice de divisões em relação às pessoas que nele residem. Existiam, à data do Censo 2001, 161 famílias em fogos sobrelotados.

A obsolescência do parque habitacional (componente qualitativa dinâmica) tenta captar a depreciação do parque, quantificando as necessidades de substituição dos fogos que vão atingindo o termo da vida útil, isto é,

⁵² Planeamento Municipal e a Habitação, Coleção CCRN, Escher, Nov.1991



quando começam a faltar alguma ou algumas funções e/ou surgem deficiências no desempenho global (degradação). Este indicador é representado por parte dos alojamentos de construção anterior a 1932. À data dos Censos de 2001, existiam 278 fogos anteriores a 1932.

A ponderação feita nos quatro indicadores tem a ver com a necessidade de consideração de algumas situações, nomeadamente:

- a ponderação feita no segundo e terceiro indicadores (1/2 Famílias em Fogos Partilhados + 1/3 Fogos Superlotados) está a considerar a existência de casos de partilha de alojamentos por pessoas consideradas como famílias diferentes e que podem não necessitar de alojamentos independentes, enquanto jovens casais que ficam em casa dos pais por dificuldade de acesso a uma habitação são consideradas como fazendo parte da família daqueles. O conceito de núcleo familiar seria mais operacional, mas o cada vez maior número de famílias sem núcleos, impede o conhecimento das carências reais de alojamento para os utentes destes fogos. Acresce, ainda, a possível ocorrência de situações de dupla contagem, devido ao facto de que fogos partilhados poderão estar sujeitos a superlotação crítica;
- sendo o mais difícil de contabilizar, "Obsolescência do Parque Habitacional", este indicador é representado por 1/3 dos alojamentos de construção anterior a 1932 (considerando-se a idade técnica limite de ± 70 anos). A ponderação feita neste indicador contempla a eventual tripla contagem devido à possível hipótese de os fogos mais antigos poderem registar, paralelamente, situações de partilha, as quais, por sua vez, poderão ocorrer, em simultâneo, com situações de superlotação crítica;

De acordo com esta metodologia, à data do último Recenseamento Geral da População e da Habitação (2001), existia no Concelho de Constância, um défice de, aproximadamente, 173 fogos (cerca de 13% do parque habitacional de residência habitual) e a freguesia com maior peso de carências habitacionais, naquela data, era Montalvo.

A Câmara Municipal tem registadas 28 situações de carência mais premente, as quais resultaram de pedidos de alojamento feitos à própria autarquia.

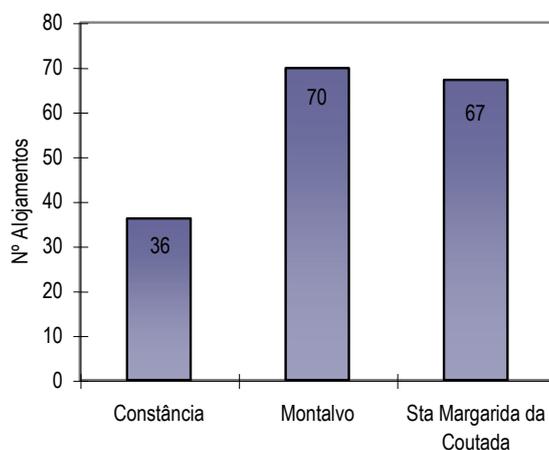
Sendo intenção da Câmara Municipal a construção de 24 fogos de habitação social (12 em Santa Margarida, 6 em Montalvo e 6 em Constância) que se vão associar aos 28 fogos já existentes (para venda ou para arrendamento) e que são fruto da política social da autarquia, previsivelmente aquele valor poderá aproximar-se da centena e meia.



Se atendermos a que estão devolutos⁵³ cerca de 17% dos alojamentos clássicos, afigura-se imediato concluir que não haveria necessidade de mais fogos para suprir as carências actualmente existentes. Obviamente, esta é uma análise pouco legítima, na medida em que quando se fala em défice/carências habitacionais não se está a referir a falta absoluta de alojamentos mas a falta adequada às necessidades da população em função dos escalões de rendimento.

Por freguesia, a distribuição de carências habitacionais é a que se pode observar na figura e quadro seguintes.

Figura 54: Carências habitacionais (em n.º de alojamentos), por freguesia, em 2001



Fonte: Plural

Quadro 70: Carências habitacionais, por freguesia, no concelho de Constância, em 2001

Freguesias	Alojamentos Familiares Ocupados ⁵⁴ (Nº)	Carências Habitacionais	
		Nº	%
Constância	321	36	11,3
Montalvo	370	70	18,9
Sta Margarida da Coutada	651	67	10,3
Concelho Constância	1342	173	12,9

Fonte: Plural (valores obtidos a partir de cálculos próprios)

⁵³ Para venda, aluguer, demolição, outras situações

⁵⁴ Correspondem aos alojamentos de residência habitual mais aos alojamentos não clássicos.



8.4 SÍNTESE CONCLUSIVA

O parque habitacional do concelho de Constância era constituído, em Março de 2001, por 1898 alojamentos que albergavam 3815 pessoas. Relativamente à década anterior registou-se um incremento de 124 novos alojamentos (7%) e uma perda populacional de 355 indivíduos (-8,5%)

No contexto regional e em termos de evolução recente, o concelho de Constância apresenta dinâmicas demográficas e habitacionais inferiores às registadas pelo Médio Tejo. Com efeito, na década de 90, enquanto Constância reduz o seu efectivo populacional em 8,5%, o Médio Tejo regista um incremento de 2%. Ao nível do parque de alojamentos, não obstante Constância ter apresentado um crescimento positivo (7%), este foi, contudo, inferior em metade ao crescimento registado pelo Médio Tejo (14,2%).

Em 2001, a ocupação dos alojamentos é feita de três formas e com pesos bastante diferenciados: residência habitual (70%), fogos vagos (17%) e a ocupação sazonal ou secundária (13%). O excessivo peso dos fogos vagos reflecte a situação demográfica mais recente do concelho.

A dotação de condições de habitabilidade é muito satisfatória, sendo que a taxa de cobertura das infra-estruturas de electricidade, abastecimento de água e saneamento é, hoje, muito próxima da cobertura total. Não obstante, Constância apresenta menores níveis de dotação de infra-estruturas urbanas que o Médio Tejo.

O peso das situações críticas, nomeadamente, barracas e outras improvisações, sobrelotação, ocupação partilhada, não é particularmente relevante.

A análise conjunta de vários indicadores permitiu identificar cerca de 173 fogos em carência, à data de 2001, valor que, em termos relativos, representa cerca de 13% do parque habitacional de residência habitual (mais os alojamentos não clássicos).

Se atendermos a que estão devolutos cerca de 17% dos alojamentos clássicos (cerca de 316 fogos) afigura-se imediato concluir que não haveria necessidade de mais fogos para suprir as carências actualmente existentes. Obviamente, esta não é uma análise legítima, na medida em que, quando se fala em défice/carências habitacionais não se está a referir a falta absoluta de alojamentos mas a falta adequada às necessidades da população em função dos escalões de rendimento.

Na próxima fase do PDM, a este valor de carência será acrescentado o número previsível de fogos necessários para colmatar as necessidades que vão surgir no decurso da vigência do presente PDM, determinadas, por sua vez, pela população esperada no horizonte do Plano.



9. EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

9.1 INTRODUÇÃO

9.1.1 Enquadramento geral

No âmbito da legislação vigente (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro) “o Plano Director Municipal define um modelo de organização municipal do território, nomeadamente estabelecendo “b) A definição e caracterização da área de intervenção identificando as redes urbana, viária, de transportes e de equipamentos de educação, de saúde, de abastecimento público e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, de depósito e tratamento de resíduos” (Art.º 85º, n.º2).

O nível de desenvolvimento socio-económico de qualquer população mede-se, não só pelo nível de rendimento, condições de habitabilidade, etc., mas também pelas possibilidades de acesso a uma determinada gama de equipamentos colectivos, cabendo ao Estado (Poder Central e/ou Local) garantir que todos os indivíduos tenham acesso a esses equipamentos.

Os equipamentos colectivos possuem uma componente determinante ao nível do tecido social, no sentido em que promovem a qualidade de vida da população ao assegurarem a optimização do acesso à educação, à saúde, à segurança social, ao desporto, à cultura e ao lazer, sendo, também, fundamentais no apoio prestado à actividade económica. Para além da componente social, são normalmente elementos polarizadores do espaço envolvente, funcionando como referências nos percursos e na paisagem urbana.

A sua disseminação pelo território concelhio não é, naturalmente, viável pelo que deve optar-se por uma distribuição equilibrada, em função da dinâmica económica e social do concelho, de forma a ser possibilitado o acesso fácil aos seus potenciais utilizadores. É, neste sentido, que se fez a análise da situação actual e, em fase posterior, serão ponderadas as tendências futuras, em termos de necessidades para cada equipamento, de acordo com o cenário demográfico adoptado no Plano Director.

9.1.2 Metodologia

Os equipamentos colectivos considerados, pelo seu papel essencial de apoio social e de satisfação das necessidades básicas da população, são os seguintes:

- Equipamento Escolar
- Equipamento de Segurança Social
- Equipamento de Saúde



- Equipamento Desportivo
- Equipamento Cultural e Recreativo
- Equipamento de Prevenção e Segurança

São analisadas duas componentes no âmbito das carências actuais e, posteriormente, nas necessidades futuras de equipamento escolar:

Necessidades quantitativas, que deverão traduzir um ajustamento entre a população utilizadora, específica para cada tipo de equipamento, e o equipamento necessário;

Necessidades de melhorias qualitativas, de acordo com o estado de conservação actual dos edifícios e com a existência de instalações próprias ou provisórias/adaptadas. A necessidade de melhorias "qualitativas" é representada pelos edifícios em mau estado de conservação e em instalações provisórias/adaptadas, sendo consideradas como carência "quantitativa". Com efeito, estas unidades não estarão nas condições normais de funcionamento, representando muitas vezes perigo, devendo ser, progressivamente, substituídas. Estas situações associadas a outras, em que há subutilização de determinados espaços, deverão conduzir a soluções de melhor gestão e não forçosamente, de mais construção, como normalmente se procede.

Os critérios utilizados na análise e diagnóstico estão em conformidade com as "Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos" da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Edição Revista e Actualizada, Maio 2002. Estas normas constituem apenas uma base de trabalho de carácter indicativo e relativo, não devendo ser analisadas de forma linear e mecânica. Caso a caso são feitas as adaptações necessárias, de acordo com as características e enquadramento das áreas e equipamentos em estudo.

Os dados populacionais de base datam de 2001 (Resultados Definitivos do XIV Recenseamento Geral da População e IV da Habitação, INE, 2001). No caso das escolas, os dados referem-se ao ano lectivo 2006/2007, e os dados dos restantes equipamentos datam de Outubro de 2007.

A metodologia e faseamento utilizados no decurso da elaboração do PDM será a seguinte:

- a) na presente Fase (1ª), faz-se a análise da situação actual e determinam-se as carências
- b) na 2ª Fase, será desenvolvida a proposta de novos equipamentos que se prevê, virem a ser necessários, durante a vigência deste Plano, em função do cenário demográfico adoptado e do modelo de desenvolvimento proposto para o território concelhio existente;

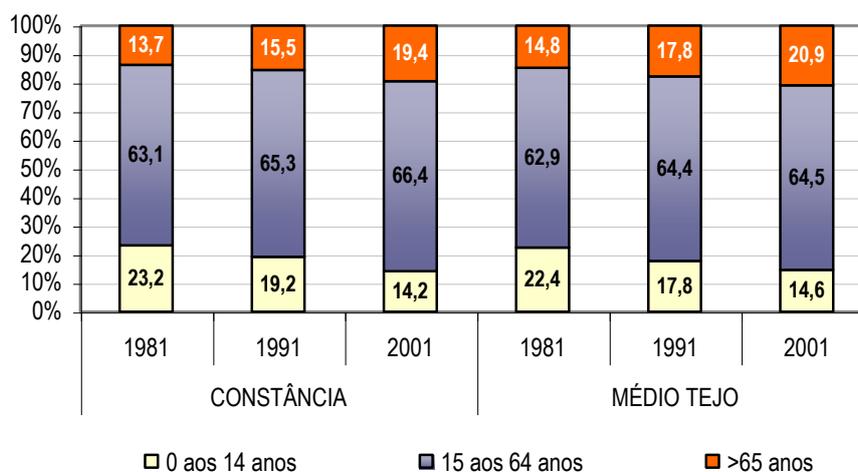
9.1.3 Considerações de destaque

As tendências demográficas mais recentes apontam, em termos nacionais e regionais, para o aumento do peso da população idosa e para a diminuição da proporção da população jovem. Esta evolução é especialmente importante quando se estão a prever equipamentos a médio prazo. Neste sentido, as tendências de evolução desenhadas são importantes alertas, por um lado, para o sistema de protecção social, pois é, significativamente, crescente o número de cidadãos "não produtivos" ou a atingir a idade da reforma e a reclamar pensões, lares de terceira idade, assistência domiciliária; e, por outro lado, o abrandamento da pressão dos jovens apresenta-se como uma oportunidade estratégica para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem.

Efectivamente, e de acordo com o já mencionado na Caracterização Demográfica (Capítulo 3), o concelho de Constância está a registar um tendencial envelhecimento da sua pirâmide etária, materializado duplamente, tanto ao nível do esvaziamento da base (de 1991 para 2001 a população jovem passou de 19,2% para 14,2%), como do empolamento do topo (no mesmo período, a população idosa passou de 15,5% para 19,4%).

Não obstante este cenário, a evolução da distribuição e a própria distribuição da população por grupos etários no concelho de Constância acompanham, de perto a região em que o concelho se insere, onde, em ambos os espaços geográficos, os idosos detêm um maior peso que a população jovem. Apenas se destaca nas distribuições em questão o Médio Tejo que possui, proporcionalmente, mais velhos (21% de idosos contra 19% em Constância).

Figura 55: Distribuição da população por grupos etários entre 1981 e 2001 no Concelho de Constância e no Médio Tejo



Fonte: INE - Portugal, Recenseamentos Gerais da População, 1981 a 2001.



Os equipamentos colectivos são destinados à utilização de toda a população concelhia, tendo como objectivo satisfazer as necessidades básicas da população, direccionando-se, contudo, em grande parte dos casos, para determinados grupos etários.

Assim, a análise do dimensionamento de cada tipologia de equipamento face à população que se destina servir exige, em alguns casos, o conhecimento da idade da população, por grupos etários específicos. Com efeito, se os equipamentos de saúde, desportivos e culturais e recreativos são dimensionados tendo por base a população concelhia total, já os equipamentos de ensino e segurança social destinam-se a populações específicas, nomeadamente crianças, jovens e idosos.

Tendo em conta esta necessidade, apresenta-se, no quadro seguinte, a população por idades para as tipologias de equipamentos ou níveis de ensinos considerados nesta abordagem.

Quadro 71: Evolução da População entre 1991 e 2001, por grupo etário, em função da tipologia do equipamento ou nível de ensino

Escalão Etário	Nível de Ensino e/ou Tipologia do Equipamento	População 1991	População 2001	Taxa de Variação (%)
0 – 2 anos	Creche	118	119	+0,8
3 – 5 anos	Jardim Infantil	152	86	-43,4
6 – 9 anos	1º Ciclo do Ensino Básico	243	154	-36,6
10 – 11 anos	2º Ciclo do Ensino Básico	116	57	-50,9
12 – 14 anos	3º Ciclo do Ensino Básico	170	125	-26,5
Sub-total (população jovem)	-	799	541	-32,3
15 – 17 anos	Ensino Secundário	193	146	-24,3
> 65 anos (população idosa)	Lares e Centros de Dia	648	741	+14,3

Fonte: INE – Portugal, Censos 1991 e 2001

9.2 EQUIPAMENTO ESCOLAR

9.2.1 Introdução

Os níveis de ensino da rede escolar, em análise, são os seguintes:

- Ensino Pré-escolar: Jardins de Infância
- Ensino Básico Integrado: 1º Ciclo (EB1); 2º Ciclo (EB2); 3º Ciclo (EB3)
- Ensino Secundário

9.2.2 Ensino pré-escolar

De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo "a educação pré-escolar é facultativa e destinada a



crianças com 3, 4 e 5 anos de idade" (n.º3 e n.º8, Artº 5º). Nos termos do artigo 40º da mesma Lei, está determinado que a "educação pré-escolar deve ser realizada em unidades distintas ou incluídas em unidades escolares em que também seja ministrado o 1º ciclo do ensino básico ou, ainda, em edifícios onde se realizem outras actividades sociais, nomeadamente de educação extra-escolar".

A educação pré-escolar é ministrada nos Jardins-de-Infância (estabelecimentos da rede oficial - Ministério da Educação/Autarquia), e, presentemente, as unidades existentes no concelho de Constância, cobrem, globalmente, em termos teóricos e quantitativos, as necessidades da população afecta a este nível de ensino.

No concelho de Constância existem 5 Jardins de Infância, distribuídos pelas três freguesias do concelho, três dos quais na freguesia de Santa Margarida que, no ano lectivo 2006/2007, eram frequentados por 140 crianças (mais 30 crianças que em 1992/93), indicando uma ligeira subocupação, já que a totalidade da capacidade existente não é utilizada⁵⁵.

De um modo geral, o estado de conservação dos edifícios é razoável/bom.

Quadro 72: Ensino pré-escolar (Jardins de Infância) no ano lectivo 2006/2007

Freguesias	Designação	Número de alunos	Número de salas	Estado de Conservação
Constância	Jardim de Infância de Constância	36	2	Bom
Montalvo	Jardim de Infância de Montalvo	37	2	Razoável
Aldeia de Santa Margarida	Jardim de Infância de Portela	34	2	Bom
	Jardim de Infância de Aldeia	15	1	Razoável
	Jardim de Infância de Malpique	18	1	Razoável
Concelho	-	140	8	-

Nota: Critério de programação: mínimo 20 crianças/educador/sala

Fonte: Câmara Municipal de Constância

Hoje, de acordo com os dados estatísticos dos Censos 2001 e da Câmara de Constância, todas (ou quase todas) as crianças entre os três e os cinco frequentam os Jardins-de-Infância do concelho. Constância encontra-se, deste modo, a cumprir largamente aqueles que eram os objectivos da Administração Central para o final do século XX, nomeadamente uma cobertura do ensino pré-escolar na ordem dos 80% a 90%.

Com efeito, no ano lectivo 2006/2007 frequentaram o ensino pré-escolar 10 e os dados populacionais de 2001 (os dados oficiais mais recentes) dão conta que a população escolarizável (com entre 3 e 5 anos) era de 86 crianças. Esta discrepância poderá indicar que a população desta faixa etária cresceu entre 2001 e 2006 ou que há mais crianças do exterior do concelho a recorrer a este nível de ensino em Constância.

⁵⁵ Tendo em conta que cada educador/sala deve ter um mínimo de 20 crianças.



9.2.3 Ensino Básico Integrado

9.2.3.1 Introdução

"O ensino básico compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de 4 anos, o 2º de dois anos e o 3º de três anos" (n.º1, Art.º 8º da LBSE) e "a articulação entre os ciclos obedece a uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior, numa perspectiva de unidade global do ensino básico" (Art.º 8º, n.º 2).

9.2.3.2 Ciclo do Ensino Básico

O 1º ciclo do ensino básico corresponde ao antigo ensino primário, compreendendo a faixa etária dos 6 aos 9 anos.

O ensino básico que se pretende implantar, e de acordo com a actual Lei de Bases, deverá assegurar a sequencialidade dos três ciclos em que se divide, devendo evitar-se a vinculação exclusiva das instalações a um único ciclo de ensino. No entanto, a actual rede do ensino primário compõe-se, ainda, por edifícios de pequena dimensão.

Em Constância, no ano lectivo 2006/2007, existiu um total de 12 salas de aula em 6 Escolas Básicas do 1º Ciclo (EB 1), frequentadas por 185 alunos (menos 105 alunos que no ano lectivo 1991/92⁵⁶ mas valor idêntico ao do ano lectivo 2002/2003), o que em termos médios se resume à existência de 15 alunos/sala. Este valor situa-se abaixo do intervalo de variação indicado oficialmente, nomeadamente entre o limite mínimo de 20 alunos e o limite máximo de 25 alunos/turma.

No entanto, uma análise caso a caso, denuncia alguns desajustes entre a oferta e a procura, nomeadamente, a EB1 de Constância n.º 1 estava quase lotada, enquanto que a EB1 do Campo Militar de Santa Margarida só tinha 8 alunos⁵⁷. Por sua vez, a EB1 de Santa Margarida possui um número de alunos muito inferior à capacidade instalada.

Este é o nível de ensino em que, a prazo, apenas se esperam melhorias qualitativas no estado de conservação e de funcionamento das mesmas e não aumento do número de escolas, perspectivado que está o contínuo envelhecimento da população do concelho. De salientar que, entre 1991 e 2001, a população escolar afecta a este nível de ensino diminuiu 37%.

⁵⁶ Fonte: PDM em vigor

⁵⁷ No ano lectivo 2007/2008 a EB1 do Campo Militar de Santa Margarida foi encerrada.



A taxa de cobertura deste nível de ensino será muito próxima dos 100%. Efectivamente, à imagem do que se referiu sobre a frequência do ensino pré-escolar, as EB1 servem também crianças de outros concelhos pois o número de alunos que frequenta o 1º ciclo do ensino básico é superior ao número de crianças do concelho com idade compreendida entre os 6 e os 9 anos (185 crianças frequentavam o 1ª CEB mas em 2001 só existiam no concelho 154 crianças com idade para frequentar este nível de ensino).

Quadro 73: 1º Ciclo do Ensino Básico no ano lectivo 2006/2007

Freguesia	Nome do Estabelecimento de Ensino	Nº de alunos	Nº de salas	Alunos/sala	Estado de Conservação
Montalvo	EB1 de Montalvo nº 1	49	2	25	Bom
Constância	EB1 de Constância nº 1	55	2	28	Bom
Santa Margarida	EB1 de Portela	30	2	15	Bom
	EB1 de Aldeia de Santa Margarida	20	2	10	Bom
	EB1 de Malpique nº 1	23	2	12	Bom
	EB1 do Campo Militar	8	2	4	Bom
Total do concelho de Constância		185	12	15	-

Nota. Critério de programação: 20/25 alunos/sala/turma

Fonte: Câmara Municipal de Constância

9.2.4 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

O 2º ciclo do Ensino Básico corresponde ao ciclo preparatório e ao escalão etário 10-11 anos.

O 3º ciclo do Ensino Básico encerra os 9 anos de escolaridade básica e corresponde a um período de 3 anos (7º, 8º e 9º anos), destinado à população com 12, 13 e 14 anos.

O Ensino Secundário corresponde a um ciclo global com a duração de 3 anos e surge no final dos nove anos de escolaridade básica. A faixa etária a que se destina este nível de ensino é a dos 15-17 anos.

No concelho de Constância existe um único estabelecimento escolar que aglutina o ensino básico relativo ao 2º e 3º ciclos e o ensino secundário que é a Escola Básica 2,3/S Luís de Camões estando presentemente subocupada. Tendo capacidade para 400 alunos, no ano lectivo 2006/2007, o 2º ciclo do ensino básico foi assegurado a 170 alunos, o 3º ciclo a 125 alunos e o ensino secundário não foi ministrado naquele ano. Como a população escolarizável nesta faixa etária é muito reduzida, o Ensino Secundário nem sempre existe, estando sempre dependente da procura que o justifique para as áreas vocacionais existentes. No ano lectivo de 2007/2008 já está a funcionar uma turma do 10º ano.



Quadro 74: 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário (Ano lectivo 2006/2007)

Nome do Estabelecimento de Ensino	Nível de Ensino	Capacidade (n.º alunos)	Número de Alunos	n.º Salas
EB 2,3/S Luis de Camões	2º Ciclo	150	101	5
	3º Ciclo	150	170	6
	Secundário	100	0	3
Total	-	400	271	14

Fonte: Câmara Municipal de Constância

Se ao nível da estrutura física, a EB2,3/S Luís de Camões tem espaço para responder à procura dos níveis de ensino que ministra, o mesmo não acontece ao nível da dotação de alguns equipamentos educativos, em que se registam algumas carências, nomeadamente ao nível de sala de convívio para alunos e do centro de recursos e o campo de jogos encontra-se em mau estado.

Não havendo, assim, grande tradição de ensino secundário no concelho, a população escolarizável (com idade para frequentar o ensino secundário) continua a deslocar-se para os concelhos vizinhos, sobretudo para Abrantes, Entroncamento e Torres Novas.

9.3 EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA SOCIAL

9.3.1 Introdução

Com o objectivo de satisfazer as necessidades de grupos sociais mais carentes ou escalões etários mais dependentes, as instituições de Segurança Social baseiam a sua acção na tentativa da satisfação das necessidades específicas das crianças, dos jovens e dos idosos.

No Concelho de Constância, essa acção passa designadamente pelo apoio à população juvenil (ATL) e à população idosa (Lares, Centros de dia e apoio domiciliário), sendo certo que será disponibilizado brevemente o apoio à infância, com a prevista creche da Santa Casa da Misericórdia/CMC.

9.3.2 Equipamentos de apoio a crianças e jovens

Creches

As creches destinam-se a acolher crianças dos 3 meses até aos 2 anos de idade, durante as horas de trabalho dos pais, visando proporcionar igualdade de oportunidades a todas as crianças, nomeadamente as que concorrem para o desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social.

A existência de equipamento de apoio à infância, em especial no período que antecede a escolaridade



obrigatória, torna-se fundamental em áreas onde se verificam elevadas taxas de actividade feminina.

No concelho de Constância não existe ainda nenhuma unidade com a valência creche. Este é, aliás, o domínio onde o concelho apresenta mais carências, sobretudo quando aferido com a procura existente em qualquer das três freguesias do concelho.

Esta óbvia carência torna-se mais premente quanto se sabe que num contexto em que se verificou uma diminuição de 32% da população jovem (0 aos 14 anos), o escalão dos zero aos dois anos manteve-se inalterável nos últimos 10 anos, tendo, inclusivamente, ganho mais uma criança.

Neste sentido, a Santa Casa da Misericórdia tem já prevista a construção de uma creche em Constância para um total de 66 crianças.

Actividades de Tempos Livres

Os centros de actividades de tempos livres destinam-se a acolher crianças de idade compreendida entre a idade legal de ingresso no ensino básico e os 12 anos e funcionam em dois grupos - manhã e tarde. Nestes centros são desenvolvidas actividades de animação sócio-recreativa com o objectivo da prevenção de situações sociais de risco.

Os critérios de dimensionamento oficiais ditam uma população base de 2000 habitantes e aconselham a sua existência, como critério de programação, em freguesias com elevada mão-de-obra feminina e/ou em freguesias com problemas socio-económicos, que possam traduzir-se em situações de risco social para as crianças.

A dotação a este nível é muito satisfatória (5 ATL no município), tendo sido feito no último quinquénio um enorme esforço nesta matéria, sendo que em 2002 não existia nenhum ATL no concelho de Constância. Presentemente (2007) existem cinco centros de ATL (em Constância, Montalvo, Portela, Aldeia e Malpique), um dos quais propriedade da EB2,3 e os restantes tutelados pela câmara municipal e que apoiam 230 crianças.

9.3.3 Equipamentos de apoio aos idosos

Lares e Centros de Dia

É cada vez mais preocupante e problemática, a questão do envelhecimento demográfico e, por consequência, do apoio à 3ª Idade, com todos os problemas que lhes são inerentes. Estas questões começaram recentemente a ser tratadas pela Administração Central e Local com mais atenção, no sentido da criação de condições, que forçosamente terão de vir a ser criadas, de resposta a este fenómeno emergente (p.e. Projecto PARES). De facto, o envelhecimento demográfico levanta múltiplos problemas, nomeadamente a redução de parte da população activa, cria dificuldades ao financiamento das pensões de reforma pondo em perigo o equilíbrio dos



orçamentos de protecção social e potencia o aumento das necessidades de serviços especializados de alojamento.

O recurso ao Lar obriga ao abandono das casas e, normalmente, têm implícita uma maior dependência dos idosos. Os Centros de Dia têm por objectivo evitar o isolamento dos idosos, favorecendo as relações pessoais e permitem colocar, à disposição dos idosos, formas de ajuda adequadas à sua situação, não obrigando, desta forma, ao abandono das suas casas.

A existência deste tipo de equipamentos justifica-se, segundo as normas de programação oficiais, em concelhos com elevados índices de envelhecimento e de dependência de idosos. No concelho de Constância, o Índice de Envelhecimento⁵⁸ era, em 2001, de 137 e o Índice de Dependência de Idosos⁵⁹ de 29.

No concelho de Constância existe um Lar e um Centro de Dia, ambos da Santa Casa da Misericórdia.

O Lar, embora tenha sido recentemente ampliado, continua a revelar carências, sobretudo no sector masculino. A lotação do lar indicia isso mesmo, pois o mesmo encontra-se ocupado no limiar da sua capacidade (32 utentes).

As carências sentidas actualmente serão, contudo, colmatadas com a construção prevista de dois lares (Constância e Aldeia de Santa Margarida) e dois centros de dia nas freguesias de Constância e Montalvo.

Quadro 75: Lar e Centro de Dia no concelho de Constância, em 2007

Freguesia	Estabelecimento	Tipologia	Capacidade (n.º utentes)	Nº de Utentes
Constância	Lar da Santa Casa da Misericórdia	Lar	32	32
	Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia	Centro de Dia	20	3
Concelho	-	-	52	35

Fonte: Câmara Municipal de Constância

Existem outras formas, teoricamente mais adequadas, tanto em termos financeiros como sociais, para a resolução ou, pelo menos, minoração, das dificuldades deste sector, nomeadamente o recurso ao Apoio Domiciliário, que existe em todas as freguesias do concelho de Constância e é prestado pela Santa Casa da Misericórdia.

⁵⁸ IE= (Pop.+65 anos/Pop. 0 aos 14 anos)*100

⁵⁹ IDI=(Pop.+65 anos/Pop. 15 aos 64 anos)*100



Apoio domiciliário

O apoio domiciliário é considerado a forma mais eficaz e económica de resolver o problema do apoio à população idosa, não só por não implicar o abandono do meio familiar, com as consequências psicológicas e sociais que daí advêm, como também a sua existência é menos dispendiosa do que a manutenção de lares. A ajuda domiciliária pode incluir serviços de higiene e conforto, assim como trabalhos caseiros e percursos ao ar livre.

No concelho de Constância, o apoio domiciliário complementa a intervenção do município neste grupo etário e é praticado, como já se referiu, em todas as freguesias e é prestado exclusivamente pela Santa casa da Misericórdia de Constância (6 utentes em Montalvo, 20 utentes em Santa Margarida e 45 utentes em Constância), existindo, contudo, capacidade nesta última, para apoiar mais 25 utentes.

No seu conjunto, entre o apoio proporcionado pelo lar, pelo centro de dia e pelo apoio domiciliário, estima-se que cerca de 14% da população idosa do concelho recebe apoio social, no entanto o concelho tem capacidade para apoiar mais 6% da população idosa (considerando a população com mais de 65 anos de 2001).

Neste domínio é, sobretudo, importante proceder ao ajustamento entre a oferta e a procura (hoje, a valência Lar é manifestamente insuficiente e, em contrapartida, o centro de dia está subocupado).

9.4 EQUIPAMENTO DE SAÚDE

9.4.1 Introdução

O equipamento de saúde considerado integra as seguintes tipologias:

- Centros de Saúde
- Extensões do Centro de Saúde
- Farmácias

9.4.2 Centros de Saúde e Extensões

Os centros de saúde constituem o primeiro nível de contacto da população com os serviços de saúde (cuidados de saúde primários), cujo objectivo é o diagnóstico e a resolução de situações de doença que não necessitem de cuidados especializados, nomeadamente a prestação de serviços preventivos, curativos, de reabilitação e promoção da saúde. Por norma, os centros de saúde localizam-se nas sedes de concelho.

Com o objectivo de melhorar a acessibilidade aos cuidados de saúde, os centros de saúde dispõem de unidades mais pequenas, designadas por extensões, e que geralmente correspondem à área geográfica das freguesias.



Existe um Centro de Saúde em Constância e Extensões do mesmo em Montalvo e Santa Margarida da Coutada.

O estado de conservação destes equipamentos é, de um modo geral, bom e apenas o de Montalvo se encontra a funcionar em instalações adaptadas, que deveriam ser substituídas. A capacidade destes estabelecimentos, medida em número utentes/dia, não é totalmente utilizada.

Quadro 76: Equipamentos de Saúde, 2007

Freguesia	Tipologia	Capacidade (utentes/Dia)	Nº Médio Utentes/Dia	Estado de Conservação	Tipo de instalações
Constância	Centro de Saúde	15	12	Bom	Próprias
Montalvo	Extensão do C.S.	15	12	Razoável	Adaptadas
Sta Margarida da Coutada	Extensão do C.S.	30	12	Bom	Próprias

Fonte: Câmara Municipal de Constância

9.4.3 Farmácias

A implantação de farmácias, de acordo com a Portaria nº 1430, de 2 de Novembro de 2007 está condicionada à capitação de pelo menos 3500 habitantes/farmácia (capitação mínima) e a uma distância mínima entre farmácias de 350m. Em Constância, a capitação farmácia/habitantes, é largamente superior àqueles critérios, na medida em que existem três farmácias no concelho, uma em cada freguesia.

9.5 EQUIPAMENTO DESPORTIVO

Na análise da situação dos equipamentos desportivos do Concelho de Constância consideram-se todas as áreas desportivas existentes, cujo acesso e prática desportiva são facultados à população em geral, incluindo os recintos integrados no parque escolar.

Segundo as Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos (DGOTDU) e em conformidade com as recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto (UNESCO), deve ser atribuída a quota global de 4 m² de superfície desportiva útil por habitante, que se deve repartir pelas seguintes tipologias, consideradas como equipamentos de base, de modo a atribuir cerca de: 95% das áreas para actividades ao ar livre em terrenos de jogos e de atletismo; 2 a 2,5% para salas de desporto; e 1,5% para superfícies de plano de água em piscinas cobertas e ao ar livre. Evidentemente que se trata de uma base normativa sem carácter rígido e que deve adaptar-se com a necessária flexibilidade às variáveis específicas de cada território.

No concelho de Constância são predominantes os pequenos campos de jogos (12), seguidos pelos pavilhões e salas de desporto (3). Em menor número, existem dois grandes campos de jogos e uma piscina.



Quadro 77: Número e Dotação Funcional Útil⁶⁰ (área em m²) das instalações desportivas, por freguesia, em 2007

Freguesias	Área útil/ Habitante	Área Total (m ²)	Grandes Campos de Jogos (Campos de Futebol, ...)		Pequenos Campos de Jogos (Polidesportivos, campos ténis)		Pavilhões e Salas de Desporto		Piscinas (cobertas e descobertas)	
			Nº	Área(m ²)	Nº	Área(m ²)	Nº	Área(m ²)	Nº	Área(m ²)
Constância	7,7	6789	1	2711	4	2289	3	1622	1	167
Montalvo	6,2	6650	1	5470	2	1180	-	-	-	-
Santa Margarida	2,3	4329	-	-	7	4329	-	-	-	-
CONCELHO	4,3	17768	2	8181	13	7798	3	1622	1	167

Fonte: Câmara Municipal de Constância

No seu conjunto, a relação área desportiva útil/habitante é, neste concelho, de 4,7 m², superior aos 4 m² indicados oficialmente. Não obstante, a dotação funcional existente afasta-se ligeiramente dos valores recomendados, sendo que, em termos teóricos, há uma distribuição deficitária de espaços ao ar livre e de planos de água e um excesso de salas de desporto.

É significativo o desequilíbrio espacial na distribuição das áreas desportivas pelas freguesias atendendo a que tanto a freguesia de Constância como a de Montalvo têm áreas desportivas por habitante largamente excessivas face aos valores indicativos (+ de 6 m²/habitante), enquanto a população de Santa Margarida regista um défice significativo de área desportiva por habitante (2,3 m²/habitante).

Quadro 78: Dotação Funcional Útil recomendada e existente no concelho de Constância em 2007, de acordo com tipologia

Tipologias	Área Recomendada (%)	Área Existente em Constância (%)
Ar livre	95%	90,0%
Salas de Desporto	2 a 2,5%	9,0%
Superfícies de plano de água	1,5%	1,0%

Tendo em consideração a dotação actual e a tendência para o envelhecimento demográfico, o concelho de Constância encontra-se muito bem dotado ao nível do equipamento desportivo.

Não obstante o cenário favorável nesta matéria, importa salientar a existência de um vasto conjunto de outras infra-estruturas desportivas que, embora não entrem na contabilização da área desportiva útil por habitante, por não serem considerados equipamentos desportivos de base formativos, complementam e diversificam a oferta desportiva do concelho de Constância como são o Circuito de Manutenção do Parque Ambiental de Santa

⁶⁰ Dotação Funcional Útil – Superfície delimitada pelo traçado do jogo ou prática, acrescida das áreas de segurança mínimas necessárias



Margarida, o Campo de Volei de praia, o Centro Hípico de Constância, Parque para Desportos Radicais, Centro Náutico e o Quintal Desportivo de Chão da Feira.

9.6 EQUIPAMENTO CULTURAL E RECREATIVO

O equipamento cultural, enquanto estrutura física fixa, não traduz, necessariamente, a actividade cultural de um concelho ou região, estando esta, sobretudo, dependente de uma política autárquica de promoção cultural e do dinamismo dos grupos e das associações culturais e recreativas. No presente concelho é notória a intervenção da autarquia não só ao nível da crescente dotação em termos de estruturas físicas, como também da promoção de eventos culturais.

Em termos de estruturas fixas, e face à exiguidade territorial e demográfica do concelho, existe em Constância, uma oferta bastante diversificada, cuja listagem se encontra patente no Quadro seguinte.

Quadro 79: Equipamento Cultural e de Recreio, em 2007

Tipologia do equipamento	Nº de Unidades	Freguesia
Cine-Teatro Municipal	1	Constância
Biblioteca Municipal	1	Constância
Museu (Casa-Museu Vasco Lima Couto e Museu dos Rios e das Artes Marítimas)	2	Constância
Espaço de Exposições/Conferências (Casa Memória de Camões)	1	Constância
Centro Ciência Viva (Parque Temático de Astronomia)	1	Constância
Salão de Festas	4	Constância e Santa Margarida
Anfiteatro (dos Rios e Pinhal D`el Rei)	2	Constância
Ecoteca e Torre de Observação (Parque Ambiental)	1	Santa Margarida
Imprensa Local	1	Constância
Espaço Internet	4	Constância, Sta Margarida e Montalvo
Posto de Turismo	1	Constância
Associações Culturais, Recreativas e Desportivas	21	Todas as freguesias

Fonte: Câmara Municipal de Constância

Existem cerca de duas dezenas de associações no concelho dirigidas para a prática de actividades culturais, recreativas e desportivas, cujos domínios vão desde os jogos florais, os jogos tradicionais, os jogos colectivos, a música, a arqueologia, a ciência, as actividades humanitárias, a gastronomia, etc. A distribuição das várias associações, por freguesia é a seguinte:



Constância

- Associação Cultural e Desportiva de Santo António;
- Associação da Casa-Memória de Camões em Constância;
- Associação de Geminação Constância Fondettes;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância;
- Associação Rádio-Jornal de Constância;
- Clube Estrela Verde;
- Heliades – Associação Juvenil de Ciência de Constância;
- Núcleo de Constância do Movimento Democrático de Mulheres;

Montalvo

- Associação Filarmónica Montalvense 24 de Janeiro;
- Associação Humanitária de Apoio à Terceira Idade de Montalvo;
- ESCORA – Associação de Jovens para a Preservação Cultural e Arqueológica de Montalvo;

Aldeia de Santa Margarida

- “Os Verdes Futebol Club”;
- Agrupamento de Escuteiros/CNE707;
- Associação Cultural e Desportiva Aldeense;
- Associação Cultural Rancho Folclórico “Os camponeses”;
- Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário “Os Quatro Cantos do Cisne”;
- Clube Desportivo “Os Indomáveis”;
- Clube Recreativo e Desportivo “Os Relâmpagos”;
- Juve Clube “Os Xancas”;
- Sociedade Recreativa Portelense;
- União Jazz Malpiguense.

9.7 PREVENÇÃO E SEGURANÇA

As instituições de prevenção e segurança existentes no concelho de Constância são a GNR, os Bombeiros e o Serviço Municipal de Protecção Civil, todos localizados na sede concelhia, existindo ainda um posto avançado de Bombeiros em Santa Margarida. Este último encontra-se a funcionar em instalações adaptadas, em mau estado e reduzidas para as necessidades. Contudo, já existe projecto aprovado, a aguardar financiamento no âmbito do QREN, para a remodelação e ampliação do edifício existente, incluindo acessos e arranjos exteriores.



Quadro 80: Equipamento de Prevenção e Segurança, em 2007

Tipo de Unidade	Freguesia	Nº de Efectivos	Tipo de Instalações	Estado de Conservação	Dimensão
Posto da GNR	Constância	18	Próprias	Razoável	Suficiente
Quartel de Bombeiros (Corpo Único)	Constância	73	Próprias	Bom	Suficiente
Quartel de Bombeiros (Posto Avançado)	Santa Margarida	-	Adaptadas	Mau	Reduzida
Serviço Municipal de Protecção civil	Constância	1	Próprias (Paços do concelho)	Bom	Suficiente

Fonte: Câmara Municipal de Constância

9.8 SÍNTESE CONCLUSIVA

O concelho de Constância encontra-se, em termos globais e quantitativos, bastante bem dotado de equipamentos e serviços de apoio social, quando dimensionados em função dos quantitativos populacionais em presença, existindo, contudo, alguns domínios, nomeadamente, da segurança social, onde ainda se terá de intervir, de modo a dar uma resposta mais adequada às necessidades actuais e previsíveis da população. Já neste sentido, os novos equipamentos previstos pela autarquia e privados, virão permitir uma dotação mais adequada às necessidades da população local e da que, não residindo no concelho, para ele se desloca diariamente para trabalhar.

Na óptica da distribuição espacial dos equipamentos colectivos, salienta-se que é na sede de Concelho onde se localizam os equipamentos de ordem superior (EB2,3/S, Centro de Saúde e quase todos os equipamentos culturais).

Um aspecto fundamental na análise na avaliação dos equipamentos colectivos é o tendencial envelhecimento demográfico da população concelhia: (i) envelhecimento na base da pirâmide: reduzida dimensão da população jovem (14,2%) e (ii) significativa percentagem de população idosa (19,4%). Este facto obriga a actuar, em termos estratégicos, onde a dotação do equipamentos colectivos deverá ser reforçada no sector de apoio da população idosa e, por outro lado, o abrandamento da pressão dos jovens deverá ser aproveitada para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem.

Uma avaliação por tipo de equipamentos, permite salientar os seguintes aspectos:

- **a nível escolar**, o concelho encontra-se bem dotado face aos quantitativos populacionais em presença: cinco estabelecimentos de ensino pré-escolar, seis escolas básicas do 1º ciclo e uma EB2,3/S. Registou-se uma ligeira subocupação em quase todos os estabelecimentos de ensino no ano lectivo 2006/2007. Todos os níveis de ensino verificam uma taxa de cobertura que rondará os 100%, existindo alguns casos onde se verifica uma significativa procura externa. No ano lectivo



2006/2007 não foi ministrado o Ensino Secundário no concelho de Constância.

- **os serviços de saúde** no concelho são prestados pelo centro de saúde e pelas duas extensões do mesmo as quais, se encontram, em razoável/bom estado de conservação. Contudo, a extensão do Centro de Saúde em Montalvo encontra-se a funcionar em instalações adaptadas, que deveriam, idealmente, vir a ser substituídas. A capacidade destes equipamentos (em n.º de utentes/dia) não é ultrapassada em nenhum. Existem três farmácias no concelho, que ultrapassam largamente a capitação definida legalmente.
- ao nível do **apoio à infância**, há a registar a inexistência de qualquer creche mas a existência recente de 5 ATL no concelho de Constância. Está prevista a construção de uma creche com capacidade para 66 crianças que, previsivelmente, virá colmatar as carências existentes actualmente.
- ao nível do **apoio à 3ª idade**, existe apenas um lar e um centro de dia e a prestação de apoio domiciliário. As estruturas físicas revelam-se actualmente insuficientes, porém, estão já previstos equipamentos neste domínio. O apoio domiciliário, que já é realizado em todas as freguesias (71 utentes) do concelho, fica aquém da capacidade existente (+ 25 utentes). No total, cerca de 14% da população idosa recebe apoio social (prestado pelas várias valências existentes), mas a oferta existente aproxima-se dos 20% de capacidade.
- na oferta de **equipamento desportivo** salienta-se a tipologia designada por “pequenos campos de jogos” (12), seguidos pelas salas de desporto (3). De acordo com os indicadores oficiais (4m2/hab de superfície desportiva útil), este concelho ultrapassa o definido oficialmente (4,3 m2/hab.). Tendo em conta a dotação actual e que a população potencialmente utilizadora do equipamento desportivo está tendencialmente em regressão, julga-se que o concelho tem uma ampla capacidade para satisfazer as exigências a este nível.
- no âmbito do **equipamento cultural**, atendendo aos quantitativos populacionais do concelho, há uma oferta muito razoável e diversificada de equipamentos culturais e recreativos, sendo de salientar a importância da intervenção da população, nomeadamente materializada nas cerca de duas dezenas de associações culturais, recreativas e desportivas existentes. Enquanto estruturas fixas, podem encontrar-se em Constância: um cine-teatro, uma biblioteca, dois museus, um espaço de exposições/conferências, um parque temático de astronomia, quatro salões de festas, uma imprensa, um posto de turismo, um anfiteatro (dos rios), uma ecoteca e torre de observação (pertencentes ao Parque Ambiental) e quatro Espaços Internet.

Em síntese, estamos em presença de um concelho razoavelmente equipado quando dimensionado com a respectiva população, havendo, no entanto, espaço para i) incrementar a dotação de estruturas sociais de apoio



a crianças e a idosos (lares e centros de dia); (ii) substituição da Extensão do Centro de Saúde de Montalvo que se encontra a funcionar em instalações adaptadas; (iii) ampliação/remodelação do Posto Avançado de Bombeiros em Santa Margarida que se encontra a funcionar em instalações adaptadas e reduzidas (já previsto).



10. REDE VIÁRIA E TRANSPORTES

10.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo será desenvolvida a caracterização das infra-estruturas viárias e do sistema de transportes do Concelho de Constância, referente nomeadamente à sua rede rodoviária – incluindo a análise das acessibilidades servidas, funções desempenhadas e suas características físicas – ao tráfego e ao serviço de transporte público, procurando estabelecer uma análise dos seus actuais níveis funcionais e operacionais.

Metodologicamente, esta caracterização foi desenvolvida com base numa recolha de elementos diversos, processada a diferentes níveis:

- Contactos com técnicos da autarquia;
- Contactos com outras entidades (EP, operadores de transportes, etc.);
- Levantamentos de campo;
- Consulta de dados estatísticos, estudos e publicações existentes.

A sistematização da informação recolhida e o conhecimento adquirido relativamente à problemática associada à mobilidade e ao sistema de transportes concelhio, possibilitou a caracterização do sistema nas suas diferentes vertentes, identificando os seus principais estrangulamentos e deficiências e perspectivando a sua previsível evolução, alicerçando o desenvolvimento de uma estratégia de intervenção adequada que, no âmbito da presente Revisão do P.D.M., se traduza numa melhoria efectiva da sua qualidade e eficácia.

Assim, **nesta 1ª Fase**, procedeu-se à análise e caracterização da rede viária concelhia, nomeadamente, no que diz respeito à sua inserção na rede exterior, acessibilidades servidas, estrutura e hierarquia actual e das suas características físicas e geométricas, salientando ainda alguns dos aspectos mais significativos relativamente às suas perspectivas de evolução no prazo de vigência do presente Plano Director Municipal.

Por último, foi igualmente caracterizado serviço de transporte público colectivo que serve o Concelho, tendo em particular atenção a oferta e a qualidade do serviço prestado, bem como as condições de articulação e interface entre os diferentes modos existentes.



10.2 REDE VIÁRIA

10.2.1 Inserção Nacional, Regional e Local

10.2.1.1 Principais Ligações à Rede Exterior

As funções desempenhadas pelas vias, nomeadamente no que se refere aos níveis de acessibilidades servidos, apresentam-se como factor determinante no estabelecimento da sua adequada hierarquização, devendo ser analisada a sua adequação à estrutura, características e importância dos troços que a constituem.

Deste modo, a análise da sua inserção na rede exterior assume papel fundamental na compreensão das relações estabelecidas com os principais pólos de geração/atracção de deslocações, relacionadas, em larga medida, com a qualidade das ligações existentes, sendo de salientar os seguintes aspectos:

- A **localização geográfica** do Concelho de Constância – situado na Sub-região do Médio Tejo e junto à faixa litoral –, a sua **proximidade ao IP1/A1** e o facto de ser servido directamente pelo IP6 (ligação transversal entre os dois eixos longitudinais mais importantes da rede nacional), conferem-lhe excelentes condições de acessibilidade rodoviária, sobretudo, e no que diz respeito às ligações ao Interior Centro e Norte, após a conclusão da A23 (SCUT da Beira Interior);
- As **vias da Rede Nacional** (o IP6/A23 e a EN118) servem as **principais acessibilidades exteriores**, destacando-se nitidamente o **IP6/A23** (integrado na Rede Nacional Fundamental e de Auto-estradas), que assegura a maior parte das **ligações de nível superior** (nacional e regional) e, ainda, algumas ligações de âmbito local, beneficiando sobretudo o território situado a Norte do Tejo;
- O facto de o território concelhio ser atravessado pelo **Rio Tejo** constitui uma barreira natural que, dada a **reduzida qualidade e eficácia da única travessia existente** (a ponte rodo-ferroviária, entre Constância Sul e a Praia do Ribatejo, situada já no Concelho de V. N. da Barquinha), se traduz num **elemento condicionante**, quer das ligações de carácter local entre as duas margens, quer de algumas das ligações externas, afectando sobretudo a zona Sul do Concelho;
- A outra via que integra a Rede Nacional Complementar, a **EN118**, atravessa transversalmente o território situado a Sul do Tejo com uma orientação aproximadamente paralela à do IP6, estabelecendo **algumas ligações semelhantes a esta via**, embora claramente de **âmbito mais limitado**, sobretudo no sentido Poente;

Este aspecto, leva a que se verifique uma relativa sobreposição entre as funções desempenhadas por estes dois eixos, directamente relacionada com a debilidade da ligação existente entre as duas margens do Tejo e no inerente constrangimento imposto à articulação entre ambas.



Quadro 81: Principais Ligações à Rede Exterior

Via	Principais Ligações Asseguradas (Nível)		
	Nacional / Internacional	Regional	Local
IP6 / A23	Lisboa Porto Coimbra Região Norte Alentejo Região Sul Front. Vilar Formoso e Caia	Santarém Leiria Castelo Branco Portalegre Litoral Centro Interior Centro Sub-região Oeste	Tomar Torres Novas Entroncamento V.N. da Barquinha Abrantes
EN118	Lisboa (via Porto Alto) Alentejo Região Sul	Santarém Castelo Branco Portalegre	Arrepiado Chamusca Abrantes Tramagal
antiga EN3 (Rede Municipal)			V. N. Barquinha Abrantes Tomar (via Sta. Cita)
antiga EN358-2 (Rede Municipal)			Martinchel Castelo de Bode

- As restantes ligações externas, são asseguradas por duas vias desclassificadas no âmbito do PRN2000 – as **antigas EENN 3 e 358-2** – as quais, para efeitos de análise, consideraremos desde já como **parte integrante da Rede Municipal**, muito embora a aguardem ainda a conclusão do respectivo processo de municipalização;
- Asseguram sobretudo **ligações de carácter local**, muito embora o prolongamento da antiga EN3 ao exterior do Concelho e as conexões estabelecidas com o IP6/A23 (ao Nó da Amoreira, a Nascente e, em articulação com a antiga EN358-1, ao Nó de Casal do Jacinto, a Poente) lhe confirmam funções de nível superior, relativamente a deslocações geradas em algumas zonas situadas na margem Norte;
- A transposição do Tejo é estabelecida através da **ponte rodo-ferroviária** da Praia do Ribatejo, a qual, pela sua articulação com a antiga EN3 (Concelho de V.N. da Barquinha) e com o IP6/A23 (Nó de Casal do Jacinto), constitui igualmente uma **ligação exterior bastante relevante para a zona Sul do Concelho**, em simultâneo com as funções de âmbito local na **conexão entre as duas margens**, de importância fulcral a nível interno;



Última referência para uma ligação, de importância muito reduzida, estabelecida a partir do C.M. 1199 e do lugar de Pereira (extremo sudoeste do território) ao Concelho limítrofe da Chamusca, através de uma via municipal que serve o acesso ao lugar de Casta.

10.2.1.2 Análise das Acessibilidades Externas

A acessibilidade entre dois locais é sempre determinada em função da distância e das características das infra-estruturas viárias que os unem. Assim, a análise que seguidamente se apresenta foi efectuada tendo por base estes dois elementos, procurando traduzir as acessibilidades mais favoráveis servidas pelo conjunto de vias existente, apresentando-se no Quadro 82 as distâncias registadas entre a Sede de Concelho e os principais pólos geradores de importância nacional, regional e local.

Quadro 82: Distâncias da Sede de Concelho aos Principais Pólos Geradores

Nível Hierárquico	Designação	Distância (km)	Vias Utilizadas
Polos Nacionais	Lisboa	120	IP6/A23, IP1/A1
	Porto	235	IP6/A23, IP1/A1
	Coimbra	125	IP6/A23, IP1/A1
Polos Regionais	Santarém	60	IP6/A23, IP1/A1
	Leiria	70	IP6/A23, IP1/A1
	Castelo Branco	90	IP6/A23, IP2/A23
	Portalegre	100	IP6/A23, IP2
	Évora	140	IP6/A23, IC9 (EN2), IC13 (EN2), EN251 ER370, ER114-4
Polos Locais	Abrantes	12	IP6
	Torres Novas	18	IP6
	Tomar	22	IP6, IC3
	V. N. da Barquinha	12	IP6
	Entroncamento	12	IP6
	Chamusca	26	IP6, IC3 (EENN 365/243/118)
	Tramagal	12	EN3, EN118

Assim, é possível constatar que, em virtude da localização geograficamente privilegiada do Concelho, se registam distâncias moderadas relativamente aos principais **pólos de importância nacional**, beneficiando igualmente de ligações servidas por vias de hierarquia superior e elevada capacidade, as quais garantem padrões de acessibilidade e mobilidade bastante satisfatórios.

Relativamente aos principais **pólos de importância regional** verifica-se que, à excepção de Santarém e Leiria – com distâncias razoáveis e ligações de muito boas características – se registam ainda situações algo desfavoráveis relativamente aos restantes pólos situados na região do Alentejo, quer pelas distâncias a



percorrer, quer pelas condições oferecidas pelas vias existentes, como é o caso de parte do traçado do IP2 (Portalegre), ou da necessidade de utilizar um elevado número de vias com características antigas e algo deficientes (Évora).

Em síntese, podem classificar-se como moderados os actuais níveis de acessibilidade regional do Concelho, tendo a evolução recente da rede nacional contribuído para a sua melhoria substancial, nomeadamente, com a conclusão da A23, com reflexos directos nas ligações à Beira Interior e a Espanha (via Vilar Formoso), contrariamente ao que sucede relativamente às ligações com a Região do Alentejo, para as quais não se prevêem investimentos significativos a curto prazo.

Em contrapartida, a **acessibilidade local** é bastante elevada, com distâncias reduzidas a todos os principais pólos deste nível e ligações de boa qualidade, apenas prejudicadas pela inexistência de uma ligação adequada entre as duas margens do Rio Tejo. De salientar igualmente, a importância que o IP6 assume, mesmo a este nível, possibilitando um conjunto significativo de ligações locais, que beneficiam assim de elevados padrões de mobilidade e acessibilidade.

De referir ainda que, devido à barreira natural introduzida pelo Tejo, separando as zonas Norte e Sul do Concelho, as suas acessibilidades externas são significativamente diferenciadas, factor acentuado pelas características oferecidas pela única travessia existente, penalizando sobretudo a “margem” Sul do território.

10.2.2 Rede Viária Concelhia

10.2.2.1 Estrutura e Hierarquização Actual

A rede viária concelhia, representada na respectiva peça desenhada, é fundamentalmente composta por **quatro níveis hierárquicos**, diferenciados quanto à respectiva categoria administrativa, a saber:

- vias integradas na Rede Nacional Fundamental – Itinerários Principais (IP) – de acordo com o PRN2000 em vigor⁶¹;
- na Rede Nacional Complementar – Estradas Nacionais (EN);
- antigas Estradas Nacionais (ant. EN), desclassificadas no âmbito do PRN2000, passando a integrar a Rede Municipal;
- A restante Rede Municipal, constituída por estradas e caminhos (EM, CM e vias não classificadas).

⁶¹ Plano Rodoviário Nacional: Dec. Lei nº 222/98, de 17 de Julho, alterado pela Lei nº 98/99 e pelo Dec. Lei nº 182/2003;



No que diz respeito aos **troços desclassificados/a desclassificar**, a implementação do **PRN2000** traduz opções estratégicas de planeamento (já previstas no âmbito do anterior PRN85) e, no presente caso, tem como consequência uma redução pouco significativa do número e extensão dos troços integrados na Rede Nacional através da sua municipalização.

Tendo em consideração o prazo de vigência da presente Revisão do PDM e sendo expectável que a sua passagem à competência da autarquia venha a ocorrer ao longo desse período, os dois troços afectados por este processo – ant. EENN 3 e 358-2 – foram desde já analisados como parte integrante da **Rede Municipal**.

Por fim, relativamente à Rede Municipal, é de salientar que a classificação administrativa em vigor resulta de legislação antiga – DL 42271 (de 20/5/59) e DL 45552 (de 30/1/64) – e desajustada face à evolução entretanto verificada, o que tem como consequência a existência de um elevado número de **vias sem classificação atribuída**, as quais, para efeitos de análise, entendemos designar através de letras (vias A a X).

A **Rede Nacional** que serve o Concelho, integra um Itinerário Principal, o **IP6/A23**, e um troço classificado como Estrada Nacional, a **EN118**, os quais apresentam uma orientação aproximadamente paralela e atravessam transversalmente as suas zonas Norte e Sul, respectivamente. Para além das relevantes ligações exteriores asseguradas por ambas, a EN118 assume igualmente um papel fundamental ao nível da distribuição interna das deslocações ao longo da “margem” Sul.

A **ant. EN3**, que atravessa transversalmente a “margem” Norte do território, e a **ant. EN358-2**, que entronca perpendicularmente com esta a poente de Constância, constituem o conjunto de **antigas EN** e desempenham funções de importância claramente inferior. Contudo, a nível local, a ant. EN3 assume uma importância fundamental na ligação entre os dois pólos urbanos mais importantes – Constância e Montalvo.

A **restante Rede Municipal** abrange um conjunto de vias bastante heterogéneo, quer em termos físicos, quer funcionais, com relevância predominante no âmbito das deslocações internas, nomeadamente no acesso aos principais núcleos urbanos ou a outros pólos concelhios (v.g. zonas industriais, Campo Militar) e, em diversos casos, funções de carácter exclusivamente urbano.

Assim, na “**margem**” Norte esta rede é constituída basicamente por duas Estradas Municipais – as **EM's 582 e 543** –, que formam ramificações do eixo principal que atravessa esta zona (a antiga EN3) e asseguram funções urbanas nos núcleos de Constância e Montalvo, com a EM582 a constituir uma alternativa de penetração na zona Norte da Vila de Constância a partir do nó do IP6/A23 e da ant. EN3, definida em P.U. como sua principal zona de expansão.



Referência ainda para um conjunto de caminhos (com uma extensão assinalável e objecto de recente pavimentação) que servem a zona que se situa entre a antiga EN3 e a margem do Rio Tejo, os quais asseguram acesso às explorações agrícolas e às indústrias de extracção de areias aí situadas.

Por sua vez, a “**margem**” Sul é servida por um conjunto relativamente vasto de vias que se desenvolvem a partir da EN118 e apresentam alguma coerência no âmbito do sistema viário interno. Destas, importa salientar a importância assumida por algumas delas:

- A **EM592**, que forma um anel com duas ligações à EN118 (em Constância Sul e cerca de 3 km a nascente) e assegura o acesso principal aos lugares de Aldeia de Santa Margarida (Sede de Freguesia), Portela e Vale de Mestre;
- a **Estrada Militar** (via X), que entronca na EN118 junto à Estação de C.F. de Santa Margarida e estabelece os principais acessos a Malpique e ao Campo de Instrução Militar;
- a **via V**, entre Aldeia de Sta. Margarida (EM592) e Malpique;
- a **via T** (Est. Militar) e o **CM1199**, que constituem a única ligação ao lugar de Pereira a partir de Vale de Mestre e da EM592;

A via que efectua o atravessamento do Tejo através da **ponte rodo-ferroviária** (via K) – cedida pela CP às autarquias de Constância e V.N. da Barquinha e, portanto, sem categoria administrativa atribuída –, merece uma **referência destacada**, uma vez que, apesar de estabelecer ligação com o Concelho de V. N. da Barquinha, constitui um elemento fundamental da rede concelhia como único atravessamento rodoviário que une as suas duas margens e, em virtude das ligações servidas, assumindo mesmo importância de natureza supra-municipal.

Esta análise, fundamenta a **proposta de hierarquização funcional da rede actual** que seguidamente se apresenta, a qual tem por objectivo concreto a definição de **níveis hierárquicos com diferentes exigências operacionais** e, logo, das suas adequadas características físicas, geométricas, condições de ocupação e acesso marginal, aspectos a contemplar ao nível do Regulamento do Plano.

Como é prática corrente em Planeamento de Transportes, adoptou-se uma hierarquização viária baseada na **classificação funcional** das vias (independentemente da sua categoria administrativa), tendo estas sido agrupadas em **três sistemas funcionais**, aos quais estão associadas diferentes características e exigências operacionais e que, sucintamente, se podem caracterizar da seguinte forma:

- **Sistema Primário**: integra as vias mais importantes da rede, tendo como função assegurar as **principais ligações ao exterior**, servindo tráfegos de penetração e de atravessamento e, ainda, algumas ligações internas de maior importância e extensão, formando assim a base da estrutura viária concelhia, garantindo prioritariamente a função **mobilidade**;



- **Sistema Secundário**: as funções principais deste sistema consistem em ligar as diversas **Sedes de Freguesia e os outros pólos** geradores de tráfego entre si e à Sede do Concelho, bem como assegurar ligações alternativas de importância secundária ao exterior, devendo garantir, de uma forma equilibrada e variável, as funções **mobilidade e acessibilidade**;
- **Sistema Terciário**: constituído pelas vias municipais menos importantes e desempenhando, fundamentalmente, a função **acessibilidade**, assegura o acesso local a pequenos aglomerados polarizados por Sedes de Freguesia ou outros núcleos de maior dimensão, podendo ainda servir algumas ligações de importância local ao exterior.

Assim, decorrente da análise anteriormente efectuada e considerando a **estrutura viária existente**, foi desenvolvida a seguinte **proposta de hierarquização funcional** das vias que servem o concelho (Figura 56):

Sistema Primário

- Integra, naturalmente, os **dois eixos da Rede Nacional** – o IP6/A23 e a EN118 –, sendo a importância desta última, quer a nível regional, quer a nível local, ampliada pela fraca articulação existente entre ambos;
- Pelas funções que assume na ligação entre as duas “margens” do território, ao nível da acessibilidade exterior da sua zona Sul e como via de importância supra-municipal, a **ponte rodoviária e o respectivo acesso** (via K) são igualmente integrados neste nível hierárquico;

Refira-se que, a inclusão destas vias neste sistema hierárquico deriva das funções por elas desempenhadas, quer no âmbito das deslocações concelhias, quer pela sua importância de natureza supra-municipal, servindo, desta forma, tráfegos de atravessamento com alguma relevância.

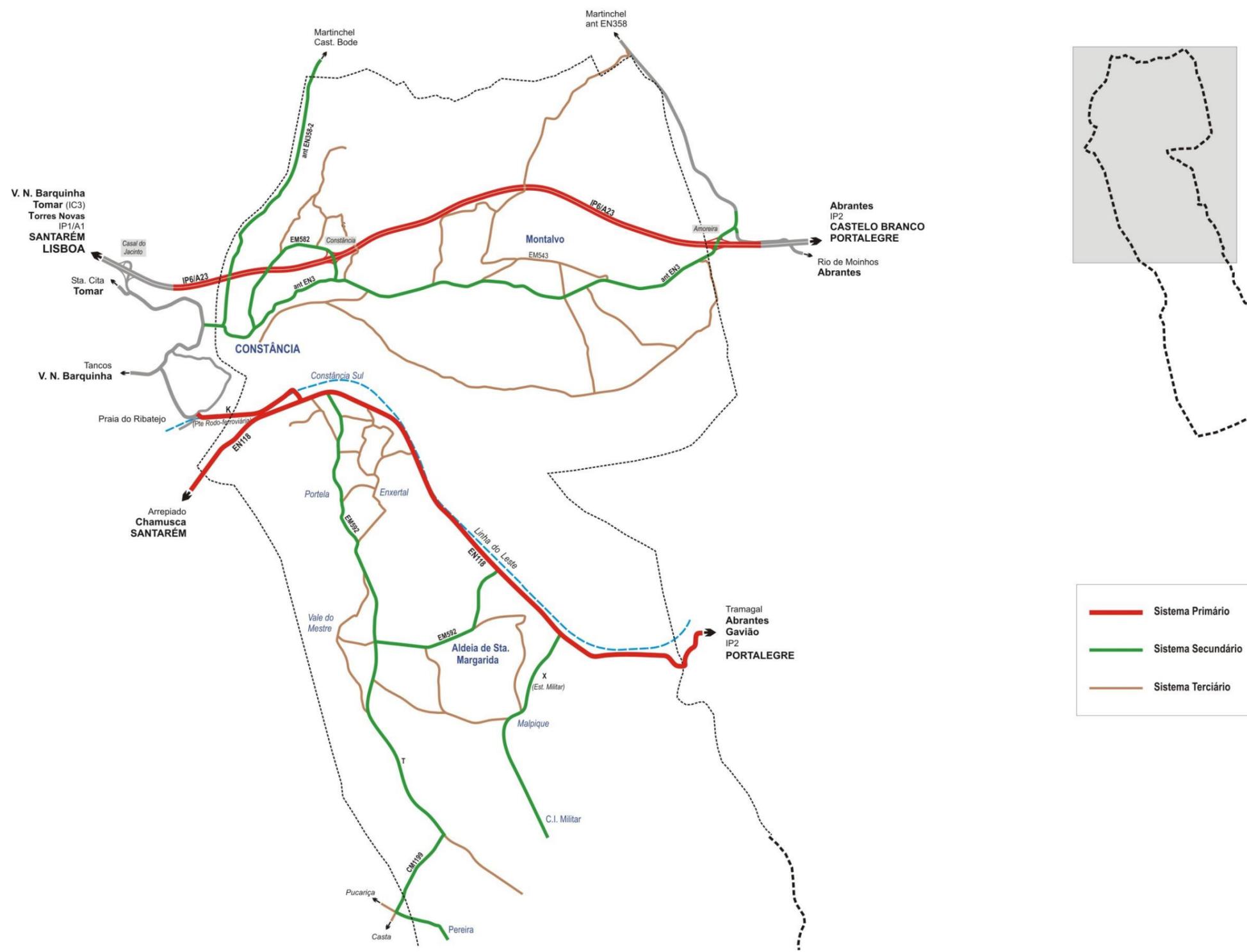
Dadas as suas funções e características físicas, as vias integradas neste sistema funcional deverão ficar sujeitas às **maiores restrições** em termos de protecção às respectivas faixas marginais, constituindo a definição desta hierarquia um processo dinâmico, cuja redefinição dependerá, em primeira instância, da evolução futura da rede.

Sistema Secundário

Para além dos **dois troços desclassificados** – EENN 3 e 358-2 –, cujas funções foram já devidamente salientadas, será formado pelas principais **vias da Rede Municipal**, nomeadamente, as EM's 582 e 592, o eixo formado pela via T e pelo CM1199 (acesso a Pereira) e a via X (Estrada Militar), que estabelece o acesso a Malpique e ao C.I. Militar.

Asseguram essencialmente **acessibilidades externas secundárias ou a ligação entre zonas significativas do território**, destacando-se em particular as estabelecidas relativamente à Sede de Concelho, tendo a sua importância, no contexto da rede, sido anteriormente salientada.

Figura 56: Rede Viária – Hierarquia Funcional



Fonte: Plural



Caracterizam-se por parâmetros de oferta bastante menos exigentes em termos de mobilidade, devendo contudo garantir **elevados padrões de acessibilidade**, quer por servirem acesso a propriedades marginais, quer, nalguns casos, pela sua inserção em meio urbano, devendo, sobretudo nestas situações, proporcionar adequadas condições de segurança.

Sistema Terciário

Integra as **restantes vias do sistema concelhio**, essencialmente constituído por caminhos municipais (CM), rurais ou agrícolas – incluindo um número significativo de vias sem classificação administrativa atribuída que, para efeitos de análise, entendemos designar por letras (vias A a X) – e, na maioria dos casos, por troços curtos formados por ramificações dos eixos principais.

Asseguram ligações de interesse local e importância variável, tal como o acesso a aglomerados de pequena dimensão situados em zonas do território com um povoamento mais rarefeito, pelo que se propõe a continuação da política que vem sendo desenvolvida pela autarquia, procedendo à sua beneficiação.

De entre estas, são de destacar as funções desempenhadas pela ligação Aldeia de Sta. Margarida - Malpique (via V) e pelos troços que servem o conjunto de pequenos aglomerados situados na “margem” Sul (v.g. Cardal, Enxertal e Bairro) e estabelecem conexões secundárias com a EN118.

Dadas as suas funções e características físicas são, naturalmente, aquelas que ficarão sujeitas às **menores restrições** em termos de protecção e condicionalismos de ocupação marginal.

Por fim, refira-se que para além das vias integradas nos três sistemas funcionais atrás descritos – as que asseguram funções relevantes neste âmbito –, existe um conjunto considerável de **caminhos rurais e estradas florestais** (alguns deles com características bastante razoáveis), assumindo importância no âmbito do escoamento da produção florestal e agrícola do Concelho.

10.2.2.2 Caracterização Física

Extensões Viárias

A rede viária objecto de análise **englobou a totalidade dos troços que desempenham funções relevantes** no contexto da rede concelhia, nomeadamente, todos os que asseguram acessibilidade a aglomerados urbanos, não se considerando relevante nem conveniente, neste âmbito, a consideração de vias com funções exclusivamente urbanas, de acesso local a propriedades isoladas ou integradas na rede florestal.



Para tal, foram inventariadas as suas **características físicas e geométricas** – extensões, perfis transversais, pavimentação, condições de ocupação marginal, etc. –, as quais assumem uma influência determinante na sua avaliação qualitativa, com repercussões ao nível da capacidade, segurança, economia e conforto de utilização.

Assim, a **extensão total** da rede considerada é da ordem dos **69km**, a que corresponde uma **densidade viária** global de **857m/km²**, valor que traduz uma cobertura territorial bastante satisfatória, sobretudo se tivermos em conta a reduzida densidade de inúmeras áreas, com destaque para a área afectada ao CIM de Santa Margarida.

Quadro 83: Extensões Viárias por Categoria Administrativa

Tipos de Vias	Extensão	
	(km)	
Rede Nacional	13.1	19.0%
Fundamental (IP)	5.9	45.0%
Complementar (EN)	7.2	55.0%
Rede Municipal	55.8	81.0%
antigas EN's	9.4	16.8%
Estradas Municipais (EM)	8.5	15.2%
Caminhos Municipais (CM) ¹⁾	37.9	67.9%
Total	68.9	

1) Engloba as vias não classificadas

Fonte: Plural

A sua repartição por **categoria administrativa** denota o **peso reduzido assumido pelas vias da Rede Nacional** (19% do total), configurando, desde já, o cenário resultante da **municipalização dos troços desclassificados** – acauteladas previamente as necessárias intervenções de beneficiação (tal como disposto no PRN2000) – o que representará, em termos globais, um aumento da ordem dos 20% relativamente à extensão da Rede Municipal e, conseqüentemente, **atribuições e competências acrescidas para a autarquia** ao nível da sua gestão, exploração e manutenção.

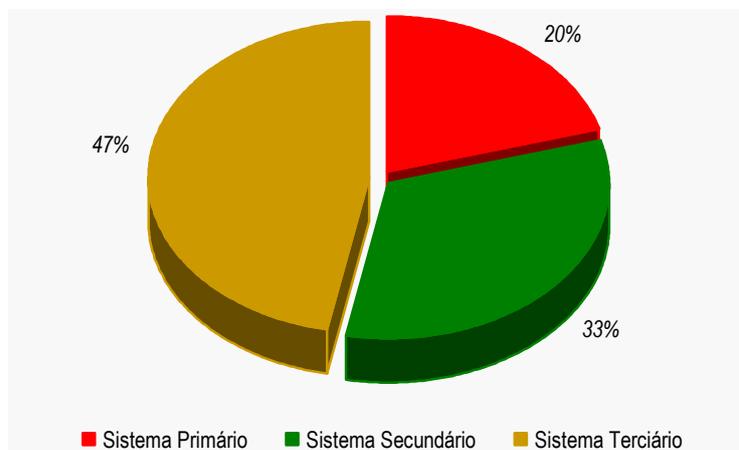
Relativamente à **hierarquia funcional proposta**, verifica-se que a rede se apresenta **relativamente bem estruturada** – com as extensões mais elevadas a corresponderem às vias que asseguram predominantemente funções distribuidoras ou de acesso local (sistemas Secundário e Terciário) –, obviando à ocorrência de sobreposições funcionais significativas ao longo das vias principais.

Contudo, tal como já amplamente salientado, as principais deficiências estruturais da rede são motivadas pelo efeito barreira constituído pelo Rio Tejo e pelas características da única ligação entre as duas margens (ponte

rodo-ferroviária), factor que penaliza significativamente a mobilidade e as acessibilidades concelhias a diversos níveis, nomeadamente, devido à ineficaz articulação entre o IP6/A23 e a restante rede concelhia.

Figura 57: Estrutura Funcional da Rede Viária Concelhia

Fonte: Plural



Apesar disso, verifica-se ainda um **certo défice de troços de nível terciário**, com algumas vias do sistema intermédio a assegurarem

funções locais na travessia urbana de aglomerados o que, sendo decorrente da própria configuração da rede e da dinâmica de ocupação do solo, é de certa forma atenuado pela existência de alternativas diversificadas de acesso, tal como sucede, por exemplo, relativamente a parte da EM592.

Uma análise comparativa com a situação verificada aquando da elaboração do PDM em vigor (referente a 1992), permite constatar uma evolução significativa a este nível, com a entrada em serviço do IP6/A23 a traduzir-se na perda de importância do papel desempenhado por algumas vias (v.g. antiga EN3), com benefícios ao nível da sua integração no âmbito da rede concelhia.

De um modo geral, verifica-se que as **melhorias introduzidas num vasto conjunto de vias municipais** (através da sua pavimentação e/ou beneficiação), permitiram um acréscimo da sua extensão e importância no contexto da rede, com benefícios claros para a qualidade das acessibilidades internas.

Saliente-se ainda a existência de uma rede relativamente extensa de **caminhos rurais** (em terra batida), na sua maioria, com características adequadas às funções desempenhadas, assumindo um papel fundamental no apoio às explorações rurais e áreas florestais existentes.



Pavimentação

O tipo e o estado de conservação dos pavimentos constituem importantes factores na avaliação qualitativa da rede, com repercussões ao nível da sua capacidade, segurança, economia e conforto de utilização.

Com o objectivo de caracterizar a rede viária concelhia relativamente a estes aspectos, bem como às suas características geométricas, foi **efectuado um levantamento exaustivo**, consistindo na recolha de elementos respeitantes a troços homogéneos significativos.

Com base neste inventário, verifica-se que a **quase totalidade** da rede viária inventariada (68.9km) se encontra **pavimentada em asfalto betuminoso**, constituindo excepções o tabuleiro da ponte rodo-ferroviária e um caminho que se desenvolve ao longo da margem Norte do Tejo (via H), ambos pavimentados em betão.

Pela sua relevância no contexto da rede e, também, como elemento base ao desenvolvimento de propostas futuras de intervenção, foi igualmente considerado um troço **não pavimentado** (via E) que, presentemente, assegura essencialmente o acesso à zona florestal situada a Norte de Montalvo.

Relativamente ao seu **estado de conservação**, constata-se que a **totalidade da rede** se apresenta **em bom estado**, sendo de realçar, as excelentes condições apresentadas pelas vias municipais, fruto de um vasto conjunto de intervenções executadas pela autarquia, integradas no “Programa de Renovação da Rede Viária e Articulação com a Rede Nacional e Regional”, financiada ao abrigo do QCA III, que levaram à repavimentação ou construção de inúmeros caminhos e arruamentos, com especial incidência na zona Sul do Concelho.

Num passado recente, saliente-se o **projecto de requalificação e ordenamento do traçado urbano da antiga EN3** (entre a Ponte do Zêzere e o Nó de Constância do IP6/A23), que permitiu uma correcta inserção deste troço no atravessamento da Sede de Concelho e envolveu intervenções ao nível da pavimentação, do perfil transversal (PT = 6.5m), da delimitação e separação de espaços funcionais (criação de passeios e bolsas de estacionamento), do ordenamento das travessias pedonais, da sinalização rodoviária e da iluminação pública.

Contudo, importará salientar a **ausência de marcação rodoviária** por pintura e a por vezes **deficiente** (ou inexistente) **sinalização vertical** que se verifica em grande parte da Rede Municipal, aspectos para os quais deverá ser dada especial atenção, sobretudo nos troços que efectuam travessias urbanas de aglomerados, passando, no domínio da segurança rodoviária, pela **adoção de mecanismos limitadores da velocidade** (através de semáforos actuados), à semelhança do que se verifica em Constância-Sul.



Características Geométricas e de Ocupação Marginal

As **características geométricas** das vias – perfil transversal, perfil longitudinal e traçado em planta –, tal como as suas **condições marginais de ocupação** – travessias urbanas, conflitos com peões ou veículos estacionados, etc. – têm igualmente uma influência determinante nas condições de operação da rede viária, com reflexos directos ao nível dos parâmetros enunciados anteriormente. O Quadro 84 sintetiza alguns dos parâmetros mais relevantes a este nível e permite salientar os seguintes aspectos:

- De entre as vias do **Sistema Primário**, realce para as **satisfatórias características da EN118** que, apesar da travessia urbana de Constância-Sul e de um elevado número de intersecções (7 em cerca de 4.0km) com vias de tráfego reduzido, lhe asseguram padrões de elevada mobilidade;

As **características inadequadas da via K** (não classificada) que assegura a ligação entre as duas margens do Tejo – correspondente à **ponte rodo-ferroviária** e ao seu acesso Sul –, bastante penalizantes em termos de mobilidade uma vez que, o reduzido perfil transversal disponível obriga ao seu funcionamento em **sentido único reversível**, regulado por semaforização actuada;

- Relativamente ao **Sistema Secundário**, no caso da **ant. EN3**, referência para os condicionamentos inerentes às funções urbanas no atravessamento da Vila de Constância;

A **ant. EN358-2**, a intervenção de beneficiação levada a efeito por iniciativa inter-municipal, dotou-a de **características razoáveis** face às funções que desempenha;

As **restantes vias** integradas neste sistema hierárquico apresentam, de um modo geral, **características geométricas adequadas**, sendo apenas de realçar as condicionantes impostas pelo atravessamento de aglomerados urbanos, resultando daí uma necessidade óbvia de compatibilização de funções de acessibilidade local/marginal e de mobilidade.

Quanto aos troços que desempenham funções de menor relevância, integrados no **Sistema Terciário**, apresentam genericamente **características bastante satisfatórias**, apesar dos estrangulamentos existentes nalguns aglomerados urbanos (v.g. CM's 1201 e 1203) ou de, nalguns troços com funções vicinais ou de acesso a propriedades isoladas, registarem dimensões transversais bastante reduzidas ($PT \leq 4.0$ m).

De salientar que, as vias objecto de intervenção recente (no âmbito do já referido projecto de “Renovação da Rede Viária”), dispõem de um perfil transversal tipo com faixa de rodagem de 5.0m e elementos de drenagem (valeta de betão em zonas de escavação), bastante ajustados às exigências locais de funcionamento.



Quadro 84: Características Geométricas e de Ocupação Marginal

Via	Extensão (km)	Dimensões larg FR (m)	Principais Elementos Condicionantes
Sistema Primário			
IP6/A23	5.9	2 x 7.5	proximidade entre nós de ligação
EN118	7.2	6.5 - 7.0	travessia urbana de Constância Sul; intersecções com vias de tráfego reduzido; semáforos no cruzam. c/Est. Militar e acesso à Estação CF
via K (travessia do Tejo)	1.0	2.65 - 7.3	ponte rodo-ferroviária com PT muito reduzido e funcionamento em sentido único reversível
sub Total	14.1	20.5%	
Sistema Secundário			
ant. EN3	6.3	6.0 - 6.5	travessia urbana de Constância; alguma sinuosidade acessos locais a Montalvo
ant. EN358-2	3.1	5.1	PT insuficiente; sinuosidade
EM582	1.9	5.5 - 6.5	troço urbano em zona de equipamentos (Escola); estacionamento marginal
EM592	5.0	6.0	travessia de diversos aglomerados
CM1199	1.7	6.0	
via T	2.5	6.0	acesso secundário ao CIM de Sta. Margarida
via X	1.9	5.5	travessia urbana de Malpique
sub Total	22.4	32.5%	
Sistema Terciário			
EM543	1.6	5.5 - 6.0	arruamento urbano em Montalvo
CM1201	1.1	4.0 - 5.0	idem em Enxertal
CM1202	1.9	4.0 - 5.0	idem em Vale do Mestre
CM1203	0.5	4.5	idem em Portela e Bairro
CM1204	1.0	5.0	idem em Montalvo e Montalvinho
via V	1.6	4.5	
restantes vias	24.7	3.0 - 6.0	PT reduzido em alguns troços com funções de âmbito muito restrito
sub Total	32.4	47.0%	
TOTAL	68.9		

Fonte: Plural



10.2.2.3 Análise das Acessibilidades Internas

Neste ponto efectua-se uma análise das acessibilidades intra-concelhias, nomeadamente, das ligações entre os pólos geradores mais significativos, baseada nas respectivas distâncias, estrutura e características da rede existente.

Quadro 85: Distâncias Entre os Principais Pólos Geradores

Pólos Geradores	Montalvo	Zona Industrial	Ald. S. Margarida	Constância Sul	Portela	Enxertal	Vale do Mestre	Malpique	Pereira	C. I. Militar
CONSTÂNCIA	3.6	4.6	7.3	3.2	4.9	5.4	6.6	8.3	10.7	9.2
Montalvo		0.5	10.9	6.8	8.5	9.0	10.2	11.9	14.3	12.8
Zona Industrial			11.9	7.8	9.5	10.0	11.2	12.9	15.3	13.8
Ald. S. Margarida				4.1	2.5	3.0	0.8	1.9	4.9	2.6
Constância Sul					1.7	2.2	3.4	5.1	7.5	6.0
Portela						0.5	1.7	3.8	5.8	4.5
Enxertal							2.2	4.3	6.3	5.0
Vale do Mestre								2.1	4.1	2.8
Malpique									6.2	0.9
Pereira										6.9

Fonte: Plural

Tendo em conta a geografia do Concelho e a estrutura da sua rede viária, condicionada pela barreira natural introduzida pelo Rio Tejo – que estabelece uma sub-divisão do território em duas zonas distintas –, podemos estabelecer esta análise a dois níveis distintos: a acessibilidade interna de cada uma das zonas e a acessibilidade global a nível concelhio.

Assim, as reduzidas distâncias existentes entre os principais pólos geradores de cada uma das zonas e as satisfatórias características das vias que os servem, implicam que o seu grau de acessibilidade seja, naturalmente, bastante elevado.

Na **margem Norte**, onde se situam os pólos de maior importância a nível concelhio – a Sede de Concelho, Montalvo e a sua Zona Industrial – as distâncias máximas situam-se na ordem dos 4.5km, com ligações servidas de modo eficaz pela antiga EN3.

Na **margem Sul**, se considerarmos a polaridade exercida por Aldeia de Sta. Margarida (Sede de Freguesia), verificam-se igualmente distâncias muito curtas, sendo as principais deslocações asseguradas, quer pela



EN118, quer pela rede de vias municipais existente que, como já referido, oferece globalmente condições de mobilidade satisfatórias.

No que diz respeito às ligações **entre estas duas zonas**, as dificuldades impostas pelo atravessamento do Tejo (entre Constância-Sul e a Praia do Ribatejo, já no Concelho de V. N. da Barquinha) e pelas deficientes características da ligação que o serve, traduzem-se numa penalização significativa das acessibilidades de nível concelhio, com os maiores impactos desta situação a incidirem, naturalmente, nas populações situadas na “margem” Sul, dada a elevada atractividade exercida pela Sede de Concelho.

Este factor implica que, apesar da reduzida dimensão do Concelho (com o lugar mais periférico, a Pereira, situado a cerca de 11km de Constância), consideremos, globalmente, como média a sua acessibilidade interna.

10.2.3 Perspectivas de Evolução

Seguidamente, enunciam-se os aspectos mais significativos no que diz respeito às perspectivas de evolução futura da rede, decorrentes das intervenções previstas, quer a **nível nacional e regional**, com a gradual implementação do PRN2000, quer a **nível local**, através da reclassificação viária prevista ao abrigo do mesmo, construção de novas vias ou da beneficiação das existentes, tendo em particular atenção aquelas que mais directamente se relacionam com a melhoria da mobilidade e das acessibilidades concelhias.

Neste âmbito, será essencial a auscultação prévia das diferentes entidades envolvidas (C. M. de **Constância**, EP - Estradas de Portugal, REFER, etc.), no sentido de permitir a salvaguarda dos espaços canais indispensáveis à sua implementação, bem como o desenvolvimento de propostas que conduzam à sua correcta articulação com a restante rede, elemento determinante na optimização das acessibilidades concelhias.

Assim, a implementação a prazo de algumas das **vias integradas na Rede Nacional** permitirá, tal como se verificou num passado recente com a conclusão da A23 (SCUT da Beira Interior), uma melhoria sensível das suas ligações exteriores de nível nacional e regional, salientando-se as seguintes:

- A gradual implementação do **IP2 a Sul da A23** (Gardete), atribuindo-lhe características funcionais e operacionais que permitam aumentar o grau de acessibilidade relativamente à Região do Alentejo e, também, a Espanha, através da Fronteira do Caia;
- O **IC3** que, a prazo, assegurará a ligação **Almeirim** (IC10) - Entroncamento (IP6) - Tomar - Condeixa (IP1) - **Coimbra** (IP3), constituirá uma alternativa ao IP1/A1 a diversos níveis:
 - na **direcção Norte**, nas ligações a Coimbra e ao litoral (via IP1/A1), articulando-se ainda com o IP3 (troço Viseu/IP5 - Souselas/IC2), a integrar na Rede Nacional de Auto-estradas;



- para **Sul**, no acesso a Santarém e, pela continuidade assegurada pela Auto-estrada A13, à Grande Lisboa, à Península de Setúbal e, ainda, ao Sul do País (via IP1/A2);
- Os sub-lanços Nazaré - Alcobaça e **Chão da Feira** (IC2) - Fátima (IP1/A1) - Ourém (Alburitel) - **Tomar** (IC3) do **IC9**, como alternativa nas ligações ao litoral Centro;
- O lanço **Abrantes** (IP6) - **Ponte de Sôr** (IC13) do **IC9** (em fase de Estudo Prévio), com um traçado aproximado ao da actual EN2;
 - Este investimento, contempla a construção de uma **nova travessia ao Rio Tejo**, a poente de Abrantes, tendo por referência o alinhamento do actual acesso ao Nó de Abrantes do IP6/A23;
 - Na **margem Sul**, esta nova travessia articular-se-á com a futura **“Variante à EN118”** no troço compreendido entre o Tramagal e o Rossio ao Sul do Tejo;
- O **IC13** (Montijo/IP1 - Coruche - Pte de Sor - Alter do Chão - Crato - Portalegre), eixo fundamental em termos de desenvolvimento da Sub-região do Alto Alentejo, sobretudo pela melhoria substancial das suas acessibilidades à Região de Lisboa;
- A médio prazo, a construção do **IC31** (C. Branco/IP2 - Termas de Monfortinho), que assegurará a ligação entre o IP2/A23 e a rede viária da Extremadura espanhola;

Por último, pela **importância que assume no âmbito da estrutura viária e das acessibilidades concelhias**, referência destacada para a **“Variante à EN118 entre Constância (Sul) e Gavião e Ligação ao IP6 (A23)”** (Estudo Prévio) que, na sequência da respectiva Declaração de Impacte Ambiental (DIA) deverá adoptar as seguintes opções e alternativas de traçado:

- **Nova travessia do Rio Tejo**: será adoptada uma das soluções (Sol. C ou D) desenvolvidas na **opção a Poente**, as quais estabelecem a ligação entre o Nó do Zêzere (IP6/A23) e a “Variante à EN118” (Rotunda 1) num ponto situado entre Couto das Areias e Vale do Mestre;
 - Qualquer destas soluções (dotadas de dupla faixa de rodagem com 7.00m e duas vias/ sent) contempla uma **conexão e restabelecimento do traçado da antiga EN3** a Poente;
 - A partir da Rotunda 1, serão ainda estabelecidas **duas ligações locais**, nomeadamente, na ligação à EN118 a Poente (designada como “Ligação à Chamusca”) e na ligação a Constância Sul, junto à fábrica de Celulose do Caima e ao acesso à ponte rodo-ferroviária, constituindo um restabelecimento à EM592;
- **Variante à EN118**: no território concelhio, foi adoptada a **Solução A** que, na maior parte da sua extensão consistirá na beneficiação da actual EN118 (FR = 7.00m e bermas com 2.50m), inflectindo o traçado para Sul junto ao limite com o Concelho de Abrantes (lig. ao Tramagal).



Face a estas perspectivas, é possível constatar o **potencial acrescido** de que o concelho e a região poderão beneficiar, constituindo a **implementação deste conjunto de infra-estruturas da Rede Nacional** um factor de enorme importância no âmbito das suas acessibilidades regionais, nacionais e internacionais, com reflexos directos em termos de desenvolvimento económico e da sua inserção territorial.

Contudo, atendendo aos condicionalismos impostos pela **barreira natural introduzida pelo Rio Tejo**, importa salientar que a opção adoptada relativamente à **Nova Travessia do Tejo** (a Poente), representa uma penalização efectiva em termos de coesão territorial e, logo, do grau de acessibilidade e mobilidade interna, com os impactes mais negativos a incidirem, naturalmente, nas populações situadas na “margem” Sul, dada a elevada atractividade exercida pela Sede de Concelho e, também, pela importância crescente assumida pela Zona Industrial de Montalvo ao nível da fixação de empresas e da criação de empregos.

A **nível concelhio**, a implementação do PRN2000 envolve a **desclassificação dos troços das EENN3 e 358-2** que servem o concelho, circunstância que, em termos relativos, se traduz numa redução significativa da extensão dos troços integrados na Rede Nacional através da sua municipalização, envolvendo a passagem à tutela municipal de 9.4km de antigas EN's – 42% da extensão total de vias nacionais anteriormente classificadas – e, conseqüentemente, atribuições e competências acrescidas para a autarquia ao nível da sua gestão, exploração e manutenção.

Por iniciativa da autarquia, para além de diversas acções de beneficiação da rede existente, registe-se a intenção de estabelecer uma **nova ligação entre Montalvo e Martinchel** (proximidades), investimento que teria, necessariamente que ser desenvolvido em parceria com a C. M. de Abrantes, envolvendo igualmente a construção de uma via envolvente a Nascente de Montalvo, na ligação à antiga EN3 e à Zona Industrial.

Tendo em consideração a proposta de **hierarquização funcional** que agora se apresenta, será igualmente essencial que a autarquia promova um programa de acções que, a curto prazo, permitam a beneficiação preferencial dos troços que desempenham funções mais relevantes.

10.3 TRÁFEGO RODOVIÁRIO

Apesar de escassos, os dados disponíveis a partir dos **Recenseamentos de Tráfego efectuados pelo E.P.** (ex JAE), possibilitam uma análise sucinta da evolução verificada a este nível nos últimos anos, uma vez que **apenas dois postos de contagem**, representativos da procura de tráfego no concelho, dispõem de séries cronológicas de dados consistentes e actualizadas (posteriores a 1995), tendo os restantes sido entretanto desactivados.

No Quadro 86 apresenta-se uma síntese dos resultados das contagens efectuadas nestes postos, abrangendo o



período 1985/2005, sendo indicados o respectivo Tráfego Médio Diário Anual (TMDA), a composição do tráfego (% de Pesados) e as taxas médias de crescimento anual verificadas (TMCA).

Quadro 86: Evolução do Tráfego nas Vias Nacionais (período 1985/2005)

Posto / Localização	Anos	Volume de Tráfego (TMDA)			TMCA
		Ligeiros	Pesados	Total	
522A IP6 - km 133.4 (Tancos/Casal do Jacinto)	1996	6659	1069 14%	7728	
	1999	10117	1736 15%	11853	15.3%
	2005	16516	2674 14%	19190	8.4%
522 ant. EN3 - km 92.6 (Barquinha/Constância)	1985	2215	465 17%	2680	
	1990	3742	422 10%	4164	9.2%
	1995	5379	536 9%	5915	7.3%
523 ant. EN3 - km 103.4 (a Nascente de Montalvo)	1985	2645	616 19%	3261	
	1990	4342	725 14%	5067	9.2%
	1995	6900	1269 16%	8169	10.0%
529 EN118 - km 121.2 (a Nascente de Constância Sul)	1994	3627	659 15%	4286	
	1997	3179	496 13%	3675	-5.0%
	2000	3237	421 12%	3658	-0.2%
	2005	3030	260 8%	3290	-2.1%

Fonte: Recenseamento de Tráfego do E. P.

A análise destes dados, deverá ser devidamente enquadrada em função da evolução recente das infra-estruturas rodoviárias com maior relevância a nível regional, nomeadamente a implementação do IP6 até Abrantes (1996) e, posteriormente, a com a conclusão da A23 até à Guarda (IP5/A25).

Assim, na via mais importante que atravessa o território do Concelho, o **IP6/A23**, os dados disponíveis em 2005 apontavam para valores da ordem dos 19 000 veíc/dia (TMDA), valores que traduzem a crescente importância das funções desempenhadas por esta via, nomeadamente ao nível das deslocações de médio e longo curso, de carácter regional e nacional, factor que se acentuou claramente na sequência da entrada em serviço do lanço Mouriscas - Gardete/IP2, e do IP2/A23, até à Guarda (IP5).

De assinalar, os **elevados ritmos de crescimento** verificados **neste eixo da Rede Nacional Fundamental**, reflectindo por certo uma significativa indução de tráfego, bem como algumas melhorias introduzidas noutros troços da rede nacional com articulação a esta via, do que é exemplo a EN2 - Abrantes/Sertã (IC8).



Relativamente aos valores registados nos **dois postos situados na EN3**, verifica-se que estes apresentaram um crescimento bastante acentuado entre 1985 e 1995, atingindo mesmo volumes significativos, sobretudo entre Constância e Abrantes (Posto 523).

Em termos de **evolução recente**, não havendo dados disponíveis posteriores a 1995, ter-se-á por certo registado uma **redução muito acentuada do tráfego** que utilizava esta via, consequência directa da entrada em serviço dos sucessivos lanços do IP6/A23, que passou a assegurar as deslocações mais significativas de nível regional e mesmo algumas de âmbito local (ligações inter-concelhias), ou seja, absorvendo o tráfego de atravessamento que anteriormente era canalizado pela EN3.

No que diz respeito à **EN118**, os dados disponíveis apontam para uma **estagnação ou mesmo redução** dos volumes de tráfego registados ao longo da década de 90, factor que se acentuou com a abertura dos diferentes lanços do IP6 (v.g. Torres Novas/Abrantes, em 96), traduzindo-se numa utilização bastante moderada desta via nacional, que apresenta condições deficientes quer a nível de traçado, nomeadamente a Nascente do território concelhio, quer de articulação com a rede situada a Norte do Rio Tejo, tal como já anteriormente salientado.

Por fim, em termos de **composição do tráfego** e tendo em atenção a evolução recente dos dados disponíveis, esta deverá situar-se em valores da ordem dos 8 a 10% de veículos pesados na EN118 e, com um peso relativo ligeiramente superior, entre 14 a 15% no IP6/A23.

10.3.1 Perspectivas de Evolução

A procura de tráfego está intimamente relacionada com as necessidades e capacidades de mobilidade das populações, condicionadas genericamente por factores de natureza socio-económica, pela distribuição espacial das várias funções urbanas e pelas evolução da oferta de infra-estruturas viárias, com efeitos indutores em termos de aumento dos volumes de deslocações.

Deste modo, **a nível local** a evolução do tráfego motorizado dependerá fundamentalmente das perspectivas de desenvolvimento urbanístico e socio-económico do Concelho e da região, com impactos quer ao nível das deslocações internas, quer das relações estabelecidas com os pólos exteriores de maior proximidade e dependência, não excluindo também uma melhoria das condições de acessibilidade existentes, de que constitui exemplo a possibilidade de construção de uma nova infra-estrutura viária de atravessamento do Tejo, conforme referido anteriormente.

Relativamente ao **tráfego regional e nacional** servido pelas duas principais vias que atravessam o território do Concelho – o IP6/A23 e a EN118 –, a evolução da Rede Nacional prevista no PRN2000 deverá traduzir-se num acréscimo significativo dos níveis actuais de procura.



Este facto, será **sobretudo notório no caso do IP6/A23** que, em conjunto com o IP2/A23 a Norte (entre Gardete e a Guarda/IP5), assume uma importância crescente a nível nacional e constitui uma opção bastante competitiva nas ligações ao interior Centro e Norte e a Vilar Formoso, em especial a partir dos distritos de Santarém, Lisboa e Setúbal, beneficiando de características de mobilidade elevadas e, a manter-se o estatuto previsto inicialmente, da isenção de pagamento de portagem⁶².

Relativamente à **EN118**, as perspectivas de aumento dos seus actuais níveis de utilização, dependerão essencialmente da concretização da referida ligação directa ao IP6/A23 na zona de Constância – a qual, para além de uma **nova travessia do Tejo**, integra uma variante ao seu actual traçado –, proporcionando um aumento substancial da sua capacidade de articulação com a rede nacional situada a Norte do Tejo e, consequentemente, um maior potencial no desempenho de funções de âmbito regional.

10.4 TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS

10.4.1 Transporte Rodoviário

A nível concelhio, o **serviço de transporte colectivo rodoviário** é assegurado por **um único operador** – a RODOVIÁRIA DO TEJO – e abrange um conjunto relativamente reduzido de carreiras regulares, que poderemos desagregar da seguinte forma:

- **1 carreira local**, com pontos terminais no **Campo Militar de Sta. Margarida** e em **Constância**, via Malpique, Aldeia de Sta. Margarida (EM592), Vale do Mestre, Pereira (via T e CM1199), Portela (EM592) e Constância-Sul (EN118 e via K);
- **4 carreiras interurbanas/regionais**, com pontos terminais em Abrantes e:
 - **Chamusca**, via Tramagal (EN118), Aldeia de Sta. Margarida (EM592), Portela, Constância-Sul e Arrepiado;
 - **Torres Novas**, via Rio de Moinhos (ant. EN3), Montalvo, Constância, Praia do Ribatejo, Tancos, V. N. da Barquinha e Entroncamento;
 - **Tomar**, via Rio de Moinhos (ant. EN3), Montalvo, Constância, Martinchel e Castelo de Bode;
 - **Nazaré**, via Rio de Moinhos (ant. EN3), Montalvo, Constância, Madeiras (ant. EN358-1), Tomar, Ourém, Batalha e Alcobaça;

⁶² A Auto-estrada A23 (IP2/IP6) é explorada em regime de concessão SCUT (Beira Interior);



Para além destas, o Concelho é servido por duas **carreiras do tipo Expresso** que asseguram ligações a alguns pólos de importância nacional e regional.

Com exceção da local (Campo Militar - Constância), as ligações **interurbanas/regionais** têm na sua totalidade **pontos terminais exteriores ao Concelho**, tendo como denominador comum a Cidade de Abrantes, e atravessam transversalmente o seu território.

Conforme se depreende através da descrição dos respectivos trajectos, **apenas três** destas carreiras têm **pontos intermédios na Sede de Concelho**, sendo o serviço prestado a nível local assegurado por paragens intermédias em alguns aglomerados urbanos situados ao longo dos eixos viários percorridos.

A dinâmica espacial do território e a própria natureza do serviço prestado, levam a que se verifique uma utilização reduzida destas carreiras a nível local, pelo que apenas assumem alguma relevância no âmbito das **ligações ao exterior** proporcionadas, com particular destaque para a polaridade exercida por Abrantes.

De igual modo, se exceptuarmos a referida ligação local (C. Militar - Constância, apenas com 3 circulações diárias), a ausência de outras ligações regulares entre as duas zonas do Concelho separadas pelo Tejo, acentua o **carácter deficitário** que este serviço apresenta ao nível das suas **deslocações internas**.

A análise dos **itinerários e do nº de circulações diárias**, permite concluir pela existência de um **nível de oferta** consideravelmente **mais elevado na zona Norte** do Concelho, com a sobreposição de diversas carreiras na **ant. EN3** a garantirem um número razoável de circulações diárias, servindo a Constância e a Freguesia de Montalvo.

Para além da já mencionada carreira local, a **zona Sul** é ainda servida por uma carreira interurbana (Abrantes-Chamusca), a qual percorre parte substancial da rede viária municipal em articulação com a EN118 e estabelece ligações aos principais pólos urbanos aí situados.

De acordo com alguns dos **indicadores de procura** existentes, é possível constatar a importância que algumas destas ligações assumem ao nível do número de passageiros transportados, sendo de assinalar o **peso relativo da carreira Abrantes - Torres Novas** que apresenta valores da ordem dos 30% da procura total servida.

Em síntese, atendendo às características geográficas do território e à ocupação do solo, bastante dispersa nalgumas zonas, implicando um esforço significativo no sentido da prestação de um serviço deste tipo, podemos **considerar como reduzido o grau de cobertura** do serviço.

Em termos de **infra-estruturas de apoio**, o concelho não dispõe de qualquer terminal rodoviário que permita apetrechar o serviço de melhores condições de comodidade para os utentes, sendo igualmente de assinalar a insuficiência de abrigos junto das paragens situadas ao longo dos percursos servidos, o que representa



igualmente um factor de fraca atractividade e de desconforto de utilização.

Para além deste serviço regular, é de referir a existência de um serviço específico de **Transporte Escolar**, assegurado, mediante protocolo celebrado com o operador, através de 1 autocarro destinado a esta finalidade (2 circulações diárias, manhã/tarde), servindo a população estudantil do ensino básico e secundário nas ligações entre os diversos aglomerados urbanos e as escolas localizadas na Sede de Concelho.

Por fim, referência para o serviço de **transporte público prestado pelos 4 táxis** existentes no Concelho (1 em Constância e Montalvo; 2 em Sta. Margarida da Coutada, os quais apresentam alguma importância no transporte esporádico de passageiros com necessidades específicas não asseguradas pela oferta em transporte colectivo.

10.4.2 Transporte Ferroviário

O Concelho é servido por um troço da **Linha da Beira Baixa** que se desenvolve ao longo da margem Sul do Rio Tejo, no qual existe uma única infra-estrutura de acesso, a **estação de Sta. Margarida**, situada junto à EN118 e ao entroncamento de acesso ao Campo Militar.

Dada a sua maior proximidade à Sede de Concelho, podemos igualmente ter em linha de conta a **estação da Praia do Ribatejo** (Concelho de V.N. da Barquinha) como alternativa de acesso ao modo ferroviário, sobretudo para os utentes situados na “margem” Norte do Tejo.

Nesta linha, explorada em regime de **via simples**, o transporte ferroviário de passageiros é assegurado pelas composições do Serviço Regional integrados nas ligações **Entroncamento/Elvas e Lisboa-Entroncamento/Covilhã-Guarda** que, globalmente, efectuam **16 circulações diárias** (8/sentido) e estabelecem **ligações à Linha do Norte**, no Entroncamento, e à **Linha da Beira Baixa**, em Abrantes (Rossio ao Sul do Tejo).

Existe igualmente um serviço de **transporte de mercadorias** com base na Estação de Sta. Margarida, com uma importância relativamente significativa ao nível do transporte de matéria prima (madeira) de abastecimento à empresa CAIMA (pasta de papel) sediada em Constância-Sul.



11. INFRAESTRUTURAS URBANAS

11.1 INTRODUÇÃO

Um dos principais objectivos do desenvolvimento sustentável consiste na melhoria da qualidade de vida das populações e das condições ambientais, o que resulta, em grande medida, do grau de dotação dos aglomerados urbanos em infraestruturas básicas, nomeadamente, de abastecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais, de recolha e tratamento de resíduos sólidos, eléctricas, de comunicação e gasistas.

Consequentemente, e por condicionarem também o ordenamento do território, as infraestruturas urbanas requerem um cuidado especial, não só ao nível do seu dimensionamento, mas também no que diz respeito à monitorização da qualidade e do grau de cobertura dos serviços prestados e das necessidades existentes em cada momento, sempre numa óptica de optimização dos sistemas.

Desde a data de publicação do último PDM foram introduzidas, no concelho de Constância, significativas melhorias ao nível das infraestruturas urbanas, destacando-se, neste contexto, as seguintes:

- A nível do abastecimento de água, a captação de água passou a ser feita na Albufeira de Castelo de Bode, tendo-se eliminado a necessidade de recorrer a furos para abastecimento dos aglomerados concelhios. Foram também construídas ou substituídas algumas condutas de adução e distribuição.
- A nível do saneamento, o tratamento dos efluentes domésticos da vila de Constância (que anteriormente eram lançados directamente no rio Tejo sem qualquer tratamento, com todas as consequências adversas, para o ambiente e saúde pública, que daí advinham) passou a ser feito na ETAR da fábrica de pasta de papel do Caima. Procedeu-se, também à remodelação da ETAR de Montalvo. Mais recentemente, todos os sistemas da freguesia de Santa Margarida da Coutada passaram a drenar para a ETAR do Caima por intermédio da construção de um emissário ao longo da EN 118.
- A nível da recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, procedeu-se à desactivação, selagem, vedação, tratamento paisagístico e recolha e tratamento de lixiviados em todas as lixeiras do concelho e à integração de Constância no sistema de recolha e tratamento de RSU's da Associação de Municípios do Médio-Tejo (AMMT). Os RSU's passaram, desta forma, a ser depositados no Aterro Intermunicipal desta Associação.

Seguidamente procede-se, então, à caracterização da situação actual das Infraestruturas Urbanas no concelho de Constância, com base em dados da própria Câmara Municipal e em informação recolhida junto do Instituto Nacional de Estatística e das restantes entidades com intervenção nesta área (Associação de Municípios do



Médio-Tejo, EDP Distribuição, Portugal Telecom e operadores de comunicações móveis – Optimus, Vodafone e TMN).

11.2 INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

11.2.1 Considerações Gerais

A água, enquanto bem insubstituível na totalidade das actividades humanas e componente essencial dos sistemas naturais, requer que sejam impostas regras próprias de gestão, numa abordagem territorial integrada. Os usos múltiplos, por vezes conflituantes, da água obrigam a uma integração no espaço das utilizações, devendo proceder-se à compatibilização das lógicas e dinâmicas próprias de cada sector e da acção das diversas entidades que participam, directa ou indirectamente, no planeamento, gestão e utilização dos recursos hídricos.

11.2.2 Sistemas de Abastecimento de Água

Neste sub-capítulo proceder-se-á à caracterização da forma como se processa o abastecimento de água, nomeadamente no que concerne à composição, ao funcionamento e à taxa de cobertura da rede.

O concelho de Constância encontra-se relativamente bem servido em termos de abastecimento de água, uma vez que, salvo raras excepções, nomeadamente em Quintas, Montes ou outras habitações isoladas, a água chega por rede a toda a população. Assim, estima-se que seja servida por abastecimento domiciliário, quase 100% da população concelhia.

O abastecimento de água no concelho de Constância é sustentado por um sistema principal, cuja captação se situa na albufeira de Castelo de Bode, e que será designado adiante por Sistema Castelo de Bode - Constância. É a partir desta captação que é servida a maior parte da população residente no concelho, incluindo o Campo Militar de Santa Margarida (CMSM).

Este sistema veio substituir as captações anteriormente existentes, feitas a partir de furos, e que actualmente se mantêm unicamente para possíveis situações de emergência, ou para finalidades que não o consumo humano, como o combate a incêndios ou a rega.

Nas proximidades da vila de Constância, a captação que outrora abastecia a vila, continua a ser utilizada, mas agora unicamente para o abastecimento à guarnição do Polígono de Tancos em Vila Nova da Barquinha.



1.2.2.1 Sistema Castelo de Bode - Constância

O sistema que tem como base a captação da Albufeira de Castelo de Bode, é, indiscutivelmente, o grande sistema de abastecimento de Constância, uma vez que abastece praticamente toda a população e actividades não militares do concelho.

O sistema tem início com a captação de água na referida albufeira - situada no rio Zêzere - por uma Torre de Captação. Após captada, a água é elevada para a ETA da Asseiceira por intermédio da Estação Elevatória de Castelo de Bode. Na ETA a água é submetida aos seguintes tratamentos: pré-cloragem; correcção de agressividade; coagulação química, filtração em dupla camada de antracite e areia e desinfecção final com cloro gasoso.

Fotografia 86: Albufeira de Castelo de Bode



A adução ocorre a partir da ETA, e já no concelho de Vila Nova da Barquinha, a norte da antiga ponte ferroviária sobre o Tejo, num cruzamento da EN 3, existe uma derivação da adutora da EPAL, seguindo uma conduta junto à EN 3 pela ponte sobre o rio Zêzere que vai alimentar o reservatório da EPAL na vila de Constância, ao passo que outra atravessa o Tejo pela antiga ponte ferroviária, e, seguindo junto à EN 118, vai alimentar o reservatório da EPAL junto a Santa Margarida da Coutada.

A partir do reservatório da EPAL de Constância (semi-enterrado) a água é conduzida para os reservatórios camarários de Constância (junto ao da EPAL), Santa Bárbara e Montalvo. A partir do reservatório da EPAL de Santa Margarida da Coutada (elevado e com duas células de 2000 m³ de capacidade cada), a água é conduzida para o reservatório camarário de Vale de Mestre, para o reservatório da EPAL em Malpique e para o Campo



Militar de Santa Margarida, sendo que neste último caso, entra directamente no reservatório de distribuição recentemente construído.

As condutas adutoras foram, na sua generalidade, construídas em Poliéster Reforçado com Fibra de Vidro (PRV), à excepção dos troços Constância - Montalvo e Constância - Santa Bárbara que são, na maior parte da sua extensão, em PVC de 125 mm. O troço Constância - Montalvo pertencia à Câmara Municipal de Constância e foi cedido à EPAL mediante acordo entre as duas partes.

No quadro abaixo, são apresentados os reservatórios pertencentes a este sistema adutor, bem como a sua actual capacidade útil:

Quadro 87: Reservatórios do Sistema de adução Castelo de Bode – Constância (EPAL)

Identificação	Freguesia	Tipo	Capacidade (m3)
Constância (EPAL)	Constância	Semi-Enterrado	2x110
St. ^a Margarida	St. ^a Margarida da Coutada	Semi-Enterrado	2x2000
Malpique (EPAL)	St. ^a Margarida da Coutada	Elevado	110

Fonte: CM Constância

Associados a este sistema de adução existem três sistemas de distribuição, um para cada uma das freguesias de Constância, Montalvo e Santa Margarida, que servem, cerca de 900 habitantes (480 contadores), 1200 habitantes (569 contadores) e 2100 habitantes (966 contadores), respectivamente. A somar a estes três sistemas de distribuição, há o sistema de distribuição interno do Campo Militar de Santa Margarida.

Assim, a partir dos reservatórios camarários de Constância e Santa Bárbara é abastecida a sede de concelho e as zonas urbanas envolventes. O reservatório camarário de Montalvo serve a freguesia com o mesmo nome. O reservatório camarário de Vale de Mestre serve toda a zona a sul do Tejo à excepção do Campo Militar de Santa Margarida e do aglomerado de Malpique que é servido directamente pelo reservatório da EPAL.

Nos reservatórios camarários a água é sujeita a controlo químico e bacteriológico e distribuída graviticamente às localidades. Este processo é todo da responsabilidade da Câmara Municipal de Constância.



Quadro 88: Reservatórios Camarários⁶³

Identificação	Freguesia	Tipo	Capacidade (m ³)
Constância	Constância	Semi-Enterrado	100
Quinta de St. ^a Bárbara	Constância	Semi-enterrado	160
Quinta de St. ^a Bárbara ⁶⁴	Constância	Enterrado	100
Montalvo	Montalvo	Semi-Enterrado	250
Montalvo ⁶⁵	Montalvo	Semi-Enterrado	100
Portela ⁶⁶	St. ^a Margarida da Coutada	Semi-Enterrado	---
Vale de Mestre	St. ^a Margarida da Coutada	Elevado	100

Fonte: CM Constância

As redes de distribuição são caracterizadas, na sua globalidade, por condutas de PVC de diâmetros de 63, 75, 90 e 110mm. Estas redes encontram-se em razoável estado de conservação, sendo que, no caso do centro histórico de Constância, todas as condutas são novas, já que, recentemente, e no âmbito de obras efectuadas ao nível de todas as infraestruturas urbanas, as condutas de fibrocimento da antiga rede de distribuição de água, foram substituídas por condutas em PVC. Neste caso, os diâmetros adoptados foram semelhantes aos das redes de distribuição existentes, com excepção para pequenos troços que apresentam agora diâmetros de 125 e 140mm.

No que respeita ao Campo Militar de Santa Margarida, este é servido por um reservatório semi-enterrado (o que recebe água da EPAL) recentemente construído, que contempla duas células de 600 m³ de capacidade cada.

1.2.2.2 Outros sistemas

Como foi já referido, para além do Sistema com origem na captação de Castelo de Bode, apenas existem as captações militares para o abastecimento ao Polígono Militar de Tancos.

⁶³ Recentemente a Câmara Municipal procedeu a algumas intervenções no sistema de abastecimento de água ao município, de onde se destaca a construção de dois novos reservatórios semi-enterrados em Santa Bárbara (160 m³ de capacidade) e Montalvo (250 m³ de capacidade), junto aos que aí já estavam construídos. Estes últimos, para além de continuarem a funcionar em paralelo com os novos, poderão ser especialmente úteis em situações de emergência como o combate a incêndios, ou para abastecimento temporário, por exemplo, aquando da lavagem dos reservatórios principais.

⁶⁴ Reservatório a funcionar em paralelo com o mais recente.

⁶⁵ Reservatório a funcionar em paralelo com o mais recente.

⁶⁶ O reservatório da Portela é um reservatório com funções essencialmente de regularização, e não de armazenamento, pelo que apresenta uma capacidade negligenciável.



Estas captações são feitas junto ao rio Tejo, e têm associada uma central elevatória que faz a elevação da água e permite a sua condução ao Polígono Militar. A água é aduzida a estas instalações militares por meio de uma conduta elevatória que atravessa a ponte rodoviária sobre o Zêzere e se prolonga para o concelho de Vila Nova da Barquinha acompanhando o traçado da EN 3.

No CMSM, a captação da Caniceira, que antes do abastecimento feito pela EPAL era responsável pelo abastecimento deste Campo, continua a ser utilizada e a abastecer um reservatório no seu interior. Contudo a água que daí deriva já não é utilizada para consumo humano, servindo apenas para lavagens e algumas regas.

Como é natural existem captações de âmbito local ou de pequenas dimensões, que abastecem propriedades privadas ou lugares isolados, que não faz sentido assinalar no presente contexto, por não constituírem sistemas ou sub-sistemas de abastecimento.

11.2.3 Intervenções Previstas

Para além de obras de remodelação, requalificação ou substituição pontual de infraestruturas, há a destacar três intervenções propostas com alguma importância a nível do melhoramento do abastecimento de água ao concelho:

- Substituição da conduta de abastecimento à povoação de Pereira por conduta de PVC ou PEAD, em virtude da actual ainda ser de fibrocimento;
- Construção de um reservatório em Vale de Mestre com 250/300 m³ de capacidade que deverá ser da responsabilidade da EPAL;
- Construção de conduta abastecedora ao aglomerado de Portela a partir do novo reservatório de Vale de Mestre.

11.3 DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

11.3.1 Considerações Gerais

A drenagem e o tratamento de águas residuais são um grave problema a nível nacional. Situações de contaminação das águas (usualmente por falta de tratamento ou tratamento deficiente) e de solos (por saturação) são ainda comuns.

Nos últimos anos, foram introduzidas algumas melhorias no concelho de Constância, destacando-se, mais uma vez, a drenagem dos esgotos de grande parte do concelho para a ETAR da fábrica do Caima.



Neste sub-capítulo, procede-se a uma breve caracterização das redes de drenagem de águas residuais no concelho de Constância, bem como dos equipamentos e métodos aplicados no seu tratamento.

11.3.2 Sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais

A percentagem de população concelhia servida por sistemas de recolha e tratamento de águas residuais rondará, actualmente, os 95%. Os cerca de 5% de população que não é servida dizem respeito a habitações isoladas (como Quintas ou Montes), e ao aglomerado de Pereira.

Recentemente, foi construído um emissário ao longo da EN 118, com cerca de 3,7 km de extensão, 6 estações elevatórias comandadas por um sistema de telegestão e 6 km de colectores gravíticos. Este sistema, permitiu desactivar as 7 ETAR's de Santa Margarida da Coutada⁶⁷, e ligar a totalidade das redes de drenagem de águas residuais desta freguesia à ETAR do Caima. Prevê-se que, no horizonte deste projecto, venha a ser servida uma população de 3200 habitantes.

Assim, neste momento pode-se considerar que existem os seguintes 3 sistemas de drenagem municipais, todos associados a uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR):

- *Sistema Constância* – Engloba todo o perímetro urbano de Constância. Os efluentes da vila são drenados para uma Estação Elevatória situada junto ao rio Tejo, e conduzidos para a ETAR da Fábrica do Caima, na margem oposta do Tejo, por intermédio de uma conduta elevatória que passa sob este rio. Esta conduta, de 573 metros de extensão, apresenta 125mm de diâmetro e é feita em PEAD. A Estação Elevatória de Constância encontra-se em leito de cheia, o que, ocasionalmente, aquando de períodos de chuvas intensas e da subida de nível do rio Tejo, provoca a sua inundação. Nestas alturas os esgotos da vila de Constância são impossibilitados de serem elevados e são descarregados directamente no rio Tejo.
- *Sistema Montalvo* – O único sistema de drenagem de águas residuais da freguesia de Montalvo é responsável pela drenagem dos efluentes da sede de freguesia. Os efluentes são tratados na ETAR de Montalvo, situada a sul do aglomerado.

⁶⁷ A freguesia de Santa Margarida da Coutada era servida por 3 sistemas: Sistema Portela-Vale de Mestre, com três ETAR's, Sistema Santa Margarida da Coutada, com duas ETAR's e Sistema de Malpique, com duas ETAR's. As 7 ETAR's desta freguesia eram todas muito semelhantes, funcionando cada uma à base de uma fossa séptica tricompartimentada seguida de leitos percoladores. O tratamento efectuado era apenas de nível primário. Em média cada uma destas ETAR's servia uma população de 300 habitantes. A sua desactivação não implica a sua eliminação do sistema já que poderão ser utilizadas como ETARs acessórias em determinadas situações de excepção.

- *Sistema Constância Sul* – Engloba os aglomerados da zona sul da freguesia de Constância, nomeadamente Couto das Areias e as habitações construídas ao longo da EN 118, bem como todos os aglomerados civis da freguesia de Santa Margarida de Coutada (incluindo, para além da sede de freguesia, os aglomerados de Portela, Vale de Mestre e Malpique). Os efluentes são tratados na ETAR do Caima.

A ETAR de Montalvo é constituída por um Tanque Imhoff e por leitos percoladores, dispendo, ainda, de um sistema drainad de ensacagem de lamas. Esta ETAR foi remodelada e entrou em funcionamento em 2002. O tratamento efectuado é de nível secundário.

A ETAR do Caima apresenta um tipo de tratamento à base de lamas activadas, e dispõe de 2 tanques de arejamento, sendo que um destes tanques é só para o tratamento de esgotos domésticos. O tratamento efectuado é do tipo secundário. Localizada na margem sul do Tejo (oposta a Constância), é para este rio que drena os efluentes tratados.

Fotografia 87: Localização da ETAR do Caima





Os colectores das redes de drenagem são na sua generalidade construídos em PVC de 200mm. À semelhança do que aconteceu com a rede de abastecimento de água, toda a rede de drenagem de águas residuais da vila de Constância foi substituída recentemente.

As redes de drenagem incluem alguns troços, de reduzida extensão, onde existem colectores pluviais. Estes colectores estão presentes essencialmente em Constância e em Montalvo (especialmente na zona industrial). Nos restantes casos a drenagem das águas pluviais é feita superficialmente por intermédio de valetas.

Por sua vez, o Campo Militar de Santa Margarida dispõe de um sistema de drenagem autónomo, também ele associado a uma ETAR. Esta ETAR, que funciona à base de leitos percoladores, apresenta um nível de tratamento primário e drena para a ribeira da Ervideira.

Figura 58: ETAR do Campo Militar de Santa Margarida



11.3.3 Intervenções Previstas

As principais intervenções, já mencionadas anteriormente, que poderiam ser corrigidas com vista à melhoria das condições de saneamento no concelho são:

- Dotar de rede de drenagem e tratamento de águas residuais o lugar de Pereira, que, apesar de pequeno, é um lugar com alguma dimensão no contexto do concelho;



- Relocalizar a Estação Elevatória de Constância⁶⁸. Esta estrutura localiza-se em leito de cheia, o que, em determinadas épocas do ano, a deixa à mercê de inundações, com a consequente necessidade de escoar os esgotos da vila, sem tratamento, para o rio Tejo. Por esta razão considera-se importante, a sua relocalização, ainda que, provavelmente, isso implique alterações na rede de drenagem da vila.

11.4 RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

1.4.1 Considerações Gerais

A crescente preocupação com os aspectos ecológicos, aliada à tomada de consciência da sociedade para a importância de viver em ambientes salubres, trouxeram para a ordem do dia o problema que constituíam os resíduos sólidos, e alertaram para a necessidade da sua recolha e tratamento adequado.

Nos últimos anos o país assistiu ao encerramento de inúmeras lixeiras, à construção de aterros sanitários, de Ecocentros, de estações de tratamento, de estações de triagem, à implantação de ecopontos e ao surgimento de diversas campanhas de sensibilização.

Assistiu-se, ainda, à elaboração de muita legislação nacional e comunitária para regulamentar esta área. Fundamentalmente, esta legislação define três linhas estratégicas a seguir:

- Implementação de mais unidades de valorização de matéria orgânica, seguindo o estipulado na Directiva Aterros;
- Criação de condições para que se proceda à reciclagem/ valorização dos resíduos de embalagem, investindo na sensibilização das populações, na eficiência das estruturas de recolha selectiva e de triagem, assim como na investigação, para que cada vez mais resíduos possam ser reciclados;
- Garantia de que as infraestruturas de tratamento, entretanto construídas, são geridas de forma adequada, reforçando a fiscalização/ inspecção e o recurso a auditorias externas realizadas por entidades certificadas.

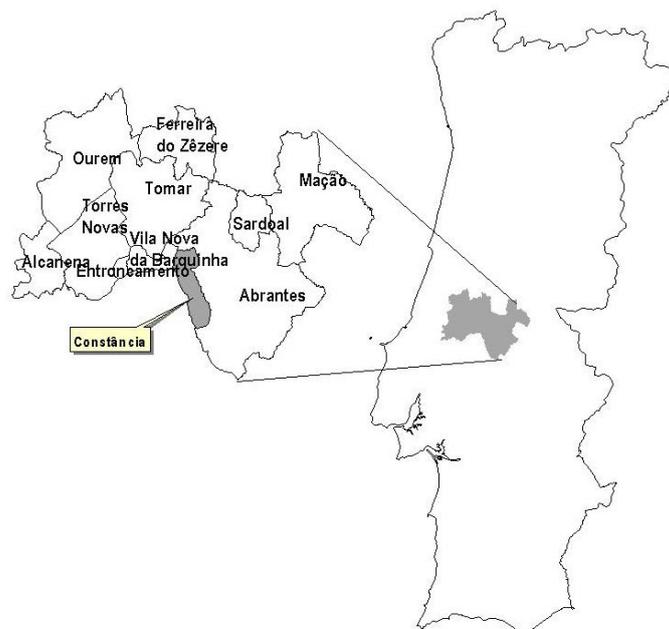
Em relação, ao concelho de Constância, a situação favorável que hoje se vive, muito fica a dever à criação da **Associação de Municípios do Médio Tejo (AMMT)** que permitiu que os concelhos membros (Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila

⁶⁸ Que eleva os esgotos de Constância para a conduta elevatória que os conduz à ETAR do Caima.



Nova da Barquinha) pudessem dispor de uma gestão integrada na triagem, recolha selectiva, valorização e tratamento dos seus resíduos sólidos urbanos (RSU).

Figura 59: Concelhos integrados na Associação de Municípios do Médio-Tejo



Seguindo a lógica dos **três R's**: Reduzir (minimizar a quantidade de resíduos produzidos, através da prevenção da sua produção), Reutilizar (dar um novo uso a materiais já usados) e Reciclar (recuperar os materiais constituintes dos resíduos para os integrar de novo no seu próprio ciclo de produção), a AMMT propôs-se a promover a recuperação ambiental e o encerramento das lixeiras, e a construir infraestruturas adequadas à remoção, ao tratamento e à reciclagem de resíduos (valorização) desde o consumidor até ao tratamento e destino final, na sua área de intervenção.

Caracteriza-se, seguidamente, o sistema actual de recolha e tratamento de resíduos sólidos no concelho de Constância.

1.4.2 Sistema de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos

A recolha indiferenciada dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) no concelho de Constância, foi concessionada a uma empresa privada (a STL) pela Câmara Municipal, e cobre, actualmente, a generalidade dos aglomerados do concelho.

Existem, à disposição dos munícipes, e distribuídos estrategicamente pelo concelho, cerca de 250 contentores,

cujas capacidades são de 800 ou 1000 litros. Os resíduos aí depositados são recolhidos e conduzidos para o aterro sanitário da ResiTejo - Associação de Municípios do Médio Tejo (AMMT), no concelho da Chamusca. Todo este processo é efectuado pela STL.

A deposição em aterro e tratamento destes resíduos é da responsabilidade da ResiTejo - Associação de Municípios do Médio Tejo (AMMT), que concessionou a gestão e exploração do seu aterro à empresa HLTejo.

Relativamente à recolha selectiva, existem 42 ecopontos distribuídos pelo concelho (12 em Constância, 10 em Montalvo, 2 em Constância Sul, 3 em Vale de Mestre, 2 em Enxertal, 2 em Portela, 4 em Aldeia de Santa Margarida, 6 em Malpique e 1 em Pereira), cujos resíduos são também recolhidos pela STL, e encaminhados para a Estação de Triagem da Resitejo, afim de serem devidamente valorizados e/ou reciclados. Destes ecopontos nem todos têm contentores para a recolha de embalagens e pilhas, mas todos têm contentores para a recolha de papel e cartão e pilhas. O Campo Militar de Santa Margarida, por sua vez, dispõe de 24 ecopontos.

Os resíduos sólidos volumosos, são recolhidos uma vez por semana, a pedido dos munícipes, e encaminhados para o aterro da Chamusca, sendo o mesmo fim dado aos Resíduos Industriais Não Perigosos.

No âmbito do território concelhio não existem intervenções previstas dignas de serem assinaladas, salientando-se contudo, que junto ao aterro da Chamusca está pensada a construção de uma Estação de Valorização Orgânica, baseada numa estação de compostagem, para valorização (para o fabrico de adubos, por exemplo) dos resíduos da ResiTejo.

Alerta-se, ainda, para a existência, no concelho, de algumas zonas, ainda que poucas, onde se procede à deposição ilegal de entulhos, situação que é necessário corrigir.

Fotografia 88: Ecoponto, Constância



11.5 INFRAESTRUTURAS ELÉCTRICAS, DE COMUNICAÇÃO E GASISTAS

11.5.1 Considerações Gerais

O processo de avaliação das infraestruturas eléctricas, de comunicação e gasistas a efectuar no âmbito da 1ª revisão do PDM de Constância deve atender à sua adequação e capacidade de contribuição para os modos de desenvolvimento da comunidade definidos pelos órgãos autárquicos e restantes agentes de desenvolvimento local.



Nesta perspectiva as infraestruturas eléctricas, de comunicação e gasistas (IECG) não são um mero serviço prestado por empresas públicas e/ou privadas a entidades/clientes públicos ou particulares, antes constituindo num factor tantas vezes impulsionador ou condicionador de uma determinada política de desenvolvimento. Assim, a existência de IECG de qualidade, fiáveis e a preços competitivos, contribui de forma significativa para a qualificação e atractividade do espaço físico a ser ocupado por potenciais investidores.

A operacionalização da gestão integrada destas infraestruturas no contexto autárquico pode passar pela constituição de um órgão de coordenação e consulta entre as distribuidoras e a autarquia, visando a tomada de decisões e a definição de estratégias de desenvolvimento em tempo útil.

No âmbito da 1ª revisão do PDM será apenas efectuado um breve enquadramento do serviço prestado pelas diversas entidades.

11.5.2 Infraestruturas Eléctricas

O concelho de Constância está, globalmente, dotado de infraestruturas eléctricas capazes de satisfazer as necessidades da sua população, apresentando uma taxa de cobertura próxima dos 100%.

Em 2005 existiam, registados no INE, 2279 consumidores de electricidade no concelho que representaram um consumo anual de 95 353 408 kWh, o que equivale a um consumo per capita de 41840 kWh por habitante equivalente. Se se fizer o mesmo exercício ao nível do País, verifica-se que o consumo per capita é de apenas 7617,8 kWh por habitante equivalente ou seja, mais de 5 vezes inferior. Se se considerar que o consumo energético residencial (por habitante) no concelho de Constância não deverá divergir muito da média nacional, o grande consumo anual de electricidade no concelho de Constância indicia claramente o peso que o sector industrial tem neste total, adivinhando-se que uma fatia muito significativa pertença à fábrica do Caima.

Refira-se a existência de situações pontuais de falta de energia, algumas das quais relativamente graves, e que chegam a durar horas. Mais preocupante é esta situação, se se tomar em conta que estes cortes de energia ocorrem por razões tão banais como simples chuvadas.

11.5.3 Infraestruturas de Comunicação

Tal como no caso anterior, pode-se considerar que o município da Constância praticamente não apresenta lacunas a nível de infraestruturas de comunicação. Contudo, convém assinalar que, a nível dos serviços móveis, existem algumas áreas sombra (onde não existe rede), na freguesia de Santa Margarida da Coutada.



De acordo com os dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística – Inquérito às Telecomunicações, em 2005 o número de postos telefónicos principais⁶⁹ no concelho era de 1170, a que correspondiam 1445 acessos telefónicos. A tabela seguinte compara o serviço prestado no concelho em termos de acessos e postos telefónicos fixos em Constância com os totais nacionais:

Quadro 89: Postos e acessos telefónicos em 2005, no concelho de Constância e em Portugal

Unidade Territorial	Acessos telefónicos por 100 habitantes (N.º)	Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes (N.º)	Postos telefónicos públicos por 1000 habitantes (N.º)
Constância	38,06	26,07	7,64
Portugal	35,66	22,89	4,28

Fonte: INE – Portugal

Verifica-se que, em 2005, o número de acessos telefónicos por 100 habitantes em Constância (38,06) era superior à média nacional (35,66), verificando-se a mesma situação quer no número de postos telefónicos residenciais por 100 habitantes quer no número de postos telefónicos públicos por 1000 habitantes. Acrescente-se, neste contexto, que a média de postos telefónicos públicos é significativamente superior à média nacional.

Pressupõe-se assim que a população concelhia se encontra quase toda servida, existindo, porventura, apenas, um ou outro caso de pessoas que não possuindo um telefone próprio, recorrem a telefones públicos, ou de vizinhos.

11.5.4 Infraestruturas Gasistas

O concelho de Constância é abastecido, maioritariamente, por gás de botija, inclusivamente nas áreas urbanizadas mais recentemente, não existindo ainda rede de gás canalizado no concelho. Naturalmente, algumas instituições, ou entidades privadas de maiores dimensões, utilizam gás a granel dispondo, para o efeito, de depósitos individuais. Este é o caso, por exemplo, do Campo Militar de Santa Margarida.

É importante referir que o concelho é atravessado pelo gasoduto da Transgás (gasoduto Campo Maior – Bidoeira), estando previsto para depois de 2007, o abastecimento ao concelho por gás natural, que será da responsabilidade da TagusGás, e que será feito a partir de Abrantes. Intervenções recentes a nível das redes de infraestruturas, como as ocorridas na vila de Constância e na zona industrial de Montalvo, já contemplam o abastecimento por gás natural.

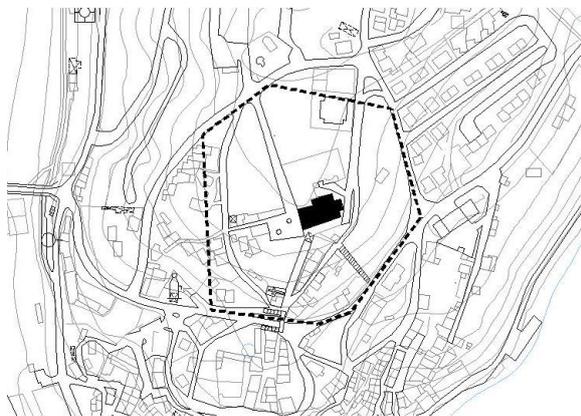
⁶⁹ Posto telefónico principal: linha telefónica que liga o equipamento terminal do assinante à rede pública e que possui acesso individualizado ao equipamento da Central Telefónica.



ANEXO 1 – FICHAS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO CLASSIFICADO



PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO		
Igreja de Nossa Senhora dos Mártires (Igreja Matriz de Constância)	N.º 1	
Valor Arquitectónico:		
	Monumento Nacional	
X	Imóvel de Interesse Público	
	Imóvel de Valor Concelhio	
	Imóvel em Vias de Classificação	
	Outros Imóveis com Interesse	
Protecção:		
Dec. n.º 39 521, DG 21 de 30 Janeiro 1954, ZEP - DG 67 de 20 de Março 1959		
Tipologia Arquitectónica:		
	Arquitectura Privada	
	Arquitectura Pública	
X	Arquitectura Religiosa	
	Arquitectura Militar	
	Outra	
Época de Construção:		
Século - XVIII		
	Início	
X	Meados	
	Final	
Ano - ± 1744		
Pisos/ Função:		
(1)	Equipamento Religioso	
Estado de Conservação:		
	Bom	Em construção
X	Regular	Em/ sem Acabamentos
	Mau	Em obras
	Ruína	Indeterminado
Descrição Histórica/ Arquitectónica:		
<p>De enquadramento urbano, localiza-se no alto de um outeiro. A planta longitudinal é de nave única, tendo articulados os volumes da capela-mor quadrangular e a torre, incorporada no ângulo direito da fachada principal, da qual se destaca apenas em altura. A fachada principal é composta por 3 panos tendo o central 2 registos e os laterais três.</p> <p>Em 1550 foi autorizada a construção desta igreja, sendo que em 1637 foi concluída a Capela inicial e 1744 é o ano que está gravado no exterior da porta do lado esquerdo do transepto. O relógio de sol data de 1746. Em 1807 houve a invasão do exército napoleónico. O órgão da igreja foi construído em 1827 e mais tarde, em 1833 a igreja passou a servir de matriz. Entre 1897-98 o tecto da igreja foi restaurado com pintura Malhoa.</p>		



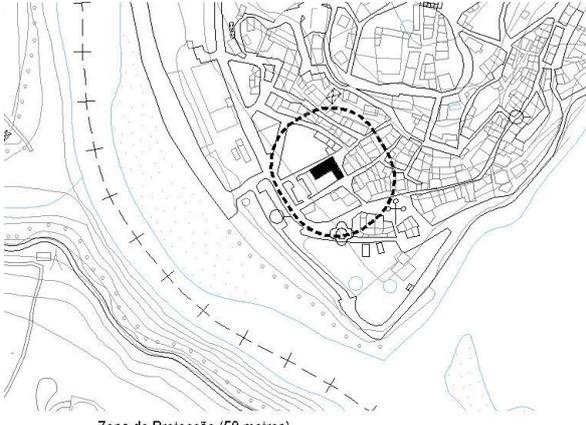
----- Zona Especial de Protecção (ZEP)

Localização: Largo da Igreja Matriz,
Constância

Escala: 1:10 000



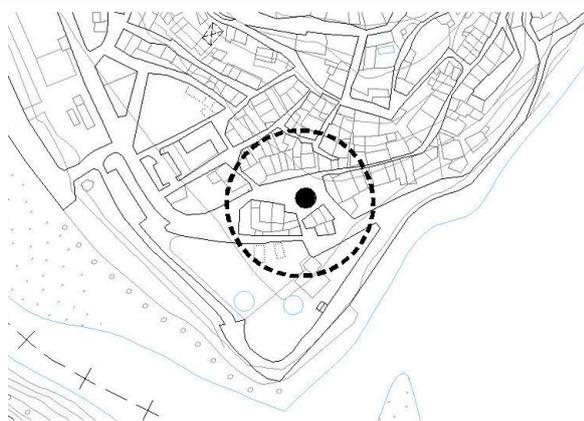
(1) Volume Único, equivalente a uma cêrcea de 2/3 pisos

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO			
Igreja da Misericórdia de Constância	N.º 2		
Valor Arquitectónico:	 <p>----- Zona de Protecção (50 metros)</p> <p>Localização: Rua da Misericórdia, Constância</p> <p>Escala: 1:10 000</p> 		
<input type="checkbox"/>		Monumento Nacional	
<input checked="" type="checkbox"/>		Imóvel de Interesse Público	
<input type="checkbox"/>		Imóvel de Valor Concelhio	
<input type="checkbox"/>		Imóvel em Vias de Classificação	
<input type="checkbox"/>		Outros Imóveis com Interesse	
Protecção: Dec. n.º 95/78, DR 210 de 12 Setembro 1978			
Tipologia Arquitectónica:			
<input type="checkbox"/>		Arquitectura Privada	
<input type="checkbox"/>		Arquitectura Pública	
<input checked="" type="checkbox"/>	Arquitectura Religiosa		
<input type="checkbox"/>	Arquitectura Militar		
<input type="checkbox"/>	Outra		
Época de Construção:			
Século - XVII			
<input type="checkbox"/>	Início		
<input type="checkbox"/>	Meados		
<input checked="" type="checkbox"/>	Final		
Ano - ± 1696 (inscrição na porta)			
Pisos:	Função:		
(1)	Equipamento Religioso		
Estado de Conservação:			
<input type="checkbox"/>	Bom	<input type="checkbox"/>	Em construção
<input checked="" type="checkbox"/>	Regular	<input type="checkbox"/>	Em/ sem Acabamentos
<input type="checkbox"/>	Mau	<input type="checkbox"/>	Em obras
<input type="checkbox"/>	Ruína	<input type="checkbox"/>	Indeterminado
Descrição Histórica/ Arquitectónica:			
<p>É um templo de planimetria longitudinal de nave única, tendo articulados os volumes do campanário e da capela-mor quadrangular. As Fachadas são rebocadas e pintadas de branco, com cunhais, embasamento e elementos de cantaria em ocre. A sua fachada principal, que inclui um portal entre pilastras molduradas, termina em empena de cornija contracurvada encimada por elementos decorativos, as laterais terminam em beiral duplo e a posterior é rasgada por uma porta e duas janelas. No interior as paredes são revestidas a azulejos de padrão geométrico, de meados do século XVII, o coro-alto é em cantaria, o pavimento é constituído por 24 lápides sepulcrais, em cantaria, numeradas, e por corredor central em madeira, e o tecto é em masseira, formando amplos caixotões. O retábulo-mor é de talha em branco e de planta côncava.</p> <p>Na sequência dos danos causados pelas tropas francesas, entre 1811 - 1822, a Misericórdia serviu de Matriz. Em 1912 são demolidos os Passos da Via Sacra existentes nas ruas da vila por estarem bastante arruinados e ao abandono, e posteriormente traduzidos para telas da igreja da Misericórdia. Após as cheias do rio Zêzere em 1941 a igreja foi fechada e esteve quase em ruína, para mais tarde, em 1960, ser reaberta ao culto, aquando do 4º centenário da Misericórdia, depois de ter sido sujeita a obras de restauro e conservação (substituição do coro-alto de madeira por um em cantaria). Já no final do século XX esta igreja foi novamente restaurada.</p>			

(1) Volume Único, equivalente a uma cêrcea de 2/3 pisos



PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO		
Pelourinho de Constância	N.º 3	
Valor Arquitectónico:		
	Monumento Nacional	
X	Imóvel de Interesse Público	
	Imóvel de Valor Concelhio	
	Imóvel em Vias de Classificação	
	Outros Imóveis com Interesse	
Protecção: Dec. n.º 23 122, DG 231 de 11 Outubro 1933		
Tipologia Arquitectónica:		
	Arquitectura Privada	
X	Arquitectura Pública	
	Arquitectura Religiosa	
	Arquitectura Militar	
	Outra	
Época de Construção:		
Século - XVIII		
	Início	
	Meados	
X	Final	
Ano -		
Pisos:	Função:	
-	-	
Estado de Conservação:		
	Bom	Em construção
X	Regular	Em/ sem Acabamentos
	Mau	Em obras
	Ruína	Indeterminado
Descrição Histórica/ Arquitectónica:		
<p>Implantado na Praça Alexandre Herculano, a sua construção data do século XVIII. A plataforma tem três degraus quadrangulares e a coluna de fuste é delgada munida de um capitel jónico que é rematado por uma esfera armilar na qual se cravam os ferros. O pelourinho é envolvido por uma série de colunelos em pedra.</p> <p>Constância recebeu título de "villa" por D. Sebastião em 1578. No séc. XVIII, esta "villa", era designada de Punhete ou de Constância. A actual localização do pelourinho data do séc. XIX.</p>		



----- Zona de Protecção (50 metros)

Localização: Praça Alexandre Herculano, Constância

Escala: 1:10 000



PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO		
Casa Camões ou Casa dos Arcos (Constância)	N.º 4	
Valor Arquitectónico:		
	Monumento Nacional	
X	Imóvel de Interesse Público	
	Imóvel de Valor Concelhio	
	Imóvel em Vias de Classificação	
	Outros Imóveis com Interesse	
Protecção: IIP, Dec. n.º 31/83, DR 106 de 09 Maio 1983		
Tipologia Arquitectónica:		
X	Arquitectura Privada	
	Arquitectura Pública	
	Arquitectura Religiosa	
	Arquitectura Militar	
	Outra	
Época de Construção:		
Século - XVIII		
	Início	
	Meados	
X	Final	
Ano - -		
Pisos:	Função:	
1	indeterminado	
2	indeterminado	
-	-	
Estado de Conservação:		
X	Bom	Em construção
	Regular	Em/ sem Acabamentos
	Mau	Em obras
	Ruína	Indeterminado
Descrição Histórica/ Arquitectónica:		
<p>Desconhece-se ao certo a sua data de construção que a tradição diz ter sido habitada por Luís de Camões aquando do seu desterro no Ribatejo entre 1548 e 1550. O edifício sofreu alterações nos séculos XVIII e XIX, tendo nele funcionado os serviços da Câmara e tendo sido posteriormente utilizado, ao nível inferior, como calafate. Foi arruinado com o ciclone de 1941 que destruiu parte da arcaria do 2º piso, cujos vestígios, semientaipados eram visíveis ainda em 1950.</p>		



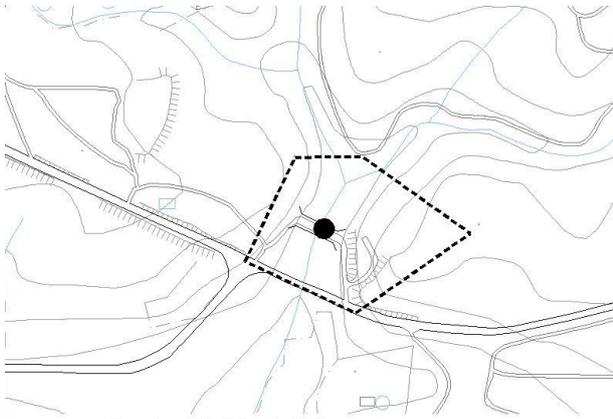
----- Zona de Protecção (50 metros)

Localização: Rua do Tejo/ Escadilhas do Tem-te-bem, Constância

Escala: 1:10 000





PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO		
Ponte de Santo Antoninho	N.º5	
Valor Arquitectónico:		
	Monumento Nacional	
	Imóvel de Interesse Público	
	Imóvel de Valor Concelhio	
X	Imóvel em Vias de Classificação	
	Outros Imóveis com Interesse	
Protecção: Despacho de Abertura de 26 de Julho 1996		
Tipologia Arquitectónica:		
	Arquitectura Privada	
X	Arquitectura Pública	
	Arquitectura Religiosa	
	Arquitectura Militar	
	Outra	
Época de Construção:		
Século - XIX		
	Início	
	Meados	
	Final	
Ano - 1825		
Pisos:	Função:	
-	-	
 <p>----- Zona Especial de Protecção (ZEP)</p> <p>Localização: 50 metros a Norte da EN3 Constância – Montalvo, sobre o ribeiro de Caldelas</p> <p>Escala: 1:10 000</p> 		
Estado de Conservação:		
	Bom	Em construção
	Regular	Em/ sem Acabamentos
X	Mau	Em obras
	Ruína	Indeterminado
Descrição Histórica/ Arquitectónica:		
<p>Localiza-se sobre o Ribeiro de Caldelas, a 50m da EN 3, no sentido Constância - Montalvo. É constituída por um tabuleiro rectilíneo assente em maciço de alvenaria rasgado por um arco perfeito com aduelas em cantaria. As guardas são em alvenaria, rebocada pelo interior. Do lado Este da ponte, existe junto à saída de Montalvo, um padrão em cantaria rusticada, em forma de obelisco, assente num pedestal primático, já sem o terminal. Numa das faces do pedestral é possível encontrar uma inscrição alusiva à data da sua construção, patrocinada por D. João VI, no século XIX. De características neoclássicas, esta ponte foi construída por iniciativa régia de D. João VI, em 1825.</p>		



ANEXO 2 – DESCRIÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS



N.º	Designação	CNS	Tipo de Sítio	Período	Freguesia	Descrição
I	Bairro do Caima		Acampamento/ oficina de talhe	Paleolítico	Constância	Os vestígios foram encontrados nos terrenos entre a EN118 e a Capela de Santo António de Entre Vinhas, a uma cota entre os 50-57. Esta área sofreu uma forte remoção de terras, circunstância que não permite circunscrever os achados a uma área específica, sendo provável que algum do espólio encontrado seja de cotas mais elevadas. Espólio: Provável fragmento de biface, núcleo informe, lascas corticais simples.
II	Capela Stº António de Entre Vinhas	14739	Capela	Sec. XV-XIX	Constância	Capela de peregrinação e romaria, pensa-se que é uma das mais antigas capelas dedicadas a Santo António. Capela de construção tipicamente rural possui um alpendre que permite o acesso ao interior de azulejos do Século XVII. Existem no adro a base de um cruzeiro e alguns marcos de pedra clacária com inscrições. Foi recentemente (antes de 2004) restaurada.
III	Casal do Moinho do Vento	24562	Vestígios Diversos	Romano	Constância	Geologicamente o espaço corresponde a terraços fluviais do Q2 (com cotas entre os 50 e os 60 m) do Plistocénico. O sítio tem uma área de 5000 m2, localiza-se na orla do planalto sobranceiro ao zêzere a uma cota de 60 m e foi cortado ao meio pela construção do IP-6/A-23. O autor C. Domergue fala da existência de uma exploração de ouro, num terraço na margem esquerda do Zêzere, por cima de Constância, que poderá corresponder a este local.
IV	Constância-Sul	-	Vestígios	Romano	Constância	A ocorrência de vestígio neste local surge na referência bibliográfica “..Na margem esquerda, defronte de Constância, houve também feitoria, manifestad ai, por alguns sinais...” A prospeção no local não permitiu localizar esses vestígios, no entanto foram encontrados vestígios durante a implementação de valas para sanemaneto básico.
V	Cova dos Castanheiros	24563	Povoado	Neolítico / Calcolítico/ Bronze	Constância	O sítio localiza-se num planalto virado para o rio Zêzere, a Norte da Quinta de Santa Bárbara, ocupando um área de cerca de 52000m2. Espólio - Cerâmicas lisas do Calcolítico do Sudoeste, algumas com furos de suspensão, e com pega ou mamilos de suspensão; ídolos de cornos; peso de tear em cerâmica. Indústria lítica e pedra polida: lâminas, lamelas, mós planas, machados de secção rectangular e quadrangular, enxos, fragmento de placa de idolo decorada, fragmento de disco.
VI	Quinta do Feital	24565	Acampamento/ oficina de talhe	Mesolítico	Constância	Do ponto de vista geológico os materiais líticos aparecem em areias superficiais de vales e terraços do Holocénico, em terrenos que se localizam entre a Quinta e a EN 118, tendo uma área de dispersão de cerca de 1000m2, e segundo Alvaro Batista corresponderá a um acampamento ou oficina de talhe. Espólio: Seixo talhado unifacialmente, seixo talhado aparentado a pico, lascas semi-corticais e não corticais e lasca de sílex.
VII	Quinta de São Vicente	24566	Povoado	Neolítico / Calcolítico/ Bronze/ Ferro / Sec. XV-XIX	Constância	Os materiais que se dispersam por uma área de cerca de 24m2, aparecem em terrenos compreendidos entre a Escola C+S Luis de Camões e a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Mártires. Os materiais Neo-calcolíticos aparecem junto ao depósito de água; as faianças aparecem no terreno em frente à porta do cemitério. Espólio: Lasca semi-cortical de sílex, mó plana movente, peso de rede, fragmento de talão de machadinha de calcedónia. Faianças azuis, brancas e vináceas dos séculos XVI a XVIII e pequena base de coluna.
VIII	Alminhas	24567	Povoado	Mesolítico/ Neolítico / Calcolítico/ Bronze	Montalvo	O povoado, que terá uma área de cerca de 20 000m2, localiza-se a cerca de 400 m para N da Estação arqueológica TerraFria/Chã da Bica, na orla do caminho, estendendo-se para W na direcção do Casal dos Palheiros. Espólio: Indústria lítica em quartzo: seixos talhados uni e bifacialmente, núcleo unifacial informe, lascas parcilamente corticais e peso de rede. Lascas em sílex e quartzo leitoso. Mós planas uma das quais de grande dimensão. Cerâmicas lisas e algumas com decoração incisa e barro de cabana
IX	Cabeço da Perdida	24568	Casal	Idade Média	Montalvo	Corresponderá a um casal agrícola, com uma área de dispersão de materiais de 40 m2, com uma cronologia desde o Tardo-romano ao Alto-medieval. Espólio: Tégula, fragmento de mó manual (movente).
X	Chã da Bica I	24569	Acampamento/ oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico/ Romano	Montalvo	Os vestígios aparecem numa plataforma plana, dispersando-se por um área de 5000m2. os vestígios mais antigos poderão corresponder a um acampamento ou oficina de talhe. Espólio: Lascas corticais e parcialmente corticais em quartzo, algumas das quais retocadas (entalhes e denticulados); seixos talhados uni e bifacialmente; núcleo levallois; pesos de rede; Lascas de sílex e de quartzo hialino. Mós planas (dormente e movente); machado de pedra polidade secção circular/ova. Cerâmicas grosseiras, uma delas com restos de mamilo; cerâmica de construção romana.



N.º	Designação	CNS	Tipo de Sítio	Período	Freguesia	Descrição
XI	Chã da Bica II	24570	Acampamento/ oficina de talhe. Povoado	Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	Montalvo	Os vestígios, aparecem numa zona aplanada de depósitos e terraços fluviais, dispersando-se por uma área de 2500m2. Espólio: Indústria em quartzito: pico; seixos talhados uni e bifaciais; raspador lateral; núcleos informes; lasca cortical retocada e lascas parcialmente corticais. Lascas em sílex, uma deleas retocada. Cerâmicas lisas (formas esféricas). O local é interpretado por Álvaro Barista como um possível acampamento/ oficina de talhe ou povoado. Parte da estação foi destruída devido à remoção de terras para a construção do IP-6/A-23.
XII	Chã da Bica III	24571	Conheira	Romano	Montalvo	Esta possível conheira localiza-se em depósitos de terraços fluviais do Q3 do Plistocénico, ocupando uma área de cerca de 2500 m2.
XIII	Casal do Montalvo	24572	Casal Rústico	Alta Idade Média	Montalvo	Os vestígios, sobretudo imbrices, dispersam-se por uma área de 200m2, parecendo corresponder a uma única habitação. Não pode ser posta de lado a hipótese de que o uso exclusivo de imbrices em semelhantes construções rurais ou de cariz unifamiliar seja pós-romano. Há que ter em conta se, o fim a que se destinava o local justificaria o uso de tegulas, nomeadamente se estivermos perante uma dependência agrícola. Se estivermos perante um casal, a inexistência de tégulas, pode indicar por parte do seu proprietário fracas posses económicas para a sua aquisição. Neste mesmo cabeço a cerca de 250 m para Este foi igualmente encontrado o resto de uma estrutura cuja cronologia será mais recente. Espólio: Imbrices
XIV	Casal dos Palheiros I	24573	Acampamento/ oficina de talhe. Povoado	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico/ Alta Idade Média	Montalvo	Os vestígios dispersam-se por uma área de 2500m2. Os materiais mais antigos levam Álvaro Batista a interpretá-los como estando relacionados com a existência de um acampamento/oficina de talhe do Paleolítico Inferior, e os materiais de tradição "Languedocense" como um povoado do Neo-calcolítico. Os materiais mais recentes parecem apontar para a existência de um casal ou dependência agrícola de cronologia Tardo-romana/visigótica/Alto-medieval. Espólio: Seixo Talhado unifacial e núcleos discóides e centrípetos, pico e lascas seme-corticais simples; mó plana; elemento de foice em sílex, cerâmica lisa do calcolítico; tijolos e telhas.
XV	Casal dos Palheiros II	24574	Acampamento/ oficina de talhe. Povoado	Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	Montalvo	Os materiais arqueológicos dispersam-se por uma área de 5000m2, em depósitos de terraços fluviais do Q3 do Plistocénico, sendo interpretado por Álvaro Batista como um possível acampamento ou oficina de talhe com indústria litica de tradição "languedocense". Espólio: Seixos talhados unifaciais, disco e lascas semi-corticais simples, todos em quartzito.
XVI	Ponte de Stº António/Antoninho I	24575	Acampamento/ oficina de talhe. Povoado	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	Montalvo	Os materiais aparecem em terraços fluviais do Q3 do Plistocénico e dispersam-se por uma área de 30 000m2 (resultante do somatório das áreas de maior concentração ocupacional). O povoamento estendia-se ao longo da plataforma plana desde o cruzamento para a Quinta da Gorda, até ao final da plataforma sobranceira à ponte de St.º Antoninho. Os materiais mais antigos são atribuídos por Álvaro Batista a um acampamento ou oficina de talhe do Paleolítico Médio, e os outros de tradição "Languedocense" poderão corresponder a um povoado. A estação foi destruída quase na totalidade pela extração de terras para a construção do IP6. Espólio: Núcleos discóides, núcleos bifaciais e sobre lasca, seixos talhados uni e bifaciais, pico, disco atípico, lascas semi-corticais, pesos de rede em quartzito. Lascas e lâminas simples em sílex. Mó plana.
XVII	Ponte de Stº António II	24576	Conheira	Calcolítico/ Bronze/ Ferro/ Romano	Montalvo	Localizada em terraços fluviais do Q3 do Plistocénico, com uma área estimada de 80 000m2, a exploração era feita ao longo da ribeira, passando pela ponte de St.º António e prosseguia para cima até à cota de 50 metros (que até há bem pouco tempo era utilizada como lixeira do concelho). Prosseguia após passar a EN 3, também no alto e na vertente virada para o lado da actual extração de areia, até próximo da estrada de Malvar. Praticamente toda esta conheira foi arrasada: a do Vale Vaqueiro aquando da plantação de eucaliptos, a da lixeira, pelos trabalhos ali decorrentes, e a parte restante pela terraplanagem actual. Todos os vestígios faziam parte de uma só conheira. Espólio: Cerâmica grosseira de pasta quartzo-micácea. de cor acastanhada e com ligeira aguada, foi recolhida na orla da conheira do Vale Vaqueiro, com uma provável cronologia entre o Calcolítico e a Idade do Ferro.
XVIII	Ponte de Stº António III	24577	Acampamento/ oficina de talhe	Paleolítico	Montalvo	Os vestígios localizam-se em terraços fluviais do Q3 do Plistocénico, dispersando-se por uma área de 4 000m2, sendo interpretado por Álvaro Batista como um acampamento ou oficina de talhe. A estação foi destruída parcialmente pela rotunda sw acesso ao IP-6/a-23, a Norte de Constância. A estação englobava duas áreas separadas por uma linha de água que desce em direcção ao Tejo. Espólio: Triedos, núcleo centrípedo sobre calote de seixo, seixo talhado unifacial, lascas simples não corticais (materiais em



N.º	Designação	CNS	Tipo de Sítio	Período	Freguesia	Descrição
						quartzito?)
XIX	Quinta da Lameira	24578	Casal Rústico	Romano/ Alta Idade Média	Montalvo	<p>Esta estação, com uma vasta área de dispersão e materiais, dispõe de dois núcleos aparentemente distintos. O 1.º situado entre a Quinta do Morgado e o Casal, onde os vestígios indicam estruturas mas onde se denota a ausência de tégulas. O 2.º localizado entre o Casal e a EN 3, onde a ocorrência dispersa de tégulas se faz notar. Não são claros todavia os vestígios em termos de classificação do local. O 1.º aparentemente, revela ser uma área rectangular situada perto da zona de declive do planalto, com a maior frente voltada para o Tejo e ao que tudo indica tratar-se-ia de um núcleo habitacional. O 2.º, pela dispersão irregular de tégulas e ausência de outro espólio, não permite qualquer interpretação. Este está virado para nascente, ao lado da Quinta da Légua. Perante a proximidade da villa de Chã da Bica/Terra Fria e colocando a hipótese de estarmos perante uma villa cuja propriedade teria no mínimo 200 hectares, poderíamos colocar a hipótese de estarmos perante algumas habitações inerentes à villa. Mas de que tipo? Seriam ali as habitações dos criados? Ou estamos perante núcleos habitacionais posteriores tardo-romanos, ou visigóticos em que houve algum aproveitamento de materiais da villa, notório nas placas de calcário avulsas no campo e espalhadas com alguma quantidade para a zona da Quinta do Morgado e aproveitadas na construção da Igreja.</p> <p>Espólio: Na zona da Área 1 - imbrices, tijoleiras, cerâmicas comuns de cozinha, fragmentos de vidro verde/acastanhado pertencendo a taças de copa arqueada e bordo engrossado ao fogo do séc. IV-V d.C., opus signinum, estuque, fragmento de placa emoldurada de mármore. silhares de granito. Área 2 - Tégulas</p>
XX	Quinta da Légua	24579	Casal Rústico	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico/ Alta Idade Média/ Sec.XV-IXI	Montalvo	<p>Os vestígios ocupam uma área de 1 000m2, estendendo-se para o concelho de Abrantes, tendo sido destruída na zona de contacto entre os dois concelhos, pelas obras de construção do IP-6/A-23. Actualmente os poucos vestígios que persistem correspondem a imbrices, embora na zona arrasada fosse notória a presença de tégulas, terra negra e algum derrube, contrastando singularmente com a estação de Quinta da Légua (Abrantes, referenciada por Ana Rosa Cruz e Luiz Oosterbeek e 1995), situada a 300 metros a este e onde era notória a ausência de tégulas, mas onde apareceram restos de vidros do século IV/V d.C. e 1/4 de tijolo de coluna, parecendo apontar para um visigótico. Desta forma esta estação poderá corresponder a um casal Tardo-romano ou já visigótico. Espólio: Imbrices, tégulas e estruturas.</p>
XXI	Quinta do Morgado	24580	Acampamento/ oficina de talhe. Povoado	Romano	Montalvo	<p>Os materiais aparecem num terreno contíguo à estação arqueológica de Chã da Bica/Terra Fria, ocupando uma área de 5000m2, tomando como ponto de referência a zona onde existe a eira da casa agrícola e as ruínas da Igreja da Quinta do Morgado. Parecem distribuir-se por duas zonas principais: uma localizada na parte superior da plataforma onde aparece a indústria lítica, e outra na zona onde se encontram os restos da Igreja da Quinta do Morgado, onde parecem concentrar-se os vestígios romanos, que aumentam progressivamente em direcção ao sítio arqueológico da Quinta da Lameira. Dos alicerces da igreja provém uma base de coluna toscana romana, empregue como material de construção, e à volta é comum encontrar tijoleira e telhas de canudo recentes, assim como placas de calcário, que poderão provir da estação de Chã da Bica/Terra Fria. Os vestígios da Igreja apontam para um edifício de planta rectangular com orientação NO-SE, virado a nascente, com uma área de cerca de 80 m2, com uma cronologia entre o século XV e o XVI. Espólio: Na parte superior da plataforma: materiais de quartzito - núcleos, machado de mão, núcleo discoide, lascas não corticias, machados de pedra polida de secção circular e rectangular, seixos talhados uni e bifaciais, lascas corticais e semi-corticias, mós planas, pesos de rede; materiais em sílex - lâminas, lamelas, lascas, núcleo para lamelas; quartzito hialino - lascas. Cerâmicas de construção romanas, pesos de tear, base de coluna toscana ("ara cristã?/ex voto?) de calcário em forma de tronco de pirâmide de secção quadrangular, contendo na sua parte superior um fôculo, numa das faces uma cruz centrada num ponto central e na oposta a representação de "Cristo crucificado", e ainda um fragmento de azulejo hispano-árabe, vidrados a verde, fragmentos de placas de calcário de revestimento, estuque, tijoleiras e telhas de canudo.</p>



N.º	Designação	CNS	Tipo de Sítio	Período	Freguesia	Descrição
XXII	Quinta da Gorda I	24595	Villa	Romano	Montalvo	Numa encosta suave, sobre o terraço fluvial encontram-se muitos materiais espalhados bem como pedras. a parte que está pior é onde foi plantado um pomar, mas para o interior o solo não foi revolido. Sítio interpretado por Álvaro Batista como uma villa, ocupando uma área de 8000 m2, onde foram recolhidos fragmentos de "sigillata" hispânica do século II d.C. . Espólio: Tégulas, imbrices, tijolos de coluna, pesos de tear (um deles com marca de oleiro em forma de U), fragmentos de dolia, terra sigillata hispânica, mó manual (dormente) base de coluna toscana em calcário, prego de ferro e pedaço de chumbo.
XXIII	Quinta da Gorda II	24596	Conheira	Alta Idade Média	Montalvo	Este sítio localiza-se em terraços fluviais do Q4, e encontra-se nas traseiras da Quinta da Gorda, estendendo-se para Oeste da quinta, ocupando uma área de 100 000m2. Segundo a Notícia Explicativa da Carta Geológica de Portugal, folha 27 D de 1977, terá sido encontrado no interior da conheira cerâmica romana. O sítio foi arrasado quase na totalidade devido ao aproveitamento dos conchos para a construção do IP-6/A-23. Nas visitas realizadas por Álvaro Batista ao local nunca foi possível encontrar vestígios romanos. Espólio: Restos de cerâmica romana.
XXIV	Quinta da Gorda III		Casal/ Capela?	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Romano/ Sec.XV-IXI	Montalvo	Os vestígios foram encontrados a Sul do Casal, num local elevado, entre a conheira e a estrada do Malvar, e abrangem uma área de ocupação de 36 m2. Espólio: Visíveis ombreiras de portas de xisto mosqueado, recortadas numa das esquinas e similares às existentes na Igreja de St.ª Maria do Castelo de Abrantes, de estilo gótico.
XXV	Chã da Bica – Terra Fria	11448	Villa	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico/ Romano/ Sec.XV-IXI	Montalvo	A villa romana situa-se encaixada no Baixo Ribatejo, entre o Tejo e o Zêzere formando uma espécie de península. A villa romana situa-se no lugar do Chão da Bica, repousando numa bacia sedimentar, constituída por formações do terciário e do Miocénico, representadas por aluviões e terraços do Tejo. A villa encontra-se cortada pelo Ribeiro da Bica. O núcleo arquitectónico, descoberto em 1998 consta de um conjunto de compartimentos ou salas pavimentadas de "opus signinum", com rodapé em meia cana. Estes tanques parecem inserir-se na tipologia de estabelecimentos de banhos, oficina de oleiro, ou lavagem de minério. Por certo que seriam estabelecimentos privados de alguma vivenda. A área descoberta é ainda insuficiente para definir exactamente este conjunto arquitectónico que, pelos materiais de construção e artefactos recolhidos sugerem uma utilização não anterior ao século III d.C. e que se prolongava pelo século IV. O espólio recolhido é constituído por tegula, imbrices, lateres, cerâmica comum e anfórica, dolia, terra sigillata hispânica e clara D, vidros, moedas, mós, fuste de coluna, tesselas, escória de ferro. Espólio: Tegula, imbrices, lateres, cerâmica comum e anfórica, dolia, terra sigillata hispânica e clara D, vidros, moedas, mós, fuste de coluna, tesselas, escória de ferro.
XXVI	Vale Vaqueiro	24597	Povoado?	Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	Montalvo	O sítio localiza-se entre a linha de água de Vale Vaqueiro e a via rápida IP-6/A-23, ocupando uma área de 300m2, sendo interpretado por Álvaro Batista como um povoado, com indústria quartzítica de tradição "Languedocense". As cerâmicas recentes poderão estar relacionadas com umas construções conhecidas localmente por Fonte da Telha ou Curral das Ovelhas. Espólio: Cerâmica impressa não cardial, pertencente a um vaso hemisférico, lascas semi-corticais de quartzito, núcleo para lamelas de sílex. Cerâmicas recentes.
XXVII	Santa Margarida da Coutada	15645	Acampamento/ oficina de talhe. Povoado	Paleolítico/ Mesolítico Neolítico/ Calcolítico/ Bronze/ Ferro/ Romano/ Alta Idade Média/ Sec.XV-IXI	St.ª Margarida	Este sítio arqueológico ocupa um extenso planalto virado para o Rio Tejo e detém um bom domínio visual sobre a paisagem envolvente. Há cerca de um ano e meio os seus níveis arqueológicos foram revolidos com a abertura das valas, cuja profundidade atingiu mais de meio metro, para a plantação de pinheiros. É contudo de assinalar de que numa das valas abertas aparece um nível de seixos associado a uma mancha de carvões e de barro cozido, podendo pois tratar-se de um solo de cabana. Neste povoado parece ter existido uma ocupação neolítica, calcolítica e talvez do bronze inicial. O material apresenta uma grande dispersão com uma área de cerca de 400 000 m2 ao longo do planalto sobranceiro ao Rio Tejo. A acrescentar a este material, foi ainda identificado material de época paleolítica. Dada a grande dispersão dos materiais arqueológicos por dois cabeços separados por uma linha de água, optou-se por dar uma cota central do sítio. A 500 m a Oeste do marco geodésico, constatou-se a existência de uma sepultura de inumação de adulto. Existiria uma segunda a cerca de 10 m, detectável pela delimitação de terra negra e onde se recolheu cerâmica comum de pasta alaranjada e uma cavilha de ferro. estas sepulturas poderão corresponder a uma necrópole do séc. IV-VI



N.º	Designação	CNS	Tipo de Sítio	Período	Freguesia	Descrição
						d.C.. Por se encontra parcialmnet exposta e em risco d destruição foram efectuados alguns registos. Espólio: Cerâmica cardial, bordos espessados internamente, cerâmica impressa e incisa, cerâmicas com mamilos, ídolos de cornos, colheres. Machados de pedra polida, enxós, alisadores, pesos de rede. Crescentes e trapézios, pontas de seta de base côncava e triangular, lâminas simples e retocadas, lamelas simples, furadores, bifaces, núcleos levallois, lascas e seixos talhados em quartzito. Fragnmetos de vidro verde romano, cerâmica comum romana de pasta alaranjada e uma cavilha de ferro. Materiais de construção do século XV ao XVIII.
XXVIII	Arreiro I	24598	Acampamento/ oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida	O sítio localizado junto ao marco geodésico ocupa uma área reduzida com cerca de 150m2, tendo sido interpretado por Álvaro Batista como um acampamento/oficina de talhe do Paleolítico Médio. Espólio: Núcleo Mustierense
XXIX	Arreiro II	24599	Povoado?	Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida	Este sítio localiza-se a cerca de 250 m a Oeste do sítio Arreiro I (CNS 24598), junto a um caminho, sendo interpretado por Álvaro Batista como um possível povoado do Neo-calcolítico com indústria lítica quartzítica de tradição "Languedocense". Espólio: Lascas não corticais simples e cerâmicas lisas.
XXX	Cabeço da Pereira I	24600	Acampamento/ oficina de talhe. Povoado?	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida	O sítio com uma área de ocupação de 2 500m2, localiza-se num cabeço que faz fronteira com o concelho da Chamusca, e é interpretado como uma acampamento ou oficina de talhe (?), no caso dos materiais mais antigos e como povoado no caso dos materiais cerâmicos e líticos de tradição "Langedocense" Espólio: Núcleo e lasca mustierense, seixos talhados unifaciais, raspador lateral, lascas semi-corticais simples, todos em quartzito; Fragmento de sílex; Fragmentos de cerâmica; machado de pedra polida picotado de secção rectangular.
XXXI	Cabeço da Pereira II	24601	Acampamento/ oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico	St.ª Margarida	O sítio localiza-se num planalto a cerca de 500m do Cabeço da Pereira I (CNS-24600), e ocupa uma área de cerca de 600m2, interpretados como um acampamento ou oficina de talhe, possivelmente do Paleolítico Inferior/ Médio e do Languedocense Espólio: Núcleo mustierense, lasca levallois, pico e raspador lateral.
XXXII	Cabeço da Pereira III	24602	Acampamento/ oficina de talhe	Mesolítico	St.ª Margarida	Na continuação do planalto onde se situam as estações Cabeço da Pereira I e Cabeço da Pereira II, e a cerca de 500 m SE deste último, encontram-se os materiais numa área que poderá ocupar cerca de 2 500m2, interpretado como um possível acampamento ou oficina de talhe "languedocense". Apesar da área ter sido terraplada pelo Campo Militar de Santa Margarida, não foram observados quaisquer vestígios de núcleos habitacionais, embora existissem alguns seixos fracturados por acção do fogo. Espólio: Pico, seixo talhado inifacial, lascas semi-corticais simples.
XXXIII	Chã da Ervideira I	24603	Acampamento/ oficina de talhe?	Paleolítico	St.ª Margarida	O achado isolado apareceu junto a um caminho que vai da Mariola para o Marco Geodésico da Ervideira, não sendo possível determinar a sua área de ocupação. Espólio: Núcleo Levallois
XXXIV	Chã da Ervideira II	24605	Acampamento/ oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida	Os materiais ocupam uma área de cerca de 1 000m2, sobranceira à Ribeira da ervideira, e localizam-se a cerca de 400 m NW do sítio Chã da Ervideira I. Espólio: Seixos talhados uni e bifaciais, núcleo multifacial informe e discóide, lascas semi-corticias simples.
XXXV	Buraca da Moura/ Casal do Carvalho I	12811	Acampamento/ oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida	Os materiais arqueológicos encontram-se numa cascalheira, a qual apresenta indícios de ter sido afectada por trabalhos agrícolas. À superfície encontravam-se materiais líticos, destacando-se um núcleo e lascas de quartzito e uma lâmina retocada em sílex. Este local é interpretado como um possível acampamento ou oficina de talhe (?), com indústria líticaem quartzito de tradição Languedocense. Espólio: Materiais líticos: núcleo levallois, lascas levallois de quartzito, seixos talhados unifaciais, todos em quartzito. Uma lâmina retocada em sílex.



N.º	Designação	CNS	Tipo de Sítio	Período	Freguesia	Descrição
XXXVI	Balneário da Quinta do Carvalho	605	Balneário	Paleolítico/ Ferro Romano/ Sec.XV-IXI	St.ª Margarida	Consiste este balneário no "praefurnium", com duas escadarias de acesso, o "fornax", construção ovalada com revestimento em barro, o "hypocaustum", revestido ao nível do solo por "laterae" de diferentes dimensões, ao qual se adossam duas estruturas absidais (parede sul). Ainda servido pelo "hypocaustum", existe uma pequena sala, possivelmente o "laconicum". Encostado a parede norte do "hypocaustum", encontra-se o tanque para água fria, revestido a "opus signinum". Dois degraus procedem a sua ligação com o pavimento de uma grande sala adjacente ("frigidarium"). Num corte existente nesta sala, é possível detectar dois pavimentos sobrepostos, evidenciando aparelhos de construção diferenciados, facto que confirma o uso prolongado das termas. Este espaço foi utilizado posteriormente como local de enterramento; a atesta-lo a descoberta de um túmulo na base de um tanque, construído com materiais provenientes do balneário. Existem ainda inúmeros seixos rolados. A estação terá tido (?) em ano incerto uma intervenção de Manuel Heleno, numa zona de olival. Este sítio também é conhecido por Alcolabra. Espólio: Moeda tardo-romana, fragmentos cerâmicos.
XXXVII	Casal da Igreja de Baixo I	24719	Acampamento/ oficina de talhe. Povoado	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida	A área sobranceira ao rio Tejo, que a NE confina com a Ribeira da Ervideira, e com uma área de dispersão de vestígios de 600m2, interpretada como um acampamento, oficina para os materiais mais antigos e como um povoado para os materiais mais recentes, cuja indústria lítica é em quartzito de tradição "languedocense". Espólio: Núcleo levallois, seixos talhados unifaciais e lascas semi-corticais simples, mó plana (dormente) e cerâmicas lisas (paredes).
XXXVIII	Casal da Igreja de Baixo II	24720	Acampamento/ oficina de talhe. Povoado?	Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida	A NE do CNS 24719, num terreno humoso do Tejo e banhado a NW pela Ribeira da Ervideira, ocupando uma área de 6300m2, sendo interpretado como um povoado Neo-Calcolítico com indústria quartzítica de tradição "Languedocense". Espólio: Seixos Talhados uni e bifaciais, núcleo informe, lascas semi-corticais simples e mó plana-
XXXIX	Coruja de Cima I	-	Indeterminado	Mesolítico	St.ª Margarida	Situado junto ao Casal, junto ao caminho, este local não tem área de ocupação definida. Espólio: Pico.
XL	Coruja de Cima II	24721	Acampamento/ oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida	Os materiais aparecem numa plataforma entre o Casal e a Ribeira da Coruja, entre as cotas 140 e 150, com uma área de ocupação de 600m2, e apesar da reduzida dimensão da amostra, as características morfo-tipológicas das peças apontam para uma cronologia do Paleolítico Inferior. Espólio: Seixo talhado uni e bifacial e núcleo para lascas.
XLI	Coruja de Cima III	24723	Acampamento/ oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida	Localiza-se numa plataforma junto a uma linha de água, ocupando uma área de cerca de 1000m2. Espólio: Lasca semi-cortical Kombewa retocada e machado de mão (hachereaux) e biface
XLII	Ervideira I	24724	Acampamento/ oficina de talhe	Paleolítico Mesolítico	St.ª Margarida	Os vestígios aparecem num terreno de planalto junto ao Marco Geodésico da Ervideira, com uma área de ocupação de 3000m2. Espólio: Uniface, seixo talhado unifacial, núcleo informe, lascas semi-corticais simples e retocadas, núcleo discoide, núcleo multifacial, núcleo mustierense, lascas simples.
XLIII	Ervideira II	24725	Acampamento/ oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida	Num planalto a cerca de 250 m SW do Marco Geodésico da Ervideira, e onde existe um poste de alta tensão, aparecem os materiais que se dispersão por uma área de 3000m2, podendo corresponder a uma oficina de talhe(?). Espólio: Núcleos levallois e discoide sobre lasca, seixo talhado unifacial e lascas corticais, não corticais e semi-corticais.
XLIV	Ervideira III	24726	Casal /dependência agrícola ?	Alta Idade Média	St.ª Margarida	Num cabeço que se situa a cerca de 250 m E do marco geodésico da Ervideira, e numa zona sobranceira ao declive virado para o Casal do Carvalho, aparecem os materiais arqueológicos que se dispersam por uma área de 140 m2, podendo corresponder a um casal ou dependência agrícola de cronologia tardo-romana, visigótica ou alto-medieval. Espólio: Tijoleiras, dolia, e pedras de granito que poderão denunciar a presença de estruturas.
XLV	Ervideira IV	-	Acampamento/ oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico	St.ª Margarida	Os vestígios aparecem num terreno de planalto constituído por arentios e conglomerados do Pliocénico, a 300 metros para Este da Ervideira II, a uma cota de 145 metros, onde passa o gasoduto e a linha de alta tensão a Norte. Este sítio apresenta vestígios numa área de ocupação com 2000 m2. Espólio: Núcleos: centrípetos e discoide, seixo talhado unifacial.



N.º	Designação	CNS	Tipo de Sítio	Período	Freguesia	Descrição
XLVI	Malpique	24730	Acampamento/ oficina de talhe. Povoado	Mesolítico/ Neolítico/Calcolítico	St.ª Margarida	Num planalto em forma de língua de orientação N-S, onde corre a Oeste a Ribeira de Represa, e com a parte Norte virada para o Tejo, e que foi cortado pela estrada de alcatrão que de Santa Margarida, pelo lado do cemitério, conduz a Malpique aparecem materiais numa área de 6000m2, que poderão corresponder a um acampamento, oficina de talhe ou povoado, com indústria lítica quartzítica de tradição Languedocense. Espólio: Seixo talhado unifacial, lascas não corticais e semi-corticais simples, cerâmicas lisas.
XLVII	Mariola I	24727	Acampamento/ oficina de talhe	Mesolítico	St.ª Margarida	Num planalto entre as cotas 150 - 156m, virado para o Alto do Castelhana e antes da linha de água que ali tem início, encontram-se os materiais dispersos por uma área de 2500m2, interpretado como um possível acampamento ou oficina de talhe, do Languedocense. Espólio: Seixo talhado uni e bifacial, núcleo informe.
XLVIII	Mariola II	24728	Acampamento/ oficina de talhe	Mesolítico	St.ª Margarida	Os materiais aparecem a cerca de 500 m Norte do depósito do CIM (campo de instrução militar), a Sul do início da linha de água da Ribeira da Ervideira e a cerca de 125 m da estrada alcatroada que leva ao Campo Militar, ficando a Igreja de Santa Margarida a 650 m NO. A área de ocupação é de cerca de 300 m2. O local é interpretado como podendo corresponder a um acampamento ou oficina de talhe. Espólio: Fragmento de disco e utensílio atípico (peso de rede).
XLIX	Outeiro Alto I	24731	Acampamento/ oficina de talhe. Povoado	Paleolítico/ Mesolítico	St.ª Margarida	No planalto virado para a Ribeira da Foz, à direita da EM 1202 e a 660 metros para NO do Marco Geodésico do areeiro. A mancha de ocupação tem cerca de 600 m2, e parece corresponder a um acampamento ou oficina de talhe, do Paleolítico e do Languedocense. Espólio: Núcleo bifacial, núcleo discóide sobre calote de seixo, lasca levallois, núcleo sobre lasca, seixos talhados unificiais, núcleo e lascas semi-corticais simples e denticulado sobre lasca.
L	Outeiro Alto II	24732	Acampamento/ oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida	Os materiais aparecem numa plataforma virada para a Ribeira da Foz, a Este da junção da EM 1202-1192, ocupando uma área de cerca de 2500m2. O sítio parece ter dois momentos de ocupação um que corresponderá ao Paleolítico Médio e outro com indústria lítica de tradição Languedocense, que poderá ser do Neo-calcolítico. Espólio: Núcleo discóide mustierense, raspador lateral. lascas semi-corticais simples, cerâmicas lisas, fragmentos de ídolos de cornos, lasca de sílex e mós planas.
LI	Pereira	24733	Acampamento/ oficina de talhe. Povoado	Mesolítico	St.ª Margarida	Para Norte da Aldeia da Pereira, e depois de passar a Ribeira da Pereira, na plataforma a meia encosta do planalto, dispersam-se os materiais por uma área de cerca de 600m2, os quais parecem corresponder a uma oficina de talhe, para a qual se aponta uma cronologia Languedocense. Espólio: Seixos talhados unificiais, lascas semi-corticais simples e esquirola de sílex.
LII	Portela I	24735	Acampamento/ oficina de talhe. Povoado	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida	Num planalto entre a Aldeia da Portela e a Ribeira da Foz, encontram-se os materiais que se dispersam por uma área de 2000m2. o local poderá ter dois momentos de ocupação: um mais antigo do Paleolítico, e outro mais recente associado à indústria lítica quartzítica de tradição Languedocense, que datará do Neo-calcolítico. Espólio: Seixo talhado bifacial, uniface, seixos talhados uni e bifaciais, lascas semi-corticais simples, picos, mó plana (dormente e movente) cerâmicas lisas (bojos).
LIII	Portela II	24736	Acampamento/ oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico/ Neolítico/ Calcolítico	St.ª Margarida	Os vestígios localizam-se num planalto sobranceiro à Ribeira da Foz, ocupando uma área com cerca de 200m2, sendo interpretados como um possível acampamento ou oficina de talhe. Espólio: Seixos talhados uni e bifaciais em quartzito e fragmento de lâmina em sílex.
LIV	Pinhal da Ferraria	14653	Acampamento/ oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico	St.ª Margarida	Este local corresponde a uma área com grande quantidade de materiais líticos atribuíveis a duas fases distintas de ocupação. O primeiro conjunto apresenta alguns bifaces, núcleos e lascas em quartzito possivelmente de cronologia mais antiga (Paleolítico Inferior e Médio). O segundo conjunto é constituído por materiais de dimensões mais reduzidas (núcleos e lâminas, entre outros) e pouco patinadas, em sílex e quartzito. Todo este material encontra-se distribuído numa plataforma que domina sobre a ribeira da Ervideira, afluente do Tejo. Espólio: Bifaces, núcleos e lascas em quartzito, núcleos, lâminas.
LV	Porco	24737	Acampamento/ oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida	Os materiais encontram-se a cerca de 625 m a Oeste do marco geodésico do Porco, no planalto sobranceiro ao vale da Ribeira da Coruja, ocupando uma área de cerca de 400m2, podendo corresponder a um acampamento ou oficina de talhe. Espólio: Uniface, seixo talhado bifacial, núcleo sobre calote de seixo.



N.º	Designação	CNS	Tipo de Sítio	Período	Freguesia	Descrição
LVI	Quinta do Lombão	24738	Casal Agrícola	Ferro	St.ª Margarida	A cerca de 500 m Se da Quinta do Lombão, numa plataforma sobranceira ao terreno fértil do tejo, ocupando uma área de 400m2. Esta elevação foi sumariamente escavada para Sul, pondo a nú o afloramento Precâmbrico. A camada arqueológica é praticamente nula, podendo ver-se num dos cortes efectuados pela máquina, um nível com cerca de 20 cm de espessura. O sítio estará muito destruído a julgar pela fragmentação da cerâmica.
LVII	Vale Mestre I	24739	Acampamento/ oficina de talhe	Paleolítico	St.ª Margarida	Num planalto a Oeste de Vale do Mestre, e virado para a Ribeira da Foz e sobranceiro aos Covões Novas, encontram-se os materiais dispersos por uma área de 3000m2, os quais poderão corresponder a um acampamento ou oficina de talhe. Espólio: Uniface, núcleo multifacial, núcleos informes, utensílio bifacial, seixos talhados, raspador e lascas semi-corticais simples.
LVIII	Vale Mestre II	24740	Acampamento/ oficina de talhe	Mesolítico	St.ª Margarida	No mesmo planalto que a estação Vale de Mestre I, e a Oeste da EM 1202, os materiais distribuem-se por uma área de 2000m2, podendo corresponder a uma oficina de talhe ou acampamento Languedocense Espólio: Picos
LIX	Vale da Laje I	24741	Acampamento/ oficina de talhe	Paleolítico/ Mesolítico/ Alta Idade Média	St.ª Margarida	Na base do planalto a uma cota inferior a 100m e na orla do terreno humoso, irrigado pela margem esquerda da Ribeira da Caniceira, encontram-se os materiais dispersos por uma área de 2500m2. Contudo as cerâmicas encontram-se numa área reduzida. Apesar do local dispor de valas para a plantação de eucaliptos, não foi possível identificar a existência de qualquer tipo de estrutura ou estratigrafia. Espólio: Uniface, lasca semi-cortical e não cortical retocada, seixo talhado, núcleo multifacial, cerâmicas comuns (Alto-medievais?)
LX	Vale da Laje II	24742	Acampamento/ oficina de talhe	Mesolítico	St.ª Margarida	No alto do planalto à cota de 153 m e sobranceiro à estação arqueológica Vale da Laje I, encontram-se os materiais dispersos por uma área de 1000m2, os quais poderão corresponder a uma oficina de talhe ou acampamento, de cronologia Languedocense. Espólio: Núcleo informe, pico, seixos talhados.
LXI	Porto Barroso I	14733	Vestígios Diversos	Contemporâne o/ Pré-História	Constância	Em todo o Eucaliptal foram identificados vestígios líticos, lascas e núcleos. No entanto trata-se de uma área surribada a grande profundidade onde a topografia original se encontra muito alterada devido a socalcos formados pela plantação de eucaliptos. Espólio: Lascas e núcleos em quartzite
LXII	Porto Barroso II	14734	Vestígios Diversos	Contemporâne o/ Pré-História	Constância	No caminho que leva às ruínas do casario do Porto Barroso foi identificado um segmento de coluna em mármore branco. Embora não seja possível precisar a cronologia exacta do achado, parece pertencer a época romana. A área em voltas das ruínas foi prospectada, apenas se tendo identificado cerâmica de construção moderna, certamente associada ao casario. No entanto a área prospectada apresentava-se coberta de densa vegetação herbácea o que dificultou a prospecção. Espólio: Um segmento de coluna que não foi recolhido
LXIII	Quinta de S. João I	14727	Vestígios Diversos	Contemporâne o/ Pré-História	Constância	Numa área de eucaliptal com lavras muito profundas e de visibilidade muito difícil, foram detectadas nos cortes do caminho e de um curso de água núcleos e lascas em quartzito. Espólio: Lascas e núcleos em quartzite
LXIV	Quinta de S. João II	14728	Achados Isolados	Contemporâne o/ Pré-História	Constância	No vale de um pequeno curso de água, com densa cobertura de lascas de quartzito e um micrólito de quartzo. Não foi possível identificar quaisquer outros vestígios, muito provavelmente devido a limitações de visibilidade. Espólio: Uma lasca em quartzite, um micrólito em quartzo
LXV	Ribeira de Vale Mestre	14729	Vestígios Diversos	Indeterminado/ Pré-História	indeterminado	Numa vertente sobranceira ao ribeiro do Vale dos Mestres, numa área de mata de Carvalhos Azinheiras, foram identificados núcleos e lascas de quartzito. Não foi possível identificar qualquer concentração de materiais uma vez que o solo se encontrava coberto de folhas e mato rasteiro muito denso.
LXVI	Praça Alexandre Herculano	11327	Necrópole	Medieval/ Cristão/Modern o	Constância	Neste local situa-se o antigo cemitério da povoação de Constância e a Igreja de São Julião, utilizados durante o século XIV ao XIX. A necrópole estendia-se pela actual Praça Alexandre Herculano, abrangendo na zona noroeste cerca de 2 m da Rua João Chagas. Exumaram-se ao longo da intervenção no local, cerca de 150 indivíduos, 109 adultos e 41 não adultos, alguns ossários e muitos ossos avulsos. A orientação Oeste-Este, o enterramento directo no solo e a deposição em decúbito dorsal foram factores comuns a quase todos os enterramentos. As estruturas relacionadas com a Igreja de São Julião eram constituídas por pedras aparentemente de cariz xistoso interligadas por uma grande quantidade de cal hidráulica, não permitindo uma correcta definição. Espólio: Ossos



N.º	Designação	CNS	Tipo de Sítio	Período	Freguesia	Descrição
						humanos. O espólio mais frequente encontrado associado aos esqueletos são os numismas, os alfinetes e alguns pregos
LXVII	Rua da Misericórdia	11363	Aqueduto	Contemporâneo	Constância	Antigo aqueduto de saneamento que deve ter funcionado desde os finais do século XIX a cerca de meados do século XX. Este aqueduto era composto por pedras de natureza xistosa e tijolos tipo burro consolidados por cal hidráulica, embora apresente numa ou noutra zona barro avermelhado. Este aqueduto tinha duas estruturas paralelas entre si e era encimado por uma espécie de abóboda. No interior, pelo que foi possível visualizar, era revestido por uma calçada em seixos rolados.
LXVIII	Rua João Chagas	11358	Muro	Medieval Cristão	Constância	Muro cuja estrutura era composta por pedra solta, sendo o seu aparelho bem definido. O muro apareceu associado a tégulas, imbrices e alguma cerâmica comum atribuível aos séculos XIII/ XIV-XVI. Iguamente relacionado com a estrutura identificaram-se alguns fragmentos de terra sigillata sud-gálica. É complexo atribuir uma cronologia específica para a dita estrutura. No entanto, pressupõe-se que tenha sido consecutivamente reutilizada, possivelmente da época romana, com base nos fragmentos de sigillata, até ao período Moderno, data das mais recentes e mais completas peças identificadas. A escavação terá localizado vestígios dos séculos XIII/XIV-XVI, com materiais romanos novamente aproveitados ou que sofreram revolvimentos. Espólio: Cerâmica e alguns metais.
LXIX	Capareira	11461	Galeria Coberta	Indeterminado	Constância	Galeria escavada na base do terraço quaternário e, sobretudo, no depósito miocénico. A galeria define uma planta em forma de U, com o centro numa área que abateu, teria uma altura média de 1,20 m e uma largura média de 90cm. A planta da galeria acompanha a curva de nível de 60 m, encontrando-se a uma profundidade média de 2,50 m. Foi escavada com utensílios muito aguçados provavelmente metálicos.
LXX	Cardal	14730	Vestígios Diversos	Indeterminado/ Pré-História	St.ª Margarida	Num eucaliptal junto a um caminho de pé posto foram identificados um núcleo de quartzito e uma lasca do mesmo material. Não foram identificados quaisquer outros vestígios muito provavelmente devido a limitações de visibilidade. Espólio: Um núcleo e uma lasca em quartzite.
LXXI	Necrópole da Herdade do Carvalhal	4737	Necrópole	Romano	St.ª Margarida	Necrópole situada próximo de um balneário romano (CNS. 605). As sepulturas encontram-se quase à superfície. Foram encontrados um total de 21 enterramentos (muitos deles violados), mas apenas três tipos de sepulturas, o tipo mais comum caracteriza-se pela deposição de cinzas com espólio. Um segundo grupo de sepulturas pertence ao tipo cista. Surgiu um terceiro tipo de sepultura em forma de caixa quadrada, formada por 5 ou provavelmente 6 tegulae. Relativamente ao espólio pode-se referir algumas lucernas, pratos e taças de terra sigillata, taças de paredes finas, 2 fibulas anulares, moedas de bronze e peças de vidro. A maior parte dos materiais encontrados apontam para uma datação entre os Flavios e o século III d.C.
LXXII	Quinta do Carvalhal (Barragem)	12818	Barragem	Romano	St.ª Margarida	Esta barragem é construída com blocos de calcário de média dimensão, aproximadamente com 13m de comprimento e 5m de largura. São visíveis pelo menos 3 alinhamentos de pedras que se sobrepõem umas às outras, formando uma espécie de degraus. Nesta estrutura é ainda possível observar a existência de 3 aberturas pelas quais passa água. A barragem estará certamente relacionada com a ocupação romana da Quinta do Carvalhal.
LXXIII	Malpique/ Ervideira	19288	Estação de Ar Livre	Indeterminado/ Pré-História	St.ª Margarida	Achados avulsos de lascas e núcleos de quartzito.
LXXIV	Quinta da Légua III	27588	Casal Rústico	Romano	Montalvo	A estação situa-se na encosta suave voltada ao Tejo. A maior parte da sua área foi destruída com a construção do IP 6 (hoje A 23), tendo apenas sibrado uma pequena área. Espólio: Tégulas, "imbrices" e estruturas.

Fonte: Carta Arqueológica de Constância/ <http://www.ipa.min-cultura.pt/>





ANEXO 3 – PRETENSÕES PARTICULARES APRESENTADAS DURANTE O PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA



N.º	Requerente	Localização	Objectivos		Justificação	Classe Espaço
			De:	Para:		
1	Maria João Neves Valente	Portela, Santa Margarida	Espaço Florestal	Urbano	A requerente pretende inserir o seu terreno no interior do perímetro urbano por considerar estar integrado numa zona urbana, com infraestruturas.	Inclusão em Perímetro
2	Os Quatro Cantos do Cisne	Pereira, Santa Margarida	Espaço Rural	Urbano	Classificar Pereira em perímetro urbano; elaborar PP de salvaguarda para Pereira; incentivar a fixação de população; definir uma área de crescimento. (ver pretensão)	Inclusão em Perímetro
3	Caima	Quinta das Areiras, Constância	Rural	Espaço Industrial	Necessidade de expansão das instalações industriais da Caima, por forma a exercer a valorização energética de resíduos florestais, com a instalação de um parque e unidade de biomassa, a produção de lenhinosulfonatos ou a integração da papelreira.	Inclusão em Perímetro – Espaço Industrial
4	Sonutre – Sociedade Industrial de Nutrição, Lda	Montalvo, Casal da Lameira	Rural	Espaço Industrial	O requerente pretende que Casal da Lameira passe a ser considerado como espaço industrial.	Inclusão em Perímetro – Espaço Industrial
5	Maria da Glória Morgado Vestia de Sousa	Casal Zé da Vestia (Casal Vilelas), Santa Margarida da Coutada	Rural	Urbano	-	Pretende Construir
6	Eurico Vergílio Aves	Constância – Sul	REN e Espaço Florestal	Permitir outros usos ao nível do regulamento	O requerente possui uma quinta com 15000m2 com duas construções, sendo que uma delas está inserida em REN e outra em espaço florestal. Solicita a construção de um Café-Bar ou de um turismo rural. No âmbito do PDM vigor esta situação foi inviabilizada.	Pretende Construir
7	Sagrimonte, Lda	Montalvo	Rural	Espaço Industrial	Pretende construir	Inclusão em Perímetro
8	Cesarina Rosa da Silva Pires	Aldeia de Santa Margarida	Rural	Urbano	A requerente pretende reconverter habitações antigas e fazer novas construções	Inclusão em Perímetro